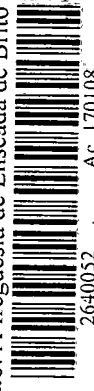


A FREGUESIA DE ENSEADA DE BRITO  
EVOLUÇÃO HISTÓRICA-DEMOGRÁFICA NO PERÍODO DE 1778 A 1907

N.Cham. CETD UFSC PHST 0060

Autor: Farias, Wilson Fra

Título: A freguesia de Enseada de Brito



Ac. 170108

2640052

Ex.1 UFSC BC CE

CE  
CETD  
UFSC  
PHST  
0060  
Ex.1 BC

FLORIANÓPOLIS  
UFSC  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
-1980-

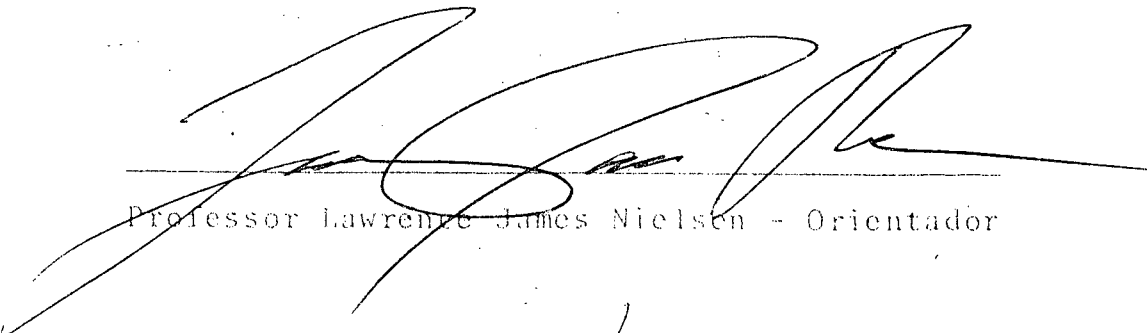
A FREGUESIA DE ENSEADA DE BRITO  
EVOLUÇÃO HISTÓRICA-DEMOGRÁFICA NO PERÍODO DE 1778 A 1907

Dissertação apresentada

por

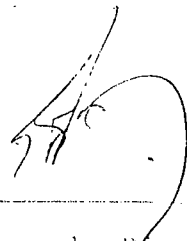
VILSON FRANCISCO DE FARIAS

Esta dissertação foi considerada adequada à obtenção do título de Mestre pelo Professor Orientador e pelo Professor Coordenador do Curso de Pós-Graduação em História da UFSC.



---

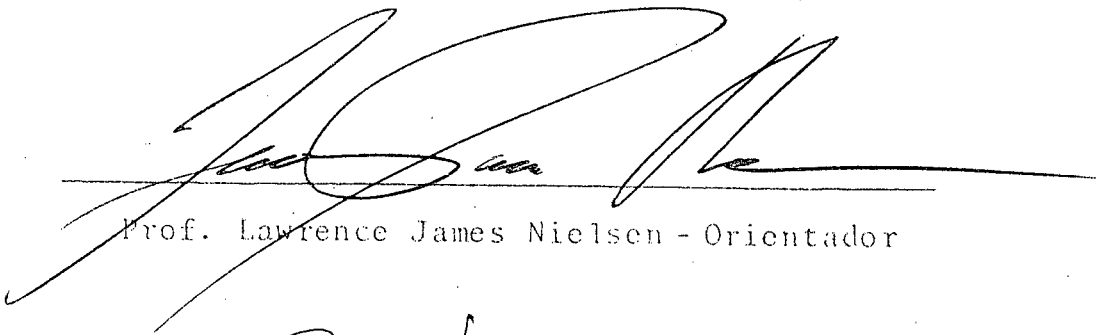
Professor Lawrence James Nielsen - Orientador



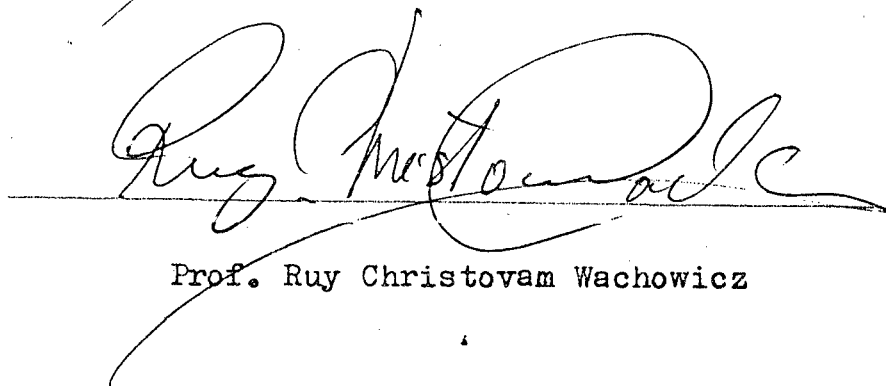
---

Professor Walter Fernando Piazza - Coordenador

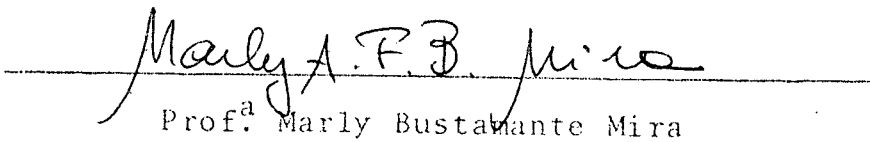
Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Professor Orientador e pelos membros da Banca Examinadora composta pelos Professores:



Prof. Lawrence James Nielsen - Orientador



Prof. Ruy Christovam Wachowicz



Prof.<sup>a</sup> Marly Bustamante Mira

## OFERECIMENTO

À minha esposa Daura e filho José Vilson  
pela compreensão recebida.

Aos amigos da espiritualidade pelas lu  
zes que derramaram sobre o meu ser.



## AGRADECIMENTOS

Ao Professor Walter Fernando Piazza, pelo estímulo e apoio sempre presentes.

Ao Professor Lawrence James Nielsen pela orientação e incentivo.

À Professora Marly Bustamante Mira pelo esforço e orientação prestados.

## AGRADEÇO TAMBÉM

À Zelita Chaves de Souza e Luci Maria Machado por seus esforços e desempenho na datilografia do trabalho.

À Cúria Metropolitana de Florianópolis que permitiu a pesquisa em seu Arquivo Histórico.

À Fundação Ford pelo auxílio financeiro no tocante ao pagamento aos Auxiliares de Pesquisa.

RESUMO

Empregando-se os métodos tradicionais da história, e as técnicas disponíveis na demografia-histórica, estudou-se no período de 1778 a 1907, a evolução histórico-demográfica da freguesia de Enseada de Brito.

O fato de existirem traços culturais açorianos muito fortes no espaço territorial da freguesia de Enseada de Brito e adjacências, nos dias atuais, despertou para a investigação do passado histórico-demográfico da mesma; a fim de melhor conhecer o papel desempenhado por este núcleo humano no processo de povoamento e ocupação efetiva da área litorânea e vales fluviais entre as localidades de Garopaba e São José.

Definiu-se como hipótese básica, que a população estabelecida na área da freguesia de Enseada de Brito foi bem sucedida em sua missão povoadora, dinamizando a organização de novos núcleos, a partir de seu próprio potencial reprodutivo; devido refletir esta população fortes taxas de natalidade, característico de sociedade em estágio de desenvolvimento agrícola que não sofreu ao longo do período mudanças em direção a hábitos demográfico malthusiano na geração de filhos, mas oscilações periódicas, que resultaram das variações apresentadas pela mortalidade.

A verificação da hipótese é feita através das análises desenvolvidas sobre a participação política, econômica e sócio religiosa da comunidade no cenário regional; e da evolução da natalidade, mortalidade e crescimento vegetativo ao longo do período. Tendo-se constatado no aspecto histórico que a comunidade de fato representou o centro de um processo colonizador, que se espalhou pelo espaço geográfico, gerando novos núcleos tão ou mais fortes que a freguesia original. Quanto ao aspecto demográfico, constatou-se que ocorreu uma evolução demográfica marcada por comportamentos não mal

thusianos; caracterizado por ciclos de média duração ou curta duração; que geravam crescimento instável no volume populacional. Possivelmente devido a ocorrência de condicionamentos morais-sociais muito fortes, que se mantiveram quase inalterados durante todo o período estudado; e dos efeitos causados pela mortalidade sobre a população.

Os resultados alcançados no decorrer do trabalho vieram comprovar a hipótese, além de levantar outras questões que não se tinha atentado quando se delineou a mesma.

ABSTRACT

Utilizing the traditional methodologies of historical research, plus the specialized techniques of Demographic History, a study was made of the history of man and society in the parish of Nossa Senhora do Rosario de Enseada do Brio, Santa Catarina, Brazil, for the period 1778 a 1907. The particular subject examined was the natality and fecundity for the population as a whole and for the different subgroups within the population.

This study began as an attempt to ascertain the influence of the Azorian Imigrant upon the evolution of this community, and upon the occupation of the coastal areas of Santa Catarina south of São José and opposit the southern half of the Island of Santa Catarina.

The principal hypothesis that oriented this study was that the the early inhabitants of the area, although few, and in their majority, of Azorian origin, were able to fulfil their "mission" of peopleing the area of the parish of Enseada de Brito, because they exploited their reproductive capacity sufficently to gaurantee that the population not only survived from one generation to the next, but also grew rapidly enough to found new communities and fill the geographical space of their parish with human inhabitants. It was also believed that these inhabitants appear generated a society similar to that of their origins, and demonstrated characteristics of developing agricultural societies, but did not demonstrate during the period studied any evidence of turning to hobits characteristic of a malthusian population.

After testing these hypothesie with the evidence available, and comparing natality with the economic, political, and socio-religious evolution of the community, it was concluded that the the imigrant population, especially after the arrival of the Azorians

in the middle years of the Eighteenth Century, succeeded not only in establishing a beachhead of human occupation, but that this population and its descendents succeeded in populating the region and in founding new communities. Moreover, this was possible because the populace exploited its reproductive capacity sufficiently to counteract the negative forces of mortality and out-migration. At no time does there appear evidence of malthusian comportment among the members of the populace in general. There were periods of short duration during which the population did not grow due to the onslaught of epidemic disease and manmade disturbances such as the Farrapos Revolution, but these had little impact on the long term evolution of the populace, and did not alter its demographic comportment.

SUMÁRIO

Introdução Geral .....	XIII
------------------------	------

1º CAPÍTULOFONTES E ASPECTOS METODOLÓGICOS

1. Fontes .....	01
2. Aspectos Metodológicos .....	16
3. Notas do Capítulo .....	28

IIº CAPÍTULOINTRODUÇÃO HISTÓRICA

1. Introdução .....	32
2. Fases de Povoamento .....	33
3. Evolução Administrativa em Termos de limite .....	45
4. Subordinação Jurídica-Administrativa ao Longo de sua História	50
5. Noções Gerais sobre a Comunidade: Sociais, Econômicas e outras	53
6. Conclusões .....	80
7. Notas do Capítulo .....	81

IIIº CAPÍTULOCONSIDERAÇÕES SOBRE A POPULAÇÃO DE ENSEADA DE BRITO

1. Introdução .....	85
2. Considerações Sobre a População .....	85
3. Conclusões .....	105
4. Notas do Capítulo .....	128

IVº CAPÍTULO

NATALIDADE

1. Introdução .....	133
2. Conjuntura Histórica de 1778-1807 .....	135
3. Conjuntura Histórica de 1808-1840 .....	144
4. Conjuntura Histórica de 1848-1867 .....	158
5. Conjuntura Histórica de 1868-1907 .....	168
6. Conclusões .....	201
7. Notas do Capítulo .....	204

Vº CAPÍTULO

NATALIDADE ESPECÍFICA POR FILHOS LEGÍTIMOS E NATURAIS

1. Introdução .....	212
2. Evolução Quantitativa .....	213
3. Evolução por sexo .....	218
4. Movimento Sazonal dos Nascimentos .....	220
5. Conclusões .....	231
6. Notas do Capítulo .....	235

CONCLUSÃO GERAL .....	237
-----------------------	-----

ANEXOS .....	241
--------------	-----

Anexo I .....	242
---------------	-----

Anexo II .....	248
----------------	-----

BIBLIOGRAFIA .....	266
--------------------	-----

## INTRODUÇÃO

O aparecimento do presente trabalho deveu-se às indagações surgidas em torno da comunidade de Enseada de Brito, e da própria idéia em voga de que "ã pouca prosperidade do litoral catarinense deveu-se à colonização paulista-açoriana", que apenas ocupou mas não desenvolveu, como aconteceu com as áreas de ocupação germânica.

Vivendo nesta comunidade, sentiu-se a presença de um passado repleto de acontecimentos e traços culturais, que indicam ter representado o mesmo, significativo papel na ocupação de ampla faixa litorânea e vales serranos. Pois, o orgulho de um passado, participante na vida político-social e econômica regional, acha-se ainda fortemente marcado na mente dos habitantes mais velhos, que guardam as lembranças "mais significativas", deste passado através da tradição oral.

Atentando-se para o tipo humano desta área nota-se que apresentam em sua maioria traços físicos e culturais que os assemelham aos paulistas e açorianos que ocuparam esta região nos séculos XVII e XVIII. Isto indica que pelos anos seguintes a fixação dos grupos paulistas-açorianos na área manteve-se os padrões culturais quase inalterados. Atribui-se em grande parte esta conservação cultural a pouca fixação na área de imigrantes europeus no decorrer do século XIX. Em face disto surgem como traços marcantes, ainda nos dias de hoje, o patriarcalismo na estrutura social, a influência da Igreja nas relações sociais; a agricultura de subsistência como atividades econômica básica; as famílias numerosas como recurso humano necessário às incertezas e necessidades do dia a dia. Em síntese uma ordem social fortemente impregnada de conservadorismo, que vem resistindo as mudanças impostas pelo progresso.

A busca de respostas aos "por ques" da caracterização desta comunidade nos aspectos sócio-cultural, motivou a procura de



dados que explicassem tais fatos a luz do desenvolvimento histórico-demográfico, uma vez que até a presente data não se fez estudos significativos sobre a comunidade de Enseada de Brito; quer seja pela pouca expressão política-social no cenário Catarinense, quer pelas dificuldades de reunir documentos históricos sobre a mesma. Fato este deveras lamentável uma vez que é Enseada de Brito uma das mais antigas povoações de Santa Catarina, e como tal, merecedora de ficar imortalizada nas páginas de nossa história, devido o perigo de desaparecimento a que está exposta como povoação histórica.

A continuação destes estudos isolados permitirão no futuro a elaboração de um trabalho de profundidade, sobre o comportamento histórico-demográfico do elemento vicentista-açoriano nesta parte do país; possibilitando avaliar-se seu real papel na interiorização da colonização, bem como a eliminação de muitos estereótipos sobre o papel destes colonizadores no processo de desenvolvimento regional.

Presentemente se procurou investigar a evolução político-administrativa e demográfica da freguesia de Enseada de Brito, fundada em 1750, por considerar-se esta responsável pela ocupação de uma vasta área geográfica, em que a presença do elemento açoriano marcou e marca ainda nos dias de hoje a paisagem humana. Assim investigou-se se esta comunidade teve realmente um passado responsável pela expansão demográfica e ocupação desta área; contribuindo no dinamismo colonizador que se processou em Santa Catarina no decorrer do século XIX. Se a fertilidade desta população conseguiu impor ritmo de crescimento demográfico positivo, numa época em que as epidemias eliminavam grande parte da população; sujeito a sofrer em muitos momentos impactos tão fortes de mortalidade que os nascimentos teriam ocorrido em menor número. Se o papel representado pela Igreja no comportamento sócio-demográfico desta população foi muito forte no decorrer dos anos, uma vez que a população açoriana parece ter

sido melhor cumpridora dos deveres morais cristãos, que os lusos-brasileiros que já viviam no país. Se, o meio geográfico, tanto por aspecto de localização como possibilidades econômicas do solo, influenciaram nas atividades econômicas e comportamento demográfico da população ao longo dos anos.

Para explorar devidamente estas questões, dividiu-se o trabalho em 5 capítulos. No primeiro deles, se focalizará os aspectos relativos às fontes documentais, processos metodológicos e de análises, utilizados no trabalho. No segundo se abordará a evolução histórica da comunidade, nos aspectos de povoamento, evolução político-administrativa, econômica, social e religiosa. No terceiro se apresentará uma análise global da evolução demográfica de Enseada de Brito, no que se refere aos eventos vitais e população bruta da mesma, em vários momentos. Focalizar-se-á no quarto capítulo a evolução da natalidade nesta comunidade, nos aspectos quantitativos, por sexo e movimento sazonal. No quinto capítulo enfocar-se-á a evolução da natalidade entre os filhos legítimos e naturais.

Espera-se conseguir através destes enfoques, responder satisfatoriamente às indagações formuladas, e comprovar que a comunidade de Enseada de Brito teve importante papel tanto histórico como demográfico no cenário regional.

## Iº CAPÍTULO

### FONTES, E ASPECTOS METODOLÓGICOS

#### I.1. FONTES

Na fase de levantamento das fontes documentais encontrou-se bastante dificuldade na arregimentação de documentos oficiais sobre o assunto, uma vez que os mesmos eram pouco substanciosos em informações, sobre as pequenas freguesias; além de se acharem dispersas estas informações. Concluiu-se após consultá-las que estas fontes<sup>1</sup> eram incompletas para um estudo específico de demografia; tornando-se necessário o concurso de outros documentos capazes de elucidar melhor o comportamento sócio-demográfico desta povoação.

Partindo-se na procura de outras fontes documentais, encontrou-se no Arquivo Eclesiástico da Cúria Metropolitana de Florianópolis documentos eclesiásticos de paróquias, referentes a esta povoação, que continham os dados referentes ao movimento dos eventos vitais ocorridos na mesma ao longo de mais de 100 anos; os quais permitiriam um estudo sobre a evolução da natalidade nesta povoação.

O otimismo quanto às possibilidades destes documentos, deveu-se ao fato de abrangerem estes, um período de tempo bastante elástico e apresentarem séries completas de nascimentos para a maioria dos anos do período a ser enfocado (1778 a 1907).

A prioridade dada aos documentos eclesiásticos, por serem mais completas e constante, não anulou a importância das fontes oficiais e outras; que embora apresentem limitações, servem como importantes instrumentos de complementação aos dados eclesiásticos em diversos momentos históricos.

Selecionadas as diferentes fontes bibliográficas a serem utilizadas, se faz necessário algumas considerações sobre as mesmas, tanto no que se refere à qualidade e possibilidade de suas informações para o presente trabalho; bem como sobre os processos de

coleta, elaboração e interpretação destas informações. Tais considerações se fazem necessárias principalmente em relação as fontes eclesiásticas, notadamente as de batismo, por constituírem-se nos documentos básicos a serem utilizados nas análises sobre o comportamento da natalidade nesta povoação.

Ponderado o valor e procedência das fontes, eclesiásticas, oficiais e complementares, far-se-á considerações sobre as mesmas:

#### I.1.a. DOCUMENTOS ECLESIÁSTICOS

Os documentos eclesiásticos envolvem os livros de batismo, casamento e óbitos pertencentes à Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Enseada de Brito, fundada em 1750, cujos eventos vitais ocorridos nesta povoação foram registrados pela Igreja em seus livros desde aquela época até o final do período envolvido pela pesquisa - 1907.

A certeza de que os registros vitais transcritos pela Igreja, representaram a maioria dos eventos de nascimentos, casamentos e óbitos ocorridos nesta povoação advém do fato de que esta comunidade era profundamente católica, além de ter a Igreja a responsabilidade de efetuar estes eventos em nome do Estado até 1893. Para mais reforçar a qualidade dos registros eclesiásticos desta paróquia, para o estudo que se faz, tem-se a observar que mesmo após a Proclamação da República quando, foi instituído o registro civil (1893), mantiveram-se estes numericamente superior, evidenciando a influência da Igreja como líder na comunidade de Enseada de Brito.

Acredita-se que os eventos vitais assentados pela Igreja Católica, nos livros paroquiais desta comunidade, retratam o perfil dos eventos vitais de nascimentos, casamentos e óbitos, ocorridos na mesma por mais de 100 anos, com uma margem pequena de defasa

gem inferior à retratada pelos censos populacionais modernos.

#### I.1.a.1. BATIZADOS

Esta série de registros eclesiásticos, corresponde ao registro civil de nascimento, instituído a partir de 1893 no Brasil. Este fato aliado a própria característica religiosa da comunidade (muito católica até hoje, onde apenas existe um templo evangélico na localidade de Pinheiras), qualifica estes registros de batismo, com a melhor expressão dos eventos de nascimentos ocorridos, mesmo após a instituição do registro civil paralelo. Temiam os pais que seus filhos morressem pagãos. Tal fato constatou-se nos eventos registrados, onde se fez observação quanto à crianças que foram batizadas em casa em período de vida, mas que escapando ao mal, receberam a confirmação da Igreja na pia batismal com a devida observação. Validando a Igreja o ato realizado sem a presença de seu ministro o vigário. É possível que muitas crianças que foram batizadas em casa, e que vieram a falecer não foram registradas pela Igreja. Mesmo assim, a prática de batizar o mais rápido possível as crianças nascidas, deve ter contribuído, na redução dos sub-registros de nascimento, numa época em que as distâncias e dificuldades de locomoção impunham restrições sérias aos habitantes das propriedades mais afastadas.

Para esta comunidade, a prática deste hábito, ajudou a que o número de sub-registros de nascimentos oscilassem abaixo de 100 por mil até meados do século XIX, devido os pais batizarem as crianças antes dos 5 meses de vida<sup>2</sup>. Posteriormente, em função da própria conjuntura religiosa da paróquia (presença de vigários intermitentes), possivelmente houve um aumento significativo dos sub-registros de nascimentos pois as crianças passaram a ser batizadas mais

tarde, geralmente após esta idade<sup>3</sup>, possibilitando a que muitos ino  
centes fossem enterrados sem o devido registro de nascimento, em fa  
ce da forte mortalidade nos primeiros meses de vida<sup>4</sup>.

Fazendo-se apreciação quanto a qualidade das informa  
ções retratadas nos registros de batismos, constatou-se que as mes  
mas variaram ao longo dos anos de acordo com o vigário, origem so  
cial da criança registrada e época em que foram efetuados. Em decor  
rência disto, prestam-se todos os registros de batismo a estudos glo  
bais do movimento da natalidade, enquanto que para estudos específi  
cos a utilização destes dependem da questão a ser enfocada.

Para uma análise da estrutura familiar, os registros  
de filhos legítimos são os mais indicados, por apresentarem informa  
ções sobre os ascendentes paternos e maternos, bem como na maioria  
das vezes a origem dos mesmos, em todo o período estudado.

No estudo da geração dos filhos naturais, ou seja fora  
da instituição do casamento legal, o indicado é o conjunto dos regis  
tros de filhos naturais, por se apresentarem os mesmos já distingui  
dos entre filhos naturais de mães livres e de mães escravas. Esta  
particularidade torna-se importante uma vez que os filhos naturais  
de mães escravas eram mais facilmente aceitos pela comunidade; face  
sua condição social; enquanto os de mães livres, fruto de relações  
sexuais espúrias, sofriam maior resistência de aceitação pela socie  
dade, face sua formação conservadora dos padrões morais cristãos.

Para uma análise do papel do escravo na economia lo  
cal, os registros de batizados destes são os mais adequados; em face  
de constar o nome do dono.

No estudo da imigração da população à área, os eventos  
de filhos legítimos são os que apresentam melhores informações, em  
face de constar a procedência dos pais e as vezes, dos avós.

Para o estudo do compadrio, prestaram-se tanto os bati  
zados de escravos, como os batizados entre os livres, devido ser con

dição religiosa à presença de um responsável pelo novo cristão permanente a Igreja.

Os registros de óbitos correspondem ao mesmo tipo instituído pelo registro civil após a proclamação da República retratando os assentos de mortalidade ocorridos na povoação ao longo de sua existência. Estes eventos religiosos foram registrados durante todo o período estudado, sendo os únicos a serem efetuados na freguesia de Enseada de Brito, pois os cemitérios eram controlados pela Igreja.

As informações destes eventos, variaram de qualidade ao longo do período enfocado, tanto em função do vigário que os efetuava, como em função do estado social do morto. Até meados do século XIX, quando a paróquia tinha vigário permanente, a maioria dos que faleceram de morte natural e que não residiam muito longe da freguesia, receberam o sacramento da Extrema Unção; e foram acompanhados pelas irmandades existentes na dita paróquia<sup>5</sup>. Normalmente apresentavam os registros de óbitos informações sobre o nome do falecido, estado civil se adulto, idade, data da morte e local onde morava. Só registrando a causa mortis, quando existia evidência muito grande sobre esta, aparecendo quando o morto foi vitimado de afogamento, parto ou moléstia repentina (morte apressada)<sup>6</sup>. A ausência sistemática da causa morte, indica a falta de um cirurgião na comunidade, que pudesse atestá-la. Lamenta-se tal fato, pois dificulta identificar-se as epidemias que atingiram Enseada de Brito ao longo do período enfocado.

Em face do controle exercido pela Igreja sobre os eventos vitais ocorridos, os registros de óbitos são as melhores fontes documentais sobre a mortalidade ocorrida nesta freguesia ao longo dos anos em estudo; pois era difícil de se processar o sepultamento do corpo sem o conhecimento da Igreja; face ser realizado a encomenda do corpo, antes de ser conduzido ao cemitério. Este hábito contri

buiu para que o número de registros de óbitos fosse muito pequeno<sup>7</sup>.

Estes dados dos registros de óbitos associados ao de nascimentos, permitiram calcular-se o crescimento bruto da população para quase todos os 130 anos. Igualmente possibilitou observar-se como se comportou a mortalidade por faixas etárias, importante na caracterização das possibilidades de sobrevivência da população, bem como determinação da idade média de vida da mesma.

#### I.2.a.2. CASAMENTOS

Os registros de casamentos foram ao lado dos de batizados e óbitos, outra importante série de evento vital assinalado pela Igreja.

As informações contidas nos eventos de casamentos permitem restaurar famílias, e acompanhar suas transformações na própria sociedade, na qual procuravam-se amoldar através do processo de fusão de famílias pelo casamento.

Na sociedade do Brasil colonial era sacramento religioso de bastante prestígio social, festejado de acordo com as posses econômicas das famílias envolvidas. Para as mais abastadas economicamente e socialmente prestigiadas as uniões matrimoniais representavam a continuação das famílias no comando da vida econômica, política e social da comunidade<sup>8</sup>, representando para os mais pobres a continuação do grupo e a chance de receberem presentes que aliviavam as despesas com compra de utensílios, face o costume de se presentear os nubentos<sup>9</sup>.

Na cerimônia religiosa do casamento, as pessoas de maior projeção social ou estima na comunidade, eram lembradas para servirem de "testemunhas", criando em torno de si fortes elos de afinidades com todos os segmentos da sociedade, servindo de apadrinha



mento político, social e econômico<sup>10</sup>.

Os dados contidos nos registros de casamentos, permitem restaurar famílias, uma vez que apresentam informações sobre duas gerações: a dos noivos e pais destes; e também determinar-se o estatus social do noivo pela própria contingência da cerimônia. Permitem ainda estes dados determinar-se o sistema de compadrio, tão importante em sociedades rurais para entender-se a estrutura sócio-eco-nômica vigente. Igualmente permite saber-se a partir de meados do século XIX, a idade média que casava a população<sup>11</sup>.

### I.1.a.3. LIMITAÇÕES DOS REGISTROS ECLESIASTICOS

Os registros eclesiásticos apresentaram certas restrições quando da interpretação dos dados; que se faz necessário comentar-se, para que ao se deparar certas observações feitas ao longo do trabalho, não causem estranheza a presença das mesmas.

Os eventos de nascimentos, ôbitos e casamentos registrados pela Igreja, para a freguesia de Enseada de Brito, apresentam restrições de dados para vários anos; quer resultantes do estravio de livros onde se lançavam estes eventos<sup>12</sup>; quer pelo desleixo dos pais em registrarem seus filhos; ou mesmo pelo descuido na assistência religiosa aos paroquianos. As mais sérias limitações, registraram-se a partir de meados do século XIX, quando se teve por quase 30 anos a presença de lacunas nos eventos de nascimentos. O segundo problema diz respeito aos sub-registros de nascimentos ocorridos ao longo do período. Constatou-se a presença destes em todo o período estudado, muito embora tenha-se acentuado a partir da segunda fase conjuntural, em face da população ter se afastado progressivamente da sede paroquial. Considera-se como indicador o aumento progressivo do número de crianças que foram batizadas após 5 meses de vida, não

raro depois de 1 ano, cujo batismo efetivava-se nas épocas em que supõe-se terem ocorrido as festas religiosas mais importantes da comunidade<sup>13</sup>; os pais que moravam mais afastados deslocavam-se para assistirem os festejos e já cumprirem com suas obrigações religiosas, batizado dos filhos. Sabe-se que as vezes demanda em vários meses o tempo entre as festas mais importantes, aumento o risco de muitas crianças morrerem antes de serem registradas, uma vez que a mortalidade nos primeiros meses de vida era muito forte nesta população. Quando isto ocorreu, constituíram os sub-registros de nascimentos.

Considerando as possibilidades dos registros de nascimentos, ao longo deste 130 anos enfocados, pelos motivos expostos, os mesmos representaram em torno de 81% de todos os nascimentos ocorridos. Esta proporção foi muito mais acentuada até meados do século XIX. Seguindo esta linha de raciocínio teria ocorrido ao longo deste período mais ou menos 10.655 nascimentos, dos quais os registros de nascimentos assinalaram 8631 eventos<sup>14</sup>. Esta diferença de nascimentos não assinalados seria representada por 14% de sub-registro e 5% de dados extraviados, distribuídos de maneira irregular ao longo dos anos.

A distribuição percentual dos sub-registros e lacunas de dados relativos aos nascimentos ao longo do período enfocado (1778-1907), foi mais intensa entre os anos de 1848 a 1897 quando constituíram mais ou menos 40% dos eventos ocorridos nos demais anos, estes representaram um percentual de menos de 10% dos eventos. Constatou-se este fato através dos registros de óbitos de crianças que não foram batizadas e que foram registradas ao falecerem<sup>15</sup>.

Com todas as limitações que possam apresentar os dados de nascimentos efetivamente registrados, possibilitam resultados nos mesmos níveis quanto os que se conseguiria através das estatísticas por amostragem.

### I.1.b. DOCUMENTOS OFICIAIS

Os documentos oficiais por sua própria origem constituíram-se em documentos de utilidade para subsidiar o presente trabalho; uma vez que os mesmos apresentavam informações úteis a complementação das fontes eclesiásticas. Tais documentos classificados como oficiais são as falas de Presidente de Província, Leis Provinciais, livros de Câmaras Municipais, Atas-Eleitorais, Livros de Juizes e Correspondência de Marinha; sobre os quais far-se-á algumas considerações individualmente.

#### I.1.b.1. FALAS DOS PRESIDENTES DE PROVÍNCIA

Estes documentos são fontes secundárias da melhor qualidade uma vez que encerram informações gerais sobre a Província de Santa Catarina, no início de cada ano legislativo; quando o Presidente da Província dava ciência aos deputados provinciais da situação em que se encontrava Santa Catarina no dito ano.

Com relação à freguesia de Enseada de Brito em muitos destes documentos havia referência sobre a população e outros aspectos.

O primeiro destes documentos consultados, data de 1841<sup>16</sup>; no qual aparece o "QUADRO DA DIVISÃO CIVIL, JUDICIÁRIA E ECLESIASTICA DA PROVÍNCIA DE SANTA CATARINA, COM RESUMO DA POPULAÇÃO RELATIVO AO ANO CIVIL DE 1840"; o qual apresenta informações que permitiram saber-se não só a população total, com sua distribuição entre livres e escravos, tanto por sexo como estado civil.

Nas falas provinciais de 1854<sup>17</sup>; 1855<sup>18</sup> e, 1867 há informações sobre o número de eventos vitais de batizados, óbitos e casamentos, ocorridos na freguesia de Enseada de Brito no ano ante

rior; bem como a respectiva população nestes mesmos anos.

O documento desta série que apresenta as melhores informações, sobre a população desta freguesia como de toda Santa Catarina é o de 1867<sup>19</sup>. Aparecendo neste, dados que permitiram saber-se, além das informações normais, apresentadas já nas estatísticas populacionais anteriores, outras referentes as profissões, renda, fogos, cor, casas, religião e nacionalidade.

Suas informações são preciosas, oportunizando conhecer-se muitos aspectos referentes à população da comunidade até então desconhecidos. E são destas informações que conseguiu-se montar um quadro aproximativo da distribuição funcional dos indivíduos, bem como das rendas anuais auferidas pelos mesmos, importantes para entender-se certos comportamentos sócio-demográficos da comunidade.

Outros documentos desta série, foram consultados sem revelarem informações sobre a população desta freguesia em outros anos, que os já citados; mas tão somente informações gerais.

#### I.1.b.2. LIVROS DE CÂMARAS MUNICIPAIS

Através destes documentos conheceu-se importantes informações sobre a freguesia de Enseada de Brito, no que tange a sua participação política e jurídica-administrativa no cenário municipal.

Consultou-se os livros de câmaras municipais de Desterro<sup>20</sup>, e de São José da Terra Firme<sup>21</sup>, através dos quais constatou-se a participação ativa de cidadãos de Enseada de Brito no processo político administrativo municipal e mesmo provincial. Notou-se nestes documentos a relativa importância que tinha esta povoação como núcleo centralizador da área do Cubatão e Campos de Araçatuba ao longo de mais de 100 anos.

### I.1.b.3. LEIS PROVINCIAIS

Estes documentos serviram de base para definir-se quando ocorreram as alterações territoriais sofridas por esta povoação. Através destes, constatou-se que somente a partir de 1830<sup>22</sup>, teve legalmente início o processo de desmembramento de Enseada de Brito, muito embora a primeira referência a definição de fronteiras alteradas date de 1839<sup>23</sup>; quando foi criado o município de São José. Leis se sucederam em 1848<sup>24</sup> e 1854/56<sup>25</sup>: desmembrando a freguesia de Enseada de Brito para criar as freguesias de São Joaquim da Garopaba e Santo Amaro do Cubatão, respectivamente.

O desconhecimento de tais atos legais, que alteraram a extensão do espaço territorial, dificultaria entender-se as alterações populacionais que ocorreram em certos momentos históricos nesta povoação; constatáveis pelos Quadros Populacionais Oficiais<sup>26</sup>.

### I.1.b.4. AS ATAS ELEITORAIS

Documentos, elaborados pelos municípios em atendimento às exigências feitas pelos Presidentes da Província. Tais documentos obedeciam as diretrizes do voto distrital, de fundo econômico, que limitava o número de eleitores<sup>27</sup>.

A importância destas atas, para trabalhos deste gênero, estão em apresentar informações que permitem desenvolver-se algumas considerações, não só com relação a aspecto político da comunidade, como nos aspectos econômicos e sociais; tão difíceis em informações no século passado, quando se tratava de pequenas comunidades.

Constituem-se esta série de documentos, de duas Atas eleitorais, datadas respectivamente de 1876<sup>28</sup> e de 1890<sup>29</sup>.

A primeira delas, fornece informações sobre o nome do

eleitor, filiação paterna, materna, idade, estado civil, profissão, local de residência na comunidade, estado de escolaridade, renda anual. Ainda apresentava informações relativas ao quateirão eleitoral a que pertence e se era elegível ou não<sup>30</sup>.

Para a segunda Ata Eleitoral, duas importantes informações deixam de constar, o lugar onde residia o eleitor, e a renda anual auferida pelo mesmo. Além disto, nesta Ata há uma redução de 50% do número de eleitores, em relação a anterior<sup>31</sup>. Tais elementos no conjunto, dificultam uma análise detalhada, como se fez com a Ata de 1876.

#### I.1.b.5. LIVROS DE JUIZ DE PAZ

Documentos que eram enviados ao Presidente da Província, pelos juizes de paz, dando conta dos problemas que estavam ocorrendo em sua jurisdição. Apresentam dados sobre questões de limites entre propriedades, de disputas quanto a jurisdição sobre certas áreas limítrofes da freguesia; de problemas de ordem política, que contrariavam os princípios do Império, e muitos outros.

Destes documentos obteve-se importantes informações sobre o envolvimento de pessoas da comunidade com a Revolução Farroupilha. Igualmente apurou-se informações sobre descontentamento entre a população da área do Rio Cubatão em relação a sua subordinação a Freguesia de Enseada de Brito, alegando que a freguesia de Palhoça era muito mais perto e com a qual estavam mais acostumados a tratar.

#### I.1.b.6. CORRESPONDÊNCIA DE MARINHA

Cópia das cartas que eram enviadas ao Ministério da Ma

rinha, dando conta da situação político-militar que se passava na Província.

Apresentam importantes informações para trabalhos sobre a história militar da Província de Santa Catarina.

Encontrou-se nestes documentos informações sobre as operações militares realizadas no espaço territorial da freguesia de Enseada de Brito entre as tropas Imperiais e os Farropilhas.

### I.1.c. BIBLIOGRAFIA DE APOIO

As fontes designadas com tal nome são os livros de história consultados, escritos sobre Santa Catarina que apresentavam informações sobre esta freguesia e as obras sobre Demografia Histórica.

Tais obras tiveram seu aproveitamento no trabalho, a medida que se encontrou dificuldades de preencher lacunas surgidas, com o uso apenas dos documentos básicos, e problemas de definições metodológicas.

Teve-se, com relação aos autores, que escolher-se aqueles menos controvertidos e que melhor instrumentaram suas conclusões. Em alguns momentos, por deficiência de melhores informações, utilizou-se de informações de autores que embora não possam ser consideradas inedôneas, apoiaram sua afirmativa em fontes imprecisas de se determinar o grau de veracidade, pois resultam em alguns casos da tradição oral<sup>32</sup>.

Face o pequeno porte da povoação em estudo; as dificuldades bibliográficas sobre a mesma forma enormes. Conseqüentemente pela ausência de material mais concreto, em muitos casos, não pode-se apresentar conclusões, mais tão somente sugestões de como teria acontecido. É por exemplo, o que acontece em relação a primeira fase de povoamento, da qual, embora saiba-se informações da germinação

de núcleos de povoamento na área no decorrer do século XVII, não se tem documentos que determinem o grau de importância numérica desta fixação.

Procurou-se com relação a esta primeira fase histórica da povoação, usar-se as fontes menos comprometedoras, e ao mesmo tempo aproveitar todas as possibilidades por estas fornecidas. Assim agiu-se, no sentido de dar ao presente trabalho, a consistência histórica devida, tão importante para entender-se hábitos demográficos praticados pela população.

Dentre as fontes bibliográficas especialmente utilizadas, no capítulo da introdução histórica, destacam-se algumas obras, que a seguir se fará algumas considerações.

A obra histórica MEMÓRIA POLÍTICA DA CAPITANIA DE SANTA CATARINA<sup>33</sup>, foi de grande importância neste trabalho por ter seu autor documentado informações valiosas sobre a freguesia de Enseada de Brito na época; inclusive apresentando informações sobre o processo de povoamento da área em suas fases de ocupação. Suas verdades ainda que questionáveis, em muitos aspectos, foram das melhores que se encontram para documentar período tão difícil de documentação sobre nossas comunidades; pois suas informações referem-se ao século XVIII e início do século XIX.

Para o presente trabalho, esta obra representou uma grande ajuda documental, por ser escrita por alguém que teve acesso a certas fontes históricas, tanto documentos como tradição oral, que se deterioraram com o passar dos anos.

No decorrer do século XIX, outros autores escreveram sobre aspectos da vida catarinense, revelando muitas informações fundamentais sobre a economia, política e sociedade de algumas povoações e mesmo da Província como um todo. Infelizmente, não se tem qualquer informação sobre a comunidade de Enseada de Brito, que justificasse sua utilização. Em síntese nada acrescentavam ao já escri



to por Paulo Miguel de Brito; no início daquele século.

No início do século XX, surgiram vários trabalhos históricos, sobre a Terra Catarinense; nos quais obteve-se informações úteis ao presente trabalho.

Da obra Os Nossos Almirantes<sup>34</sup>, obteve-se informações sobre a presença de tropas, na época da revolução Farroupilha, na área de Enseada de Brito. As quais sugere ter aumentado significativamente o número de filhos naturais de mães livres, face à presença e contacto com a população feminina local. Tais informações foram comprovadas em outros documentos<sup>35</sup>, dando assim total credibilidade a estas informações.

Do livro Monografia do Município de Palhoça<sup>36</sup>, obteve-se algumas informações. Observou-se que este autor, muitas vezes não tinha a preocupação de fundamentar em documentos suas afirmativas. Dentre as informações importantes que pode-se utilizar com segurança, destacam-se dados demográficos referentes aos Censos de 1872 e 1890; e informações sobre a alteração do espaço territorial da freguesia a partir de meados do século XIX, confirmado nas Leis Provinciais da época.

A partir da década de 50 do século atual, surge uma leva de historiadores, que procuraram, através da pesquisa direta dos documentos citados por autores anteriores e outros mesmos que aqueles não tiveram acesso, dar uma dimensão nova a história Catarinense.

Ressurge com vigor, estudos sobre a formação e processo de ocupação do litoral Catarinense; bem como dos aspectos políticos, econômicos e sociais, que envolveram estas povoações litorâneas em suas diferentes fases históricas.

Fornecem estes autores importantes subsídios para o desenvolvimento seguro deste trabalho. O professor Walter Fernando Piazza, com suas obras<sup>37</sup>, contribuiu na comprovação da origem açoria

na desta povoação; bem como sobre a participação do escravo no contingente populacional da freguesia e participação destes no contexto econômico regional.

Do professor Oswaldo Rodrigues Cabral, consultou-se e utilizou-se as obras Os Açorianos<sup>38</sup> e as Defesas da Ilha de Santa Catarina no Período Colonial<sup>39</sup>, as quais forneceram informações sobre os contingentes açorianos vindos para Enseada de Brito, bem como a forma como se processou a fixação do açoriano na área. Além destes aspectos permitiu conhecer-se o papel militar da freguesia no Continente frontal a Ilha de Santa Catarina.

Outros autores contemporâneos a estes dois baluartes da história catarinense foram consultados<sup>40</sup>, sem no entanto apresentarem dados significativos para o presente trabalho.

Nos capítulos específicos sobre a evolução da natalidade, além das fontes já comentadas, teve-se que procurar o apoio de obras técnicas especializadas neste campo de pesquisa.

Dentre outras consultas utilizou-se obras de autores Emílio Sounis<sup>41</sup>, Pedro Calderão Beltrão<sup>42</sup>, Maria Luiza Marcilio<sup>43</sup>, Louis Henri<sup>44</sup> e Lawrence Nielsen<sup>45</sup>.

Tais informações teóricas permitiram uma melhor orientação na pesquisa e interpretação, das informações referentes a evolução histórica-demográfica de Enseada de Brito.

Sem o embasamento teórico colhido nas diferentes fontes bibliográficas de apoio, seriam incertas as conclusões que se faria sobre a evolução histórica-demográfica desta comunidade.

## I.2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

No presente trabalho procurou-se orientar pelos postulados teóricos da Demografia Histórica, surgida na França com Luis

Henry e outros; os quais constataram as possibilidades de estudos demográficos a partir dos eventos eclesiásticos de batizados, óbitos e casamentos; cuja praticidade foi testada também na Inglaterra com sucesso.

Na década entre 1950 a 1960, Luiz Henry e seus colegas introduziram uma nova técnica de pesquisar e analisar registros eclesiásticos de eventos vitais, para fins históricos e demográficos. Logo Peter Leslett, E.A. Wrigley, T.H. Hollingworth e outros historiadores ingleses adotaram e modificaram o sistema dos franceses para analisar a História Demográfica da Inglaterra<sup>4 6</sup>.

Tais experimentos bem sucedidos serviram de encorajamento a definição de uma linha metodológica, cujos enfoques demográficos se apoiassem nos eventos vitais registrados pela Igreja ao longo de mais de 100 anos.

A centralização do corpo do trabalho, nos documentos eclesiásticos prendeu-se ao fato de que estas fontes documentais eram as únicas que abrangiam toda a faixa de tempo que se pretendia focalizar, registrando de forma meticulosa, ano após ano, os eventos vitais ocorridos nesta freguesia; e devido outros documentos existentes, serem poucos em informações, sobre os eventos vitais ocorridos nesta povoação. Sendo utilizados muito mais para complementar informações acerca da vida sócio-econômica da comunidade, que para embasar análises sobre o seu comportamento demográfico.

Sendo esta uma comunidade de pequena expressão política, teve-se muita dificuldade de arregimentar informações oficiais, que complementassem os dados demográficos apurados a partir dos registros eclesiásticos. Exigindo o manuseio de grande volume de documentos que continham dispersamente informações sobre a vida política-social-econômica e demográfica desta comunidade, no período enfo

cado<sup>47</sup>.

Para que se manuseasse com sucesso e objetividade documentos de procedência tão diversas foi preciso adequar-se uma metodologia de investigação a cada tipo de fonte documental. Desta situação definiu-se dois processos distintos de coleta de dados: um para os documentos de procedência diversas; e outro para os registros eclesiásticos. No primeiro caso procurou-se aplicar o processo de fichamento por assunto e autor; organizando-se posteriormente este material de forma tal que facilitasse sua utilização. Com relação a estes documentos, constatou-se serem difíceis de investigação, mas não de serem utilizados; como de fato o foram na qualidade de material complementar às análises demográficas. Quanto a metodologia utilizada na investigação dos registros eclesiásticos, foi esta inspirada nos pesquisadores que já investigam tais tipos de documentos. Neste sentido a par de outros autores consultados<sup>48</sup>, encontrou-se na obra do professor Nielsen<sup>49</sup>, os fundamentos necessários a elaboração das fichas de indexação (transcrição) dos registros, e quadros de tabulamentos destes mesmos dados. Este autor conhece as particularidades internas destes documentos e as dificuldades inerentes a eles; por realizar investigações semelhantes sobre outras paróquias da região da Grande Florianópolis, e ainda o mesmo orienta-se em seus postulados teóricos pela corrente da demografia histórica, que vêem nestes documentos eclesiásticos amplas possibilidades de realização de uma história sócio-demográfica das pequenas comunidades, a partir das quais se levantaria uma nova visão histórica das diferentes áreas do País.

Analisando-se as fichas de indexação e tabulamento apresentadas pelo autor<sup>50</sup>, constatou-se serem estas adequadas ao presente trabalho, uma vez que são bastantes flexíveis, adaptando-se à coleta de informação que se quer extrair dos registros.

Definiu-se assim fichas de indexação para cada tipo de

evento vital: nascimento, óbito e casamento<sup>51</sup>. Tal especificidade objetiva a captação de maior número possível de informações contidas nos respectivos eventos; de forma organizada e no menor espaço de tempo possível. Ao mesmo tempo viza atender as peculiaridades de informações contidas nos diferentes tipos de registros.

As fichas para a transcrição, das informações dos registros de batismo<sup>52</sup>, foram padronizadas em dois modelos diferentes, afim de atender as peculiaridades dos registros de livres e escravos. Embora fossem normalmente registrados nos mesmos livros batismos, apresentavam-se com informações diferenciadas; de grande importância para o conhecimento da conjuntura sócio-econômica desta comunidade.

Vistos os registros de batizados, em suas informações mais significativas, constatou-se que a ficha de indexação tanto para escravos como para livres, elaboradas pelo Professor Nielsen poderiam ser utilizadas sem nenhuma restrição.

Com relação as fichas de indexação de óbitos e casamentos, receberam tratamento similar as de batizados; ou seja adequando-se as mesmas as informações contidas nos eventos de óbitos e casamentos. Do mesmo autor, utilizou-se as fichas de indexação peculiares a estes tipos de eventos; por atenderem as particularidades informativas que se queria levantar; a fim de se utilizar como informações de apoio ao estudo do comportamento da natalidade.

Definidos os modelos das fichas de indexação, partiu-se para o trabalho de fichamento dos registros individualmente; tendo antes a preocupação de elaborar fichas mimeografadas de tamanho padrão, para que se tornasse fácil seu manuseio e rápido o trabalho de transcrição. Afim de agilizar o processo de transcrição, em parte dificultado pela legibilidade e grafia dos documentos.

Mesmo não se encontrando dificuldades mais sérias, esta etapa por ser eminentemente mecânica foi cansativa e morosa. O

tempo gasto no levantamento do Arquivo Eclesiástico da Paróquia de Enseada de Brito, composto de 15 livros de batizados, num total de 1381 páginas; 6 livros de óbitos, com 622 páginas; e 5 livros de casamentos com 454 páginas<sup>53</sup>, foi de alguns meses de pesquisa sistemática.

As características peculiares a cada uma das séries de registros, e igualmente a época em que foram efetuadas, determinaram o ritmo da leitura e transcrição dos eventos para as fichas de indexação, nos diferentes períodos. Em geral até meados do século XIX, devido serem os registros mais completos em informações, e apresentarem-se um estado de conservação e legibilidade mais difícil; foram muito mais morosos na transcrição, que os posteriores a esta época.

Com relação as dificuldades de transcrição das diferentes séries de registros, constatou-se ser as de casamentos, as que apresentaram maior morosidade, por serem os eventos que continham maior volume de informações. Assim em relação a estes eventos, até meados do século passado, trabalhando-se regularmente, conseguia-se levantar uma média de 10 eventos por hora; melhorando consideravelmente a partir desta época o rendimento que passou a ser de 16 transcrições por hora de trabalho.

Na série de registro de batizados, refletiu-se as mesmas características documentais dos eventos de casamentos; ou se já mais completas e difícil de transcrição até meados do século passado, melhorando posteriormente o rendimento. Assim na primeira fase a média de transcrição por hora foi de 15 eventos, passando posteriormente a ser de 30 a 35 eventos.

Os registros de óbitos foram sem dúvida os que mais facilitaram o processo de transcrição. O nível de oscilação das informações variaram muito ao longo do período enfocado (1778 a 1907). Alguns registros apresentaram informações sobre dependentes, acompanhamentos de irmandades, testamento, local onde residia, nome do côn

juge; enquanto outros apenas tinham o nome do falecido e data do sepultamento. Em decorrência destas variações nas informações, o ritmo de transcrição, caminhou de forma oscilatória; com um volume de transcrições média de 40 registros por hora.

Terminada a fase de transcrição dos eventos de nascimentos, casamentos e óbitos; passou-se a fase de tabulamento de dados, quando este farto material documental foi organizado em conjunto de informações de acordo com as questões a que se queria focar. Nesta etapa teve-se que gastar muitas horas de trabalho antes que surgissem os primeiros resultados interpretáveis; capazes de responderem as indagações formuladas sobre a evolução demográfica desta povoação.

Conjuntos de informações tão diversas tiveram que ser no decorrer desta fase de tabulamento, tratados por etapas sucessivas. Assim o primeiro passo consistiu na organização das fichas de indexação por anos de nascimentos; a partir da data de nascimento como referência para seu agrupamento; só usado a de batismo quando a primeira não se fazia presente. Para as séries de casamentos e óbitos usou-se a data da ocorrência. Elaborou-se igualmente fichas de tabulamento específica a cada tipo de evento vital, sobre as quais procurou-se distribuir os dados. A ficha de tabulamento anual dos nascimentos elaborada, procurou captar simultaneamente vários aspectos: distribuição dos nascimentos por condição de paternidade (filhos legítimos, naturais e expostos); distribuição por sexo e meses do ano em que nasceram. Estas séries estatísticas possibilitam análises sobre os nascimentos no tocante a evolução quantitativa, seja geral, ou específica por filhos legítimos e naturais por sexo, e movimento sazonal dos nascimentos.

Quanto aos eventos de óbitos face sua importância para saber-se o número de mortes que ocorriam nas diferentes faixas etárias e por sexo, procurou-se tabulá-los anualmente de forma que re

tratassem a mortalidade por várias faixas etárias e por sexo; uma vez que os mesmos serviriam para compreender-se o total de população nascida que atingiu a idade de reprodução.

Estes registos tabulados para períodos anuais, foram posteriormente agrupados em cortes quinquenais, decenais e mesmo vintenal; afim de ter-se a consistência documental necessária para análises em períodos mais extensos. Procurou-se igualmente aplicar-se sobre estes dados, processos estatísticos que permitiram uma visão mais objetiva das questões relativas a evolução demográfica desta povoação.

Conhecida as possibilidades dos diferentes documentos seleccionados, procurou-se delinear a maneira de melhor aproveitar estes dados no contexto do trabalho. Neste aspecto sentiu-se a necessidade de definir as diferentes questões a serem abordadas nos vários capítulos, a fim de que os conteúdos se harmonizassem em torno do objetivo geral deste trabalho, em suas várias etapas. No primeiro capítulo procurou-se enfocar as questões metodológicas; no 2º capítulo enfocou-se os aspectos sociais, políticos e económicos desta freguesia; no 3º capítulo tratou-se das características demográficas gerais desta população. Nos dois últimos capítulos (4º e 5º), abordou-se de maneira específica a evolução da natalidade: focalizada primeiramente em sua visão global (4º capítulo): posteriormente especificado por filhos legítimos e naturais (5º capítulo).

Nestes dois capítulos finais fez-se necessário a focalização dos dados estatísticos populacionais por fases conjunturais, uma vez que através das análises feitas no 2º capítulo sobre aspectos políticos e 3º capítulo considerações sobre a população de Enseada de Brito; percebeu-se a presença de 4 (quatro) fases históricas distintas na vida da comunidade, que foram tomadas como ponto de partida para o desenvolvimento dos enfoques específicos.

A primeira fase histórica se estendeu de 1778 a 1807;



caracterizando-se pela inteiração e estabilização da população açoriana e vicentista no espaço territorial da freguesia<sup>54</sup>. Demograficamente caracterizou-se por forte expansão da natalidade e substituição da população que chegou dos açores e a vicentista que vivia na área, em idade adulta, por uma jovem população nascida na área. No final desta fase conjuntural, que durou de 1778 a 1807; está ocorrendo o desaparecimento da população vinda dos açores<sup>55</sup>; enquanto entre a população jovem iniciava-se uma fase de ocupação das terras mais afastadas da sede da freguesia. Esta dispersão da população no espaço territorial contribui para que nas fases conjunturais seguintes aumentasse o número dos sub-registros dos nascimentos.

A segunda fase conjuntural (1808 a 1847) caracterizou-se pela ocupação das áreas mais afastadas da freguesia por parte da população jovem que vivia junto a sede da mesma, em cuja empresa foram acompanhados por imigrantes<sup>56</sup>; que procuraram fixar-se na região (não se está falando de levadas de imigrantes organizados, mas de elementos que chegavam na área provenientes principalmente de outras Províncias Brasileiras). Teve-se ainda no espaço geográfico da freguesia a presença de uma "forte mortalidade" que afetou o comportamento da natalidade a partir de meados desta fase conjuntural. Foi também neste período conjuntural que a freguesia de Enseada de Brito atingiu sua maior expressão, tanto no aspecto demográfico como territorial. Do ponto de vista político contribui como figuras de projeção no cenário catarinense<sup>57</sup>; tornando-se igualmente palco das lutas travadas contra os farrapos, que aí derrotados começaram a retroceder. No aspecto econômico-territorial polarizava uma área em que se destacava além da sede da freguesia, a Armação da balçia de Garopaba e Santo Amaro do Cubatão; todas no mesmo nível econômico e populacional.

A terceira fase conjuntural (1848/1867) foi marcada por transformação, tanto do ponto de vista político, como demográfico.

Foi o período em que a paróquia sofreu dois importantes desmembramentos: o de São Joaquim da Garopaba o de Santo Amaro do Cubatão; os quais repercutiram no volume da população da freguesia nos anos posteriores. Pois a perda de quase 50% do espaço territorial existente até 1845, implicou na passagem para a jurisdição das novas paróquias criadas, de mais de 40% da população da freguesia.

A quarta fase conjuntural (1868/1907) foi marcada por alterações na vida sócio-política da comunidade, em que evidenciou sinais de uma povoação que perdia progressivamente o prestígio, como núcleo principal entre o rio Cubatão e Garopaba da área. A instabilidade de vigários fixos (apenas 1 nestes 40 anos), aliados ao fato de que fato de que Palhoça se erigiu a categoria de vila, quando esta povoação apresentava melhores condições; sintetizam os sinais de decadência.

Do ponto de vista demográfico caracterizou-se por um crescimento cada vez mais lento da população. Parece que o potencial gerador de filhos encontrava-se debilitado pela forte mortalidade de entre as camadas mais jovens da população durante estes anos.

Delineando o esquema de desenvolvimento das interpretações dos dados, procurou-se desenvolver estas apoiado nos postulados teóricos da demografia histórica; particularmente nos capítulos específicos das análises da natalidade; nos quais os dados estatísticos resultantes das fontes eclesiásticas foram classificados como documentos básicos. Sobre os dados estatísticos tabulados relativos a evolução da natalidade foram aplicados processos estatísticos de uso regular em trabalhos desta natureza. O fato de ser uma comunidade classificada como agrícola, segundo Carlos M. Cipola em História Econômica da População; fez-se necessário o cálculo das taxas brutas de natalidade afim de se poder identificar os níveis de variáveis das taxas em relação ao padrão básico máximo de 30 por mil<sup>58</sup>. Utilizan

do a fórmula clássica

$$T. Nat. = \frac{\Sigma Nasc.}{\Sigma Pop.} \times 1000$$

teve-se taxas brutas para anos, e coortes decenais, que possibilitaram observar-se as flutuações em torno padrão definido por Cipolas, e conseqüentemente definir as características demográficas desta comunidade, nos aspectos relativos a natalidade.

No que se refere aos nascimentos por sexo procurou-se constatar se a comunidade gerou regularmente seres de ambos os sexos que garantiram a sobrevivência demográfica desta população; ou se em muitos momentos dependeu da introdução de população adulta de um dos sexos que equilibraram na idade de reprodução a população da comunidade. Pois face o pequeno tamanho da população; poderia ocorrer em idade adulta um desequilíbrio entre os sexos que colocaria em perigo a sobrevivência do grupo.

Para instrumentar tais tipos de análises usou-se o modelo de correspondência de masculinidade apresentado por Emílio Sounis<sup>59</sup>.

$$\text{corr. Nasc.} = \frac{\Sigma Nasc. Masc.}{\Sigma Nasc. Fem.} \times 100$$

Teoricamente deve nascer mais homens que mulheres, para que seja compensada a maior mortalidade entre as crianças do sexo masculino nos primeiros anos de vida. Se isto não ocorrer possivelmente ocorrerá um desequilíbrio entre os sexos quando estes nascidos atingirem a idade adulta, que poderá gerar atitude social de compensação.

A aplicabilidade deste modelo foi particularmente eficiente, quando as frequências numéricas enfocadas era superior a 10 eventos. Neste caso pode-se sentir que quando ocorriam oscilações

mais acentuadas para um dos sexos, estes expressavam uma forte presença de nascimentos de um dos sexos em detrimento de outro.

Nas análises relativas ao movimento sazonal da natalidade, enfocada por coortes vintenais, usou-se o modelo "UNIVERSO DE 1200", de Lois Henry<sup>60</sup>, por reduzir este, dados numéricos de diferentes valores, a coeficientes padrões. Desta forma foi possível observar-se as oscilações sazonais, ao longo do período em estudo. A utilização deste modelo deveu-se ao fato do mesmo já ter sido usado com sucesso em outros estudos, garantindo desta forma que os dados da sazonalidade dos nascimentos fossem interpretados com mais objetividade de que pelo simples cálculo percentual dos nascimentos por meses do ano. Estes processos estatísticos favoreceram a interpretação dos dados estatísticos apurados sobre a população de Enseada de Brito, quando se procurou delinear o comportamento demográfico desta comunidade.

De outra parte a existência de estatísticas populacionais oficiais sobre esta freguesia, para vários anos, favoreceu o cálculo de taxas brutas de crescimento da população<sup>71</sup>, utilizando-se a fórmula:

$$W = \frac{\frac{P_2 - P_1}{T_2 - T_1} \times 100}{\sqrt{P_1 - P_2}}$$

que aplicadas sobre os eventos de nascimentos ocorridos anualmente, possibilitaram o cálculo da taxa bruta de crescimento anual da população, para a maioria dos anos. Estas taxas encontradas foram de grande importância na caracterização do ritmo de crescimento populacional desta comunidade.

Ainda com relação aos aspectos metodológicos há a se esclarecer que face as características do trabalho, fez-se necessá

rio expressar-se as informações de nascimentos, casamentos e óbitos, através de quadros estatísticos e gráficos, afim de possibilitar o leitor o acompanhamento do raciocínio desenvolvido e a testagem das informações apresentadas. Em certos capítulos, os quadros estatísticos encontram-se distribuídos esparsamente, seguidos das respectivas interpretações. Em outros estes são apresentados no final do capítulo, devido terem sua utilização não só naquele capítulo mais em outros que o precedem. Assim para reduzir as dificuldades do leitor se situar, procurou-se sempre que se entendeu necessário, fazer observações sobre os dados estatísticos comentados.

Embora muitos leitores tenham críticas quanto a forma de distribuição das tabelas estatísticas e gráficos, estes expressam uma linha de raciocínio cujo objetivo é o entendimento do trabalho como um todo, possivelmente outros aspectos metodológicos foram negligenciados, tanto em face da complexidade do campo de conhecimento abrangido, como da inesperienza do autor em abordagens desta natureza.

I.6. NOTAS DO CAPÍTULO

<sup>1</sup>Vide neste capítulo tópico I.2.b., p. 19-26.

<sup>2</sup>ENSEADA DE BRITO. Batizados, 1778 - 1907. Arquivo Histórico Eclesiástico da Cúria Metropolitana de Florianópolis (doravante de signado pela sigla AHECMF).

<sup>3</sup>ENSEADA DE BRITO. Batizados: 1851 - 1907, AHECMF.

<sup>4</sup>ENSEADA DE BRITO. Óbitos: 1778 - 1907. AHECMF.

<sup>5</sup>ENSEADA DE BRITO. Óbitos: 1751 - 1907. AHECMF.

<sup>6</sup>IBID.

<sup>7</sup>IBID.

<sup>8</sup>ENSEADA DE BRITO. Casamentos: livros diversos, AHECMF.

<sup>9</sup>MARTINS, Pedro. Entrevista concedida a Vilson Francisco de Farias em 24 de abril de 1979, no arquivo particular do autor.

<sup>10</sup>Os que mais se destacaram foram o Capitão José Luiz Marinho, o Alferes Manoel Vieira Fernandes, o Major Thomaz José da Costa, o Major Torquato de Souza Noranha, o Major Manoel Marques Guimarães, o Tenente Coronel José Inácio Bernardino da Silva, o Major Thomaz José Bitancurt, o Major Thomaz José da Costa Barbosa.

<sup>11</sup>ENSEADA DE BRITO. Casamentos: 1751 - 1907, AHECMF.

<sup>12</sup>Possivelmente foram perdidos 2 livros que serviram para lançamento de batizados entre 1850 e 1883.

<sup>13</sup>Destaca-se como mais importantes as de Nossa Senhora dos Navegantes, Espírito Santo, finados, Advento, Santa Cruz.

<sup>14</sup>ENSEADA DE BRITO. Batizados: 1778 - 1907, AHECMF.

<sup>15</sup>ENSEADA DE BRITO. Óbitos: 1778 - 1907, AHECMF.

<sup>16</sup>SANTA CATARINA. Presidente da província, 1840-1848 ( Ferreira de Brito ). Falla que o presidente da Província de Santa Catarina, o Brigadeiro Antero José Ferreira de Brito dirigiu à Assembléia Legislativa da mesma província na abertura de sua sessão ordinária em 1º de março de 1841. Desterro Typ. Provincial, 1841.

17 SANTA CATARINA. Presidente da província, 1850-1859 (Coutinho). Falla que o presidente da província de Santa Catarina Dr. João José Coutinho dirigiu a Assemblêia Legislativa provincial, no acto de sua sessão ordinária, em 1º de março de 1852. Desterro, Typ. Catharinense, 1852.

18 IBID. 1856.

19 SANTA CATARINA. Presidnete da Província, 1865-1867 (Albuquerque Lacerda). Relatório apresentado a Assemblêia Legislativa provincial de Santa Catarina em sua sessão ordinária, pelo presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, no ano de 1867. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1867.

20 DESTERRO. Câmara Municipal: Livros de 1774 - 1810. Arquivo Público de Santa Catarina (em outras referências posteriores se usará a sigla APSC).

21 SÃO JOSÉ. Câmara Municipal: Livros de 1833 - 1886, APSC.

22 Criação da freguesia de São Joaquim da Garopaba, que só foi efetivada pela Lei 253 de 5 de abril de 1848.

23 SANTA CATARINA. Leis, decretos, etc... Coleção das leis da Província de Santa Catarina, 1835 - 1840. Desterro, Typ. Catharinense, 1856.

24 SANTA CATARINA, Leis, Decretos, Etc... Coleção das leis da Província de Santa Catarina, 1848-53. Desterro, Typ. Catharinense, 1860.

25 SANTA CATARINA. Leis, decretos, etc... Coleção das leis da Província de Santa Catarina, 1854-62. Desterro, Typ. Catharinense, 1865.

26 Vide censos em anêxos.

27 Definidos pela Constituição da Mandioca de 1824.

28 SÃO JOSÉ. Câmara Municipal, Ata Eleitoral de 1876. APSC.

29 SÃO JOSÉ. Câmara Municipal, Ata Eleitoral de 1890. APSC.

30 Vide anêxo 2.

31 IBID.

<sup>32</sup>BRITO, Paulo Miguel de. Memórias políticas da capitania de Snata Catarina, e LUPÉRCIO, José Lopes. Monografia do município de Palhoça.

<sup>33</sup>BRITO, Paulo Miguel. Memórias políticas da capitania de Santa Catarina. Lisboa, 1829.

<sup>34</sup>BOITEAUX, Lucas Alexandre. Os nossos almirantes. Rio de Janeiro, Imp. Naval, 1917. V 2.

<sup>35</sup>MINISTÉRIO DA MARINHA. Correspondência, 1839-1842. livro nº 3013, APSC.

<sup>36</sup>LUPÉRIO, José Lopes. Monografia do Município de Palhoça. Liv. Cisne, 1819.

<sup>37</sup>PIAZZA, Walter F. A Igreja em Santa Catarina. Notas para sua história, sec, 1978.

<sup>38</sup>CABRAL, Oswaldo R. Os açorianos. Iº Congresso de História Catarinense, 1. Florianópolis, 1950. Anais... Florianópolis, imp. oficial, 1950, V 2. p. 509-97.

<sup>39</sup>CABRAL, Oswaldo R. As fortalezas da Ilha de Santa Catarina no período colonial. Rio de Janeiro, Cons, Fed. de Cultura, Dep. de imp. Nacional, 1972. 137 p.

<sup>40</sup>Vários autores constantes da relação bibliográfica.

<sup>41</sup>SOUNIS, Emilio. Bioestatística: Princípios fundamentais metodologia, estatística, aplicação as ciências biológicas. 2. Ed. rev. McGraw-Hill do Brasil. Porto Alegre, 1979. 230 p.

<sup>42</sup>BELTRÃO, Pedro Calderan. Demografia ciência da população; análise e teoria. Porto Alegre, Liv. Sulina Ed., 1972. 335 p.

<sup>43</sup>MARCILIO, Maria Luiza. A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850. São Paulo, Pioneira, 1974. 220 p.

<sup>44</sup>HENRY, Louis. Técnicas de Análises em Demografia Histórica. Curitiba, Ed. UFP, 1977. 185 p.

<sup>45</sup>NIELSEN, Lawrence James. Uma metodologia para a história demográfica. UFSC.



<sup>46</sup>NIELSEN. op. cit., p. 1.

<sup>47</sup>Vide capítulo I, tópico I.2.b.

<sup>48</sup>Vide relação do tópico I.2.b.

<sup>49</sup>NIELSEN. op. cit.

<sup>50</sup>Vide anexo I.

<sup>51</sup>IBID.

<sup>52</sup>IBID.

<sup>53</sup>Vide anexo II.

<sup>54</sup>ENSEADA DE BRITO. Batisados, Casamentos e Óbitos. 1751 a 1807, AHECMF.

<sup>55</sup>ENSEADA DE BRITO. Óbitos. 1751 a 1807, AHECMF.

<sup>56</sup>ENSEADA DE BRITO. Casamentos. 1751 a 1907, AHECMF.

<sup>57</sup>Destacaram-se o ajudante de ordem Major Manoel Marques Guimarães; o Vice-Comandante da Guarda Nacional em Santa Catarina Tenente Coronel José Inácio Bernardino da Silva, o Vice-Presidente da República Lagunense Padre Vicente Ferreira dos Santos Cordeiro.

<sup>58</sup>CIPOLA, Carlos M. História Econômica da população. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. 142 p.

<sup>59</sup>SOUNIS, Emílio. op. cit., p. 194.

<sup>60</sup>HENRY, Louis. Técnicas de Análises em demografia histórica. Curitiba. Ed. UFP, 1977. p. 185.

EVOLUÇÃO HISTÓRICAII. 1. INTRODUÇÃO

A ocupação do litoral catarinense processou-se lentamente a partir do século XVII. Resultou do processo de expansão do Império Português em direção ao Rio da Prata, quando ocorreu a fundação de núcleos de povoamento ao longo da costa catarinense. Tais núcleos contribuíram ao dinamismo povoador nestas paragens.

Um destes núcleos iniciais foi a freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Enseada de Brito<sup>1</sup>, cujo povoamento inicial ocorreu<sup>4</sup> em meados do século XVII. Posteriormente, recebeu novos fluxos de imigrantes que garantiram sua existência, especialmente a partir de 1748, quando foram introduzidos os açorianos.

Enseada de Brito geograficamente situa-se no litoral que borda o continente frontal a ilha de Santa Catarina<sup>2</sup>. A maior parte de suas terras a leste são banhadas pelas águas da baía, formada entre o continente e Ilha de Santa Catarina.

As terras que se estendem das pontas dos Papagaíios ao rio do Imbahú, são banhados pelo Atlântico. Ao Sul, tem como fronteira, a Vila de Paulo Lopes, os rios da Madre e Imbahú. Na parte Norte, tem divisa com a Vila de Palhoça o Rio Cubatão. A Noroeste, como limite entre esta freguesia e a Vila de Santo - Amaro, tem-se o rio Braço de São João. Ao Oeste seus limites encontram-se na serra do Tabuleiro.

Juridicamente encontra-se subordinada a Palhoça, a qual pertence na qualidade de Distrito desde 1894, época de seu desmembramento de S. José.

Economicamente sofreu transformações no que concerne a ocupação do espaço junto a orla litorânea. Desenvolveram-se vários balneários, que aos poucos mudou o caráter da área e alterou não só o aspecto ecológico como o cultural. Para o interior da freguesia pratica-se uma agricultura rudimentar e bastante primitiva.

São poucos os moradores da comunidade que ~~vivem~~ diretamente dos recursos fornecidos pela terra. A maior parte da população, economicamente produtiva, dependem diretamente de Florianópolis, onde trabalham como assalariados nas mais diferentes profissões. Grande parte destes, transferem-se diretamente para as periferias da Capital onde passam a residir, não mais regressando a terra natal. Constitui-se em parte importante do êxodo rural que ocorre para Florianópolis.

## II.2. AS FASES DE POVOAMENTO

A primeira fase de povoamento está diretamente ligada a fundação de Desterro e Laguna no século XVII, quando grande número de paulistas se deslocaram para o litoral catarinense e procuraram ocupá-lo em definitivo. Queriam fazer frente a presença constante dos espanhóis nesta parte do território português, que tanto interessava a Portugal a sua manutenção, face seus interesses sulistas.

Os mais importantes relatos sobre o estabelecimento de povoadores paulistas, na área em que posteriormente surgiu esta freguesia, aponta Domingos de Brito Peixoto como seu fundador, em meados do século XVII. Também indicam que Miguel Antunes Prompto estava presente na região, no mesmo tempo que ali se estabeleceu Brito Peixoto. Este último localizou-se onde hoje situa-se a sede da freguesia, enquanto que Prompto localizou-se um pouco mais ao sul, junto ao rio Maciambú, nos campos de Araçatuba.

As informações contraditórias, quanto a provável estada de Domingos de Brito Peixoto no local hoje denominado Enseada de Brito, ao qual se lhe atribui a fundação, não nos permite levantar uma hipótese concreta quanto ao verdadeiro iniciador desta povoação. Mesmo assim a tradição oral, transcrita em documentos muito antigos,

encontrados na ilha de Santa Catarina, nos fins do século XVII, por Paulo Miguel de Brito, afirma ser Brito Peixoto, o fundador de Laguna, o responsável por tal evento histórico. O referido autor, em sua memória escrita no início do século XIX, descreve os primeiros anos de Nossa Senhora do Rosário de Enseada de Brito nos seguintes termos:

Como o quer que seja, o que parece, certo he que o primeiro povoador da Ilha de Santa Catharina, fora Francisco Dias Velho, natural de Capitania de São Vicente, da qual passara para aquela ilha, onde fundou o primeiro estabelecimento no lugar em que hoje se acha edificada a Villa Capital e que se presume ter acontecido no anno de 1651.... das mesmas memórias antigas que já citou-se consta que o fundador da Villa de Laguna Domingos de Brito fora também para Santa Catharina pelo mesmo tempo que o velho Monteiro, que aquele se estabelecera na terra firme na enseada a que deu seu nome, e que ainda hoje se chama de Brito; mas que descontente no local foi para o Sul, e se estabeleceu na Laguna.... consta de nossa história que a Villa de Laguna teve lugar no anno de 1653, tempo em que Gabriel de Lara deu início a Villa de Paranaguá....<sup>3</sup>.

Ao lado deste historiador alinham-se outros, que compartilham de igual opinião, divergindo em detalhes. Dentre estes, que sabemos ser um historiador honesto, podemos citar Boiteux, que assim se expressa:

Referem alguns historiadores, que este colonizador antes de aportar a Laguna, estivera estabelecido em frente a ilha de Santa Catharina, no lugar em que se acha atualmente situada a freguesia da

Enseada de Brito....".

Por razões até agora desconhecidas, face a inexistência de documentos, parece que a fundação de Laguna, foi a continuação do empreendimento tentado por Brito Peixoto na Enseada de Brito. E, partindo da hipótese de que a fundação de Enseada de Brito foi o bra deste ilustre paulista, a mesma foi essencial na tentativa de fundar uma povoação mais ao sul (Laguna). Foram imensas as dificuldades que enfrentaram os empreendimentos desta natureza. Não são tínham que enfrentar as dificuldades de levantar capital, como também abastecer os colonos, enquanto a terra não produzisse seus frutos. Constituíam preocupações iniciais do povoamento, o desmatamento da terra, construção de moradias e demais instalações e o cultivo do solo, o que demandava alguns meses antes que os primeiros frutos se fizessem presentes.

Se esteve de fato em Enseada de Brito, e que seu deslocamento mais para o Sul, deveu-se as poucas possibilidades deste primeiro empreendimento, é provável que esta nova tentativa (fundação de Laguna) tenha sido feita com bastante cuidado, tomando como ponto de apoio esta povoação pioneira, que teria fornecido o necessário para o sucesso do novo empreendimento colonizador. Assim sendo, a transferência de seu fundador para a Laguna, não deixou despovado este núcleo, tornando-se antes sim, disperso e insignificante, após cumprir seu papel; para surgir como povoação regular e oficial um século mais tarde, quando vieram os açorianos.

A fase de tentativas povoadoras paulistas não termina com este empreendimento, outros procuraram se estabelecer pela mesma época em que o fez Brito Peixoto. De acordo com Lucas Boiteux:

A 22 de Julho do anno seguinte (1666) o Capitão-Mor da praça de Santos, Agostinho de Figueiredo, com poderes do Marques de Cascaes, concedeu cartas de sesmarias de meia lêgua de terra sobre as

margens do rio Massiambú na terra firme e todo o sertão a Miguel Antunes Prompto e treze companheiros de Guaratuba que lhe requereram como povoadores....<sup>5</sup>.

Ainda o mesmo historiador, nos fornece informação a cerca de outro grupo de povoadores vindos para esta área no final do século XVII:

O Capitão-Mor da Villa de São Francisco G. de Lara fora por este mesmo tempo (1892) substituído por Francisco Francisque.... Este Capitão-Mor como procurador bastante do Marques de Cascaes, deu por sesmaria passada a 11 de Janeiro de 1698 ao Capitão Antônio Bicudo Camacho com vinte casaes, as terras ao sul do rio Massiambú compreendendo os Campos de Araçatuba....<sup>6</sup>.

A partir das informações acerca da fixação de povoadores nesta área, no decorrer do século XVII, conclui-se que o povoamento mesmo que disperso verificou-se na Enseada de Brito, já em meados do dito século. No início sua situação era semelhante a de Laguna e Desterro, só que não prosperou e permaneceu obscuro até a introdução dos Açorianos em 1750.

Observa-se também que ao longo da segunda metade do século XVII e das primeiras décadas do século XVIII, viveu nesta área uma população, remanescente das tentativas povoadoras, feitas pelos paulistas a partir da metade do século XVII. Tal fato é comprovado, quando da introdução dos açorianos que encontraram contingentes populacionais vivendo nestas paragens. O pouco sucesso alcançado por estas tentativas colonizadoras, fizeram com que seus moradores gravitassem em torno dos dois polos mais prósperos da época: Desterro e Laguna, dos quais dependiam diretamente suas atividades econômicas-comerciais.

Até a chegada dos Açorianos, a área da futura Paró

quia de Nossa Senhora do Rosário da Enseada de Brito, permaneceu num quase total anonimato documental. E, é através dos documentos do período da chegada dos Ilhéus que constata-se estar a população deixada pelos paulistas naquela orla marítima, em perigo de desaparecer com qualquer contratempo demográfico, pois seu número pouco ultrapassava a cem almas.

Um documento do Governador da Capitania de Santa Catarina, datado de 1750, ano da introdução do maior contingente de colonização açoriana na área, aponta na freguesia de Enseada de Brito a presença de "casais paisanos", ou seja a população não açoriana que vivia aí na época. Estes constituem em torno de 25% da população adulta no dito ano, e provavelmente igual proporção de população jovem. Constitui-se este documento no mais forte indício de uma ocupação anterior a data da criação da freguesia.

O documento assim se expressa -

Na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Enseada de Brito - 1 Capitão, 2 Sargentos, 4 Cabos, 1 Vigário, 27 casaes paisanos, 86 casaes ilheus, filhos e filhas maiores 98, filhos e filhas menores 141....<sup>7</sup>.

Voltamos a enfatizar o dito documento, e analisando as informações contidas no mesmo, referentes a classificação da população, pergunta-se; quem seriam os ditos casais paisanos?

Uma distinção de ordem económica?! Não é provável, pois os habitantes desta área eram basicamente agricultores, sendo absurdo tal enfoque classificatório.

Para distingui-lo dos militares?! Constitui-se em hipótese igualmente sem fundamento, considerando-se que a unidade militar sediada na freguesia, era pequena, a 6.<sup>a</sup> Companhia de Cavalaria, pertencente ao Exército de 2.<sup>a</sup> Linha da Ilha de Santa Catarina<sup>8</sup>. E, que mesmo sendo formado por população ligada ao cultivo do solo, even

tualmente recrutados, não constituía-se em unidade militar de grande expressão que justificasse tal classificação. O mais provável é que o documento refere-se aos habitantes do país, ou seja aquela população que já a muito vivia na área. E no caso de Enseada de Brito, estes paisanos seriam descendentes dos antigos povoadores paulistas, que procuraram aí se fixar no decorrer da segunda metade do século XVII.

Observando-se o documento original, no que concerne a outras freguesias, que tinham população pré-açoriana, a mesma referência é feita a esta população; são denominados de "paisanos".

Investigando-se ainda o documento, pergunta-se; por que o Governador teve a preocupação de levantar somente a população adulta que vivia na área, não fazendo o mesmo com a população jovem?

Deduz-se ser a intenção do Governador a de chamar a atenção das Autoridades Portuguesas, para a presença maciça dos Ilheus (Açorianos), no litoral catarinense. Teve, com tal objetivo, o cuidado de levantar a população que já vivia na área, especialmente a adulta, pois constituía a mesma a força produtiva naquele momento, capaz de demonstrar ao Vice-Rei as possibilidades de sucesso desta nova fase de povoamento.

Quanto a mesma distinção não ter sido feito com relação a população jovem, é uma incógnita, sobre a qual podemos apenas fazer conjecturas, uma vez que as dificuldades enfrentadas para o levantamento da população adulta seriam as mesmas se fosse feito um levantamento total da população que vivia no "país"! Assim sendo, divaga-se que o Governador queria evitar apresentar números que demonstrassem a reduzida presença de população jovem vinda dos Açores. Em síntese, talvez, queria encobrir informações que permitissem questionar a não observância das instruções Reais no tocante ao tipo de população que devia vir dos Açores. A qual deveria ser preferencialmente jovem, capaz de dar continuidade a este arrojado empreendimento.



to. E que, se estes dados fossem apresentados separadamente, filhos de ilhéus de um lado e filhos de paisanos do outro, certamente os paisanos seriam proporcionalmente, possivelmente mais numerosos, visto já estarem adaptados as condições locais, enquanto, os ilhéus vindos sobre a pressão de uma política de colonização oficial, eram compostos especialmente de uma população de média idade, em face dos perigos da viagem.

O documento, já citado e analisado é a maior prova do esforço português por ocupar as terras do Sul do Brasil, de maneira efetiva e duradora, face seus interesses já caracterizados junto aos Rio da Prata, onde existia a instável povoação do Sacramento, desde 1680. Até que tal empresa se tornasse um sucesso, houve passos intermediários dados ao longo da primeira metade do século XVIII. O primeiro deles foi a criação da Capitania de Santa Catharina em 14 de Julho de 1738, a qual corresponde a uma preocupação oficial de Portugal com as terras do Sul do Brasil. A Coroa, queria efetivamente ocupar estas terras, face o não cumprimento por parte do Império Português da Linha do Tratado de Tordesilhas de 1494. A fundação da Capitania de Santa Catharina foi o primeiro passo no sentido de capacitar esta área para sua auto-defesa, caso as pretensões espanholas de reconquistá-las fossem postas em prática.

Afim de levar avante tal empresa, o Rei de Portugal, ouvido o Conselho Ultramarino do Reino, em atendimento a sugestão feita pelo então Governador da Capitania de Santa Catharina Brigadeiro Silva Paes, toma uma série de medidas visando transferir das ilhas dos Açores, os colonos necessários a consecução de tão importante empreendimento. Paulo Miguel de Brito em sua obra, já citada, nos dá as seguintes informações acerca das medidas oficiais tomadas para levar avante a empresa -

Depois que foi criado o Governo da Capitania de Santa Catharina, tratou o Senhor D. João V da sua colonização. Con

sultou sobre esta tão interessante medida o Conselho Ultramarino, o qual em 8 de Agosto de 1746 dirigiu A sua Consulta a presença daquele Monarcha, que em resolução da mesma de 31 do dito mez e anno, ordenou que das Ilhas dos Açores e Madeira se transportassem para Santa Catharina e Continente do Rio Grande quatro mil famílias para povoarem e cultivarem aquelles fertes paizes. Em consequencia mandarão-se affixar Editais em todas Aquellas Ilhas promettendo aos seus habitantes que quizessem vir para a indicada colonização, transporte a custa do Estado, ajudas de custo, instrumentos de lavoura, e outras vantagens, com tanto porém que os homens não tivessem mais de quarenta annos de idade, e as mulheres mais de trinta....<sup>9</sup>.

Os Editais mandados fixar nas Ilhas dos Açores dizia na integra, conforme nos transmite o autor -

... Os Editais dizia El Rei etc... fazer mercê aos cazaes das ditas ilhas que quizessem hir estabelecer-se no Brasil de lhes facilitar o transporte, e estabelecimento mandando-se transportar, à custa da sua Real Fazenda não só por mar, mas também por terra,... e logo que chegarem para ele... for das Ilhas de mais de doze annos e de menos de vinte e cinco, cazada ou solteira, se darão 2.400 Réis de ajuda de custo, e aos cazaes que levarem filhos, se lhes darão para ajuda de os vestir Mil Réis por cada filho, e logo que chegarem aos sítios que hão de habitar, se dará a cada cazal huma espingarda, duas enxadas, hum maxado, huma enxó, hum martello, hum facão, duas facas, duas tesouras, duas verrumas, huma serra com sua lima e travadou

ra, dois alqueires de sementes, duas vacas e huma égoa, e no primeiro anno se lhe dará a farinha que se entender basta para o sustento... os homens que passarem por conta de sua Magestade ficarão izentos de servir nas tropas pagas, onde se dará a cada casal hum quarot de lêgoas em quadra<sup>10</sup>.

Tais medidas Reais Portuguesas, surtiram efeitos imediatos.

Dois anos após a fixação dos ditos editais, chegou a Santa Catarina a primeira leva de Açorianos, precedida de outras que se estenderam até 1756, ano da última leva oficial. Segundo o autor Oswaldo Rodrigues Cabral o número de pessoas vindas estava entorno de 4500 pessoas<sup>11</sup>.

A segunda fase de povoamento de Enseada de Brito iniciava-se a partir de 1748, quando principia-se os transportes das ilhas. Os açorianos que localizaram-se nesta área, segundo podemos constatar por documentos, foram dos que vieram nas levadas que se efetuaram até 1750. Constatou-se uma divergência entre os dados apresentados no Mappa de Tudo que se acha nesta Ilha de Santa Catharina, e seu Continente neste presente anno de 1750, do Governador Manoel Escudeiro Ferreira, e os dados apresentados pelo historiador Oswaldo Cabral, que deu uns 405 açorianos na Enseada de Brito já nos fins de 1749 ou início de 1750<sup>12</sup>. O Professor Cabral também apresenta informações sobre uma carta enviada pelo Secretário da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Corte Real, datada de 3 de dezembro de 1750 ao Governador da Capitania de Santa Catarina, felicitando-o por sua iniciativa de ter enviado para o sul dois contingentes de colonos que foram localizados na Enseada de Brito e na Laguna. Assim se expressa o Secretário na referida carta -

...O mesmo Senhor louva o zelo com que Vmecê se emprega no seu Real Serviço,

nas povoações que vai estabelecendo na Enseada de Brito, cinco léguas ao sul distantes desta Villa em que Vmccê refere que já tem 405 pessoas e na Laguna....<sup>13</sup>.

Fazendo uma rápida análise comparativa das duas diferentes fontes, apoiadas em documentos oficiais, verifica-se, que há uma coerência entre os mesmos; muito embora, o apresentado pelo historiador Oswaldo Cabral, seja um pouco alto, se partir-se do princípio de que o documento de 1750, é mais precioso e completo. Assim sendo vê-se a distinção feita entre casais açorianos e paisanos, como ponto de partida para uma apreciação mas detalhada sobre as proporções populacionais de cada grupo que viviam em Enseada de Brito no anno de 1750. Assim raciocinando, identificou-se o percentual dos casais paisanos em relação a população total de 473 almas, estabelecendo-se que os mesmos representavam 24%. Ou seja que um quarto da população adulta casada apresentada no referido "Mappa" já viviam na área.

Considerando-se que estes "paisanos" já viviam na área a longo tempo, tendo adquirido em função disto, hábitos demográficos adequados as condições de sobrevivência no local; e que os açorianos vindos para o Brasil, especialmente os que foram para esta localidade, eram em grande parte viúvos<sup>14</sup>, portanto uma população madura, que na melhor das hipóteses apresentava proporções de população jovem igual a que vivia na área, procurou-se fazer uma análise dos dados apresentados no intuito de melhor esclarecer as possibilidades de interação destas duas correntes povoadoras; a partir do potencial humano por elas oferecidas.

(Processando-se os cálculos dentro desta linha de raciocínio, concluiu-se que a população Açoriana introduzida situou-se em torno de 352 pessoas, assim classificadas: 86 casais, 63 filhos e filhas maiores, 107 filhos e filhas menores. Quanto a população lo

cal, os paisanos, apresentavam 27 casaes, 23 filhos e filhas maiores, 34 filhos e filhas menores, totalizando 111 pessoas. Somando-se a estes 7 militares e 1 vigário, o que nos dá um total populacional para o ano de 1750 da ordem de 473 pessoas.

Partindo do princípio de que os cálculos efetuados, apoiaram-se em bases bastante lógica, que são até otimistas demais com relação a população açoriana jovem, que foi para esta área, concluiu-se que as cifras de 405 pessoas fornecidas pelo ilustre historiador Oswaldo Cabral, estão um pouco elevadas. Sugere-se estarem as mesmas por volta de 352 indivíduos; o que dá uma diferença de 53 pessoas a menos. Tais conclusões não são tão aberrantes assim, pois os dados nos mostram um número médio de 4 pessoas por família. O que é perfeitamente normal, considerando-se que esta situação pouco se altera, nos anos seguintes, visto que em 1799<sup>15</sup>, registrou-se um número médio de pessoas por família em torno de 5 indivíduos continuou a persistir com pequena alteração pelos anos seguintes.

Tal contingente populacional, numa época em que o sul do Brasil, achava-se em fase de povoamento definitivo, foi fator decisivo para a elevação de Enseada de Brito, a 13 de Abril de 1750 à categoria de Distrito Policial de Desterro; e a 13 de Maio do mesmo ano a categoria de Freguesia, através da Carta Régia do dito ano<sup>16</sup>.

A Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Enseada de Brito passou a existir a partir de 1750, já aparecendo no ano seguinte, os primeiros registros efetuados pelo vigário da mesma<sup>17</sup>.

É necessário destacar que os açorianos, vindos para esta freguesia, a qual deram existência legal, eram procedentes principalmente das ilhas Terceira, Faial, Graciosa e Pico<sup>18</sup>. Cada grupo localizou-se em áreas próximas, formando "bolsões", que se mantiveram por gerações sucessivas, até os dias de hoje, perpetuados muitas vezes por casamentos em consanguinidade. Tal fato sugere rivalidades que se cultivavam provavelmente já nas próprias ilhas, ou sim

plesmente resultante da própria situação, de quase isolamento, em que se encontravam. Que em face da distância de sua terra natal, procuravam manter-se unidos aos que já conheciam, num instinto natural de sobrevivência grupal.

Concluída a fase de introdução dos Açorianos, 1748/1751, na área de Enseada de Brito, tem início o processo de ajustamento desta população ao novo "modus vivendus".

Caracterizou-se pois, a Terceira etapa de evolução populacional de Enseada de Brito, pela adaptação desta população Açoriana ao meio geográfico. Em especial no que se refere a interação da população mais jovem e mesmo daqueles que já haviam viuvados; com os descendentes Paulistas que aí viviam. A prova da existência destes contatos são os registros Eclesiásticos de Casamentos, para o período que se estende de 1751 a 1800.

Por volta de 1800 o processo de interação entre as populações das duas fases iniciais de povoamento estava concluído. Iniciou-se então as etapas de geração de filhos a partir de um contingente populacional gerado na própria freguesia. Passando a multiplicar-se por gerações sucessivas, com um mínimo de participação de elementos de outras origens. Novamente, volta-se a citar os documentos de eclesiásticos como fonte, para tais conclusões.

A partir do início do século XIX, portanto inicia-se a quarta etapa populacional de Enseada de Brito; caracterizando-se esta fase pela expansão horizontal da população, por todo o espaço paroquial, indo mesmo além dele. Fazem surgir novos núcleos polarizadores de população, nos limites territoriais da freguesia. Tais núcleos se organizam administrativamente sob o nome de freguesia de São Joaquim da Garopaba e de Santo Amaro do Cubatão; trazendo transformações territoriais e populacionais para a freguesia original, em meados do mesmo século.

Sobre esta quarta fase populacional se fará uma análise

se mais detalhada no Capítulo III.

### II.3. EVOLUÇÃO ADMINISTRATIVA EM TERMOS DE LIMITES

A área territorial hoje compreendida pela Enseada de Brito, é uma pequena parte do que foi outrora. Suas proporções eram enormes, tendo abrangido terras que hoje pertencem a vários municípios. Alguns, foram formados por terras que pertenceram quase na totalidade a esta freguesia. Destacam-se entre estes, Santo Amaro do Cubatão, Garopaba, Paulo Lopes e Palhoça. A este último município citado acha-se subordinado Enseada de Brito na qualidade de Distrito. Possui hoje este distrito a maior parte territorial do município.

Para melhor entendermos esta evolução territorial, se retroagirá aos primórdios da ocupação destas terras pelos paulistas. Nesta época não existia ainda a freguesia, seu espaço territorial confrontava com Laguna ao Sul e Desterro ao Norte, indefinido para o interior. As terras que se estendiam ao sul do Morro dos Cavalos, eram denominadas de "Campos de Araçatuba". Assim designadas nos documentos de doação de sesmarias, de Miguel Antunes Prompto de 1666, e do Capitão Antônio Bicudo Camacho de 1698, os quais procuraram se fixar na área, segundo os ditos documentos. As terras ao norte do Morro dos Cavalos é formado por terrenos do Tabuleiro. Apresenta igualmente, estreita faixa de terra plana junta a orla marítima, a qual alarga-se progressivamente a medida que se aproxima do vale do rio Cubatão, onde forma uma planície mais extensa.]

A população foi aos poucos conquistando as terras da freguesia. De início as da orla litorânea, e posteriormente os vales fluviais, através dos quais adentraram o sertão, tornando-o conhecido e povoado. Face, as necessidades permanentes, de novas ter

ras para o cultivo, encontradas em abundância no interior da paróquia.)

A primeira referência que se tem, devidamente documentada, sobre os limites territoriais da Enseada de Brito, data do final do século XVIII, 1799, onde encontra-se os seguintes dados -

Freguezia de Nossa Senhora do Rozário da Enseada de Brito - Erecta em 1775. Com 208 fogos e com 1021 almas de confissão e comunhão. Parte pelo Norte com a freguezia de S. José no furado grandedo Rio Cubatão huma légoa e meia, Pello Sul com a freg-- de Sancta Anna no Pao da Rainha no mato de Garopaba 4 légoas e meia, Pello Este não tem limites, p. ser sertão. Pello Nascente com o mar<sup>38</sup>.

No início do século XIX, 1829, faz-se nova referência aos limites territoriais de Enseada de Brito. Desta feita, é a mesma apresentada por Paulo Miguel de Brito nos termos que se segue -

Povoação pequena, situada na terra firme, a beira mar sobre a costa que borda a sobredita Enseada, fronteira a ponta Caiacanga-Açú, na ilha, e quase Leste-Oeste com a mesma ponta. A Igreja é pequena e antiga dedicada a nossa Senhora do Rozário e tem hum vigário. O limite desta Freguezia pelo Norte chega a duas légoas, até o sobredito Aririú, por onde extrema com a freguezia de S. José, e para o Sul avança a seis légoas, até o lugar chamado nao da Rainha, nos Mattos de Garupaba<sup>39</sup>.

Como pode-se observar, durante mais de oitenta anos, Enseada de Brito não sofreu qualquer alteração territorial, visto que as diferenças de nomes nos limites norte, são resultantes de nomenclaturas e não de ponto de limite, que continua sendo o mesmo, no rio Cubatão. Nos anos seguintes este limite norte continua a perma



necer o mesmo, conforme a Lei de 1839, de nº 121 -

Artigo Único - O Rio Cubatão fica sendo desde a sua foz até as entaipavas de Antônio Lourenço o limite entre a Freguesia de Nossa Senhora do Rozário da Enseada e o Districto de S. José, cabeça do Termo da Villa do mesmo nome, ficando para estes fins revogadas as disposições em contrário<sup>40</sup>.

Nesta mesma época as demais fronteiras continuavam inalteradas, mesmo após ser criado a Freguesia de São Joaquim da Garopaba, através do Decreto de nove de dezembro de mil oitocentos e trinta.

As alterações territoriais desta freguesia tem início de fato, quando Garopaba é confirmada como Freguesia em 1846, definindo-se posteriormente seus limites, conforme a Lei de 5 de Abril de 1848, de nº 253 -

Art. 1º A Freguesia de São Joaquim da Garopaba creada por Decreto de nove de dezembro de mil oitocentos e trinta e pela Lei Provincial número dusetos e trinta e um de treze de Maio de mil oitocentos e quarenta e seis, fica pertencendo quanto ao civil, judiciário e Eclesiástico as Jurisdição do Termo da Villa de S. José.

Art. 2º Os limites desta nova freguesia serão ao sul e Lagôa de Garopaba e ao Norte o rio Embahú<sup>41</sup>.

Com este desmembramento territorial, desaparece mais de um terço do território de Enseada de Brito, e com ele proporção populacional maior ainda. Isto por ser esta área, bastante povoada devido a existência da Armação de Baleias, pertencente a Coroa (Real Contrato), além de grandes áreas planas onde estabeleceram-se populações agrícolas. Tal desmembramento é responsável pela presença de

dados estatísticos sobre a população de Enseada de Brito, a primeira vista deformados numericamente, mas que se atentarmos para este desmembramento e o posterior, não será difícil de compreendê-los.

O aparecimento de Santo Amaro do Cubatão, com parte das terras de Enseada de Brito foi fruto de uma ocupação que difere da de Garopaba, em alguns aspectos. Se retrocedermos um pouco no tempo, até o início do século XIX, veremos que esta área era inculta e despovoada.

O território destas tres freguesias de S. Miguel, S. José e Enseada de Brito, a penas esta cultivada e povoada a beira-mar e para o Sertão, não se estende a população e cultura a mais de duas ou três léguas de distância sendo tudo o mais para o interior sertão inculto e despovoado<sup>42</sup>.

No decorrer do século XIX, ocorreu uma rápida expansão da população paroquial em busca de novas terras cultiváveis; pressionados pelo crescimento demográfico. Adentraram cada vez mais ao sertão da Capitania, depois Província, ocupando vastas áreas até então incultas e despovoadas. Geraram desta forma novas áreas economicamente produtivas, capazes de se erguerem a categoria de freguesia:

A freguesia de Santo Amaro do Cubatão que surgiu em meados do século XIX, constitui-se em exemplo marcante desta expansão. Os documentos a seguir citados, melhor esclarecem o assunto.

Art. 1º O território do Cubatão compreendido entre a foz do rio do braço e morro do Balthazar ao Norte e deste em direção ao morro do pagarã, seguindo até a Taquara a Oeste, fica desmembrado da Parochia de S. José, para formar uma nova freguesia com denominação de Santo Amaro.

Art. 2º A capella ora existente neste lugar servirá de Matriz.

Art. 3º O Presidente da Província procurará obter do Excelentíssimo Prelado Diocesano, a confirmação destas disposições na parte Eclesiástica, creando desde há hum districto de paz na nova freguesia<sup>43</sup>.

Por problemas de indefinições de limites entre esta nova freguesia e a de Enseada de Brito, na área do Braço de São João, surgiu dois anos mais tarde, nova Resolução do mesmo Presidente da Província, datada de 15 de Março de 1856, de nº 403, que fixou os definitivos limites entre estas freguesias.

Art. 1º A freguesia de Santo Amaro do Cubatão comprehenderá também e moradores do lado Oeste do rio denominado - Braço de S. João - ficando esse território desmembrado da freguesia da Enseada de Brito<sup>44</sup>.

Os desmembramentos territoriais cessaram desta data em diante para a freguesia de Enseada de Brito. Não se tendo posteriormente conhecimento de novas leis concedendo porções de terras desta freguesia a outras que surgiram<sup>45</sup>. Documento do Estado de Santa Catarina, datado de 1º de Janeiro de 1939, dá os seguintes limites a freguesia de Enseada de Brito -

entre os distritos de Palhoça e Enseada de Brito - começa no Oceano na barra do rio Cubatão por este acima até a foz do rio Sanga Grande. Entre os distritos de Enseada de Brito e Santo Amaro - começa na foz do rio Sanga Grande no rio Cubatão, sobe primeiro até sua nascente, dai segue pela serra do Cambirela a nascente do rio Cachoeira do Norte. Entre os distritos de Enseada de Brito e Paulo Lopes - começa na nascente do rio Cachoeira do Norte, por este abaixo até sua foz no rio da Madre; desce por este

até desembocar no rio Embahú, por ele abaixo até sua barra no Oceano Atlântico<sup>46</sup>.

A Enseada de Brito dos dias atuais, continua povoada na área litorânea e nos vales, através dos quais passaram a outras freguesias. Suas fronteiras Oestes são cobertas de florestas, inabitadas, por se constituírem em áreas muito elevadas. Nesta área presentemente se instala o Parque Florestal do Tabuleiro, com o objetivo de preservar sua flora e fauna.

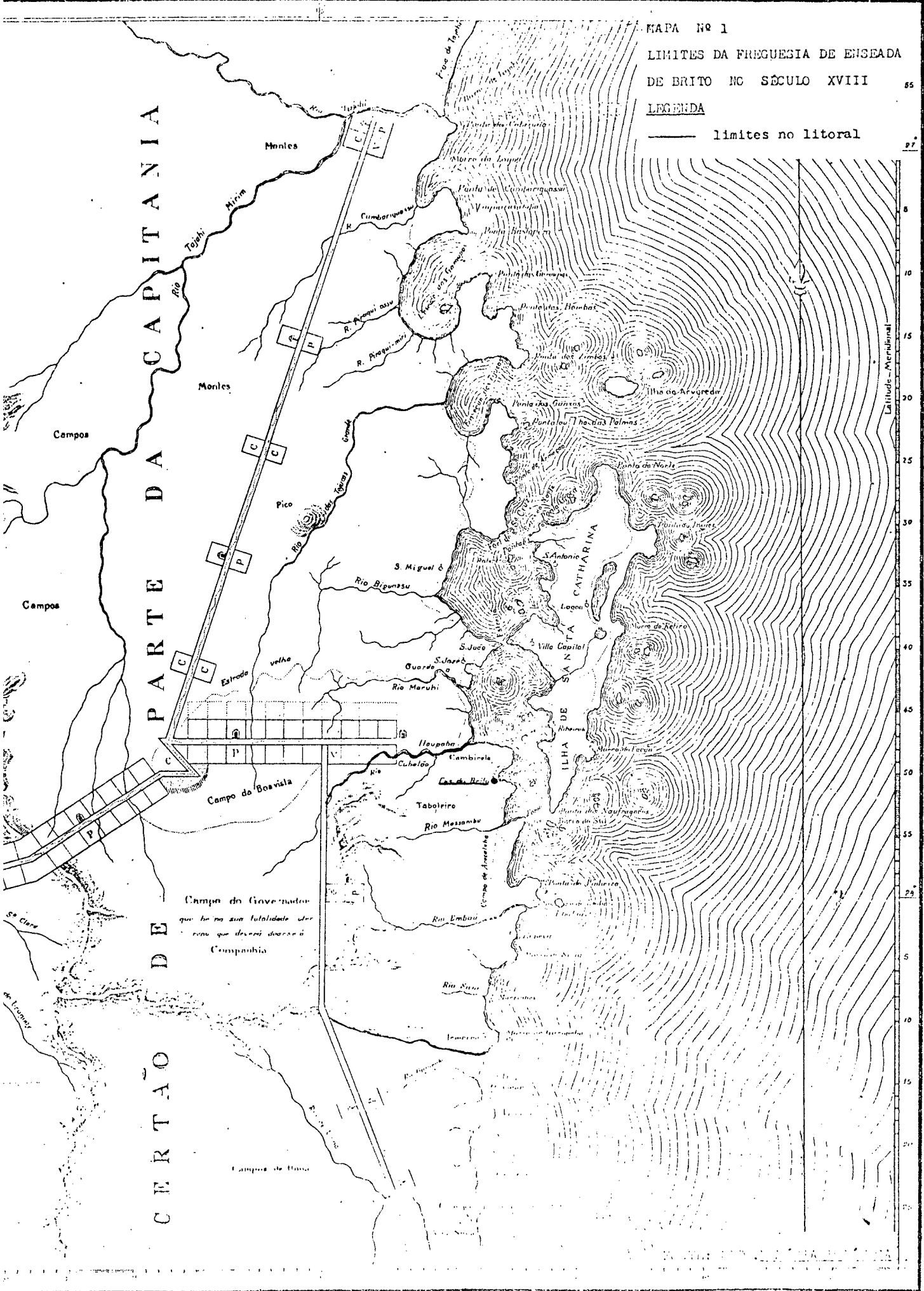
#### II.4. SUBORDINAÇÃO JURÍDICA - ADMINISTRATIVA AO LONGO DE SUA HISTÓRIA

Do ponto de vista Jurídico-Administrativo, passou a freguesia de Enseada de Brito, ao longo de sua existência, pela subordinação dos municípios de Desterro, São José e Palhoça. Atualmente inclui-se na área do município de Palhoça, do qual é distrito.

Ao fundar-se a freguesia em 13 de maio de 1750, já en contrava-se esta incluída no Termo Judicial de Desterro; haja visto que até 1833 existiam apenas 3 vilas em todo o litoral catarinense que eram São Francisco, Desterro e Laguna. Estando a freguesia de Enseada de Brito nos termos jurídicos de Desterro, conforme nos transmite Paulo Miguel de Brito.

O termo Judicial da Villa do Desterro compreende toda a Ilha e a porção da terra firme incluída desde o rio Cam baryu Assú até Garopaba distante entre 21 1/2 léguas, segundo constão no paiz, cujo termo abrange as seguintes freguesias: quatro Ilha e trez na terra firme adjacente<sup>47</sup>.

Além deste documento sobre os limites jurídicos de



MAPA Nº 1  
 LIMITES DA FREGUESIA DE ENSEADA  
 DE BRITO NO SÉCULO XVIII

LEGENDA  
 — limites no litoral

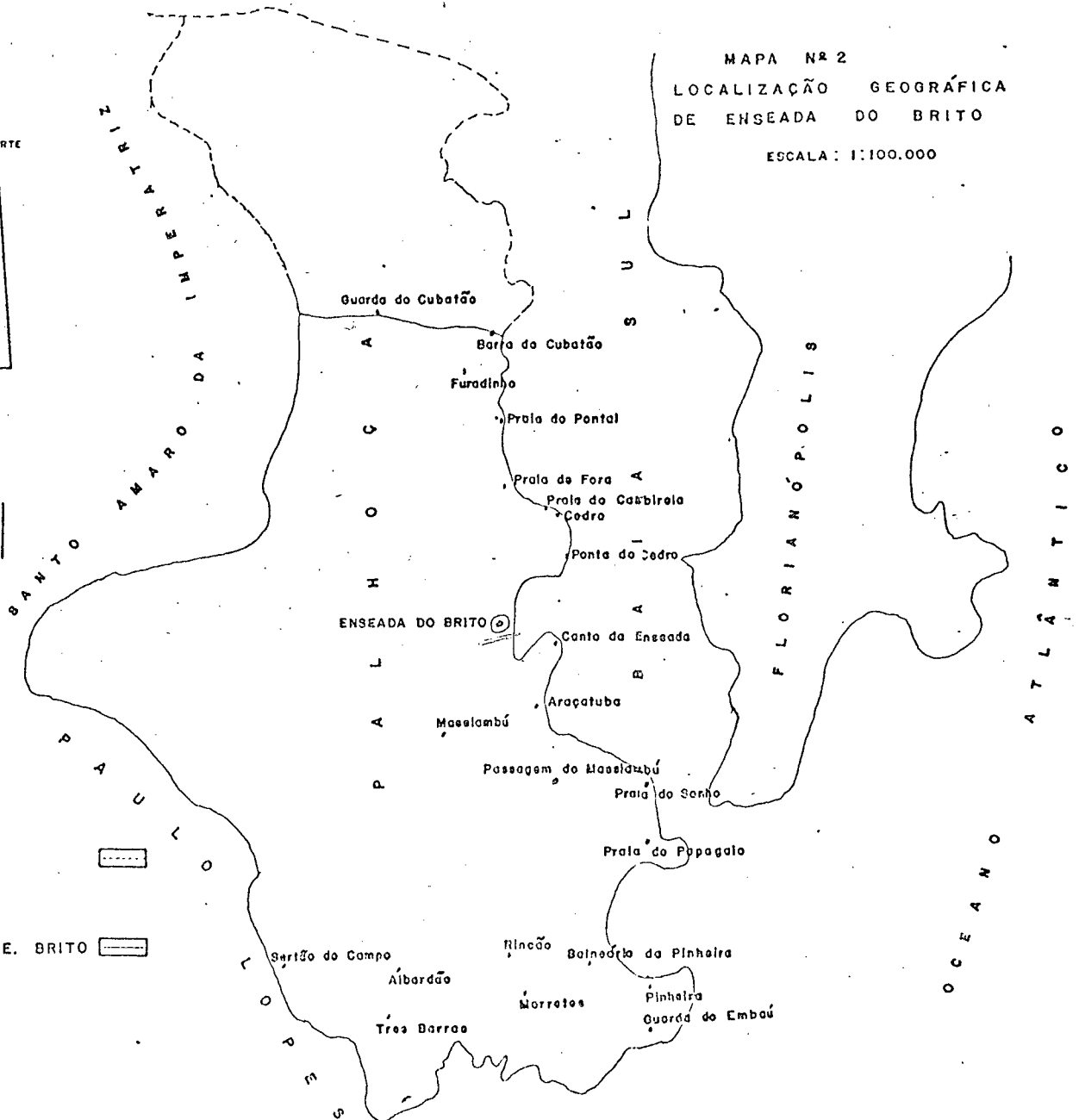
PARTE DA CAPITANIA DE CERTÃO DE

Campos do Governador  
 que he na sua totalidade de  
 terra que devora ser da  
 Companhia

Latitude - Meridional  
 27  
 30  
 35  
 40  
 45  
 50  
 55  
 29

SÃO JOSÉ

MAPA Nº 2  
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA  
DE ENSEADA DO BRITO  
ESCALA: 1:100.000



CONVENÇÕES

MITES MUNICIPAIS



MITES DA FREG. DE E. BRITO



Desterro, outros expedidos pela Câmara Municipal da dita Vila, con  
firmam a inclusão de Enseada de Brito em seu Termo Jurídico-Adminis  
trativo. O primeiro destes documentos data a 1776 o qual trata da  
nomeação do Comandante da 6.<sup>a</sup> Companhia de Cavalaria da Enseada de  
Brito -

... e para a Companhia da Freguezia de  
E. Brito do Capitam João Consálves Fer  
reira fallecido nesta Villa, José Luiz  
Marinho, tte da Companhia, homem bem es  
tabelecido com meios de se poder tra  
tar, agil para o dicto emprego, de ida  
de de 50 annos, tem servido muito a El  
Rei... Desterro 15 de Junho de 1776...  
escrivão da Câmara Mel. Ant<sup>o</sup> de Souza  
Medeiros<sup>48</sup>.

O segundo documento relativo a ação de Desterro sobre  
esta freguesia data de 1810, tratando este da indicação dos Capitães  
de Matos para o Termo de Desterro, assim se expressando:

... para a Freguezia de Enseada de Brito  
O Capitam Sebastião Duarte da Cavalaria  
do C. Antônio Tavares Ferreira, compa  
neiros Mel. José de Bitancurt, da mes  
ma, Manoel Gulart, da Mesma, João Tei  
xeira de Quadros, da mesma, Manoel de  
Mattos, da mesma<sup>49</sup>.

Tal subordinação dura até o ano de 1833, quando pela  
elevação da freguesia de São José a categoria de Vila, e consequente  
mente a criação deste novo município, passou Enseada de Brito a inte  
grá-lo. Do qual, fez parte ativa até o ano de 1894, quando passou a  
integrar o município de Palhoça.

Sobre a criação do Município de São José, encontramos  
em Lucas Boiteux as seguintes informações:

O extinto Conselho Administrativo em  
sessão de 1<sup>o</sup> de Março de 1833, erigiu

em vilas as freguezias de S. José e S. Miguel e dividiu a Província em duas co marcas... passando a formar o município de S. José com terras desta Vila e da Freguezia de N.S.R. de Enseada de Brito... Apresentava como limites: ao Norte com a Vila de S. Miguel no rio Quebra-Cabaços, ao Sul com a Vila de Laguna no lugar chamado Paú da Rainha nos matos de Garopaba, a Oeste com a Vila de Lages, na serra geral Catarinense e ao Leste com a Ilha de Santa Catarina e Oceano Atlântico<sup>50</sup>...

Deste período tem-se as melhores informações sobre a comunidade, através dos documentos da Câmara de São José, que atestam a participação afetiva de seus membros no processo Jurídico-Administrativo do Município. Alguns de seus habitantes exerceram cargos relevantes, quer aplicando a justiça em âmbito municipal, quer na administração pública do mesmo município. Entre seus mais significativos representantes na justiça em termos municipais, destacamos Antonio de Souza Quadros, que foi Promotor Público de São José no ano de 1834<sup>51</sup>, o Major Thomaz José da Costa, Juiz de Paz<sup>52</sup>; o Tte. Cel. José Ignacio Bernardino da Silva, Vereador, Juiz de Paz e Vice-Comandante da Guarda Nacional de Santa Catarina<sup>53</sup>; o Major Domingos José da Costa Barbosa, Juiz de Paz e Deputado Provincial<sup>54</sup>; além de outros de menor importância. Nos documentos de Câmara que forneceram tais informações, encontram-se outras tantas importantes, que denotam a efetiva participação desta freguesia no processo político administrativo do Município.

Com a criação do Município de Palhoça, em 24 de Abril de 1894, por desmembramento do Município de São José, esta freguesia passou a subordinação Jurídica-Administrativa deste novo município, conforme o Decreto 184 de 24 de Abril de 1894, do Governador Coronel Antônio Moreira Cesar<sup>55</sup>.



Continuou a fornecer importantes elementos para a política municipal, tendo o Major Thomaz José da Costa Barbosa<sup>56</sup> participado de sua primeira legislatura, continuando até os dias atuais a fornecer vereadores periodicamente.

Hoje na qualidade de Distrito Administrativo de Palhoça, não mais polariza as diferentes frentes de sua área territorial. Até mesmo, a importância jurídica do Juiz de Paz deixou de existir, face as facilidades de comunicações com os centros urbanos maiores, que passaram a polarizar a aplicação da justiça.

Numa ironia a própria história desta povoação, que surgiu sobre a tutela de Desterro, hoje por força do poder econômico da Capital (antigo Desterro), que age sobre a estrutura econômica da região, voltaram seus moradores a gravitar, como no passado, em torno deste centro maior.

## II.5. NOÇÕES GERAIS SOBRE A COMUNIDADE: SOCIAIS, ECONÔMICAS E OUTROS

### II.5.a. ASPECTOS SOCIAIS-POLÍTICOS *RELER*

Como toda a sociedade rural da época apresentava-se altamente conservadora e preconceituosa.

A ação da Igreja Católica fazia-se presente a cada momento da vida social do indivíduo. Zelou a igreja pela moral e bons costumes. Não deve-se esquecer que os Açorianos eram cristãos fervorosos, muito mais praticantes que os portugueses e brasileiros que viviam no Brasil. Desta forma a Igreja centralizava as ações sociais mais significativas. Fez com que os paroquianos, fossem assíduos membros das atividades sociais promovidas segundo o calendário religioso. Quando realizavam os contatos sociais pré-nupciais. Igualmente procurou torná-los respeitadores das normas sociais impostas. Cons

tituindo-se assim em fato normal, os festejos religiosos mostrarem a verdadeira roupagem da sociedade; haja visto que nestas festas cada qual procurava apresentar o que de melhor tinha, por ser momento oportuno para todo tipo de contato social, desde a simples conversa entre as damas da sociedade até início de namoros entre os jovens, realizando-se também entre os homens, negócios como venda de escravos e de produção. Sintetizando-se, em torno da Igreja vivia a sociedade da época, respirando a moral religiosa conservadora e sensura.

A sociedade, como um todo, era de condição social humilde, caracterizada por baixo poder aquisitivo da população que vivia numa economia de subsistência. Alguns poucos se destacavam socialmente face seu maior poder econômico. Estes assumiram a liderança política social da comunidade. Em função de seu prestígio eram lembrados para todas, ou quase todas, atividades socio-religiosas importantes, quer na qualidade de membros de confrarias religiosas, integrantes do conselho da Igreja, festeiros e padrinhos. Tais atividades sociais, lhe garantiam, prestígio e estima da população; garantindo aos mesmos a permanente indicação para cargos políticos-administrativos da comunidade, tais como comandantes de quarteirões, Juiz de Paz, Sub-delegado de Polícia, Vereador, e em alguns casos funções de importância Provincial. Normalmente estes ricos "fazendeiros e cravocratas", ostentavam patentes de oficiais de 2.<sup>a</sup> linha no tempo Colonial e de Oficiais da Guarda Nacional no século XIX após sua criação. Demonstrando assim que era observado na comunidade a participação permanente do civil como elemento de defesa permanente do território.

O número de oficiais de patentes, integrantes de início ao Exército de Linha, e posteriormente da Guarda Nacional atingiu na comunidade a dezenas, isto porque na mesma situou-se desde o período de 1750, a 6.<sup>a</sup> Companhia de Cavalaria integrante do Exército

de 2.<sup>a</sup> Linha da Ilha de Santa Catarina<sup>57</sup> e após 1834 uma Companhia de Cavalaria integrante da Guarda Nacional do Município de São José<sup>58</sup>.

A estrutura social era flexível no que concerne a organização de novas famílias; funcionando como um dos elementos condicionadores das uniões conjugais a proximidade entre cônjuges, face os "bolções" sociais que se formaram desde a introdução dos açorianos<sup>59</sup>; mas que nem por isto funcionava como elemento determinante das uniões. Entre os mais abastados havia a tendência de casarem-se entre si, ou com indivíduos igualmente bem posicionados de outras comunidades, notadamente pessoas que ostentavam na família título de oficial militar<sup>60</sup>. Isto denota que entre os mais abastados, (que não podem ser comparados com os do Nordeste Brasileiro), havia uma concepção social nos moldes da sociedade escravocrata do Nordeste, onde a terra era símbolo do poder social. A classe humilde tendia a casar nos próprios "bolções" sendo fácil de observar, (no período em que os vigários registraram o grau de consanguinidade dos nubentes), que era comum este tipo de casamento, entre parentes. Possivelmente os constantes casamentos no mesmo grupo, torna-os quase todos parentes consanguíneos.

Os viúvos eram rapidamente assimilados na estrutura de procriação, pela realização de novas uniões conjugais, onde predominava o casamento deste com um elemento do sexo oposto solteiro, com idade bem mais moça que este<sup>62</sup>. Em face disto torna-se as vezes difícil de se restaurar famílias e segui-las no tempo.

A organização de famílias, fora da instituição religiosa era tolerada para os escravos, devido sua própria condição social, sendo que os livres enfrentavam forte sanção social, que vai perdendo seu efeito ao atingirmos o século atual, a partir da institucionalização do registro civil sendo este fator sensório o responsável pelo grande número de filhos naturais batizados.

As tradições religiosas na comunidade, representada

por suas festas tradicionais de Espírito Santo, Nossa Senhora dos Navegantes, Corpus Cristis, Santa Cruz, Finados, Natal, Páscoa, estão sofrendo os efeitos da mudança de mentalidade, estando a beira do desaparecimento. A tradicional "visita do Espírito Santo" de porta em porta, que provocava nos domingos verdadeiras procissões de casa em casa, hoje cumpre um itinerário vazio de significado.

Assim como as tradições religiosas estão desaparecendo, igual caminho seguem alguns traços culturais típicos como o "luto" pelos parentes falecidos, quando as viúvas e viúvos com seus filhos se vestiam de preto durante um mês, em alguns casos por tempo indeterminado, se privando dos divertimentos de qualquer espécie enquanto o mesmo durasse, hoje pouco observado na comunidade. Igualmente desapareceu a rendeira, o intrude, o terno dos reis, o boi-de-mamão, as festas juninas, pressionados por uma civilização tecnologicamente melhor preparada, que dá um mínimo de significado a cultura popular.

As dificuldades de comunicação aliada a precariedade de escolas, havia uma em toda a comunidade no século XIX, impunha um índice alarmante de analfabetos, sendo que 87% da população em 1872 não sabia ler e escrever, aumentando este índice para 91% em 1890<sup>63</sup>, face a aceleração dos nascimentos que não eram acompanhados de igual aumento de estabelecimentos de ensino, pois continuava a existir apenas uma escola de primeiras letras situada na sede da freguesia, com uma média de 20 a 25 alunos por ano letivo<sup>64</sup>. Na atualidade tal quadro alterou-se estando a comunidade servida de várias escolas que atendem perfeitamente a demanda à escola.

A vida política-administrativa da comunidade esteve sempre intimamente ligada a dos dois maiores centros políticos regionais: Desterro e São José e em alguns momentos, Laguna. Estes influíram e foram influenciados em sua vida política. Nota-se sua participação política direta na vida municipal, a partir do momento em

que é integrado ao município de São José, 1833, quando muitos de seus membros comunitários são eleitos para importantes cargos públicos em âmbito local e mesmo Provincial<sup>65</sup>. Dentre estes podemos destacar o Tte. Cel. José Inácio Bernardino da Silva, o Major Thomaz José da Costa, o Major Domingos José da Costa Barbosa, o Major Thomaz José Jorge de Bitancurt, Caetano José da Silveira, o Padre Vicente Ferreira dos Santos Cordeiro.

Tais representações políticas retratam bem o sistema eleitoral vigente, que impunha uma seletividade aos que preteriam cargos políticos eletivos. Assim sendo enquanto o direito de voto era estendido a todos os homens que percebessem rendas anuais superiores a 200\$000 Reis, já, para ser elegível dentre outras condições estava a que deveria perceber rendimentos igual ou superior a 400\$000 Réis anuais<sup>66</sup>. Desta forma para uma população total de 2816 habitantes no ano de 1876, tinham direito ao voto 333 eleitores, ou seja 12% da população<sup>67</sup>.

Fazendo uma analogia com o sistema atual, no que concerne aos critérios eleitorais, constatou-se uma mudança destes. Enquanto hoje os analfabetos não votam, na época esta condição não era fator proibitório. Já, com relação ao voto feminino e extensão do voto as diferentes categorias sociais vigentes nos dias atuais, encontrava no século passado importantes restrições. Assim é que não tinham direito ao voto as mulheres, os escravos, e os que recebiam renda anual inferior a 200\$000 Reis. Para aquilatar os efeitos de tais critérios no processo eleitoral de meados do século XIX, basta comparar-se o número de população adulta para a época de 1876, que era de 1661 indivíduos com o número de eleitores para o mesmo ano, constatando-se que apenas 20% destes eram eleitores. Se na época fosse colocado em execução o critério do analfabetismo como proibitório, teríamos 73% dos eleitores sendo afastado do processo eleitoral pois é este o percentual de analfabetos que participavam como

eleitores. Prova da existência de critérios fundamentalmente econômico, e de uma falta violenta de escolas, que dificultava o acesso a mesma até para aqueles que desfrutavam de satisfatória situação econômica.

Observando-se a idade eleitoral constatou-se que a mesma era bastante elevada, oscilando a média eleitoral em torno de 44 anos<sup>68</sup>. Neste conjunto era o eleitor mais jovem Joaquim Antônio da Silveira, solteiro, 18 anos, filhos de Antônio José da Silveira, de profissão lavrador, residente na sede da freguesia, inscrito no 6º Quarteirão, percebendo renda anual de 200\$000 Reais. E o eleitor mais idoso Jacinto de Souza Bitancurt, casado, de 85 anos de idade, filho de Manoel Francisco de Souza, de profissão lavrador, morador na Praia de Fora, inscrito no 3º Quarteirão, com renda anual de 200\$000 Reais<sup>69</sup>.

Até o momento falou-se dos eleitores, fazendo apreciação sobre os critérios de indicação dos mesmos, tais análises de critérios serão igualmente consideradas no que diz respeito aos postuladores de cargos públicos, ou seja os elegíveis. Que critérios se impunham a estes? Da própria relação eleitoral deduz-se que o critério básico era igualmente o econômico, acrescentando da exigência que o indivíduo postulante deveria ser alfabetizado. Para melhor esclarecer a questão no que diz respeito aos elegíveis, fez-se a presente relação dos mesmos na freguesia de Enseada de Brito.

## Q U A D R O I I . 1

RELAÇÃO DOS ELEITORES ELEGÍVEIS NA ENSEADA DE BRITO NO  
ANO DE 1876

N O M E	IDA DE	PROFISSÃO	R. MIL REIS	LOCAL
1. José Martins Novaes	59	lavrador	400	Braço de S. João
2. Luiz Manoel Vicente	63	lavrador	400	Braço de S. João
3. Manoel Fra. de Oliveira	38	agência	400	Braço de S. João
4. Zeferino José Rachadel	59	lavrador	600	Braço de S. João
5. Bernardino Gonsalves Vieira .....	56	lavrador	400	Braço de S. João
6. Cândido José da Silveira	57	negociante	500	Braço de S. João
7. Domingos Fco. de Souza	36	lavrador	400	Cubatão
8. Francisco José da Silva	33	lavrador	400	Cubatão
9. João Canto de Miranda	45	negociante	600	Cubatão
10. Manoel Ant <sup>o</sup> de Souza	46	negociante	500	Cubatão
11. Alberto Martins Linhares	61	lavrador	400	Praia de Fora
12. Furtuoso Lopes do Esp. Santo .....	41	lavrador	400	Praia de Fora
13. Florentino José de Es píndola .....	59	lavrador	400	Praia de Fora
14. José Ignácio Bern. da Silva .....	81	proprietário	1.000	Praia de Fora
15. Manoel Francisco Lopes	43	lavrador	400	Praia de Fora
16. Raphael João Donson	38	carpinteiro	400	Praia de Fora
17. Ant <sup>o</sup> Luiz de Espíndola	55	lavrador	400	Neste Arraial
18. Caetano José da Silveira	32	negociante	1.000	Neste Arraial
19. Joaquim Custódio da Sil va .....	45	negociante	800	Neste Arraial
20. Joaquim Martins do Nas cimento .....	45	professor	800	Neste Arraial
21. Manoel José da Silveira	57	negociante	800	Neste Arraial
22. Mel. José de Bitac. Soa res .....	60	lavrador	800	Neste Arraial
23. Mel. José da Silveira Júnior .....	34	negociante	800	Neste Arraial
24. Thomaz José Jorge de Bitancurt .....	56	lavrador	800	Neste Arraial
25. Vitorino José dos Santos	35	negociante	500	Neste Arraial
26. João José da Costa	35	lavrador	400	Massiambú
27. João Caetano da Costa	59	lavrador	800	Massiambú
28. Antônio José Marques	28	negociante	400	Campos de Araçat.
29. Marcos Silveira de Mattos	45	lavrador	500	Albardão
30. Joaquim José Ramos	28	negociante	400	Pinheira
31. José Fco. Tavares	59	lavrador	500	Sertão
32. Domingos José da C. Bar bosa .....	56	proprietário	2.000	Campos de Araçat.

Fonte: S. José. Ata Eleitoral de 1876. Arquivo Público da Prefeitura Municipal de São José. Documentos soltos não catalogados.

Analisando o quadro dos elegíveis constatou-se que a sede da freguesia concentrava a maior média de renda dos elegíveis e também o maior número destes, vindo depois Praia de Fora e Braço de São João com igual representação numérica, se bem que nestes núcleos predominassem menor média de renda dos elegíveis. Comparando-se este quadro de elegíveis com o das profissões constata-se que somente 10% dos eleitores inscritos podiam postular cargos elegíveis. E levando-se esta análise em nível de setor econômico, nota-se que mesmo sendo o setor agrícola majoritário no processo eleitoral, apresentando 90% dos eleitores votantes, tinha uma representatividade elegível de apenas 10%. Já o setor de negócios que representava apenas 3% do eleitorado, destacava-se com 57% dos seus membros podendo postular cargos eletivos. O setor econômico das profissões diversas, que representava 8% do eleitorado da Freguesia, tinha uma representação elegível de 11%. Constatou-se assim que a participação dos negociantes no processo político comunitário era tão significativo quanto a dos ricos agricultores, demonstrando que estes tinham papel de destaque nas relações econômicas sociais comunitárias.

Com relação ao aspecto da ilegibilidade de alguns indivíduos, que apresentavam renda exigida, mas que não podiam ser votados por serem analfabetos, na relação que se segue fica este fato evidenciado.



## Q U A D R O    I I . 2

ELEITORES INELEGÍVEIS POR SEREM ANALFABETOS NO ANO DE 1876  
ENSEADA DE BRITO

N O M E	IDA DE	PROFISSÃO	R. MIL REIS	LOCAL
1. Manoel Souza Quadros	28	lavrador		Braço de S. João
2. Francisco Caetano da Sil veira .....	57	lavrador	600	Braço de S. João
3. Hipólito Ant <sup>o</sup> Gonsálves	61	lavrador	600	Cubatão
4. Marcelino José Ignácio	58	lavrador	400	Furadinho
5. Manoel Lopes do Esp. St <sup>o</sup>	59	lavrador	400	Praia de Fora
6. Antonio José da Silveira	53	lavrador	400	Cedro
7. Luiz Antônio de Farias	76	ferreiro	400	Neste Arraial
8. João Jacintho da Silva	42	negociante	400	Araçatuba
9. Manoel José do Nascimento	61	lavrador	400	Masiambú
10. Laurindo José dos Santos	53	lavrador	500	Albardão
11. João José Ferreira	80	lavrador	800	Povo Novo

FONTE: S. José. Ata Eleitoral de 1876. Arquivo Público da Prefeitura Municipal de São José, Documentos não catalogados.

Constata-se através do presente quadro que 3% dos eleitores não podiam ser elegíveis por serem analfabetos. Sugerindo a ocorrência de grande deficiência educacional nesta comunidade no sêculo passado, que atingia mesmo aqueles que tinham melhores condições de vida. Pois, na época em toda a paróquia havia uma escola de ambos os sexos sediada na freguesia<sup>70</sup>.

No aspecto político regional, vários acontecimentos que envolveram a região onde hoje situa-se a grande Florianópolis, tiveram repercussão direta sobre Enseada de Brito. O primeiro destes grandes acontecimentos, foi a Invasão Espanhola de 1777, quando é incendiado o Arraial e destruído parte dos Arquivos Eclesiásticos, conforme nos relata o Alferes Manoel Vieira Fernandes em documentos datado de 1783.

Resumo dos assentos do livro que se perdeo quando os castellanos invadirão es

ta freguesia e a incendiarão e por polvos fido dignos conta que foi rasgado pelos mesmos castellanos para abrir para o futuro muitos inconvenientes e dificuldades em sertidões de batismos por huma exata inquirição dos mais antigos moradores desta freguesia e hei o presente resumo dos ditos assentos e ....., na melhor, que pude everiguar, principalmente do lado do norte para o sul. Estes assentos forão feitos no anno de 1783. Manoel Vieira Fernandes<sup>71</sup>.

Quando dos movimentos revolucionários que atingiram o sul do Brasil no período Regencial, que geraram as Repúblicas Piratini e República Lagunense, esta freguesia encontrou-se envolvida em tais acontecimentos. Na fundação da República Lagunense em 1839, tomou parte ativa o Vigário de Enseada de Brito, Padre Vicente Ferreira dos Santos Cordeiro, indicado para dirigi-la.

O Padre Vicente Ferreira dos Santos Cordeiro Vigário de Enseada de Brito, é eleito a 7 de Agosto de 1839, Vice Presidente da República Catarinense, também é eleito membro do Conselho Governativo da mesma República<sup>72</sup>.

No mesmo período desenvolve-se em seu espaço territorial as lutas que marcaram o avanço dos Farrapos em direção à Ilha de Santa Catharina, que pretendiam atacar pelo seu extremo sul, a fim de tomar Desterro. Nos campos de Araçatuba, próximo ao morro dos Cavalos desenvolveram os importantes combates que marcaram o recuo dos mesmos. Na obra "Os Nossos Almirantes" encontra-se as seguintes informações -

enquanto o Coronel Republicano Joaquim Teixeira Nunes, marchava pela costa do mar, indo acampar em Massiambú, à Barra Sul do Porto da Capital... preparados

que foram os planos dos Imperiais, ficou assentada a destruição das pequenas embarcações que os farrapos haviam reunido em grande número na ponta da Pinheira e no Massiambú Pequeno. O Comandante Mariath teve ordens de reunir-se ao Tte. Cel. José Fernandes dos Santos Pereira, comandante dos postos avançados, para de comum acordo ajustaram o modo de destruir as embarcações rebeldes... ficaram em nosso poder pelo ataque de Pinheiras seis grandes canoões e pelo de Massiambú sete canoões duas baleceiras e 18 canoas grandes e pequenas e um lanhão fundo, o que tudo monta 33 embarcações<sup>73</sup>.

O mesmo documento apresenta outras informações de como se desenrolaram os combates.

No século XX foi esta freguesia igualmente atingida pelos acontecimentos marcantes da época, especialmente pela Revolução de 1930, que será objeto de estudo posterior a esta dissertação.

#### II.5.b. ASPECTOS ECONÓMICOS

[Economicamente Enseada de Brito caracterizou-se ao longo de sua evolução histórica, como uma povoação de economia eminentemente agrícola. O processo inicial de colonização Vicentista e posteriormente Açoriana, com outros elementos humanos de várias procedências, fizeram com que, através da concessão de sesmarias<sup>74</sup> os diferentes povoadores, transformassem em particulares e produtivas as melhores terras da freguesia, a partir da metade do século XVIII. Com o apossamento de terras cada vez mais distante da orla litorânea, foi espalhando as famílias pelo espaço geográfico da freguesia; onde fixaram-se e desenvolveram uma atividade agro-pecuária de pequena esca

1a. É necessário salientar-se que a pecuária como atividade econômica, tinha a função de complementar a agricultura.

A pobreza do solo impunha uma baixa produção por família, consequência natural das técnicas de cultivo utilizadas. Em face disso era necessário a incorporação de todas as terras disponíveis ao sistema de rotatividade do cultivo.

A rentabilidade da agricultura já era baixa no início do século XIX, quando surgiram queixas contra a excessiva taxaço a que eram submetidos os agricultores de origem açoriana, cobrado arbitrariamente pelos chefes locais, obedecendo orientação oficial. Tal taxa era cobrada em valor de farinha de mandioca, principal atividade agrícola desenvolvida no litoral, que estavam provocando o abandono do solo, face as exigências que lhes eram feitas sobre a produção.

Os colonos açoritas e madeirenses eram obrigados a entrar anualmente para os Armazens Reais, com uma quantidade de farinha arbitrariamente determinada pelos comandantes dos districtos, o Governador Curado em 1801 acabou com este processo absurdo, estabelecendo um alqueire de farinha, por cada enxada, evitando assim o abandono das terras<sup>75</sup>.

Ora, se já no início do século XIX, o solo já estava apresentando problema de produtividade, e as propriedades haviam sido divididas entre apenas uma geração, como não estariam as mesmas por volta de 1875, após serem subdivididas e cultivadas por várias gerações sucessivas? Certamente predominavam pequenas propriedades, que mal garantiam a subsistência de seus próprios donos, limitando as possibilidades financeiras da maior parte da população produtiva da freguesia.

A partir de dois documentos de origem distintas, montou-se um quadro da renda da população produtiva nos anos de 1866<sup>76</sup>

e 1876<sup>77</sup>. É necessário aqui fazer-se alguns esclarecimentos sobre os documentos, bem como sobre a forma como serão tratados. O documento de 1866 é um relatório (Mapa) Populacional Oficial de toda a Província de Santa Catarina, enquanto que o documento de 1876 é um Senso Eleitoral específico da Enseada de Brito, apresentando por isto mesmo informações mais detalhadas e completas. Nas páginas seguintes serão estes documentos as fontes utilizadas para as análises sobre a força produtiva, distribuição de rendas, profissões, da freguesia; por não serem encontradas outras fontes que se prestassem a tal estudo. Embora o mesmo seja parcial, é o que de melhor pode-se oferecer na presente circunstância, para tal enfoque.

### Q U A D R O II.3

RENDA DA POPULAÇÃO ATIVA DE ENSEADA DE BRITO NOS ANOS DE 1866 E 1876 EM MIL REIS

ANO	500\$000	DE 500\$000 A 1000\$000	+1000\$000	TOTAL	POP. DA FREG. PERCENTUAL PRODUTIVO
1866	511	3	-	514	2338
PERC.	99,3%	0,7%		100%	22%
1876	310	20	3	333	2816
PERC.	93,1%	6%	0,9%	100%	12%

FONTE: S. José. Ata Eleitoral de 1876. Prefeitura Municipal de S. José. Documentos Soltos, não catalogados.

Observando-se o quadro apresentado, a atenção se de têm em dois aspectos básicos, que merecem considerações. O primeiro diz respeito a maior presença de pessoas na composição da renda em 1866, que dez anos mais tarde, quando foi realizado o Censo eleitoral do ano de 1876. O motivo de tal discrepância deve-se possivelmente a natureza dos próprios documentos. O primeiro documento

(1866), apresentava informações acerca de toda a renda computável na freguesia, a partir de 100\$000 Reis anuais. Já o documento de 1876, por seu caráter específico, eliminava aqueles que percebiam rendas inferiores a 200\$000 Reis anuais, face os critérios eleitorais vigentes<sup>78</sup>. Assim sendo, a qualidade das fontes não comprometem as informações dadas, pelo contrário exige que as mesmas sejam vistas dentro de suas particularidades.

O documento de 1866, torna-se valioso, porque nos permite conhecer o potencial produtivo da população na época, ainda que os mesmos se relacione exclusivamente com a população masculina que recebia remuneração computável. Analisando-se estes dados comparativamente com o número de famílias da mesma época, computou-se uma média de 1,2 indivíduos produtivos por famílias. Haja visto que o total de força produtiva era de 511 indivíduos e o de famílias de 419. A mulher e filhos menores constituíam portanto força produtiva somativa ao chefe de família. Os escravos por sua condição eram igualmente força produtiva somativa a seu dono, embora constituísse, 11% da população total, com 279 almas. Os filhos maiores eram contados como força produtiva de renda própria, conforme nos indica o cálculo acima de 1,2 indivíduos por família. Processado este cálculo através da análise comparativa entre número de famílias e população produtiva, constatou-se que além dos chefes de família existiam outros elementos produtivos na comunidade. Concluiu-se que a população adulta solteira era esta força produtiva ponderável; que mesmo não sendo mensurável quantitativamente, no dito ano, pode-se para o ano de 1876, situa-la em torno de 16% da população produtiva de renda mensurável.

O segundo documento permitiu observar, particularidades quanto a distribuição dos indivíduos produtivos, por faixa de renda, ainda que não retratando toda a força produtiva da comunidade no dito ano, mas tão somente aqueles que percebiam no dito ano renda superior a 200\$000 Reis anuais, haja visto o processo seletivo que

caracterizava o direito de voto na época.

Observando-se as mesmas proporções de força produtiva remunerada do censo de 1866, aplicada ao censo de 1876, em relação a população total verificou-se que ocorreu uma defazagem de 227 indivíduos que não foram computados na renda; isto observando-se o crescimento da população para o período. Deduz-se que os mesmos apresentavam renda inferior a 200\$000 Reis anuais; sendo por isto ignorados no censo eleitoral. Deduz-se que se o critério fosse de 100\$000 Reis anuais ter-se-ia um total de 660 eleitores, Sugere-se pois, que em 1876, 34% da população produtiva, de renda mensurável, tinha rendimentos inferior a 200\$000 Reis anuais.

O segundo aspecto diz respeito ao aumento significativo de indivíduos com renda superior a 500\$000 Reis anuais. No censo de 1866 os mesmos representam 0,05% da força produtiva de renda computável. Dez anos mais tarde (1876), os dados quanto a esta faixa de renda apresentou substancial crescimento, passando a constituir as mesmas, no dito período, 9% das rendas fornecidas e 3% da presumível força produtiva da época<sup>79</sup>. Tais dados nos permite considerar duas alternativas. A primeira que houve uma maior concentração da renda face as novas possibilidades oferecidas pelo cultivo do café, que substituiu e diversificou os tipos de produtos tradicionalmente cultivados, beneficiando com esta nova possibilidade econômica, especialmente aqueles que tinham mão-de-obra escrava e terras em abundância. A segunda alternativa é que estava existindo uma incorporação das propriedades menores, pelas de maior extensão, em decorrência do já exposto anteriormente, que possibilitou um aumento da renda anual de uma minoria favorecida pela inflação da época. Criando-se desta forma possibilidades do aparecimento de uma população muito pobre que ou vivia na dependência dos grandes proprietários, ou emigrava para outras áreas. Conclui-se que, ocorreu um processo de concentração da renda em detrimento do aumento da faixa dos mais pobres.

Aproveitando as preciosas informações econômicas do Censo de 1876, aprofundar-se-á uma análise de distribuição da renda e força produtiva no espaço geográfico da freguesia, conforme segue:

Q U A D R O II.4

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA FORÇA PRODUTIVA DE  
ENSEADA DE BRITO NO ANO DE 1976.

L O C A L	RENDA EM MIL REIS							TOTAL
	200	300	400	500	600	800	+ 1000	
Arraial Sede	26	10	2	1	-	6	1	46
Canto Sul	13	-	-	-	-	-	-	13
Sédro	14	-	1	-	-	-	-	15
Massiambú	25	3	1	-	-	1	-	30
Praia de Fora	35	10	5	1	-	-	1	52
Araçatuba	20	5	3	-	-	-	-	28
Pedras Altas	1	-	-	-	-	-	-	1
C. de Araçatuba	7	6	1	2	1	-	1	16
Albardão	7	7	-	-	-	-	-	16
Pinheiras	18	3	1	-	-	-	-	22
Morretes	3	-	-	-	-	-	-	3
Guarda Imbahú	1	-	-	-	-	-	-	1
Sertão	4	3	-	1	-	-	-	8
Povo Novo	3	2	-	-	-	-	1	6
Furadinho	6	2	-	-	-	-	-	8
Cubatão	11	9	4	1	2	-	-	27
Braço S. João	23	10	5	1	2	-	-	41
T O T A L	218	71	23	7	5	7	4	333

FONTE: S. José. Ata Eleitoral de 1876, Prefeitura Municipal de S. José. Documentos Soltos, não catalogados.

Analisando o quadro nº II.5 constatou-se a predominância de população de baixa renda econômica. Constituindo os que percebiam renda inferior a 300\$000 Reis, 65% da força produtiva apresen



tada. Se unirmos a estes, aqueles que percebiam menos de 200\$000 Reis anuais, (considerando-se que estes existiam em 1866), teve-se um percentual de 82% da população produtiva com renda inferior a trezentos mil Reis anuais. Assim sendo tornava-se cada vez mais restrito o número de indivíduos computáveis, a medida que aumentava o valor da renda auferida. Registrou-se, apenas 11 indivíduos com renda superior a 800\$000 Reis, 2 com mais de 1000\$000 Reis, e apenas 1 com renda que ultrapassa a 2000\$000 Reis anuais<sup>80</sup>; gozando estes possivelmente de privilégios especiais no seio da comunidade.

No que se refere a distribuição especial da força produtiva, constatou-se a existência de 3 núcleos de maior importância, Arraial sede com 11% da força produtiva, Praia de Fora com 15%, e Braço de São João com 10%; os quais somados representavam 36% de toda a força produtiva da freguesia, num conjunto de 17 núcleos apresentados na presente estatística<sup>81</sup>. Estes 3 núcleos igualmente se destacaram no aspecto concernente as maiores rendas, ou seja acima de 300\$000 Reis, os quais concentram 51% das mesmas, assim distribuídas: Arraial Sede com 19%, Praia de Fora com 15%, e Braço de São João com 17%. Já, avaliando-se as rendas acima de 800\$000 Reis verifica-se o predomínio maciço do Arraial concentrado 63% das mesmas. Tal fator deve-se ao quadro profissional diversificado da sede, onde despontavam bem posicionados homens de negócio<sup>82</sup>. O curioso é que o indivíduo de maior renda auferida, Domingos José da Costa Barbosa, que ultrapassa a 2000\$000 Reis, não residia em nenhum destes núcleos, mas em Araçatuba<sup>83</sup>.

Observando-se as áreas geográficas de características comuns, reuniu-se estes lugares por áreas maiores, os quais formaram os seguintes núcleos homogêneos: área dos Campos de Araçatuba, da Baía de Enseada, de Encostas de Mar, da Praia de Fora e do Vale do Cubatão. Na área dos Campos de Araçatuba (a mais extensa) foram in

cluidas as povoações de Massiambú, Campos de Araçatuba, Albardão, Ser<sup>tao</sup>, Povo Novo, Morretes e Pinheiras, os quais abrangiam toda área ao sul do morro dos Cavalos. Contribuíam com 31% da força produtiva remunerada da freguesia. A área da baía de Enseada de Brito era formada pelos núcleos do Arraial Sede e o Canto Sul, envolvendo em seus limites as áreas ocupáveis da respectiva baía. Mesmo sendo a menor em espaço geográfico, compreende 15% da força produtiva. A área geográfica denominada Encostas de Mar era formada pelos lugares de Araçatuba, Cedros e Pedras Altas. Receberam esta denominação face ficam em encostas acidentadas, junto ao mar, mas isoladas dos demais núcleos pelas elevações que ficam ao Oeste destes povoados de difícil comunicação por terra. Sendo uma área muito pobre onde predominava maciçamente rendas de 200\$000 Reis, constituíam 14% da força de produção. A área de Praia de Fora era formada pelos lugarejos de Praia de Fora de Furadinhos, se estendendo ao norte da freguesia até as proximidades do Vale do Rio Cubatão. Esta área geográfica contribui com 18% da mão-de-obra de renda computável da freguesia. A área do Vale do Rio Cubatão compreendia as povoações de Cubatão e Braço de São João. Esta área geográfica envolvia todo o Vale do Rio Cubatão pertencente a freguesia de Enseada de Brito, sendo uma das mais povoadas e ocupadas economicamente<sup>84</sup>. Os quais, constituem 22% da força produtiva relacionadas para o ano de 1876. De tais dados apresentados concluiu-se que havia uma regular ocupação econômica de todo o espaço da freguesia.

Com o objetivo de aprofundar um pouco mais a questão da distribuição da força produtiva por setor, se fará considerações sobre os dados do quadro II.6.

## Q U A D R O II.5

FORÇA PRODUTIVA REMUNERADA POR CATEGORIA PROFISSIONAL E RENDA MÉDIA DA FREGUESIA DE ENSEADA DE BRITO NOS ANOS DE 1866-1876-1890.

CAT. PROFISS.	ANOS	Nº DE PROFISS.	% DO TOTAL	TOTAL	RENDA MÉDIA EM MIL REIS
Agricultores	1866	351	69%	514	280
	1876	290	87%	333	280
	1890	105	65%	160	-
Proprietários	1866	1	0,01%	514	-
	1876	3	0,09%	333	1.500
	1890	-	-	-	-
Comerciantes	1866	17	2%	514	-
	1876	13	3%	333	500
	1890	27	17%	160	-
Outros Prof.	1866	145	18%	514	-
	1876	27	10%	333	380
	1890	28	18%	160	-

FONTE. Fala do Presidente Albuquerque Lacerda a Sessão da Assembleia Provincial no ano de 1867. S. José. Atas Eleitorais de 1876 e 1890. Prefeitura Municipal de S. José, documentos soltos não catalogados.

Analisando a evolução de cada setor de atividade observa-se que o setor agrícola foi sempre majoritário, congregando o maior número de profissionais ao longo da segunda metade do século XIX, e sem dúvida, igualmente para o período anterior a esta data. Igualmente pode-se observar que neste mesmo setor agrícola concentrava-se as menores rendas: impossíveis de serem calculadas para 1866, mas que dez anos mais tarde, quando existiam elementos possíveis de serem observados o aspecto renda e categoria profissional, constatou-se que o setor agrícola apresentou uma renda média de 280\$000 Reis anuais. A mais baixa por setor profissional, tal fato deve-se a presença maciça de pequenas propriedades que garantiam a seus donos uma produção de subsistência. Os fatores intervenientes de

tal produção de subsistência eram a pobreza do solo, face as técnicas rudimentares de cultivo; o relevo muito acidentado e pedregoso, que não só limita a área e tipo de produto cultivado, como favorece o processo de erosão do solo quando da ocorrência de enchurradas; a cultura de produtos de baixa rentabilidade por hectare, face o espaço exigido e as técnicas de cultivo empregadas. Neste setor de atividade, considerando as características de cultivo da época eram favorecidos aqueles que possuem grandes extensões de terras e abundância de mão-de-obra; pois as culturas da mandioca, milho, feijão, cana-de-açúcar e especialmente o café, exigiam muito espaço e cuidados. Por isto mesmo as maiores rendas no setor agrícola correspondia aos agricultores que possuíam maiores extensões de terras e mão-de-obra-escrava para trabalhá-las. Com relação a extensão das propriedades sabe-se pela tradição oral, (contada por pessoas mais velhas da comunidade) enquanto que o aspecto relativo serem estes donos de grande quantidade de mão-de-obra, constata-se através dos registros eclesiásticos, que permitiu levantar a distribuição dos escravos por senhorio; os quais estão de acordo com a tradição oral<sup>86</sup>. Entre estes, havia mesmo grandes proprietários, assim designados por envolverem-se além da atividade agrícola em olarias e comércio. Tais foram o Tenente Coronel José Inácio Bernardino da Silva, e o Major Thomaz José da Costa Barbosa, grandes senhores de escravos e terras. Estes indivíduos mantinham atividades comerciais diretas com os grandes centros comerciais do país, para onde exportavam especialmente o café. Daí auferirem rendas tão elevadas para uma área economicamente tão pobre. Para justificar-se tal afirmativa levantou-se os agricultores com rendas superiores a 400\$000 Reis anuais constatando que os mesmos eram senhores de escravos. Entre estes a renda média era de 580\$000 Reis, os quais formavam uma minoria de 9,6% da população agrícola votante do dito ano<sup>87</sup>.

Outro importante setor econômico ativo foi o de negócios. No entanto o número de negociantes foi reduzido em relação ao

Setor agro-pecuário. Auferiam grandes rendas anuais, com uma média per-cápita por setor de 500\$000 Reis. O que os colocava em condição econômica e social de igualdade com os ricos lavradores<sup>88</sup>. O aumento significativo destes no censo de 1890, quando parece ter ocorrido a elitização do sistema eleitoral sugere o bom posicionamento econômico destes país os que percebiam reduzida renda anual foram privados de tal direito político. Assim sendo o setor econômico mais atingido foi o agrícola, pois era onde concentrava-se a população mais pobre, elevando proporcionalmente a participação do setor de negócios, que crescerá no conjunto das rendas mensuráveis<sup>89</sup>.

No que diz respeito a outras atividades profissionais, as mesmas evoluíram de maneira a suprir as necessidades da comunidade. O número de profissionais neste setor não aumenta significativamente ao longo da segunda metade do século XIX. O fato de 28% da população ativa remunerada ser apresentada com outras profissões, no censo de 1866, deve-se a colocação de 110 indivíduos que não apresentavam profissão definida, mas que aparecem na composição da renda. Se processar-se os cálculos para o dito ano, com a exclusão destes constata-se que apenas 35 indivíduos podiam ser classificados como profissionais diversos, constituindo pois apenas 5% da população produtiva<sup>90</sup>. Nos censos posteriores há uma maior especificação profissional, inclusive com sua distribuição espacial para o ano de 1876<sup>91</sup>. Olhando-se os tipos de profissões listadas nos diferentes censos, verificou-se que ocorreu uma tendência de diversificação profissional, ainda que em pequena escala. Assim é que para o ano de 1866 teve-se as categorias profissionais de empregado público, negociante, proprietário, lavrador e artista; que não correspondeu a lista de 1876 onde além destes já citados aparece Agência, carpinteiro, pescador, sapateiro, escrivão, ferreiro e sacristão. Já para o censo de 1890 a lista continua a se diversificar aparecendo pedreiros, embarcadiços, oleiros e fiscais, além é claro das profissões já

citadas para o ano de 1876. Como pode observar-se a comunidade possuía todos os serviços essenciais, necessários a uma sociedade rural do século XIX. Com ausência apenas de um médico ou cirurgião, fato já constatado nos registros eclesiásticos, por não apresentarem os mesmos a causa mortis, só efetuados quando havia profissional especializado para atestar. Assim sendo os serviços médicos eram supridos pelos curandeiros, parteiras e medicina caseira.

Para o ano de 1876, elaborou-se o quadro II.7, da distribuição espacial dos profissionais pelo espaço geográfico da freguesia, a partir do censo eleitoral de 1876.

### Q U A D R O II.6

#### DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS PROFISSÕES NA FREGUESIA DE ENSEADA DE BRITO NO ANO DE 1876.

LUGAR	P R O F I S S Õ E S											TOTAL
	Lavr.	Agên.	Neg.	Prof.	Carp.	Prop.	Ferr.	Esc.	Sap.	Sac.	Pesc.	
Arraial Sêde	27	4	5	1	2	-	2	1	3	1	-	46
Canto Sul	10	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	11
Cêdro	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15
Massiambú	31	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31
Praia de Fora	49	-	1	-	1	1	-	-	-	-	-	52
Araçatuba	24	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	27
Pedras Altas	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Campos de Araçatuba	12	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-	15
Albardão	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16
Pinheiras	19	-	2	-	1	-	-	-	-	-	-	22
Morretes	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Guarda do bahú	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Setão	7	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8
Povo Novo	5	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	6
Furadinho	9	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	10
Cubatão	23	-	2	-	1	-	-	-	-	-	1	27
Braço de João	38	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	42
T O T A L	290	8	15	2	8	2	2	1	3	1	1	333

FONTE: S. José. Ata Eleitoral 1876.

Observando-se o quadro II.7, nota-se que os profissio

nais ligados ao cultivo do solo achavam-se distribuídos de maneira regular por todo o espaço da freguesia. A presença em alguns lugares de pequeno número destes, devia-se as condições impróprias da área para o tipo de produto cultivado na época. Quanto aos outros ofícios, estes estavam centralizados principalmente na sede da freguesia, onde moravam 33% dos comerciantes, 50% dos agentes, 50% dos professores, 25% dos carpinteiros, todos os ferreiros e sapateiros, além do escrivão e sacristão. Em síntese dos profissionais listados, excluído os agricultores 44% do total residem no Arraial. Isto confirma a importância que tinha a sede da freguesia no contexto geral da comunidade.

Mesmo não tendo sido esta análise das mais completas, procurou-se através da interpretação destes documentos, analisar o desempenho econômico da comunidade, na segunda metade do século XIX, que por certo não apresentou variações muito significativas para a etapa anterior, salvo a presença antes de 1846, em seu espaço territorial, da Armação de Baleias da Garopaba que constituía-se numa das mais importantes do Sul do Brasil. A mesma teve mais de 54 escravos, conforme pode-se apurar através dos registros eclesiásticos<sup>93</sup>. Mesmo que deficiente as conclusões econômicas tiradas permitem um melhor entendimento da evolução demográfica de Enseada de Brito, fornecendo subsídios para a compreensão do movimento sazonal da natalidade e mesmo tendências da natalidade como um todo. Haja visto as categorias sócio-econômicas diferentes refletiam provavelmente o mesmo padrão demográfico atingiam a comunidade como um todo; conforme pode-se constatar ao longo dos anos de pesquisa.

## II.5.c. HISTÓRIA RELIGIOSA

A Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Enseada de

Brito, foi criada por Alvará Régio datado de 13 de Maio de 1750, no Reinado de D. João V<sup>94</sup>.

O raio de abrangência desta paróquia até meados do século XIX era muito grande; estendendo-se por uma frente litorânea de oito léguas e indefinida para o interior. Tinha como limite norte o Furado Grande e ao Sul o mato da Rainha em Garopaba<sup>95</sup>.

Em seu espaço territorial, surgiram posteriormente várias paróquias, que aos poucos reduzem sua importância no contexto regional. Foram estas por ordem de aparecimento a de São Joaquim da Garopaba, Santo Amaro do Cubatão e Paulo Lopes.

Desde sua fundação em 1750, até meados do século XIX, foi possivelmente esta paróquia importante polo religioso do litoral catarinense; sediando vigários que atendiam as áreas vizinhas.

Entre as informações que sugerem tal hipótese tem-se a destacar que na paróquia faleceram e foram enterrados, vários vigários, sem que se tenha verificado interrupção no atendimento religioso da comunidade. Tal fato, sugere localizar-se nesta freguesia uma casa de religiosos que acolhia e atendia aos padres de passagem, ou mesmo que parouciassem na área. Onde provavelmente, permaneciam alguns, que por problemas de saúde não tinham condições de enfrentarem os rigores de sua missão. Reforçando este pensamento, encontrou-se um registro de óbito, de 1791, em que fala da existência de uma "Casa Santa", cujo esmolher era o Frey Antônio Palha<sup>96</sup>.

Outras informações que sugerem ser esta Paróquia polo religioso da área foram os atos religiosos realizados em Garopaba, Santo Amaro da Imperatriz e mesmo Ribeirão da Ilha, feitos com a observação de que eram autorizados pelo Vigário de Enseada de Brito, a cuja paróquia estavam subordinados<sup>97</sup>. Também, o fato de vários vigários efetuarem registros, nos livros eclesiásticos, ao mesmo tempo, é bastante sugestivo, no que diz respeito a presença permanente de mais de um vigário na sede da freguesia no decorrer da maior



parte do século XIX.

A importância religiosa da paróquia, fez com que surgissem, ao longo dos anos, novas capelas no seu espaço territorial. Numa resposta direta à expansão populacional da própria comunidade. Procurou desta forma, a Igreja, acompanhar e assistir aos novos paroquianos em suas necessidades religiosas. Que resultava na necessidade de novos vigários no espaço territorial.

Até início do século XIX, no espaço geográfico desta freguesia existiam apenas dois templos religiosos. A Igreja Matriz, localizada na sede da mesma e a capela da Armação da Garopaba. Tal informação é fornecida no Termo de Visita de Bento Cortes de Toledo, datado de 1799.

Esta Igreja não tem Irmandade do Santísimo sem compromissos, não tem Missas perpétuas, tem a Capella da Armação de Garopaba da invocação de S. Joaquim, distância de 4 léguas. Esta Igreja he a mais pobre que há nesta comarca, não tem paramentos e a mesma Igreja cá esta se indo a baixo<sup>9º</sup>.

Com relação a Igreja Matriz, parece ser a mesma anterior a própria fixação dos açorianos na área. É o que se deduz do documento acima citado; onde foi afirmado textualmente estar a igreja matriz indo abaixo. Ora em tão curto espaço de tempo, apenas 50 anos, não ruiaria um templo religioso daquela época, ainda mas que eram construídas solidamente. Este fato sugere a existência de uma igreja na área, anterior a fixação dos açorianos, que servia para atender, ainda que de forma intermitente, a população que vivia na redondeza. Deduz-se pois, que a atual Igreja Matriz foi construída no decorrer do século XIX, no mesmo local em que existiu a descrita pelo Padre Visitador. No decorrer do século XIX, surgiram outras capelas, no espaço geográfico da freguesia, nas localidades de Santo Amaro, Paulo Lopes, Praia de Fora, Passagem do Massiambu, Pinheiras e

outras<sup>99</sup>.

A dispersão e dificuldades de locomoção, exigiam que os padres usassem meios de transportes precários. Sendo o transporte em canoas e cavalos os mais utilizados em seus deslocamentos. Tais deslocamentos tornavam-se assim fatores propensos a extravios e arruinamentos dos livros eclesiásticos; face serem estes expostos a toda a sorte de interpêries. Provavelmente, muitos livros e mesmo registros soltos, pertencentes a paróquia, foram perdidos desta forma. Este fato parece ser altamente sugestivo, como um dos responsáveis pelo extravio de vários livros e mesmo registros soltos, na segunda metade do século XIX.

O desempenho das funções paroquiais, em condições geográficas e populacionais tão peculiares, transformaram os vigários em verdadeiros baluartes da manutenção da fé e moral cristã. Destacando-se como de efetiva ligação com a paróquia os que se segue no quadro II.7

## Q U A D R O II.7

RELAÇÃO DOS VIGÁRIOS DE ENSEADA DE BRITO DE 1751/1908

N O M E	PERÍODO DE ATIVIDADE
01 - Antônio Álvares Bitancurt	11-06-1751/02-02-1758
02 - Ivan da Borba Fagundes	17-06-1758/22-02-1762
03 - Manoel da Rosa	22-02-1762/06-09-1764
04 - Antônio Correia da Silva	09-06-1765/07-06-1771
05 - José Antônio da Silva	21-06-1771/07-12-1778
06 - Braneivo Castro de Braga	10-04-1779/10-09-1783
07 - Miguel Gomes Torres	22-09-1784/29-08-1793
08 - Ignácio Francisco dos Santos	22-02-1794/23-02-1796
09 - Domingos Francisco de Souza Coutinho	08-02-1791/23-02-1800
10 - Antônio Furtuoso José da Cunha	03-06-1800/02-03-1802
11 - João de Souza Ferreira	18-10-1802/23-04-1804
12 - Manoel José Furtado de Mendonça	27-01-1805/06-07-1826
13 - Jerônimo Francisco Coelho	09-12-1807/04-06-1808
14 - Vicente Ferreira dos Santos Cordeiro	17-11-1826/21-05-1859
15 - Bernardo da Cunha Bróchado Júnior	18-11-1839/17-05-1841
16 - Macário Cesar de Alexandria e Souza	04-02-1860/02-10-1860
17 - Carlos Fernando Cardoso	23-11-1861/20-04-1872
18 - José Maria do Nascimento	25-05-1872/25-09-1882
19 - Arcanjo Ganarini	20-03-1883/23-05-1900
20 - Francisco Martim de Olidem (faleceu)	23-03-1826
21 - João Domingos Alves Veiga (faleceu)	18-09-1883
22 - Antônio Palha (esmolher da Casa Santa)	1791

FONTE: Enseada de Brito, Batisados, Casamentos e Óbitos (1751-1907).

AHECMF, vários livros.

## II.6. CONCLUSÕES

A síntese histórica sobre as fases de povoamento, as pectos sociais, econômicos e políticos de Enseada de Brito, permitiram uma visão mais clara, dos fatores que influenciaram no comportamento da natalidade entre esta população.

E, será a partir da caracterização de grandes perío dos históricos da comunidade, que se procurará desenvolver as análi ses sobre a evolução da natalidade nesta comunidade. Só assim se ca racterizará o sentido do próprio trabalho, ou seja o de interpretar a natalidade dentro da demografia histórica.

Sem a devida associação dos fatos sócio-demográficos e mesmo econômico da comunidade, se está sujeito a incorrer em interpre tações que fogem ao campo específico, para se caracterizar como uma visão puramente demográfica.

Foi com este objetivo, que procurou-se aprofundar as mais amplas considerações possíveis sobre diferentes aspectos da vi da comunitária, pois que se, refletirem sobre o comportamento demo gráfico da comunidade.

## II.7. NOTAS DO CAPÍTULO

<sup>1</sup>A Freguesia foi fundada em 13 de maio de 1750, no Reinado de D. João V.

<sup>2</sup>Vide mapa de localização da povoação, f. 48.

<sup>3</sup>BRITO, Paulo Miguel. Memória política da capitania de Santa Catarina. Lisboa, Typ. da mesma academia, 1829, Reimpresso pela Sociedade Literaria Biblioteca Catarinense, liv. central, Florianópolis, 1932. p. 18.

<sup>4</sup>BOITEAUX, Lucas Alexandre. Pequena história catarinense. Florianópolis, liv. Cysne, 1919. p. 229.

<sup>5</sup>IBID.

<sup>6</sup>IBID.

<sup>7</sup>SOUZA, Coronel Manoel Escudeiro Ferreira Governador. Mapa de tudo que se acha nesta Ilha de Santa Catarina no ano de 1750. Doc. catalogados, Rio de Janeiro, caixa 31, doc. 15.200 - 11, Arquivo Histórico Ultramarino Português.

<sup>8</sup>CABRAL, Oswaldo Rodrigues. As defesas da Ilha de Santa Catarina no período colonial. CFC, Departamento de Imprensa, 1972. p. 84.

<sup>9</sup>BRITTO. op. cit., p. 43.

<sup>10</sup>IBID, p. 43-44.

<sup>11</sup>CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Os açorianos. Iº Congresso de História Catarinense, 1. Florianópolis, 1950. Anais... Florianópolis, imp. oficial, 1950, V. 2. p. 528.

<sup>12</sup>IBID. p. 528, citando documento do palácio.

<sup>13</sup>IBID. p. 528-9.

<sup>14</sup>ENSEADA DE BRITO. Casamentos. 1751-1800. AHECMF.

<sup>15</sup>TOLEDO, Bento Cortes. Termo de visita de 1799. Arquivo da Arquidiocese do Rio de Janeiro.

<sup>16</sup>BOITEAUX. op. cit., p. 75.

<sup>17</sup>ENSEADA DE BRITO. Casamentos. Liv. 1, 1751-843.

<sup>18</sup>PIAZZA, Walter F. Açorianos em Santa Catarina. São Paulo, (7): 79-89, 1955, Revista Genealógica Latina.

- <sup>37</sup>ENSEADA DE BRITO. Casamentos. 1751-1907, AHECMF.
- <sup>38</sup>TOLEDO. op. cit.
- <sup>39</sup>BRITTO. op. cit., p. 43.
- <sup>40</sup>SANTA CATARINA. Leis, Decretos, etc... Coleção das leis da Província de Santa Catarina, 1835-1840. Desterro, Typ. Catharinen<sub>se</sub>, 1856.
- <sup>41</sup>SANTA CATARINA. Leis, Decretos, etc... Lei nº 253 de 5 de abril de 1848, vol. condensado 1848-53. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.
- <sup>42</sup>BRITTO. op. cit., p. 43.
- <sup>43</sup>SANTA CATARINA. Leis, Decretos, etc... Resolução nº 371 de 29 de maio de 1854, do Pre. João José Coutinho, vol. condensado 1854-62, Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.
- <sup>44</sup>IBID.
- <sup>45</sup>As referências de fronteiras da freguesia quase 100 anos mais tarde mostravam as mesmas divisas da época do último desmembramento.
- <sup>46</sup>SANTA CATARINA. Leis, Decretos, etc... Resolução de 1º de janeiro de 1939, definindo os limites do município e freguesia de Palhoça, imp.º oficial, 1939.
- <sup>47</sup>BRITTO. op. cit., p. 43.
- <sup>48</sup>DESTERRO. Câmara Municipal, 1774-1810.
- <sup>49</sup>IBID.
- <sup>50</sup>BOITEAUX. op. cit., p. 222.
- <sup>51</sup>SÃO JOSÉ. Câmara Municipal, 1835.
- <sup>52</sup>IBID. 1832-35.
- <sup>53</sup>IBID. 1833-53.
- <sup>54</sup>IBID. 1876-92.
- <sup>55</sup>SANTA CATARINA. Leis, Decretos, etc... Decreto 184 de 24 de abril de 1894, decreto do governador Coronel Moreira Cesar. Desterro, 1894.
- <sup>56</sup>PALHOÇA. Câmara Municipal. 1894-1906.
- <sup>57</sup>CABRAL. op. cit., p. 83.
- <sup>58</sup>SÃO JOSÉ. op. cit., 1833.
- <sup>59</sup>ENSEADA DE BRITO. Casamentos. 1751-1907, AHECMF.

- 60 IBID.
- 61 IBID.
- 62 IBID.
- 63 LUPERCIO. op. cit., p. 36.
- 64 SÃO JOSÉ. op. cit., 1833-38.
- 65 IBID.
- 66 Vide anêxo II, referente a Ata Eleitoral de 1876.
- 67 IBID.
- 68 IBID.
- 69 IBID.
- 70 SÃO JOSÉ. op. cit., 1833-1888.
- 71 ENSEADA DE BRITO. Batizados. Livro 3, p. 120, AHECMF.
- 72 PIAZZA, Walter F. A Igreja em Santa Catarina. Notas para sua história. p. 114.
- 73 BOITEAUX. op. cit., p. 223.
- 74 PIAZZA, Walter Fernando. Introdução ao estudo da propriedade rural em Santa Catarina, Simpósio de Aracajú, 1976.
- 75 BOITEAUX. op. cit., p. 220.
- 76 SANTA CATARINA. Presidente da província, 1865-1867 (Albuquerque Lacerda). Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catharina em sua sessão ordinária, pelo Presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, no ano de 1867. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1867.
- 77 SÃO JOSÉ. Ata Eleitoral de 1876. (anêxo II).
- 78 IBID.
- 79 IBID.
- 80 IBID.
- 81 Quadro II.4.
- 82 Quadro II.6.
- 83 SÃO JOSÉ. Ata Eleitoral de 1876. (anêxo II).
- 84 Quadro II.4.
- 85 Quadro II.5.
- 86 ENSEADA DE BRITO. Batizados.

<sup>87</sup>Vide anêxo II.

<sup>88</sup>IBID.

<sup>89</sup>IBID.

<sup>90</sup>SANTA CATARINA. Presidente da província, 1865-1867 (Albuquerque Lacerda). Relatório apresentado a Assemblêia Legislativa Provincial de Santa Catharina em sua sessão ordinária, pelo Presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, no ano de 1867. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1867.

<sup>91</sup>Quadro II.6.

<sup>92</sup>IBID.

<sup>93</sup>ENSEADA DE BRITO. Batizados.

<sup>94</sup>BRITTO. op. cit., p. 43.

<sup>95</sup>ENSEADA DE BRITO. Batizados. Livro 1, p. 27, V, AHECMF.

<sup>96</sup>TOLEDO. op. cit.

<sup>97</sup>Não conseguiu-se apurar documentalmente a data da ereção das mesmas.



## CONSIDERAÇÕES SOBRE A POPULAÇÃO DE ENSEADA DE BRITO

### III.1 INTRODUÇÃO

O delineamento das características gerais desta população, bem como do comportamento dos eventos vitais ao longo dos 130 anos enfocado pelo trabalho torna-se necessário para que melhor se compreenda como evoluiu demograficamente esta comunidade; uma vez que desempenhou relevante papél na ocupação de áreas geográficas que hoje encontram-se comunidades populosas.

Procurar-se-á demonstrar que a capacidade reprodutiva desta comunidade foi suficiente para proporcionar um crescimento demográfico positivo, num meio ambiente bastante adverso, face as dificuldades de assistência aos problemas de saúde numa época que suspeita-se da existência de epidemias, não comprovadas por falta de documentos sobre a situação da saúde pública na comunidade. Com este objetivo se apresentará quadros dos eventos vitais ocorridos e registrados nos documentos eclesiásticos, bem como dados populacionais da comunidade para vários anos; sobre os quais se fará algumas considerações.

### III.2 - Considerações sobre a população

Como foi exposto no Capítulo II. a área da freguesia de Enseada de Brito foi ocupada pelos portugueses a partir da segunda metade do século XVII, quando procuraram estabelecer povoação fixa na área <sup>1</sup>. O contingente humano que fixou-se por esta época na área foi muito pequeno, contudo conseguiu sobreviver pelos anos seguintes, pois no ano de 1750, registrou-se a presença de um total de 27 famílias paisanas <sup>2</sup>. O número total destes moradores foi difícil determinar-se, pois os filhos não se encontravam distinguidos entre paisanos <sup>3</sup> e Ilheus <sup>4</sup>, no documento utilizado. <sup>5</sup> O que pode-se constatar por este documento foi o número de 4,18 pessoas por fogo, que permiti

te uma previsão de pessoas nestas famílias paisanas, se considerar ca da fogo uma família.

Supõe-se assim, que durante quase um século manteve-se viva a presença da população de origem Paulista na área, ainda que sujeita ao desaparecimento repentino, face seu reduzido número.

Felizmente isto não ocorreu permitindo que os imigrantes açorianos, encontrassem um ponto de apoio para sua sobrevivência na área, nos primeiros anos. Registrou-se entre estes, desde cedo um processo de interação através do casamento<sup>6</sup>.

A introdução dos Açorianos revitalizou a povoação, que ganhou estatus de freguesia e paróquia em 13 de maio de 1750<sup>7</sup>. Desde então tem-se referências sobre a população e eventos vitais ocorridos nesta área; seja através do Arquivo paroquial, ou de visitantes e relatórios.

Da consulta a estes documentos concluiu-se ter desaparecido com a introdução dos Açorianos o perigo de despovoamento da área de Enseada de Brito, face a solidificação do contingente populacional propiciado pelo número bastante significativo de casas açorianas. Estes ilheus trouxeram estímulo novo a comunidade de origem Vicentista, que pelos anos seguintes cresceu populacionalmente, a partir quase que exclusivamente, de seu próprio potencial demográfico.

Dados populacionais posteriores a fixação desta segunda leva de povoadores, indicam um crescimento populacional bastante positivo, ao longo da segunda metade do século XVIII e quase todo o século XIX.

A primeira informação encontrada sobre a freguesia de Enseada de Brito data de 1799, quando o Padre Visitador Bento de Cortes Toledo, esteve nesta povoação. Na ocasião documentou em relatório alguns aspectos sobre a dita comunidade, entre os quais aparece informações sobre a população. Segundo êle, tinha a freguesia 208 fogos e 1021 almas de confissão e comunhão.<sup>18</sup>

Os dados populacionais citados pelo Padre visitador, deixam

transparecer que esta não é a população total, pois são ignorados aqueles que tinham menos de 7 anos de idade. Isto porque o documento refere-se a população de "confissão e comunhão", cujos sacramentos segundo a lei da Igreja são ministrados somente após esta idade.

Comparando-se estes dados, com os dados estatísticos obtidos para o dito ano, a partir dos registros eclesiásticos, constatou-se que os mesmos se aproximam; haja visto que os dados da paróquia acusam 1216 almas.<sup>9</sup> E, considerando-se a população menor de 7 anos, não mencionadas pelo Visitador, tem-se uma população total que se correspondem numericamente. Os 115 indivíduos contidos a mais nos cálculos paroquiais são provavelmente constituídos de menores de 7 anos. Portanto uma diferença bastante lógica face a justificativa já apresentada.

O crescimento desta comunidade, continuou sendo devidamente documentado nos anos seguintes. Assim é que, para o ano de 1803 a população oficial era de 1315 almas, e já em 1810 esta havia aumentado para 1511 indivíduos.<sup>10</sup>

Pelos dados eclesiásticos, para estes anos, a população deveria ser respectivamente de 1355 pessoas para o ano de 1803 e para o ano de 1810 um total populacional de 1627 indivíduos.<sup>11</sup>

Pelos registros pode-se afirmar que o crescimento populacional manteve-se em franca expansão no decorrer destes anos.

Passado alguns anos, em que não se teve informações oficiais sobre a população de Santa Catarina em nível de freguesias, surge no ano de 1840 um importante documento oficial intitulado "Quadro da Divisão Civil, Judiciária e Eclesiástica da Província de Santa Catarina com resumo de sua População Relativa ao ano de 1840", que contém dados sobre as Freguesias e Vilas da Província.

O dito documento para a freguesia de Enseada de Brito apresenta dados que se seguem:



livres: solteiros - homens 637, mulhe  
res 699; casados: homens 374, mulheres  
367; viúvos; homens 16, mulheres 48; to  
tal 2141. Escravos: solteiros - homens  
366, mulheres 292; casados: homens 10,  
mulheres 9; viúvos: homens 1, mulheres  
2; total 590; Total geral: 2731. Confra  
rias 2 e irmandades 2. <sup>12</sup>

A natureza dos dados e a forma como foram expostos, permitiu pela primeira vez, uma visão mais detalhada da composição da população tanto por sexo e estado civil, como por condição social. Tais dados não puderam ser discutidos comparativamente com outras fontes da mesma época por inexistirem. Pode-se, isto sim fazer-se uma análise interna deste documento, para estabelecer-se percentuais de participação de cada elemento no conjunto. Antes porém que se faça qualquer análise neste sentido, é importante que se compare tais dados populacionais gerais, com os dados de crescimento bruto obtidos através dos registros eclesiásticos, que foram constantes durante os anos que se estenderam de 1810-1840. Feita a comparação constatou-se que as informações estatísticas fornecidas pelas duas fontes são coerentes, haja visto que a contagem oficial apresentou um total de 2731 pessoas, enquanto pelos registros eclesiásticos obteve-se um total de 2698 indivíduos.<sup>13</sup> Esta diferença para um período de tempo tão grande calculado para os registros eclesiásticos, através do crescimento bruto, sugere pouca migração na área durante este período de tempo. Desta forma serve o documento oficial como valiosa contribuição à análise interna da população, no dito ano.

Observando-se os dados oficiais deste quadro populacional relativos a freguesia de Enseada de Brito, pode-se afirmar

que a população total, distribuída por sexo, apresentava predominio da população masculina, a qual representava 58%. Analisando a mesma população no que diz respeito ao estado civil, constatou-se que 1994 indivíduos eram solteiros, e representam 73% da população; indicando que nessa comunidade predomina população jovem, com menos de 25 anos de idade, face ser esta a idade média para os casamentos do sexo masculino <sup>14</sup>.

Vendo-se esta população no aspecto relativo a condição social, identificou-se que a população livre representava 79% da população total, e os escravos apenas 21% desta. Deduz-se que a maioria das famílias não possuíam volume significativo de escravos, sobrevivendo do trabalho dos pais e filhos.

Analisando o número de pessoas por famílias constatou-se que o número destes oscilou em torno de 5,6 pessoas. Obteve-se tal média dividindo-se o total da população pelo número de fogos apresentados para o ano de 1840. Este mesmo cálculo processado para 1799 apresenta uma média de 5,8 pessoas por família. Conclui-se que o tamanho das famílias não se alterou significativamente até meados do Século XIX.

Para os anos de 1854 e 1866, apresentaram, as estatísticas populacionais oficiais redução no volume populacional desta freguesia, entendidos como naturais pois que resultaram das alterações territoriais que se verificou a partir de 1846 <sup>15</sup>, que afetou o contingente demográfico da paróquia.

A constatação destas defazagens populacionais, pode se observar no "Mapa aproximado da população da Província de Santa Catharina do anno de 1854", o qual apresenta os dados que se segue:

Freguesia de Enseada de Brito - livres;  
 brasileiros - homens 1163, mulheres  
 1114; estrangeiros - homens 26, mulheres  
 23. Escravos: homens 268, mulheres 172.

16

Total da população 2766 habitantes.

O conteúdo deste documento, desperta questões que são explicadas pelo desmembramento territorial de São Joaquim da Garopaba, ocorrido em 1846. O primeiro aspecto que chama a atenção é o relativo a estacionalidade da população. Constatou-se ter ocorrido num período de 14 anos um aumento de apenas 35 novos indivíduos; a população de 1840. Pois era esta naquele ano de 2731, passando para 2766 indivíduos em 1854; isto tomando-se por base as estatísticas populacionais oficiais.

Por outro lado tomando-se por base os eventos eclesiásticos chegou-se a conclusão que a população deveria estar em torno de 3518 habitantes.<sup>17</sup> Assim entre estas duas fontes registrou-se uma diferença numérica da ordem de 752 pessoas para menos nas estatísticas oficiais. Acredita-se ser esta desfazagem numérica a população, que pelo desmembramento territorial, passou a pertencer a São Joaquim de Garopaba.

Inquerindo este documento de 1854, em confronto com o de 1840, observou-se que entre a população global, por sexo, continuou predominando população masculina, se bem que com menor representação que em 1840. Tudo indica que as alterações que surgiram no quadro de distribuição da população global por sexo, não deveu-se a mudanças substanciais entre a população livre, pois esta continuou com os mesmos percentuais, mas tão somente em razão do aumento proporcional das mulheres entre a população escrava, que passa de 33% em 1840, para 38% no ano de 1854.

No que tange a distribuição da população do ano de 1854 por condição social, verificou-se que a população livre constituia 84% da total. Ocorreu portanto, uma redução da participação da população escrava da ordem de 4%, a qual passou de 20% em 1840, para apenas 16% neste ano. Uma das razões desta redução estaria no grande número de escravos que concentrava a área da Armação de Baleias da Garopaba, que pelos registros eclesiásticos, deduz-se possuir mais ou menos

30% dos escravos da Freguesia de Enseada de Brito.<sup>18</sup> A outra razão se ria a redução da importação de escravos homens face a legislação em vigor, não compensados em igual proporção pelos nascimentos destes, na paróquia.

Ainda falando-se do quadro populacional de 1844, nele é apresentado pela primeira vez referências a presença de estrangeiros na comunidade. Muito embora tenha-se conhecimento da presença destes, desde o início da colonização; através dos registros eclesiás ticos; não se tinha a idéia precisa do número destes.

O fato de somarem estes, apenas 1% da população livre da comunidade, totalizando 40 indivíduos e se encontrarem distribuídos quase na mesma proporção de homens e mulheres, indica que a área em meados do século XIX era pouco frequentada por estrangeiros.

Os dados populacionais oficiais de 1856<sup>19</sup>, para a freguesia de Enseada de Brito indicam que a divisão territorial, gerou a redução numérica da população da comunidade sem que isso implicasse em alterações nos padrões demográficos de gerar filhos, vigentes até então; que continuou a apresentar-se com altas taxas de natalidade.

O Quadro populacional de 1856, para Enseada de Brito apresenta os dados seguintes:

Enseada de Brito - Livres: Brasileiros  
 - homens 1215, mulheres 1164; estrangeiros - homens 34; mulheres 26. Escravos:  
 homens 280, mulheres 180.

Deste documento dois pontos chamam a atenção. O pri meiro deles é o aumento significativo de estrangeiros, que passam de 46 indivíduos em 1854 para 60 em 1856; registrando para o período um crescimento da ordem de 34%. O segundo aspecto, é o aumento do número de escravos para o período; que embora pequeno, demonstra a manu

tenção do trabalho servil em alto conceito. Indica este aumento do número de escravos; que ocorreu um estímulo repentino, seja por expansão econômica que levou a comprar essa mão de obra de outras regiões, seja pelo aumento do número destes gerados na comunidade. O natural seria a redução do número de escravos na comunidade.

No ano em que se realizou esta contagem, processou-se - nova alteração territorial no espaço da freguesia. Ocorreu o desmembramento de Santo Amaro do Cubatão, que territorialmente foi formado em grande parte por terras pertencentes a Enseada de Brito.<sup>20</sup> Este desmembramento provocou uma brusca redução populacional; em Enseada de Brito, pois as terras do vale do rio Cubatão, que foram incorporadas a nova freguesia, eram bem povoadas.<sup>21</sup>

Tais alterações populacionais resultantes deste novo desmembramento puderam ser confirmadas dez anos mais tarde, através do Quadro Populacional denominado "Mapa da População da Província de Santa Catharina no anno de 1866"<sup>22</sup>, que apresentou para a Freguesia de Enseada de Brito os seguintes dados:

Enseada de Brito... Nacionais 2288, estrangeiros 50, Católicos 2338, diversos cultos 0; adultos 1389; menores 949; solteiros 1588, casados 665, viúvos 85; ocupação; empregos públicos 5, comerciantes 17, proprietários 1, lavradores 351, artistas 30. Renda: 100 a 500 mil Reis 511, de 500 a 1000 mil Reis - 3. Sexo: homens 1147, mulheres 1161. Qualidade ou Cor: Brancos 1979, pardos 149, pretos 210. Condição: livres 2059, escravos 279. Total da Freguesia 2338. Casas 390; fogos 419.<sup>23</sup>



Este importante Mapa populacional pode ser considerado o pré-censo de 1872, haja visto a quantidade de informações que procurou abordar. Foge este, às tradicionais estatísticas demográficas, até então apresentadas, para penetrar em aspecto mais profundos, tanto no que toca a demografia, como no que diz respeito a vida econômica.

Do ponto de vista demográfico enfocou vários aspectos até então negligenciados, mais que são importantes para o entendimento das características da população. Tais como: referências a adultos e menores, distinção entre pretos e pardos, deferenciamento entre nacionais e estrangeiros.

Do ponto de vista econômico, forneceu importantes subsídios para o conhecimento da estrutura econômica-profissional da comunidade, através dos dados relativos as categorias ocupacionais, e rendas da população.

Procurar-se-á a seguir analisar estes dados, sempre comparando-os com os anteriores (1840 e 1856), nos aspectos possíveis de comparações. As considerações referem-se a população total da freguesia que sofreu uma brusca queda, em relação ao ano de 1856, da ordem de 555 almas. Isto representou, um decréscimo populacional de 19%, se comparando com os dados oficiais do dito ano.

Paralelamente considerando-se o crescimento populacional a partir dos registros paroquiais, constatou-se um crescimento positivo da população que contrasta com o negativo obtido do dito quadro populacional. Não identificou-se a presença de qualquer fenômeno demográfico de monta, que pudesse influir tão fortemente no ritmo da natalidade reduzindo-a a insignificância. Os dados que apurou-se para o ano de 1866, a partir do crescimento bruto da população dá um total de 3685 pessoas.

As estatísticas populacionais oficiais para estes

anos em que a comunidade estava em fase de transição permitiram que se percebesse, a real mudança populacional sofrida por Enseada de Brito em decorrência das sucessivas alterações de seu espaço territorial; nos meados do século XIX. Não pode-se determinar com exatidão o grau de alterações sofrida na taxa bruta de crescimento populacional, mas tão somente o número aproximado de pessoas as que deixaram de integrar a freguesia de Enseada de Brito nesta fase de desmembramentos. Assim tomando-se por base os dados eclesiásticos, pode-se estabelecer as prováveis perdas populacionais ocorridas em cada desmembramento.

Sabe-se que São Joaquim da Garopaba foi desmembrada em 1846, conforme já visto em outras partes deste capítulo; seus efeitos populacionais apareceram estatisticamente representados em 1854 quando constatou-se em relação a 1840, praticamente uma estagnação, se visto pela ótica oficial. Comparando-se estes dados oficiais com os resultados colhidos das fontes paroquiais, notou-se uma diferença de 792 indivíduos; os quais provavelmente foram incorporados por Garopaba; visto que a organização desta nova freguesia foi feita a partir, quase que exclusivamente das terras de Enseada de Brito. Em termos percentuais os efeitos deste desmembramento reduziu em torno de 30% a área geográfica, e 21% a população da freguesia de Enseada.

Aplicando-se a mesma linha de raciocínio que se utilizou para Garopaba, no que diz respeito ao desmembramento de Santo Amaro do Cubatão ocorrido em 1856, constatou-se a perda, por parte de Enseada, de 1163 almas, ou seja 33% da população, e uma redução territorial de uns 20%. Com o intuito de melhor esclarecer os efeitos dos desmembramentos territoriais sobre o volume populacional procurou-se constatar se houve alteração significativa no número de membros por famílias, pois este dado confirmaria se estava ocorrendo redução no volume de procriação. Feitos os cálculos a partir da

divisão da população global pelo número de fogos no dito ano, identificou-se um aumento do número de membros por famílias, no intervalo dos anos de 1840 a 1866. Tendo aumentado em 1840 de 5,3 pessoas por família para 5,6 no ano de 1866<sup>24</sup>, isto confirma que não houve redução na capacidade reprodutiva da população, mas tão somente redução no número de famílias residentes na jurisdição de Enseada de Brito.

Finalizando esta análise comparativa acredita-se que em face dos desmembramentos territoriais que atingiram Enseada de Brito em meados do século XIX, sofreu esta povoação, entre os anos de 1840 e 1866, uma perda populacional de 1955 pessoas; ou seja 45% da população que deveria existir em 1866; sem no entanto ter ocorrido restrições na capacidade reprodutiva da população.

A seguir se analisará os principais dados internos do Quadro Populacional de 1966 focalizando os aspectos que se considerou mais significativos. O primeiro destes, diz respeito a distribuição populacional por faixas etárias, ainda que não esteja especificado por cortes de idades; mas apenas em adultos e menores. Acredita-se que 40% da população da freguesia era constituída por população de menos de 18 anos de idade, e também que entre os adultos serem solteiros, nesta sociedade em que os casamentos ocorriam para as mulheres em torno de 22 anos e para os homens 24 anos, são indicadores que evidenciam este fogo.

Outro aspecto que merece igualmente análise, é o relativo a cor ou qualidade, visto que pela primeira vez, fez-se referências estatísticas quanto ao número de pardos e pretos separadamente. A presença de 6% da população sendo constituída de pardos, indica um lento processo de cruzamento interracial, nesta área, com uma participação ativa dos escravos. O fogo de 24% dos pardos serem cativos provam as constantes relações sexuais entre escravas e população branca livre. Tendo sido provavelmente praticado, nesta área, as mesmas mazelas sexuais que caracterizaram outras áreas do país, pela

mesma época.

Nos anos seguintes surgiram outras informações sobre a evolução populacional da freguesia, que indica ter sido regular o crescimento da população, durante a segunda metade do século XIX. Para 1872, ano do primeiro censo brasileiro moderno, registrou-se uma população da ordem de 2816 habitantes e para 1900 uma população de 3249.<sup>25</sup> Os dados destes dois últimos documentos, na medida do possível serão inseridos nos vários capítulos do trabalho; haja visto que, os períodos cruciais de alterações populacionais bruscas, haviam cessados, com o desmembramento de Santo Amaro do Cubatão, já extensamente analisado. Posteriormente, o comportamento demográfico, podem ser analisados pormenorizadamente através dos registros eclesiásticos, por serem constantes.

Tudo leva a crer que a natalidade ao longo dos anos posteriores aos desmembramentos, apresentou tendência regular de crescimento, ainda que sofrendo pequenas oscilações anuais.

Os registros de eventos vitais ocorridos anualmente, seja de nascimentos, óbitos ou casamentos, favoreceram a organização de quadros estatísticos anuais, destes mesmos eventos, para os 130 anos enfocados, ou seja de 1778 a 1907. Estes eventos são apresentados no quadro III.1 das páginas 106-7. Deste quadro básico derivou-se outros quadros populacionais específicos, utilizados no corpo do trabalho para caracterizar a evolução populacional ao longo das quatro fases conjunturais, que se definiu no capítulo I.<sup>26</sup>

Os eventos de nascimentos, quando da análise permitiram constatar a ocorrência de fases favoráveis ao crescimento populacional, intercaladas de outras menos favoráveis; ainda que a caracterização dependesse da frequência dos óbitos ocorridos paralelamente. Isto porque haviam momentos em que era forte a taxa de natalidade, sem no entanto propiciar crescimento populacional significativo, face a forte mortalidade ocorrida paralelamente; conforme

pode-se observar no quadro III.2, das páginas 108-9.

Analisando-se os eventos vitais de nascimentos, constatou-se que de 1778 a 1907, ocorreram várias fases com a natalidade apresentando características próprias.

Para a fase que se estendeu de 1778 a 1817, constatou-se que foi altamente favorável a expansão da natalidade, oscilando esta entre as taxas de 24,4 e 60,3 por mil<sup>27</sup>. A presença nesta fase, de fortes mortalidades nos anos de 1818 e 1819, quando registrou-se as taxas de 33,4 e 34,4 por mil, causou para os anos posteriores, uma redução acentuada no ritmo de expansão da população; cujas taxas de crescimento bruto, foram menores que nos acima enfocados. Esta segunda fase de crescimento populacional pouco expressivo, se estendeu até 1838.<sup>28</sup> Atribui-se esta desaceleração da taxa de natalidade, as fortes mortalidades que eram permanentemente altas, especialmente entre a população com menos de 1 ano de vida, conforme nos mostra o quadro III.7 das páginas 116-17;<sup>29</sup> que nestes anos castigou a comunidade com muita intensidade.

A fase seguinte, de 1839 a 1853, registrou uma elevação na taxa de natalidade, que registrou uma taxa média de 33,4 por mil para o período<sup>30</sup>, gerando conseqüentemente um aumento na taxa de crescimento bruto da população.

Seguiu-se uma fase de 6 anos, de 1854 a 1860, em que a ausência de dados de nascimentos para a maioria dos anos, dificultou conhecer-se o comportamento das taxas de natalidade para a maioria destes anos.

Para os anos seguintes, de 1861 a 1869, teve-se taxas de natalidades elevadas, que oscilou em torno de 32,8 por mil para estes anos.<sup>31</sup> Posterior a esta fase, ocorreu por 16 anos seguidos, redução no volume de nascimentos registrados, devido estravio de registros. A falta de séries anuais de eventos de nascimentos, bem como outras que sabe-se serem incompletas, impediram de se traçar o perfil

da natalidade no decorrer destes anos.<sup>32</sup>

Dando continuidade a análise da natalidade por fases, tem-se para os anos de 1887 a 1899, uma nítida presença de uma fase altamente profíqua ao crescimento da população. Para estes anos a taxa média de natalidade foi de 39,2 por mil<sup>33</sup>. A libertação dos cativos explica em parte este aumento significativo no volume de nascimentos, pois constatou-se um aumento de casamentos entre os negros após serem libertos; e igualmente um aumento no número de filhos destes.

A fase que se estendeu dos anos de 1900 a 1907, foi marcada pela redução da taxa de natalidade e crescimento bruto da população. Registrou-se para estes anos a taxa de natalidade média de 21,6 por mil.<sup>34</sup> As fortes taxas de mortalidades para estes anos, atingindo todas as faixas etárias, explicam em parte o acontecido.

Com relação a distribuição dos nascimentos por sexo, constatou-se que estes oscilaram permanentemente, ora para um, ora para o outro sexo, delineando para cortes decenais tendências que se comportaram quase sempre favoráveis ao sexo masculino, conforme se observa no quadro III.3 da página 110. Esta maioria porém, foi quase sempre pouco expressiva, delineando a possibilidade de ocorrer desequilíbrios entre os sexos quando os nascidos chegassem a idade de casar.

O desempenho da mortalidade durante os anos estudados foi significativo como mecanismo de controle da expansão da população, indicando que esta comunidade demograficamente comportou-se dentro dos padrões demográficos definidos por Carlos Cipola, in POPULAÇÃO MUNDIAL, para as sociedades em estágio de desenvolvimento agrícola. Geralmente as taxas de mortalidades eram regulares, permitindo que crescesse rapidamente a população, desde que a natalidade fosse expressiva, o que era comum. A mortalidade por sua vez, de origem epidêmica, que grassava de vez em quando, reduzia tanto numericamente a população, como diminuía seu potencial de reprodução para os

anos posteriores, pois atingia particularmente a população mais jovem. Esta repercussão sobre o ritmo de expansão da população, nos anos posteriores as fortes epidemias, foram observados frequentemente. Para a maioria dos anos no entanto a taxa de mortalidade situou-se em torno de 20 por mil, conforme pode-se observar no quadro III.4, das páginas 111-12.

Para os anos que se estendeu de 1778 a 1863, registrou-se taxas elevadas de mortalidade nos anos de 1802, 1805, 1806, 1818, 1819, 1826, 1835, quando foram registrados as taxas respectivas de 44,1; 36,4; 37,4; 33,4; 34,4; 51,6 e 66,2 por mil<sup>35</sup>. Associando-se estes dados de óbitos com os da natalidade, acha-se parte da razão do crescimento regular da população no decorrer deste período.

A comprovação de que foi positivo o crescimento da população no período é constatado através de vários documentos populacionais, que apresentam dados sobre a freguesia de Enseada de Brito, como se segue: em 1799 a população registrou 1021 almas de confissão e comunhão<sup>36</sup>; em 1803 com 1335 indivíduos<sup>37</sup>; para o ano de 1810 1511 pessoas;<sup>38</sup> no ano de 1840 uma população de 2731 indivíduos;<sup>39</sup> em 1854 registrou-se 2766 pessoas;<sup>40</sup> no ano de 1856 um total de 2893<sup>41</sup> como já exposto anteriormente.

Os anos que se estenderam de 1863 a 1907, caracterizaram-se pela presença de fortes mortalidades para vários anos seguidos.<sup>42</sup> Em decorrência destas oscilações nas taxas de mortalidade, registrou-se no crescimento bruto da população, taxas que tenderam a se situarem em polo oposto ao da mortalidade. Os anos de 1864 a 1869 foram marcados por fortes taxas de mortalidade,<sup>43</sup> cujas consequências não foram mais sérias sobre o ritmo de expansão da população, devido ter a natalidade paralela ser igualmente alta;<sup>44</sup> face a isto teve-se um crescimento bruto de 1,5 por cento ao ano.<sup>45</sup> para os anos de 1870 a 1887, as taxas de mortalidades foram quase sempre baixas, com a média para o período de 11,5 por mil.<sup>46</sup> Este fato indica que não

registrou-se no período epidemias na região. Só não se registrou um forte crescimento bruto da população no decorrer destes anos, face a taxa de natalidade média ter se situado em 26,9 por mil.<sup>47</sup>

Entre os anos de 1888 e 1895, registrou-se uma fase de fortes taxas de mortalidade<sup>48</sup>, quando parece ter ocorrido epidemias na área. No decorrer destes anos, o crescimento vegetativo da população só se manteve positivo<sup>49</sup> graças a forte taxa de natalidade paralela<sup>50</sup>. Os cinco anos seguintes (1896 - 1900), foram marcados por fracas taxas de mortalidade<sup>51</sup>; que resultaram em face da forte natalidade paralela<sup>52</sup>, num crescimento bruto da população de 2% ao ano; sinal de que não ocorreram epidemias ou outras eventualidades demográficas durante estes anos.

Os últimos anos enfocados pelo trabalho (1900 - 1907), foram marcados por taxas de mortalidade, que embora não fossem muito altas<sup>53</sup>, contribuíram para que ocorresse um reduzido crescimento da população<sup>54</sup>, pois as taxas de natalidade foram muito fracas<sup>55</sup>.

No que se refere a evolução da mortalidade específica por faixas etárias, constatou-se que nos períodos em que a mortalidade aumentava de intensidade, ocorria uma aceleração igualmente da mortalidade na faixa etária de zero a um ano de idade.<sup>56</sup> Este fato indica que estas elevações das taxas de mortalidade infantil, resultavam da ocorrência de moléstias epidêmicas, que atingiam com muito mais intensidade a população infantil. Ainda com relação a mortalidade infantil constatou-se que esta comportou-se, na maioria dos anos, com taxas superiores a 100 por mil;<sup>57</sup> o que significa que um terço das crianças nascidas morriam antes de completar 1 ano de vida.

Reportando-se ao quadro IV.4 das páginas 112-12 verifica-se que a mortalidade específica por sexo, apresentou-se até meados do século XIX dentro do padrão esperado, ou seja com taxas de mortalidade específicas anuais, quase sempre mais fortes, entre os nascidos



do sexo masculino. A partir de meados do século XIX, tal padrão se alterou, uma vez que registrou-se maior número de anos, em que a mortalidade infantil foi mais forte entre os nascidos do sexo feminino. Tal ocorrência contraria em parte, a idéia de que geralmente morriam mais crianças do sexo masculino no primeiro ano de vida. Atribui-se a este fato, a possível escassez de mulheres em idade nupcial, nos últimos 30 anos enfocados; quando constatou-se que o sexo masculino chegou a idade adulta (nupcial) com um volume numérico muito superior ao apresentado pelo sexo feminino.<sup>59</sup>

Quanto a mortalidade na faixa etária de 0 a 20 anos, os dados estatísticos do quadro acima referido, mostra que em média de 50% a 60% da população nascida, morria antes de atingir 20 anos de idade. Assim, menos de 50% da população nascida, chegava a idade de gerar filhos; pois os matrimônios ocorriam geralmente, entre os jovens com mais de 20 anos.<sup>60</sup>

Já, a mortalidade na faixa etária de 21 a 50 anos, considerados como a idade de reprodução, registrou ao longo dos decênios, quase sempre os menores percentuais entre os mortos, inferior a 21% dos óbitos ocorridos<sup>61</sup>. Este fato sugere que entre a população reprodutiva, a mortalidade se estabelecia em níveis menores que nas outras faixas etárias, mesmo nos períodos epidêmicos; contribuindo para a permanente restauração das camadas mais jovens da população, que era mais fortemente atingida pela mortalidade.

O quadro IV.4 mostra que a mortalidade entre a população senil, comportou-se com oscilações percentuais que delinearam 3 fases.<sup>62</sup> Nos primeiros vinte anos, com forte presença de óbitos destes entre os mortos<sup>63</sup>; indicando que estava desaparecendo o suporte mais antigo da população. Nos 79 anos seguintes (1798 - 1877) tudo indica que houve uma redução no número de pessoas que atingiram mais de 50 anos; face ter-se registrado uma redução da mortali-

dade entre a população senil.<sup>64</sup> Possivelmente isto implicou em que houve um encurtamento da idade média de vida da população no decorrer destes anos. Nos últimos 30 anos (1888 a 1907), voltou a registrar-se um aumento da participação da população senil entre os óbitos<sup>65</sup> indicador positivo da elevação da idade média de vida da população; pois que a proporção de mortos na faixa etária acima de 50 anos aumentou consideravelmente.

O quadro III.1 das páginas 106-7, mostra que o movimento de casamentos realizados durante estes anos,<sup>66</sup> comportou-se dentro do esperado, face o tamanho da população desta comunidade. Estes registros evidenciam que houve no decorrer das duas primeiras fases conjunturais muitos casamentos entre mulheres da comunidade com homens de outras comunidades,<sup>67</sup> possivelmente imigrantes que procuravam criar famílias na área. A ocorrência destes casamentos, deveu-se a um excesso de mulheres na composição da população; que funcionou como elemento de atração da população masculina; que por seu lado, teve importante papel na organização de muitas células familiares geradoras de filhos.

Outro aspecto constatado com relação a população reprodutora foi que esta gerou por família uma média de 4 filhos:<sup>68</sup> perfeitamente compatível com a idade nupcial média de 20 a 25 anos.<sup>69</sup>

Para a população livre, identificou-se ao longo 130 anos estudados, 1778 a 1907, uma presença cada vez mais acentuada entre a população global da freguesia.<sup>70</sup> Isto indica que a expansão populacional da comunidade resultou principalmente da forma como se comportou a frequência de eventos vitais de nascimentos e óbitos entre a população livre.

Considera-se como fatores básicos deste crescente aumento percentual da população livre entre a população global, os que se seguem:

- A necessidade de contingentes familiares numerosos para garantir a mão de obra familiar, necessária à sobrevivência do grupo.
- Os perigos permanentes de dizimação a que estavam expostas as famílias, face a presença de epidemias, que eliminavam parte da população.
- A substituição progressiva da mão de obra escrava, pela livre, notadamente nas pequenas propriedades, face não só aos altos preços da mão de obra servil, como devido a redução do tamanho da propriedade pelas, constantes partilhas entre os herdeiros.
- A procura permanente de novas terras cultiváveis, que levava a expansão da população em direção a periferia da freguesia, ao mesmo tempo que impunha uma forte expansão da natalidade, para suprir a falta de mão de obra servil.
- A conjuntura sócio-religiosa da comunidade que estimulava a presença de famílias numerosas, organizadas segundo os padrões morais cristãos, pressionou para que a geração de filhos entre a população livre observasse os padrões morais ditados pela Igreja Católica.
- A presença constante de fortes taxas de natalidade entre a população livre, favoreceu à recomposição da população das perdas ordinárias, permitindo que entre a população livre ocorresse o aumento permanente de seu número.

Conclui-se pois, que a população livre foi tanto depositária da cultura açoriana paulista preservada na área, como responsável pela ocupação do espaço territorial e expansão populacional nesta comunidade.

Quanto aos escravos a freguesia de Enseada de Brito contou entre sua população com um contingente significativo de cativos, desde que aí se fixaram os açorianos até a época em que foi assinada a Lei Áurea. Neste intervalo de tempo (1751 a 1888), foi se reduzindo em número, de forma pregressiva, pelo que pode-se observar através

do quadro III-9 da página 120.

Muitas foram as razões que contribuíram na progressiva redução da mão de obra servil nesta comunidade; entre as muitas destacam-se as que se seguem.

O aumento progressivo da população livre favoreceu o cultivo do solo nas pequenas propriedades, permitindo que seus proprietários dispensassem a dispendiosa mão de obra escrava.

Os altos preços que eram cobrados pelos escravos africanos, aliado ao aparecimento de uma política de redução de importação destes, são igualmente razões fortes, de sua redução numérica, pois sua aquisição tornou-se cada vez mais difícil especialmente pelos pequenos proprietários. Isto se evidencia pelo aumento progressivo de mulheres entre a população escrava que representaram em 1810 um percentual de 25,3%, aumentando em 1840 para 36,1%; e em 1866 para 49,8% desta população.<sup>71</sup> E, também pela redução progressiva nos registros de nascimentos, óbitos e casamentos, de registros tanto de escravos de origem africana, quanto de pequenos proprietários; sendo que os escravos africanos praticamente deixam de ser citados após 1845.<sup>72</sup>

A baixa frequência de nascimentos entre os escravos, denunciada por Paulo Miguel de Brito, in MEMÓRIA POLÍTICA DA CAPITANIA DE SANTA CATARINA, no início do século XIX, também influiu na progressiva redução do número de cativos nesta comunidade, pois que dificultava a reposição dos escravos que morriam, e que não eram compensados com importações no mesmo nível. A citação textual que se faz abaixo é válida para Enseada de Brito, até meados do século XIX, conforme pode-se constatar através dos nascimentos ocorridos entre os cativos ao longo dos anos enfocados.<sup>73</sup> O autor citado, assim se expressa:

Falo somente da população que inclui os brancos de ambos os sexos; e excluo a escravatura porque esta população, he adventícia, precária e monos prolífica; e quasi que sô he reparada da perda ordinária das vidas pela importação dos indivíduos vindos da África.<sup>74</sup>

Entre os anos que se estenderam de 1850 - 1871, registrou-se um aumento da taxa de natalidade entre a população cativa conforme pode-se observar no quadro III.10, da página 122. O fato deste aumento ter se registrado especialmente entre os filhos naturais,<sup>75</sup> indica que os senhores pressionaram seus escravos a geração de filhos, sem se importarem com o aspecto moral da questão, uma vez que eram estes gerados especialmente entre mães solteiras. Pressionados que eram pela necessidade de mão de obra; não deram ouvidos aos clamores da Igreja.

Posteriormente, devido a aprovação da Lei do Ventre Livre em 1871, a reprodução entre os escravos se reduz de forma acentuada. Acredita-se que os senhores de escravos, reduziram a pressão que exerciam sobre os cativos no tocante a geração de filhos, por não serem a partir de então, considerados escravos as crianças que nascessem entre estes. Igualmente contribuiu para esta redução de escravos na comunidade, os altos preços que custavam. Este fato pode-se constatar através de documentos de vendas de escravos, referentes ao ano de 1886, quando um escravo de 37 anos foi vendido por 400\$000 reis.<sup>76</sup>

Em síntese, quer por razões de dificuldades de importação de novos escravos, quer por problemas de altos preços que estes custavam, ou da baixa taxa de natalidade registrada entre os escravos; foram aos poucos reduzindo-se numericamente na comunidade, diminuindo conseqüentemente a importância destes na vida econômica e social de Enseada de Brito, ao longo dos anos estudados.

## QUADRO III.1

EVENTOS VITAIS GLOBAIS OCORRIDOS EM E. BRITO DE 1778 A 1907

ANOS	CAS.	NASC.	ÓBITOS
1778	5	18	1
1779	8	43	9
1780	2	33	9
1781	2	47	8
1782	6	30	12
1783	4	39	10
1784	4	29	26
1785	4	35	11
1786	8	31	11
1787	2	29	16
1788	11	34	-
1789	8	43	-
1790	6	32	8
1791	4	41	10
1792	3	46	13
1793	7	36	6
1794	3	45	17
1795	4	40	26
1797	12	36	14
1797	8	53	30
1798	6	36	29
1799	11	61	12
1800	11	41	17
1801	13	66	-
1802	6	44	50
1803	10	44	38
1804	13	70	20
1805	21	52	46
1806	19	65	49
1807	8	79	9
1808	14	50	12
1809	10	73	25
1810	9	66	40
1811	17	90	32
1812	9	75	27

ANOS	CAS.	NASC.	ÓBITOS
1813	17	71	47
1814	5	69	26
1815	16	59	31
1816	4	73	21
1817	20	80	37
1818	25	34	60
1819	19	13	62
1820	19	47	37
1821	7	60	20
1822	10	52	22
1823	9	31	44
1824	4	37	14
1825	13	28	20
1826	11	27	107
1827	-	-	44
1828	-	70	35
1829	-	62	44
1830	-	72	38
1831	-	79	29
1832	-	51	30
1833	-	64	22
1834	-	64	39
1835	24	66	164
1836	11	97	35
1837	-	76	23
1838	-	78	30
1839	-	92	33
1840	-	106	82
1841	9	122	41
1842	15	110	78
1843	12	107	39
1844	20	115	48
1845	21	120	22
1846	13	95	28
1847	13	78	33

ANOS	CAS.	NASC.	ÓBITOS
1848	13	78	33
1849	11	76	26
1850	12	103	34
1851	5	83	11
1852	11	42	42
1853	9	-	-
1854	12	-	23
1855	6	-	24
1856	16	-	27
1857	13	1	59
1858	10	-	39
1859	12	2	18
1860	13	9	-
1861	7	78	10
1862	24	99	49
1863	13	93	42
1864	21	102	62
1865	27	106	72
1866	10	98	78
1867	13	105	56
1868	-	122	60
1869	3	111	72
1870	-	76	45
1871	10	-	35
1872	9	8	46
1873	16	9	36
1874	19	3	17
1875	16	20	13
1876	5	59	6
1877	5	77	3
1878	12	25	1
1879	8	4	55
1880	7	4	33
1881	15	11	23
1882	12	45	33
1883	19	78	52
1884	5	77	26
1885	13	127	56
1886	14	59	57

ANOS	CAS.	NASC.	ÓBITOS
1887	27	117	55
1888	19	127	100
1889	34	188	90
1890	32	131	81
1891	29	95	76
1892	44	104	97
1893	56	116	83
1894	29	103	61
1895	60	128	71
1896	17	121	54
1897	9	134	66
1898	10	115	53
1899	12	128	49
1900	12	88	41
1901	20	82	68
1902	15	80	73
1903	35	62	71
1904	20	61	79
1905	15	52	39
1906	10	92	48
1907	13	85	23

FONTE: E. Brito, batizados, óbitos e casamentos, 1778 - 1907 AHECMF.

NATALIDADE GLOBAL DE ENSEADA DE BRITO DE 1778 - 1907

ANO	POPULA ÇÃO	NASC. MENTO	TAXA NAT. %
1778	738	18	24,4
1779	750	43	57,3
1780	762	33	43,4
1781	774	47	60,8
1782	786	30	38,2
1783	799	39	48,8
1784	812	29	35,7
1785	825	35	42,4
1786	838	31	37,0
1787	851	29	34,1
1788	865	34	39,4
1789	879	43	48,9
1790	891	32	35,9
1791	905	41	45,3
1792	919	46	50,1
1793	934	36	38,6
1794	949	45	47,5
1795	964	40	41,5
1796	979	36	36,8
1797	995	53	53,3
1798	1011	36	35,7
1799	1021	61	59,8
1800	1058	41	38,8
1801	1096	66	60,3
1802	1135	44	38,8
1803	1176	44	37,5
1804	1218	70	57,5
1805	1262	52	41,3
1806	1307	65	49,7
1807	1354	79	58,4
1808	1403	50	35,7
1809	1454	73	50,3
1810	1511	66	43,7
1811	1541	90	58,5

ANO	POPULA ÇÃO	NASC. MENTO	TAXA NAT. %
1812	1572	75	47,8
1813	1603	71	44,3
1814	1635	69	42,2
1815	1668	59	35,4
1816	1701	73	43,0
1817	1735	80	46,2
1818	1770	34	19,3
1819	1805	13	7,2
1820	1841	47	25,6
1821	1878	60	32,0
1822	1916	52	27,2
1823	1954	31	15,9
1824	1993	37	18,6
1825	2033	28	13,8
1826	2190	27	13,1
1827	2115	-	-
1828	2157	70	32,5
1829	2200	62	28,2
1830	2244	72	32,1
1831	2289	79	34,6
1832	2335	51	21,8
1833	2382	64	26,9
1834	2430	64	26,4
1835	2479	66	26,6
1836	2529	97	38,4
1837	2580	76	29,5
1838	2638	78	29,7
1839	2685	92	34,3
1840	2731	106	38,8
1841	2826	122	43,2
1842	2921	110	37,7
1843	3016	107	35,5
1844	3112	115	37,0
1845	3207	120	37,4



ANO	POPULAÇÃO	NASCIMENTO	TAXA NAT. %
1846	3302	95	28,8
1847	3398	78	23,0
1848	2373	75	31,6
1849	2439	76	31,2
1850	2505	103	41,1
1851	2570	83	32,3
1852	2635	42	15,9
1853	2700	101	37,4
1854	2766	76	27,5
1855	2841	-	-
1856	2899	71	24,5
1857	2991	1	-
1858	1951	-	-
1859	1999	2	-
1860	2047	9	-
1861	2096	78	37,2
1862	2144	99	46,2
1863	2192	93	42,4
1864	2241	102	45,5
1865	2289	106	46,3
1866	2338	98	41,9
1867	2417	105	43,4
1868	2496	122	48,9
1869	2575	111	43,1
1870	2654	76	28,6
1871	2733	-	-
1872	2816	8	-
1873	2832	9	-
1874	2848	3	-
1875	2864	20	-
1876	2880	59	20,5
1877	2896	77	26,6
1878	2912	25	-
1879	2928	4	-
1880	2944	4	-
1881	2460	11	-
1882	2976	45	15,1
1883	2992	78	26,0

ANO	POPULAÇÃO	NASCIMENTO	TAXA NAT. %
1884	3008	77	25,6
1885	3024	127	42,0
1886	3040	59	19,4
1887	3056	117	38,3
1888	3072	127	41,3
1889	3088	188	60,9
1890	3104	131	42,2
1891	3120	95	30,4
1892	3136	104	33,2
1893	3152	116	36,8
1894	3168	103	32,5
1895	3184	128	40,2
1896	3200	121	37,8
1897	3216	134	41,7
1898	3232	115	35,6
1899	3248	128	39,4
1900	3295	88	26,7
1901	3309	82	24,8
1902	3316	80	24,1
1903	3309	62	18,7
1904	3291	61	18,5
1905	3304	522	15,7
1906	3348	92	27,5
1907	3410	85	24,9

FONTE: E. Brito. Batizados, 1778 a 1907, AHECMF

## O U A D R O III.3

POPULAÇÃO GLOBAL - CORRESPONDÊNCIA DE MASCULINIDADE  
ENTRE OS NASCIDOS EM ENSEADA DE BRITO DE 1778 - 1907

NASCIMENTOS REGISTRADOS				
COORTE	MULHERES	RAZÃO	HOMENS	RAZÃO
1778 - 87	160	100	165	103
1788 - 97	192	100	214	111
1798 - 807	277	100	278	100
1808 - 817	349	100	357	102
1818 - 827	175	100	164	94
1828 - 37	352	100	349	99
1838 - 47	499	100	511	102
1848 - 57	402	100	404	100
1858 - 67	330	100	353	107
1868 - 77	254	100	231	91
1878 - 87	262	100	280	107
1888 - 97	573	100	667	116
1898 - 907	402	100	431	107

INCLUINDO SUB-REGISTROS			
MULHERES	RAZÃO	HOMENS	RAZÃO
511	100	540	106
402	100	412	102
338	100	357	106
245	100	280	114
326	100	340	104
646	100	748	116
441	100	479	109

FONTE: E. Brito, batizados, (1778 - 1907, AHECMF.

## Q U A D R O III.4

MORTALIDADE DA POPULAÇÃO GLOBAL DE ENSEADA DE BRITO DE 1778 - 1907

ANO	POPULAÇÃO	ÓBITOS	TAXA MORT. %	ANO	POPULAÇÃO	ÓBITOS	TAXA MORT. %
1778	738	1	1,4	1812	1572	27	17,2
1779	750	9	12,0	1813	1603	47	29,3
1780	762	9	11,8	1814	1635	26	15,9
1781	774	8	10,4	1815	1668	31	18,6
1782	786	12	15,3	1816	1701	21	12,4
1783	899	10	12,5	1817	1735	37	21,4
1784	812	26	32,1	1818	1770	60	33,4
1785	825	11	13,3	1819	1805	62	34,4
1786	838	11	13,2	1820	1841	37	20,1
1787	851	16	18,8	1821	1878	20	10,6
1788	865	-	-	1822	1916	22	11,5
1789	879	-	-	1823	1954	44	22,6
1790	891	8	9,0	1824	1993	14	7,3
1791	905	10	11,1	1825	2033	20	9,9
1792	919	13	14,1	1826	2074	107	51,6
1793	934	6	6,4	1827	2115	44	20,8
1794	949	17	18,0	1828	2157	35	16,2
1795	964	26	27,0	1829	2200	44	20,0
1796	979	14	14,3	1830	2244	38	16,9
1797	995	30	30,2	1831	2289	29	12,7
1798	1011	29	28,7	1832	2335	30	12,9
1799	1021	12	11,8	1833	2382	22	9,3
1800	1058	17	16,1	1834	2430	39	16,1
1801	1096	-	-	1835	2479	164	66,2
1802	1135	50	44,1	1836	2529	35	13,9
1803	1176	38	32,3	1837	2580	23	8,0
1804	1218	20	16,4	1838	2632	30	11,4
1805	1262	46	36,4	1839	2685	33	12,3
1806	1307	49	37,4	1840	2731	32	11,8
1807	1354	9	6,7	1841	2826	41	14,5
1808	1403	12	8,6	1842	2921	78	26,7
1809	1494	25	17,2	1843	3016	39	12,9
1810	1511	40	26,5	1844	3112	48	15,4
1811	1541	32	20,8	1845	3207	22	6,9

ANO	POPULAÇÃO	ÓBITOS	TAXA MORT. ‰
1846	3302	28	8,5
1847	3398	33	9,7
1848	2373	33	13,5
1849	2439	26	10,7
1850	2505	34	13,6
1851	2570	11	4,3
1852	2635	42	15,9
1853	2700	-	-
1854	2766	23	8,3
1855	2841	24	8,4
1856	2899	27	9,3
1857	2991	59	19,7
1858	1951	39	20,0
1859	1999	18	9,0
1860	2047	-	-
1861	2096	10	4,8
1862	2144	49	22,9
1863	2192	42	19,2
1864	2241	62	27,7
1865	2289	72	31,5
1866	2338	78	33,3
1867	2417	56	23,1
1868	2496	60	24,0
1869	2575	72	28,0
1870	2654	45	17,0
1871	2733	35	12,8
1872	2816	46	16,3
1873	2832	36	12,7
1874	2848	17	6,0
1875	2864	13	4,5
1876	2880	6	2,0
1877	2896	3	1,0
1878	2412	1	1,0
1879	2928	55	18,8
1880	2944	33	11,2
1881	2960	23	7,8
1882	2976	33	11,0
1883	2992	52	17,4

ANO	POPULAÇÃO	ÓBITOS	TAXA MORT. ‰
1884	3008	26	8,6
1885	3024	56	18,5
1886	3040	57	18,8
1887	3056	55	18,0
1888	3072	100	32,6
1889	3088	90	29,1
1890	3104	81	26,0
1891	3120	76	24,3
1892	3136	97	30,9
1893	3152	83	26,3
1894	3168	61	19,3
1895	3184	71	22,3
1896	3200	54	16,9
1897	3216	66	20,5
1898	3232	53	16,4
1899	3248	49	15,0
1900	3295	41	12,4
1901	3309	68	20,6
1902	3316	73	22,0
1903	3359	71	21,1
1904	3291	79	24,0
1905	3304	39	11,8
1906	3348	48	14,3
1907	3410	23	6,7

FONTE: Enseada de Brito, Óbitos,  
1778 - 1907, AHECMF.

## Q U A D R O III.5

## TAXAS DE NATALIDADE, MORTALIDADE E CRESCIMENTO BRUTO DA POPULAÇÃO

## GLOBAL DE ENSEADA DE BRITO DE 1778 - 1907

ANO	TAXA NAT.%. .	TAXA MORT.%. .	CRESC. BRUTO%. .
1778	24,4	1,4	2,3
1779	57,3	12,0	4,5
1780	43,4	11,8	3,2
1781	60,8	10,4	5,0
1782	38,2	15,3	2,3
1783	48,8	12,5	3,6
1784	35,7	32,1	0,4
1785	42,4	13,3	2,9
1786	37,0	13,2	2,4
1787	34,1	18,8	1,6
1788	39,4	-	4,0
1789	48,9	-	4,9
1790	35,9	9,0	2,7
1791	45,3	11,1	3,4
1792	50,1	14,1	3,6
1793	38,6	6,4	3,2
1794	47,5	18,0	3,0
1795	41,5	27,0	1,5
1796	36,8	14,3	2,3
1797	53,3	30,2	2,3
1798	35,7	28,7	0,7
1799	59,8	11,8	4,8
1800	38,8	16,1	2,3
1801	60,3	-	60,3
1802	38,8	44,1	0,5
1803	37,5	32,3	0,5
1804	57,5	16,4	4,2
1805	41,3	36,4	0,5
1806	49,7	37,4	1,2
1807	58,4	6,7	5,2
1808	35,7	8,6	2,7
1809	50,3	17,2	3,3
1810	43,7	26,5	1,7

ANO	TAXA NAT.%. .	TAXA MORT.%. .	CRESC. BRUTO%. .
1811	58,5	20,8	3,8
1812	47,8	17,2	3,1
1813	44,3	29,3	1,5
1814	42,2	15,9	2,6
1815	35,4	18,6	1,7
1816	43,0	12,4	3,1
1817	46,2	21,4	2,5
1818	19,3	33,4	1,4
1819	7,2	34,4	2,7
1820	25,6	20,1	0,5
1821	32,0	10,6	2,1
1822	27,2	11,5	1,6
1823	15,9	22,6	0,7
1824	18,6	7,3	1,1
1825	13,8	9,9	0,4
1826	13,1	51,6	3,9
1827	-	20,8	-
1828	32,5	16,2	1,6
1829	28,2	20,0	0,8
1830	32,1	16,9	1,5
1831	34,6	12,7	2,2
1832	21,8	12,9	0,9
1833	26,9	9,3	1,8
1834	26,4	16,1	1,0
1835	26,6	66,2	4,0
1836	38,4	13,9	2,5
1837	29,5	8,9	2,1
1838	29,7	11,4	1,8
1839	34,3	12,3	2,2
1840	38,8	11,8	2,7
1841	43,2	14,5	2,87
1842	37,7	26,7	1,10
1843	35,5	12,9	2,26

ANO	TAXA NAT.‰	TAXA MORT.‰	CRESC. BRUTO%
1844	37,0	15,4	2,16
1845	37,4	6,8	3,05
1846	28,8	8,4	2,03
1847	23,0	9,7	1,33
1848	31,6	13,5	1,81
1849	31,2	10,7	2,04
1850	41,1	13,6	2,75
1851	32,3	4,3	2,78
1852	15,9	15,9	0,09
1853	37,4	-	-
1854	27,5	8,3	1,87
1855	-	8,4	-
1856	24,5	9,3	1,47
1857	-	19,7	-
1858	-	20,0	-
1859	-	9,0	-
1860	-	-	-
1861	37,2	4,8	3,25
1862	46,2	22,9	2,33
1863	42,4	19,2	2,33
1864	45,5	27,7	1,79
1865	46,3	31,5	1,49
1866	41,9	33,3	0,86
1867	43,4	23,1	2,03
1868	48,9	24,0	2,48
1869	43,1	28,0	1,52
1870	28,6	17,0	1,17
1871	-	12,8	-
1872	-	16,3	-
1873	-	12,7	-
1874	-	6,0	-
1875	-	4,5	-
1876	20,5	2,0	1,84
1877	26,6	1,0	2,55
1878	-	1,0	-
1879	-	18,8	-
1880	-	11,2	-
1881	-	7,8	-

ANO	TAXA NAT.‰	TAXA MORT.‰	CRESC. BRUTO%
1882	15,1	11,0	0,41
1883	26,0	17,4	0,87
1884	25,6	8,6	1,69
1885	42,0	18,5	2,34
1886	19,4	18,8	0,07
1887	38,3	18,0	2,03
1888	41,3	32,6	0,88
1889	60,9	29,1	3,17
1890	42,2	26,0	1,22
1891	30,4	24,3	0,61
1892	33,2	30,9	0,25
1893	36,8	26,3	1,05
1894	32,5	19,3	1,23
1895	40,2	22,3	1,80
1896	37,8	16,9	2,10
1897	41,7	20,5	2,11
1898	35,6	16,4	1,92
1899	39,4	15,0	2,44
1900	26,7	12,4	1,43
1901	24,8	20,6	0,42
1902	24,1	22,0	0,21
1903	18,7	21,1	-0,24
1904	18,5	24,0	-0,55
1905	15,7	11,8	0,39
1906	27,5	14,3	1,31
1907	24,9	6,7	1,82

FONTE: E. Brito, batizados e óbi-  
tos, 1778 - 1907, AHECMF

## Q U A D R O    I I I . 6

MORTALIDADE PERCENTUAL POR FAIXA ETÁRIA DA POPULAÇÃO

GLOBAL DE ENSEADA DE BRITO DE 1788 - 1907

COORTE	MORT. GERAL	MORT. INFANTIL	MORT. DE 0 A 20 ANOS	MORT. DE 21 a 50 ANOS	MORT. + 51 ANOS	T O T A L
1778-1787	112	13,3	51,7	0,4	47,9	100,0
1788-1897	124	13,7	46,7	25	28,3	100,0
1798-1807	270	21,4	72,2	9,6	18,2	100,0
1808-1817	288	31,5	75,6	13,5	10,9	100,0
1818-1827	436	22,2	64,9	19	16,1	100,0
1828-1837	339	34,8	61,9	20,9	17,2	100,0
1838-1847	434	32	58	22,1	19,9	100,0
1848-1857	279	19,3	47,3	16,8	35,9	100,0
1858-1867	426	42,9	62,4	19,9	17,7	100,0
1868-1877	333	38,4	63	23,1	13,9	100,0
1878-1887	377	33,6	55,1	18	26,9	100,0
1888-1897	696	30,3	41,2	21,1	37,7	100,0
1898-1907	549	31,5	51	22,5	26,5	100,0
T O T A L	4653	-	-	-	-	

FONTE: E. Brito. Óbitos, 1778 - 1907, AHECMF.

## QUADRO III.7

MORTALIDADE INFANTIL DA POPULAÇÃO GLOBAL DE ENSEADA DE BRITO  
DE 1788 - 1907

ANO	TOTAL NASC.	ÓBITOS MENOS 1 ANO IDADE	C/ DE DE	TAXA MORT. INF. %
1778	18	-	-	-
1779	43	1		23,3
1780	33	4		121,2
1781	47	2		42,6
1782	30	6		200,0
1783	39	2		51,3
1784	29	7		241,4
1785	35	-		-
1786	31	-		-
1787	29	2		67,0
1788	34	-		-
1789	43	-		-
1790	32	-		-
1791	41	-		-
1792	46	-		-
1793	36	-		-
1794	45	5		111,1
1795	40	5		125,0
1796	36	1		27,8
1797	53	6		113,2
1798	36	11		305,6
1799	61	-		-
1800	41	4		97,6
1801	66	-		-
1802	44	9		204,5
1803	44	8		181,8
1804	70	6		85,7
1805	52	13		250,0
1806	65	5		76,9
1807	79	2		25,3
1808	50	3		60,0
1809	73	10		137,0
1810	66	21		318,1

ANO	TOTAL NASC.	ÓBITOS MENOS 1 ANO IDADE	C/ DE DE	TAXA MORT. INF. %
1811	90	5		55,6
1812	75	7		93,3
1813	71	13		183,0
1814	69	7		101,4
1815	59	4		67,8
1816	73	11		150,7
1817	80	10		125,0
1818	34	10		294,1
1819	13	12		923,0
1820	47	15		319,1
1821	60	3		50,0
1822	52	6		115,4
1823	31	7		225,8
1824	37	1		27,0
1825	28	8		285,7
1826	27	21		777,8
1827	-	14		-
1828	70	13		185,7
1829	62	13		209,7
1830	72	14		194,4
1831	79	9		113,9
1832	51	11		215,7
1833	64	8		125,0
1834	64	15		234,4
1835	66	18		272,7
1836	97	12		123,7
1837	76	5		65,8
1838	78	10		128,2
1839	92	13		141,3
1840	106	29		273,6
1841	122	11		90,2
1842	110	23		209,0
1843	107	18		168,2



ANO	TOTAL NASC.	ÓBITOS MENOS 1 ANO IDADE	C/ DE DE	TAXA MORT. INF. %
1844	115	17		147,8
1845	120	5		41,7
1846	95	6		63,1
1847	78	7		89,7
1848	78	5		64,1
1849	76	8		105,3
1850	103	4		38,8
1851	83	3		36,1
1852	42	7		166,7
1853	-	-		-
1854	-	5		-
1855	-	4		-
1856	-	8		-
1857	1	12		-
1858	-	12		-
1859	2	1		-
1860	9	-		-
1861	78	5		64,1
1862	99	20		202,0
1863	93	15		161,3
1864	102	30		294,1
1865	106	26		245,3
1866	98	25		255,1
1867	105	29		276,2
1868	122	32		262,3
1869	111	32		288,3
1870	76	20		263,2
1871	-	11		-
1872	8	12		-
1873	9	8		-
1874	3	2		-
1875	20	5		-
1876	59	4		67,8
1877	77	2		26,0
1878	25	-		-
1879	4	14		-
1880	4	14		-
1881	11	7		-

ANO	TOTAL NASC.	ÓBITOS MENOS 1 ANO IDADE	C/ DE DE	TAXA MORT. INF. %
1882	45	12		266,7
1883	78	17		217,9
1884	77	9		116,9
1885	127	23		181,1
1886	59	16		271,1
1887	117	15		128,2
1888	127	38		299,2
1889	188	22		117,0
1890	131	18		137,4
1891	95	23		242,1
1892	104	30		288,5
1893	116	23		198,3
1894	103	18		174,8
1895	128	24		187,5
1896	121	17		140,5
1897	134	21		156,7
1898	115	17		147,8
1899	128	16		125,0
1900	88	11		125,0
1901	82	23		280,5
1902	80	24		300,0
1903	62	29		467,7
1904	61	22		360,7
1905	52	10		192,3
1906	92	15		163,0
1907	85	6		70,6

FONTE: E. Brito, Óbitos, 1778 -  
1907, AHECMF.

## Q U A D R O III.8

## MORTALIDADE INFANTIL ESPECÍFICA POR SEXO DA POPULAÇÃO

GLOBAL DE E. BRITO - DE 1778-1907

ANO	MASC. TAXA %	FEM. TAXA %	MÉDIA DECENAL
1778	-	-	
1779	40	125	HOM.
1780	58,8	83,3	78,1
1781	43,4	-	
1782	187,5	71,4	MUL.
1783	55,5	117,6	97,6
1784	83,3	-	
1785	-	-	
1786	-	90,9	
1787	-	-	
1788	-	-	
1789	-	-	HOM.
1790	-	-	122,2
1791	-	-	
1792	-	-	
1793	-	-	MUL.
1794	185,1	-	113,5
1795	100	150	
1796	55,5	-	
1797	148,1	76,9	
1798	450	125	
1799	-	-	HOM.
1800	136	52,6	194,5
1801	-	-	
1802	200	210,5	
1803	162,1	60,6	MUL.
1804	136,3	100	107,8
1805	225,8	176,4	
1806	51,2	75	
1807	-	62,5	
1808	73,1	-	
1809	151,5	156,2	
1810	196,4	294,1	
1811	51,2	83,3	

ANO	MASC. TAXA %	FEM. TAXA %	MÉDIA DECENAL
1812	57,1	138,8	HOM.
1813	210,5	161,2	210,3
1814	200	58,8	
1815	75	29,4	MUL.
1816	200	78,9	129,7
1817	888,8	166,6	
1818	571,4	1000	
1819	304,3	208,3	HOM.
1820	354,8	137,9	323,6
1821	45,4	66,6	
1822	214,2	176,4	
1823	333,3	52,6	MUL.
1824	-	62,5	273,8
1825	200	384,6	
1826	700	437,5	
1827	189,1	212,1	
1828	266,6	156,2	
1829	166,6	187,5	HOM.
1830	275	76,9	209,2
1831	172,4	125	
1832	200	147	MUL.
1833	62,5	187,5	140,9
1834	315,7	107,1	
1835	225	157,8	
1836	347,8	190,4	
1837	60,6	73,1	
1838	153,8	102,5	
1839	160	119	HOM.
1840	254,5	294,1	166,0
1841	98,3	81,9	
1842	222,2	192,9	MUL.
1843	240,7	94,3	109
1844	214	84,7	
1845	14,9	75,4	

ANO	MASC. TAXA %	FEM. TAXA %	MÉDIA DECENAL
1846	116,2	19,2	
1847	125	26,3	
1848	42,5	107,1	
1849	131,5	78,9	
1850	65,5	71,4	HOM.
1851	48,7	23,8	91,0
1852	166,6	166,6	
1853	-	-	
1854	-	-	MUL.
1855	-	-	89,6
1856	-	-	
1857	-	-	
1858	-	-	
1859	-	-	
1860	-	-	HOM.
1861	69,7	57,1	197,3
1862	125	274,5	
1863	137,2	190,4	
1864	297,8	290,9	
1865	237,2	255,3	MUL.
1866	204	306,1	229,8
1867	310,3	234	
1868	327,8	196	
1869	291,6	285,7	HOM.
1870	216,2	307,6	230,4
1871	-	-	
1872	-	-	
1873	-	-	
1874	-	-	MUL.
1875	-	-	175,5
1876	85,7	41,6	
1877	-	46,5	
1878	-	-	
1879	-	-	HOM.
1880	-	-	190,4
1881	-	-	
1882	214,2	352,9	
1883	200	242,4	

ANO	MASC. TAXA %	FEM. TAXA %	MÉDIA DECENAL
1884	194,4	48,7	MUL.
1885	241,3	140,6	217,5
1886	187,5	370,3	
1887	105,2	150	
1888	323	274,1	
1889	107,5	126,3	HOM.
1890	123,2	155,1	184,7
1891	209,3	269,2	
1892	233,3	363,6	
1893	222,2	169,8	
1894	103,4	266,6	MUL.
1895	213,3	150,9	205,4
1896	166,6	109	
1897	144,9	169,2	
1898	96,7	207,5	
1899	89,5	163,9	HOM.
1900	122,4	128,2	254,1
1901	400	191,4	
1902	428,5	200	
1903	405,4	560	
1904	410,2	272	
1905	320	74	MUL.
1906	170,7	156,8	209,1
1907	97,5	45,4	

## Q U A D R O III.9

POPULAÇÃO DE ENSEADA DE BRITO, PARA OS ANOS DE 1751, 1799, 1810,  
1840, 1854 e 1866.

ANO	POPUL. GLOBAL	POPUL. LIVRE	POPUL. ESCRAVA	NUM. DE FOGOS	NUM. DE PES. POR FOGO	ESCRAVOS % DA POPUL. GLOBAL	LIVRES % DA POP. GLOBAL
1751	483	-	-	118	4,1	-	-
1799	1021	-	-	208	4,9	-	-
1810	1511	1124	387	-	-	25,7	74,3
1840	2731	2141	590	512	5,3	21,6	78,4
1854	2766	2326	440	-	-	16,6	83,4
1866	2338	2059	279	419	5,6	11,9	88,1

FONTES:

1) SOUZA, Cel. Manoel Escudeiro Ferreira de, Mappa de tudo que se acha nesta Ilha de Santa Catarina neste presente ano de 1750. Documentos catalogados, Rio de Janeiro, caixa 31, doc. 15200-11. Arquivo Histórico Metropolitano.

2) TOLEDO, Bento Cortes de, termo de Visita, 1799. Arquivo da Arquideocese do Rio de Janeiro.

3) BRITO, Paulo Miguel, Memória Política da Capitania de Santa Catarina. Lisboa, Typ. da mesma academia, 1929, reimpresso pela Sociedade Literaria Biblioteca Catarinense, Liv. Central, Florianópolis, 1932.

4) SANTA CATARINA. Presidente da Província, 1840-1848 ( Ferreira de Brito ). Falla que o Presidente da Província de Santa Catarina, o Brigadeiro Antero José Ferreira de Brito dirigiu a Assembléa Legislativa da mesma província na Abertura de Sessão ordinária em 1º de março de 1841. Desterro, Typ. Provincial, 1841.

5) SANTA CATARINA. Presidente da Província, 1850-1859 (Coutinho). Falla que o Presidente da Província de Santa Catarina Dr. João José Coutinho dirigiu a Assembléia Legislativa Procincial, no acto de sua sessão ordinária, em 1º de março de 1856. Desterro, Typ. Catharinense, 1862.

6) SANTA CATARINA. Presidente da Província, 1865-1867 (Albuquerque Lacerda). Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Procincial de Santa Catarina em sua sessão ordinária, pelo Presidente Adolpho de Barros Cavalcante de Albuquerque Lacerda, no ano de 1867. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1867.

## Q U A D R O III.10

POPULAÇÃO ESCRAVA DE ENSEADA DE BRITO, PARA OS ANOS DE 1810,  
1840, 1854 E 1866.

ANO	TOTAL	HOMENS	PERC. DA POP.	MULHERES	PERC. PART.	TAXA NA TALID.%	PERC. DA POP. DA FREGUESIA	POPUL. GLOBAL	TAXA NAT. POP.GLOBAI
1810	387	289	74,7	98	25,3	10,0	25,6	1511	40,3
1840	590	377	63,9	213	36,1	13,0	21,6	2731	37,0
1854	460	280	60,9	180	39,1	17,3	15,9	2899	38,8
1866	279	140	50,2	139	49,8	35,9	11,9	2338	41,9

FONTES:

1) BRITO, Paulo Miguel, Memória Política da Capitania de Santa Catarina. Lisboa, Typ. da mesma academia, 1929, reimpresso pela Sociedade Literaria Bilbioteca Catarinense, Liv. Central, Florianópolis, 1932.

2) SANTA CATARINA. Presidente da Província, 1840-1848 ( Ferreira de Brito ). Falla que o Presidente da Província de Santa Catarina. o Brigadeiro Antero José Ferreira de Brito dirigiu a Assembléia Legislativa da mesma província na Abertura de Sessão Ordinária em 1º de março de 1841. Desterro, Typ. Provincial, 1841.

3) SANTA CATARINA. Presidente da Província, 1850-1859 (Coutinho). Falla que o Presidente da Província de Santa Catarina Dr. João José Coutinho dirigiu a Assembléia Legislativa Provincial, no acto de sua sessão ordinária, em 1º de março de 1856. Desterro, Typ. Catharinense, 1862.

4) SANTA CATARINA. Presidente da Província, 1865-1867 (Albuquerque Lacerda). Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina em sua sessão ordinária, pelo Presidente Adolpho de Barros Cavalcante de Albuquerque Lacerda, no ano de 1867. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1867.

## Q U A D R O III.11

EVENTOS VITAIS DE NASCIMENTOS DE LIVRES E ESCRAVOS  
DE ENSEADA DE BRITO DE 1778 - 1907

ANO	LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL
1778	17	1	18
1779	42	1	43
1780	30	3	33
1781	46	1	47
1782	30	-	30
1783	36	3	39
1784	25	4	29
1785	32	3	35
1786	28	3	31
1787	28	1	29
1788	31	3	34
1789	42	1	43
1790	32	-	32
1791	40	1	41
1792	43	3	46
1793	32	4	36
1794	42	3	45
1795	37	3	40
1796	30	6	36
1797	48	5	53
1798	27	9	36
1799	57	4	61
1800	35	6	41
1801	62	4	66
1802	39	5	44
1803	37	7	44
1804	64	6	70
1805	45	7	52
1806	52	13	65
1807	76	3	79
1808	37	13	50
1809	72	1	73
1810	54	12	66

ANO	LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL
1811	83	7	90
1812	72	3	75
1813	67	4	71
1814	64	5	69
1815	53	6	59
1816	63	10	73
1817	75	5	80
1818	33	1	34
1819	12	1	13
1820	44	3	47
1821	59	1	60
1822	52	-	52
1823	30	1	31
1824	37	-	37
1825	27	1	28
1826	22	5	27
1827	-	10	-
1828	58	12	70
1829	50	12	62
1830	60	12	72
1831	70	9	79
1832	41	10	51
1833	55	9	64
1834	53	11	64
1835	50	16	66
1836	91	6	97
1837	65	11	76
1838	70	8	78
1839	70	22	92
1840	97	9	106
1841	109	13	122
1842	86	24	110
1843	99	8	107

ANO	LIVRES	ÊSCRAVOS	TOTAL
1844	100	15	115
1845	104	16	120
1846	83	12	95
1847	61	17	78
1848	74	4	78
1849	65	11	76
1850	92	11	103
1851	71	12	83
1852	32	10	42
1853			
1854			
1855			
1856			
1857	1		1
1858			
1859	2		2
1860	9		9
1861	71	7	78
1862	92	7	99
1863	86	7	93
1864	97	9	102
1865	98	8	106
1866	77	11	98
1867	96	9	105
1868	110	12	122
1869	103	8	111
1870	69	7	76
1871			
1872	5	3	8
1873	9	10	19
1874	-	3	3
1875	12	8	20
1876	52	7	59

ANO	LIVRES	ÊSCRAVOS	TOTAL
1877	67	10	77
1878	21	4	25
1879	-	4	4
1880	3	1	4
1881	10	1	11
1882	40	5	45
1883	71	7	78
1884	76	1	77
1885	123	4	127
1886	51	8	59
1887	112	5	117
1888	125	2	127
1889	188	-	188
1890	131	-	131
1891	95	-	95
1892	104	-	104
1893	116	-	116
1894	103	-	103
1895	128	-	128
1896	121	-	121
1897	134	-	134
1898	115	-	115
1899	128	-	128
1900	88	-	88
1901	82	-	82
1902	80	-	80
1903	62	-	62
1904	61	-	61
1905	52	-	52
1906	92	-	92
1907	85	-	85



## Q U A D R O III.12

EVENTOS VITAIS DE ÓBITOS DE LIVRES E ESCRAVOS DE  
ENSEADA DE BRITO DE 1778 - 1907

ANO	LIVRE	ESC.	TOTAL
1778	1	-	1
1779	9	-	9
1780	8	1	9
1781	6	2	8
1782	12	-	12
1783	10	-	10
1784	24	2	26
1785	11	-	11
1786	9	2	11
1787	16	-	16
1788	-	-	-
1789	-	-	-
1790	8	-	8
1791	9	1	10
1792	11	2	13
1793	4	2	6
1794	13	4	17
1795	20	6	26
1796	13	1	14
1797	26	4	30
1798	22	7	29
1799	8	4	12
1800	16	1	17
1801	-	6	6
1802	41	9	50
1803	33	5	38
1804	20	-	20
1805	39	7	46
1806	45	4	49
1807	9	-	9
1808	10	2	12
1809	22	3	25
1810	32	8	40

ANO	LIVRE	ESC.	TOTAL
1811	26	6	32
1812	22	5	27
1813	42	4	46
1814	21	5	26
1815	23	8	31
1816	14	7	21
1817	34	3	37
1818	50	10	60
1819	48	14	62
1820	19	18	37
1821	12	8	20
1822	12	10	22
1823	32	12	44
1824	10	4	14
1825	15	5	20
1826	90	17	107
1827	31	13	44
1828	28	7	35
1829	34	10	44
1830	27	11	38
1831	22	7	29
1832	21	9	30
1833	19	3	22
1834	33	6	39
1835	151	13	164
1836	26	9	35
1837	19	4	23
1838	22	8	30
1839	31	2	33
1840	71	11	82
1841	41	-	41
1842	68	10	76
1843	36	3	39

ANO	LIVRE	ESC.	TOTAL
1844	40	8	48
1845	19	3	22
1846	25	3	28
1847	29	4	33
1848	29	4	33
1849	17	9	26
1850	20	14	34
1851	7	4	11
1852	37	5	42
1853	-	-	-
1854	18	5	23
1855	16	8	24
1856	19	8	27
1857	46	13	59
1858	33	6	39
1859	15	3	18
1860	-	-	-
1861	10	-	10
1862	41	3	44
1863	36	6	42
1864	53	9	62
1865	64	8	72
1866	65	13	78
1867	47	9	56
1868	52	8	60
1869	64	8	72
1870	40	5	45
1871	33	2	35
1872	40	6	46
1873	25	11	36
1874	14	3	17
1875	10	3	13
1876	4	2	6

ANO	LIVRE	ESC.	TOTAL
1877	3	1	3
1878	-	1	1
1879	54	1	55
1880	30	3	33
1881	22	1	23
1882	31	2	33
1883	52	-	52
1884	25	1	26
1885	53	3	56
1886	57	-	57
1887	53	2	55
1888	100	-	100
1889	90	-	90
1890	81	-	81
1891	76	-	76
1892	97	-	97
1893	83	-	83
1894	61	-	61
1895	71	-	71
1896	54	-	54
1897	66	-	66
1898	53	-	53
1899	49	-	49
1900	41	-	41
1901	68	-	68
1902	73	-	73
1903	71	-	71
1904	79	-	79
1905	39	-	39
1906	48	-	48
1907	23	-	23

### III.3. CONCLUSÕES

Esta análise bruta sobre a população de Enseada de Brito, mostrou que as flutuações da taxa de natalidade e mortalidade determinaram o ritmo de crescimento da população ao longo dos anos; face a pequena flutuação populacional resultante de migrações.

Assim sucederam-se momentos altamente positivo, a outros em que a população cresceu muito pouco numericamente. Quando ocorreram momentos altamente positivos no crescimento do volume populacional teve-se fortes taxas de natalidade e fracas taxas de mortalidade, que impulsionaram o crescimento bruto da população. Este fato foi particularmente constatado, durante a primeira fase conjuntural e parte da segunda.

Nos momentos de crescimento pouco expressivo ou mesmo recessivo da população constatou-se que a mortalidade apresentou-se com taxas anuais muito fortes, que reduziram a importância das taxas de natalidade ocorridas paralelamente. Concluiu-se que nestes momentos só não ocorreu impacto maior no ritmo de expansão da população, devido ser pouco atingido a população em idade de procriação; os quais recompunham permanentemente a família a seu tamanho ideal. Tendo sido favorecido neste aspecto pela grande fertilidade das mulheres.

III.4. CITAÇÕES DE CAPÍTULO

1. Vide fase de povoamento vicentista cap. II, tópico 1.
2. SOUZA, Cel. Manoel Escudeiro Ferreira de. Mappa de tudo que se acha nesta Ilha de Santa Catarina neste presente ano de 1750. Documentos catalogados, Rio de Janeiro, caixa 31, doc. 15200-11. Arquivo Histórico Metropolitano.
3. Designação dada na época aos moradores encontrados na área quando da introdução dos açorianos.
4. Colonos procedentes das Ilhas dos Açores.
5. SOUZA, op. cit.
6. ENSEADA DE BRITO. Casamentos. 1751-1800. AHECMF.
7. Alvará Régio de 13 de Maio de 1750.
8. TOLEDO. op. cit.
9. ENSEADA DE BRITO. Batizados e Óbitos. 1778-1907. AHECMF.
10. CURADO, Joaquim Xavier. Ofício de 20/04/1804. Arquivo Histórico Ultramarino, Santa Catarina, caixa 7, doc. 46.
11. ENSEADA DE BRITO. op. cit.
12. SANTA CATARINA. Presidente da Província, 1840-1848 (Ferreira de Brito). Falla que o Presidente da Província de Santa Catarina, o Brigadeiro Antero José Ferreira de Britto dirigiu à Assembléia Legislativa da mesma província na abertura de sua sessão ordinária em 1º de março de 1841. Desterro, Typ. Provincial, 1841.
13. ENSEADA DE BRITO. Batizados e Óbitos. 1778-1907, AHECMF.
14. ENSEADA DE BRITO. Casamentos. 1751, AHECMF.
15. SANTA CATARINA. Leis e Decretos. Lei Provincial nº 253 de 5 de abril de 1848.

16. SANTA CATARINA. Presidente da província, 1850-1859 (Coutinho). Falla que o Presidente da Província de Santa Catharina Dr. João José Coutinho dirigiu a Assemblêia Legislativa Provincial, no acto de sua sessão ordinária, em 1º de março de 1852. Desterro, Typ. Catharinense, 1852.

17. ENSEADA DE BRITO. Casamentos. 1751-1907, AHECMF.

18. IBID.

19. COUTINHO, op. cit.

20. SANTA CATARINA. Leis e Decretos. Resolução nº 371 de 29 de maio de 1854 e nº 403 de 15 de março de 1856, do Pre. João José Coutinho.

21. COUTINHO. op. cit., 1857.

22. SANTA CATARINA: Presidente da província 1865-1867 (Albuquerque Lacerda). Relatório apresentado a Assemblêia Legislativa Provincial de Santa Catharina em sua sessão ordinária, pelo Presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, no ano de 1867. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1867.

23. IBID.

24. Vide quadro III.9, da página

25. LUPÉRCIO, José Lopes. Monografia do município de Palhoça. Florianópolis, liv. Cisne, 1909, p. 118.

26. Vide cap. I, tópico 2, pág.

27. Quadro III.2, pág.

28. IBID.

29. Refere-se este quadro a mortalidade entre as crianças menores de 1 ano.

30. Quadro III.2, pág.

31. IBID
32. Quadro III.1, página
33. Quadro III.2, página
34. IBID
35. Quadro III.4, página
36. TOLEDO, Bento Cortes de. Termo de visita, 1799. Arquivo da Arquidiocese do Rio de Janeiro.
37. CURADO, Joaquim Xavier. Ofício de 20/4/1804. Arquivo Hist. Ultramarinho. Santa Catarina, caixa 7, doc. 46.
38. BRITTO, Paulo Miguel de. Memórias políticas da capitania de Santa Catarina. p. 42-3
39. SANTA CATARINA. Presidente da província, 1840-1848 (Ferreira de Brito). Falla que o Presidente da Província de Santa Catharina, o Brigadeiro Antero José Ferreira de Brito dirigiu à Assemblêia Legislativa da mesma província na abertura de sua sessão ordinária em 1º de março de 1841. Desterro, Typ. Provincial, 1841.
40. SANTA CATARINA. Presidente da província, 1850-1859 (Coutinho). Falla que o Presidente da Província de Santa Catharina Dr. João José Coutinho dirigiu a Assemblêia Legislativa Provincial, no acto de sua sessão ordinária, em 1º de março de 1852. Desterro, Typ. Catharinense, 1852.
41. IBID, 1857.
42. Quadro III.4.
43. Quadro III.4. página
44. Quadro III.5. página
45. IBID.
46. Quadro III.4.

47. Quadro III.5.
48. Quadro III.4.
49. Quadro III.5.
50. IBID
51. Quadro III.4.
52. Quadro III.5.
53. Quadro III.4.
54. Quadro III.5.
55. IBID
56. Quadro III.6.
57. Quadro III.7.
58. Quadro III.8.
59. Vide cap. IV,5,b,
60. ENSEADA DE BRITO. Casamentos. 1751-1907. AHECMF.
61. Quadro III.6.
62. IBID
63. IBID.
64. IBID
65. IBID
66. Quadro III.1.
67. ENSEADA DE BRITO. Casamentos. 1751-1907. ANECMF.
68. Quadro III.9.
69. Quadro III.2.
70. Quadro III.9.
71. Quadro III.10.

72. ENSEADA DE BRITO. Batizados / Casamentos e Óbitos -
73. 1751 - 1888. ANECMF.
74. Vide quadro III.11, pág.                    e quadro III.12, pág.
75. BRITO, op. cit., pág. 52.
76. ENSEADA DE BRITO. Batizados. 1850 - 1871, ANECMF.
77. ENSEADA DE BRITO. Documentos de Venda de Escravos. Cartório de Registro de Enseada de Brito, folhas soltas, documentos não catalogados.



NATALIDADEIV. 1. INTRODUÇÃO

No presente capítulo procurar-se-á enfocar a evolução da natalidade na povoação de Enseada de Brito no período compreendido entre 1778 a 1907. Todas considerações serão desenvolvidas a partir da identificação da comunidade como uma sociedade de características econômicas agrícolas, que se insere, segundo Carlos M. Cipola, em obra História Econômica da População Mundial, no rol das sociedades em estágio pré-industrial de desenvolvimento. Segundo este autor tais sociedades se caracterizam demograficamente da forma que se segue:

Para as sociedades agrícolas podemos afirmar com mais segurança que o mecanismo de controle da natalidade consistia geralmente em uma taxa de mortalidade alta e extremamente variável, que refreava a taxa de natalidade também alta, porém mais estável. A taxa de mortalidade era geralmente menor que a natalidade e a população tendia a aumentar, mas os picos eventuais da taxa de mortalidade correspondentes a catástrofes eliminavam o excesso da população. E o ciclo começa outra vez.

Para as sociedades industriais parece que o mecanismo consistia principalmente em ajustar a taxa de natalidade a uma taxa de mortalidade muito baixa.

Quanto mais frágil for este ajuste, maiores são as possibilidades de reaparecimento dos picos de mortalidade como fator de equilíbrio<sup>1</sup>.

Procurar-se-á constatar, através das análises sobre a evolução da natalidade, a veracidade desta tese geral, sobre o comportamento específico da natalidade desta pequena povoação, num período em que a transição demográfica caracterizava as sociedades em

estágio de industrialização, cujos reflexos se alastraram pelo mundo, atingindo muitas sociedades consideradas em estágio de desenvolvimento agrícola.

Para desenvolver melhor análise, sobre a evolução da natalidade em seus vários aspectos (evolução quantitativa, por sexo, movimento sazonal), se abordará os mesmos em 4 conjunturas históricas, conforme a metodologia já exposta no Primeiro Capítulo. Assim sendo, o primeiro tópico corresponde à Conjuntura Histórica que se estende 1778 a 1807; o segundo à de 1808 a 1847; o terceiro à de 1848 a 1867 e o quarto à Conjuntura Histórica de 1867 a 1907.

#### IV.2. CONJUNTURA HISTÓRICA DE 1778 a 1807

##### IV.2.A. EVOLUÇÃO QUANTITATIVA

Para estes 30 anos, em relação à evolução quantitativa da natalidade por ano, constatou-se que os nascimentos ocorridos, embora não sejam quantitativamente muito expressivos, os mesmos são adequados ao pequeno tamanho da população desta povoação nos primeiros anos de existência. Assim, entre 1778 a 1807, a taxa anual de natalidade comportou-se em torno de 41 por mil, com um número médio de nascimento ao ano de 42 eventos<sup>2</sup>.

A presença destes dados, numa etapa em que a população de origem Açoriana procurava se adaptar às novas condições geoclimáticas e sociais era esperada, uma vez que procurariam manter-se unidos e próximos ao Arraial face encontrarem junto a estas possibilidades de sobreviverem, pois a terra estava quase toda por ocupar. Assim, possibilidades de ocorrência de sub-registros de nascimentos são menores durante esta fase, pois a Igreja, que respondia pelos registros dos eventos vitais, se fazia presente e atuante junto à comunidade, favorecida pela concentração da população junto à sede paroquial.

Durante esta fase os anos que se apresentaram com menores taxas de natalidade foram os de 1778, 1784 e 1787, quando se registrou respectivamente 26.0; 34.0 e 32.4 por mil<sup>3</sup>.

Espera-se estas baixas, pois em 1778 a mesma reflete a ocupação espanhola, cujos reflêxos foram sentidos nesta povoação, gerando inclusive uma fuga da população. Conforme documento encontrado no livro de registro de nascimentos, houve depredações em Enseada de Brito que não sofreram na Ilha de Santa Catarina. Inicia o documento dizendo:

Resumo dos asentos do livro que se perdeu quando os castellanos invadiram esta freguesia e a incendiaram e por polvos fido d'ignos consta que foi rasgado pelos mesmos Castellanos para abrir para o futuro muitos inconvenientes e dificuldades em certidões de batismo.

Por hua exata inquirição dos mais antigos moradores desta freguezia e hei a presente resumo dos dictos asentos na melhor forma que pude averiguar principalmente do lado do norte para o sul. Estes asentos foram feitos no anno de 1783. Alfêres Manoel Vieira ferndes<sup>4</sup>.

Em 1784 e 1787 parece que as baixas refletem o impacto de epidemias que se alastraram na Província. Portanto a baixa natalidade nestes dois anos não é tanta que inspire desconfiança nos registros de nascimentos.

Para o mesmo período, constata-se que os anos que apresentam as maiores taxas de natalidade são os de 1801 e 1804, com taxas respectivas de 51,4 e 52,5 por mil<sup>5</sup>.

Mais uma vez estas altas refletem o impacto da mortalidade entre crianças e jovens em anos anteriores às mesmas; é comum anos de altas taxas de mortalidade serem seguidos por anos de

altas taxas de natalidade. Pois, procuravam os pais recomporem as perdas familiares, para atingir o tamanho "ideal" esperado para uma família.

Duvida-se desta forma que as taxas apresentadas para este período reflitam erros de registros, pois tanto as taxas de natalidade, como o volume de mortalidade paralela, são compatíveis com o tamanho da população e características demográficas para a área na época<sup>b</sup>.

Frisa-se ainda, que em decorrência do exposto, o número de sub-registros de nascimentos nesta fase foi bem menor que nos períodos posteriores, apresentando-se nestes anos reduzidíssimos.

Com relação à evolução da natalidade por coortes de cenais, constatou-se que durante estes 30 anos (1778 a 1807), a mesma apresentou-se marcada por altas taxas de natalidade, que oscilaram ao longo dos três decênios acima de 40 por mil. Estas altas taxas de natalidade possibilitaram um crescimento vegetativo acentuado durante estes anos, o qual registrou uma taxa de 2,6 por cento<sup>7</sup>. Tendo, neste particular colaborado, a reduzida taxa de mortalidade ocorrida no período.

Observando-se o comportamento da natalidade para os decênios individualmente, têm-se os de 1778 a 1787, de 1788 a 1797, comportando-se nos mesmos parâmetros, no tocante à influência sobre o crescimento bruto da população, os quais acusaram uma taxa média de crescimento da ordem de 2,6 por cento<sup>8</sup>.

Apesar destas igualdades nas taxas gerais, os decênios retrataram divergências percentuais em relação à mortalidade por faixas etárias, de grande importância para a apreciação do comportamento da natalidade, uma vez que estas influem no potencial gerador de filhos especialmente a da mortalidade entre as faixas de zero a 50 anos de vida. A de zero a 20 anos influenciando no potencial futuro, enquanto a de 21 a 50 anos no potencial imediato de gera-

ção de filhos. Assim, o decênio de 1778 a 1787 foi marcado pela mortalidade de grande número de pessoas com idades superiores a 51 anos, os quais representaram percentualmente 47,9% da mortalidade o corrida<sup>9</sup>. Este fato sugere a transição de uma população mais jo vem, que imprime nos anos seguintes a aceleração do ritmo da nata lidade. Os dados acima indicam que desapareceu no decorrer deste decênio a maior parte dos colonizadores vindos dos Açores, os quais haviam imprimido o ritmo da natalidade até então. Já o decênio de 1787 a 1797, retratou entre os mortos uma participação muito ativa da população em idade de gerar filhos, os quais constituíram 25% de todos os óbitos registrados<sup>10</sup>. Este fato denota um rejuvenescimento da população ao mesmo tempo em que se incurta a idade média de vida da mesma.

O decênio seguinte de 1798 a 1807, mesmo que tenha mantido o mesmo nível dos decênios anteriores, no tocante à taxa de natalidade, gerou conseqüências demográficas diferentes, pois o correu uma redução na taxa de crescimento bruto da população. Este fato deve-se ao aumento acentuado da taxa de mortalidade, que reduziu os efeitos positivos da taxa de natalidade de 42 por mil ha bitantes. Os efeitos imediatos quase não se fizeram sentir sobre a natalidade na época, por ter sido atingido principalmente a popula ção infantil e em faixas etárias inferiores aos 20 anos, os quais viriam a pesar no comportamento da natalidade somente mais tarde. Morreram nestes 10 anos, principalmente pessoas na faixa de zero a 20 anos, o que percentualmente representou 72% do volume de morta lidade<sup>11</sup>.

Desta forma, o ritmo das taxas de natalidade seriam incrementado face à necessidade premente de se recomporem as famí lias em seu tamanho ideal.

IV.2.b. EVOLUÇÃO POR SEXO

Para os anos desta conjuntura histórica (1778 a 1807), os nascimentos equilibrados entre os sexos<sup>12</sup> fizeram com que a correspondência de masculinidade se apresentasse com oscilações pouco acentuadas nos decênios, por ele envolvido. Resultando para o período em questão, uma correspondência de masculinidade de 104 homens na razão de 100 mulheres nascidas<sup>13</sup>.

Deve ter ocorrido um pequeno desequilíbrio entre os sexos, quando estes atingiram a idade adulta (nupcial), em face da mortalidade infantil e na faixa etária de 0 a 20 anos, terem apresentado-se com percentuais de mortalidade muito mais forte entre os pertencentes ao sexo masculino<sup>14</sup>. Assim, resultou num excesso de mulheres, que possivelmente funcionou como elemento de atração do imigrante, adulto, do sexo masculino, em trânsito pela área. Pois, não se deve esquecer que os pequenos contingentes humanos destas paragens do Brasil Meridional, em fins do século XVIII, impunham sérias restrições a organização de famílias por parte de elementos externos às comunidades a não ser que estivesse com excesso de mulheres nas mesmas.

Fato que parece justificar plenamente o papel importante que representou o excesso de mulheres na atração do elemento masculino para a freguesia de Enseada de Brito foram os casamentos realizados na época, que acusaram grande percentagem de cônjuges do sexo masculino de procedências diversas, tanto de outras Capitâneas como do exterior<sup>15</sup>.

A redução progressiva da superioridade numérica das mulheres entre os habitantes livres de Enseada de Brito<sup>16</sup>, sem que se registrassem significativas alterações nas tendências, da correspondência da masculinidade entre os nascidos<sup>17</sup> e a manutenção de regular proporção de mortalidade por sexo (infantil e em faixa etária de 0

a 20 anos)<sup>18</sup> sugerem que ocorreu a introdução de imigrantes na área da freguesia durante esta fase conjuntural e na seguinte.

Parece que a população imigrante absorveu progressivamente o excesso de mulheres através de uniões nupciais, garantindo que ocorresse um quase equilíbrio por sexo entre a população adulta, diminuindo conseqüente as flutuações entre os sexos na idade nupcial. Igualmente, parece que deram estes imigrantes salutar impulso ao volume de concepções, premidos que foram pela necessidade de gerar filhos, a fim de garantir, a médio prazo, a mão de obra necesária para a atividade agrícola que desenvolviam.

Fazendo-se considerações sobre os anos em que ocorreram picos acentuados de nascimentos para um dos sexos, durante estes 30 anos, constatou-se que os picos mais favoráveis para o sexo masculino ocorreram nos anos de 1787, 1790 e 1794, em que se representou percentuais de correspondência de masculinidade de 163,220 e 150 homens respectivamente na razão de 100 mulheres nascidas<sup>19</sup>.

A probabilidade desta maioria masculina ter chegado ã idade adulta, nas mesmas proporções, foi muito grande, uma vez que a mortalidade infantil e em faixa etária de 0 a 20 anos, manteve-se em equilíbrio entre os sexos<sup>20</sup>. Garantindo a sobrevivência de um contingente masculino importante no decorrer destes anos, os quais representaram nos anos seguintes, elementos importantes no equilíbrio da população por sexo, haja visto que as mulheres também dominaram entre os nascidos em alguns anos.

O sexo feminino foi majoritário entre os nascidos nos anos de 1784, 1793 e 1799, quando se registrou correspondência de masculinidade respectiva de 71, 70 e 64 homens na razão de 100 mulheres nascidas vivas<sup>21</sup>. A taxa de mortalidade infantil registrada para estes anos<sup>22</sup> e a proporção de mortalidade por sexo na faixa etária de 0 a 20 anos<sup>23</sup>, nos anos seguintes, sugerem que a tendência foi de agravar-se ainda mais a desproporção entre sexo masculino e



feminino, quando atingiram a idade adulta (nupcial), pois os homens morreram em maior número que as mulheres nesta faixa etária.

A constatação de um quase equilíbrio por sexo, entre os nascimentos ocorridos durante esta fase conjuntural, pode ser observado através das análises deste mesmo fenómeno em coortes decenais. Assim é que, dos três decênios englobados por esta fase, apenas o de 1788 a 1797 apresentou-se com tendência de masculinidade que evidenciou uma maioria significativa masculina, com uma masculinidade de 111 homens na razão de 100 mulheres nascidas<sup>24</sup>, acusando nos outros dois decênios, correspondências de masculinidade sem expressão<sup>25</sup>. Em consequência disto apenas no decênio de 1788 a 1787 ocorreu correspondência de masculinidade favorável a que na idade adulta (nupcial) estes conseguissem equilibrar-se ao número de mulheres. Nos demais decênios, desta fase histórica, ocorreu provavelmente um desequilíbrio favorável ao sexo feminino, quando tais nascidos atingissem a idade matrimonial.

O excesso de mulheres resultante da tendência de maior sobrevivência de mulheres entre os nascidos, possivelmente funcionou como elemento canalizador de imigrantes do sexo masculino para a área, os quais contribuíram na reparação das perdas sofridas entre a população masculina mais idosa (vindos dos Açores), cuja reparação seria difícil de ser feita sem a contribuição destes imigrantes, pois o número de nascidos do sexo masculino que chegaram a idade adulta durante o período, não atingiram o volume numérico de óbitos de adultos deste mesmo sexo. Assim a população feminina excedente embora gerando uma oscilação entre os sexos na idade nupcial, funcionou por outro lado como elemento de captação de população masculina para gerar equilíbrio entre os sexos em idade de reprodução, cuja possibilidade de equilíbrio entre os sexos a partir da população autóctone seria muito difícil, em função da natalidade e sobrevivência desproporcional entre os sexos durante este período.

IV.2.c. MOVIMENTO SAZONAL DOS NASCIMENTOS:

Nesta fase histórica utilizou-se por razões metodológicas (análises por coortes vintenais), somente um período vintenal, tendo-se abandonado o primeiro decênio desta fase conjuntural; dentre outras razões por constatar-se que o mesmo refletiu praticamente as mesmas características apresentadas pelo vintênio considerado (1788 a 1807), no qual constatou-se a presença de tendências mais acentuadas no volume das concepções em certos meses do ano<sup>26</sup>.

Observando-se os meses em que se registraram menores níveis de concepções, foram estes os de abril, maio, junho, outubro e dezembro<sup>27</sup>. Em linhas amplas acredita-se que a tendência de retração no volume de concepções no decorrer destes meses, resultaram em sua maior parte das atividades econômicas desenvolvidas e influência da Igreja que repercutiram nas relações conjugais restringindo-as de forma bastante acentuada. Considerando-se os meses individualmente, constatou-se que a retração apresentada para o mês de abril, foi possivelmente resultante da influência religiosa, pois segundo o calendário religioso, normalmente caia a quaresma neste mês ou em Março, acontecimento que funcionava como um freio às elevadas concepções que ocorriam nos meses de verão. A diminuição das concepções no mês de junho refletiu a influência das atividades econômicas sazonais que se desenvolviam na comunidade durante esse mês; tanto a pesca da tainha como a farinhada, que afetariam o padrão das relações sexuais na comunidade.

Analisando-se estes fatores individualmente tem-se a registrar que a pesca da tainha praticada durante todo o mês de junho em algumas praias (Pinheiras, Pontal, Papagaios, Guarda do Imbaú, Naufragados e Garopaba), próprias para este tipo de atividade artesanal, mas que tinham uma pequena população, exigia para sua realização o deslocamento de muitas pessoas do sexo masculino, adul

tos, de outros pontos da freguesia, que geralmente se dedicavam à agricultura, e permaneciam durante esse mês, a maior parte do tempo, longe de suas propriedades. Este afastamento implicava na ausência destes chefes de famílias de suas propriedades influenciando possivelmente no volume das concepções durante este mês. Acredita-se, pois, terem diminuído as relações sexuais nas famílias envolvidas. A prática desta atividade sazonal com o emprego desta mão de obra, podia-se constatar até pouco tempo atrás. Importante era esta atividade pois, representava para o homem do campo, que vivia da agricultura, a possibilidade de formar um razoável estoque de "peixes secos", para ser consumido nos meses de plantio, quando as lides diárias tornavam-se mais intensas.

Quanto à farinhada, teve estes efeitos tão importantes quanto a pesca da tainha, sobre os níveis de concepções durante o mês de junho. O prolongamento das atividades nos engenhos até altas horas da noite, numa época de baixas temperaturas, gerava cansaço em seus integrantes, reduzindo possivelmente o número de concepções, em decorrência da diminuição das relações sexuais conjugais. O fato de saber-se que esta atividade também servia para gerar a aproximação entre a população jovem, não reduziu a importância de ter funcionado esta como mecanismo de controle da natalidade entre os casais geradores de filhos.

Quanto aos meses do segundo semestre<sup>2º</sup>, apresentaram-se com padrão médio de concepções, notadamente nos de Agosto, Setembro e Outubro, época em que se desenvolviam as atividades agrícolas de limpeza e cultivo do solo. Em relação aos meses de novembro e dezembro, o movimento de concepções registrado, é difícil de ser explicado, uma vez que se caracterizam por tendências que não se harmonizam com o apresentado por estes mesmos meses, nos cortes vintenais seguintes. O mês de novembro que se apresentou neste corte com tendência bastante positiva no volume de concepções,

nos vintênios seguintes foi caracterizado como de retração das concepções<sup>29</sup>, tornando-se difícil a explicação desta ocorrência. Quanto ao mês de dezembro, comportou-se este como de retração ao volume de concepções, enquanto nos demais coortes vitenais caracterizou-se por ser altamente positivo<sup>30</sup>, repetindo-se as dificuldades de explicações. Possivelmente resultou esta inversão da tendência (em relação aos coortes posteriores) das falhas dos nascimentos registrados em que não constavam mês em que nasceu a criação, mas tão somente o mês em que foi batizado<sup>31</sup>.

Em síntese, o movimento sazonal das concepções ao longo desta fase conjuntural mostrou-se com tendências ao longo dos meses que em linhas gerais retrataram o esperado para esta comunidade.

### IV.3. CONJUNTURA HISTÓRICA DE 1808 a 1840

#### IV.3.A. EVOLUÇÃO QUANTITATIVA

Para esta conjuntura histórica, constata-se que ocorreu uma redução no ritmo de crescimento da população, que muito embora tenha aumentado 43% no decorrer deste, tal aumento foi pequeno, representando pouco mais de 1,1%, enquanto no período anterior este crescimento foi quase de 2%<sup>32</sup>. Esta desaceleração resultou da diminuição do crescimento vegetativo, pois tanto a natalidade quanto a mortalidade apresentaram-se com grandes oscilações em suas taxas, onde a mortalidade mostrou-se com taxas mais acentuadas que a natalidade. Esta última sofre uma grande redução, apresentando para o período uma média de 29,5 por mil<sup>33</sup>.

A natalidade neste período, exige portanto respostas explicativas mais detalhadas uma vez que a mesma mostra-se com ca

racterísticas tão especiais, ou seja com taxas a baixo do esperado para esta população.

Analisando-se a evolução interna deste período no tocante às taxas de natalidade registradas anualmente, constata-se a presença de várias fases, com conjuntos de anos seqüentes, que se identificam, com relação as taxas de natalidades apresentadas<sup>34</sup>.

Os primeiros dez anos foram marcados por altas taxas de natalidade, com as mesmas situando-se por volta de 43 por mil<sup>35</sup> que evidencia a continuação durante estes anos das características que marcaram o período anterior.

Nos nove anos seguintes (1818 a 1826), deste período conjuntural registrou-se uma brusca queda nas taxas de natalidade, que oscilou em torno de 18 por mil<sup>36</sup>. Para alguns destes anos atribui-se as fracas taxas de natalidade e presença de sub-registros de nascimentos, que provavelmente se acentuavam numericamente nos anos de epidemias; e também à redução dos reprodutores, (população na faixa de 20 a 50 anos), que morriam em grande número quando grassavam epidemias; reduzindo o número da população capaz de gerar filhos. Tais fatores não ocorreram somente neste período, mas por todos os anos em que se registrou o fenômeno epidêmico nesta comunidade<sup>37</sup>.

Os anos que se estendem de 1827 a 1839, foram marcados por oscilações de curto prazo; as taxas de natalidades, oscilaram entre 25,4 e 37,4 por mil. Retratando possivelmente os efeitos da mortalidade nos anos anteriores e mesmo grandes taxas de natalidades intermitentes, que faziam com que a população em idade de casar se mostrasse muito mais volumosa em certos anos; e ainda que estaria ocorrendo uma saída desta população jovem recém casada para as áreas até então desocupadas, onde procuravam novas possibilidades de vida. Que, face à distância, aumentavam as dificuldades de controle dos registros de nascimentos entre estes. Assim é possível que em certos anos ocorreu volume muito grande de regis

tros de nascimentos sem que se tenha qualquer fator estimulante nos anos anteriores ou no próprio ano, estes eventos podem ter sido lançados naquele ano, muito embora as crianças tenham nascido em anos anteriores, o que ocorreu freqüentemente ao longo destes anos tal tipo de situação nos eventos de nascimentos<sup>38</sup>.

Os seis anos seguintes desta fase conjuntural (1840 a 1845), registraram altas taxas de natalidade, que resultaram dos efeitos da Guerra dos Farrapos e restrições, ao Tráfico Negreiro, ocorridos na época. Objeto de considerações mais detalhada nas páginas seguintes e que repercutiram positivamente sobre esta povoação. A taxa média de natalidade para tais anos foi de 38,2 por mil, apresentando-se com uma constância acima de 35,4 por mil<sup>39</sup>.

Nos últimos dois anos desta fase, ocorre uma queda da taxa de natalidade, reduzida para 28 por mil, a qual se atribui a mudanças políticas sociais geradas pelo desmembramento de Garopaba da freguesia de Enseada de Brito. A população de Garopaba era mais jovem, uma vez que os jovens casais, vinham ocupando as terras mais afastadas da sede do Arraial, as quais com o desmembramento passam a integrar Garopaba, que, por estarem mais próximos, já estavam integrados mesmo antes que se efetivasse a separação oficial. Assim a freguesia de Enseada, onde se situavam as populações mais velhas, com propriedades estabelecidas, sofreu este impacto durante alguns anos, até que ocorreu um rejuvenescimento da população, retomando seu ritmo de crescimento, compatível com as características demográficas das populações rurais brasileiras na época.

Durante estes 40 anos, sobressairam-se como de menores taxas de natalidade os anos de 1818, 1819, 1823, 1824, 1825, e 1826; que apresentaram respectivamente, na seqüência exposta, as taxas de natalidade de 18.1; 6.8; 14.9; 17.5; 13.0 e 12.3; por mil<sup>40</sup>. Supõem-se serem estas resultantes em sua grande maioria da

ocorrência de sub-registros, considerados como de ocorrência até certo ponto normal, para um período histórico em que se registrou uma expansão da população mais jovem para fora da paróquia ou mesmo raio de influência da mesma. E ainda da grande mortalidade, entre as populações geradoras de filhos, o que diminuiu o contingente de nascimentos para uma população que morreu com mais intensidade durante esta fase que na anterior<sup>41</sup>.

Fazendo-se considerações sobre estes anos individualmente, tudo indica que nos anos de 1818 e 1819, ocorreu um surto epidêmico na área, cujos reflexos se fizeram sentir no volume de nascimentos registrados, especialmente para o ano de 1819. Tendo ocorrido uma quase duplicação do número de óbitos em relação aos anos imediatamente anteriores, enquanto a natalidade apresentou-se com tendência oposta<sup>42</sup>.

Atribui-se a ocorrência de grande número de sub-registros de nascimentos, constatado nos óbitos, de crianças falecidas nos primeiros anos de vida, sem que se tivesse feito o devido registro de nascimento. Principalmente entre crianças cujos pais moravam longe da sede da paróquia, que eram enterrados em cemitérios existentes nos locais, sem que se fizesse o devido registro de óbito. Os moradores que residiam para os lados dos Campos de Araçatuba e Garopaba, enterravam muitas vezes seus mortos no cemitério existente junto à Capela da Armação de São Joaquim da Garopaba, sem que se fizesse o devido registro de óbito por ausência de padre na área. Os registros de óbitos daquela capela durante o período em foco não se conhecem, salvo o do enterramento dos escravos e uns poucos adultos<sup>43</sup>. Não se devendo esquecer que estes moradores eram formados de população em sua maioria jovem e que portanto eram mais férteis que a população das proximidades da freguesia, já estabelecidas com "bens de raízes". Têm-se desta forma, fortes razões para acreditar-se que os nascimentos registrados não representaram o volume real

ocorrido para estes dois anos, mesmo que tenha sido a paróquia a tingida por uma epidemia, que grassava na Província durante este pe ríodo.

Com relação ao ano de 1819, sugere-se ter influen cia do na reduzida taxa de natalidade além dos sub-registros, a natural flutuação surgida entre a população em idade de gerar filhos, entre os quais registraram-se muitos óbitos no ano anterior e no próprio a no<sup>44</sup>.

O segundo conjunto de anos em que se registrou redu zidas taxas de natalidade foram os de 1823, 1824, 1825 e 1826, quan do se teve uma taxa média de natalidade de 14,4 por mil<sup>45</sup>. Para um período em que apenas o ano de 1826 foi marcado por grande morta lidade, quando houve possibilidade de ocorrerem sub-registros de nascimentos, em função da morte de crianças nos primeiros anos de vida. Considera-se que nos demais anos, como neste próprio, ocorre rá algum acontecimento temporário, de influência sobre os registros de nascimentos.

A presença à frente da paróquia do Vigário Colado Ma noel José Furtado de Mendonça, que se encontrava "enfermo de longa data", e que veio a falecer na paróquia logo depois deste inters tício de anos, aliado ao fato de que em 1826, recebia a paróquia um novo padre, Vicente Ferreira dos Santos Cordeiro, indica que as dificuldades de locomoção do vigário Manoel Furtado, que faleceu com 76 anos, reduziu a qualidade de atendimento religioso à paróquia, e conseqüentemente fossem efetuados muito menos registros de nasci mentos que o esperado, durante os anos de 1823 a 1826. A presença do novo vigário após 1826, quando se eleva novamente o nível dos re gistros de nascimentos, nas mesmas proporções registradas antes des tes anos, parece evidenciar que a doença do vigário, responsável pe la paróquia, foi o causador de tal defazagem de registros de nascimen tos, os quais provavelmente foram efetuados em outras paróquias pró



ximas, especialmente os que moravam mais afastados da sede da fre  
guesia.

Para o mesmo período conjuntural, as maiores taxas  
de natalidade concentraram-se nos anos de 1840, 1841, 1842, quando  
se teve uma sequência de taxas bastante altas que registraram res  
pectivamente, 38, 8; 43,1 e 37,6 por mil<sup>46</sup>.

Parece que os efeitos da Guerra dos Farrapos e comba  
te ao Tráfico Negreiro estimularam a natalidade, uma vez que ocor  
reu um aumento da participação dos filhos naturais, especialmente  
de mães livres, durante estes anos, em relação ao total de nascimento  
s ocorridos.

Atribui-se o aumento da natalidade de filhos natu  
rais entre mulheres livres, às relações mantidas entre as mulheres  
da comunidade, seja de forma livre ou forçada, com os soldados das  
tropas que circularam na época da Guerra dos Farrapos na área, especial  
mente durante os anos de 1839 e 1840. A elevação do volume desde  
s eventos, associados ao incremento da natalidade entre os escri  
vos, e o ritmo normal da natalidade entre as famílias constituídas le  
galmente, elevaram as taxas de natalidades nestes anos<sup>47</sup>.

Além do já exposto, parece que a grande mortalidade  
registrada no ano de 1840, que atingiu o dobro da acusada para os  
4 anos anteriores, foi outro grande fator estimulador da aceleração  
da natalidade no ano posterior, quando se registrou uma taxa de na  
talidade de 43 por mil<sup>48</sup>; haja visto a preocupação dos pais em re  
comporem as famílias das perdas sofridas.

A evolução decenal da natalidade apresentou-se ao  
longo destes quatro decênios, marcada por fortes oscilações nas ta  
xas de natalidade, que sugerem a ocorrência ao longo desta conjun  
tura histórica, de um impacto epidêmico de grandes proporções, so  
bre a comunidade, gerando ao longo deste decênio um crescimento vegetati  
vo bastante positivo, com uma taxa de 2,5 por cento<sup>51</sup>.

Fato que pode ser considerado novo, é a presença de 75% dos óbitos sendo constituído por pessoas com menos de 20 anos de idade<sup>52</sup>. Delineando-se os primeiros sinais de possível queda do ritmo da natalidade nos anos seguintes, uma vez que estes formam a força potencial geradora de filhos, dos anos posteriores.

O coorte decenal seguinte, de 1818 a 1827, foi marcado por brusca queda na taxa de natalidade, que se situou em 18 por mil, afetada em grande parte pela forte mortalidade resultante de epidemias que se abateram sobre a povoação nestes anos. Em consequência deste fato, registrou-se um crescimento bruto negativo de 0,31 por cento<sup>53</sup>, cujo impacto se propaga pelos anos seguintes, sobre a forma de inibição das taxas de natalidade.

A forte influência da mortalidade sobre as taxas de natalidade registradas para o decênio, e decênio posterior ficou evidenciado pela forte mortalidade entre a população de 0 a 50 anos, que representou mais de 80% dos óbitos ocorridos nestes decênios<sup>54</sup>.

Ainda com relação a este decênio constatou-se que nos anos de 1818, 1819, 1823 e 1826, as taxas de natalidade foram superadas pelas de mortalidade<sup>55</sup>, quando se registrou crescimento vegetativo da população mais acentuado. A mortalidade infantil nestes anos teve grande responsabilidade nos níveis de mortalidade pois resultou da ocorrência de outros fatores de natureza político-social, já enfocados quando das análises anuais da natalidade, que geraram um forte impacto sobre a natalidade e cujos reflexos foram sentidos por longo tempo.

A taxa média da natalidade para esta fase conjuntural foi de 31 por mil habitantes. Aparentemente, geraria um crescimento satisfatório da população, porém, face às altas taxas de mortalidade registradas paralelamente, freiou-se o ritmo esperado do crescimento bruto, que se apresentou irrisório, em torno de 0,46 por cento<sup>49</sup>.

Deduze-se que grande parte da população apresentada no quadro populacional de 1840, era fruto de imigração para a área, e não somente do crescimento vegetativo da população, pois se assim o fosse a mesma não apresentaria tais cifras populacionais. Este fato vem fortalecer o argumento de que está se processando no espaço territorial da freguesia, uma forte expansão em busca das terras virgens, situadas na periferia da mesma, que ainda estavam por ser ocupadas, por parte de pessoas de fora da comunidade e mesmo dos jovens casais da paróquia, que iam tentar construir sua independência econômica.

Considerando-se o comportamento da natalidade por decênio, teve-se para o de 1808 a 1817, que este comportou-se com os padrões registrados para a fase histórica anterior, com uma taxa de natalidade de 43 por mil<sup>50</sup>. Esta elevada taxa de natalidade, com uma fraca taxa de mortalidade paralela, fez com que se registrasse uma taxa bruta de crescimento de 5,54 por cento<sup>56</sup>.

Os dez anos seguintes, 1828 a 1837, acusaram na sua taxa média de natalidade, os desequilíbrios gerados pela grande mortalidade do decênio anterior, e mesmo do próprio decênio. Mesmo retratando uma elevação da taxa média de natalidade, que passou a ser de 28,5 por mil<sup>57</sup>, ficou aquém do esperado para uma população que procurava gerar o maior número de filhos possíveis.

Constatou-se, que o crescimento populacional da freguesia nestes dez anos, continuava a refletir os efeitos da grande mortalidade, que atingirá a povoação no decênio anterior, pois, o volume de nascimentos ocorridos não foi suficiente para gerar um crescimento populacional alentador. Este, registrou uma taxa de crescimento bruto de apenas 0,79 por cento<sup>58</sup>, denotando que a população procurava recompor-se lentamente do impacto sofrido em sua estrutura de reprodução. Tendo neste sentido colaborando a desaceleração da mortalidade na faixa etária de zero a vinte anos, especialmente os

que estavam entre 10 e 20 anos, pois, paradoxalmente ao esperado, a mortalidade infantil intensificou-se ao longo deste decênio, constituindo estes 34,8% dos óbitos registrados<sup>59</sup>. Como o fato se repetiu no decênio seguinte, está se presenciando o delineamento de fortes possibilidades de vir a ocorrer nas décadas seguintes, graves restrições à expansão da natalidade, a não ser que estas deficiências de população em idade de contrair núpcias, seja compensado pela introdução de levas de imigrantes.

No decênio de 1838 a 1847, evidenciou-se a recuperação progressiva das taxas de natalidades, que oscilaram numa média de 34,3 por mil. Repercutindo de maneira positiva, sobre o crescimento vegetativo da população, que se elevou para 1,7 por cento<sup>60</sup>. Atribui-se a recuperação das taxas de natalidades e do crescimento vegetativo, aos fatores de natureza político-sociais ocorridos na comunidade no decorrer deste decênio, já amplamente comentados, quando das análises sobre a evolução da natalidade anual.

Como já se frisou anteriormente, a distribuição da mortalidade por faixas etárias neste decênio, manteve-se nos mesmos níveis dos dez anos anteriores, delineando desta forma um padrão de regularidade na mortalidade, cujos reflexos sobre a natalidade, na forma de retração do volume de nascimentos foi lançado para os anos posteriores. E, se estes efeitos não foram sentidos de forma mais grave, deve-se à imigração registrada para a área periférica da paróquia, que foram absorvidos e integrados como geradores de filhos, especialmente por serem adultos; os quais compesaram as perdas registradas entre a população infantil no decorrer destes dois decênios.

IV.3.b. NATALIDADE POR SEXO

Quanto à evolução da natalidade por sexo no decorrer desta Conjuntura Histórica foi marcada por um equilíbrio entre os nascimentos de homens e mulheres. O sexo feminino, embora tenha sido a maioria numérica, foi inexpressiva, acusando uma correspondência de masculinidade de 98,2 homens para 100 mulheres nascidas<sup>61</sup>:

Falando-se dos efeitos desta distribuição equilibrada de nascimentos por sexo, quando estes atingiram a idade adulta (nupcial), constatou-se que ocorreu uma oscilação muito forte entre os sexos, em face de uma maior presença de mulheres. Isto se deveu à mortalidade na faixa etária de 0 a 20 anos ter se apresentado muito mais forte entre os do sexo masculino, os quais representaram 55,8 dos óbitos ocorridos<sup>62</sup>. A mortalidade infantil igualmente sugere ter ocorrido esta oscilação na idade adulta, pois enquanto a taxa de mortalidade infantil específica acusava para o sexo masculino 227 por mil, esta para o sexo feminino foi de 162,9 por mil<sup>63</sup>. Assim, no decorrer dos anos que antecederam a idade adulta para estes nascidos, ampliou-se a proporção de participação das mulheres entre os sobreviventes, gerando uma flutuação entre os sexos, face à maior mortalidade entre os jovens do sexo masculino.

Em face deste desequilíbrio por sexo na idade de nupcialidade, devido ao maior número de mulheres, parece que os imigrantes do sexo masculino que afluíram para a área, representaram importante contribuição ao equilíbrio da população adulta por sexo. Pois, era esperado uma acentuação ainda maior da participação numérica do sexo feminino entre a população livre, fato que não se constatou através de dados estatísticos de 1840, quando a participação feminina mostrou-se em menor volume que anteriormente, ou seja baixando de 55,3% em 1810, para 52,1% neste ano<sup>64</sup>. Fato que parece reforçar a pre

sença de imigrantes do sexo masculino fluindo para a área e incorporando-se definitivamente ao contingente demográfico que aí vivia.

Fazendo-se algumas considerações sobre os anos em que houve maior acentuação de nascimentos para o sexo feminino, no decorrer desta fase histórica, os mesmos ocorreram nos anos de 1808 e 1830. Nestes anos registraram-se as correspondências de masculinidades de 46 a 50 homens na razão de 100 mulheres nascidas<sup>65</sup>. Esta distribuição dos nascimentos por sexo trouxe possivelmente uma forte oscilação entre homens e mulheres, quando estes nascidos atingiram a idade adulta (nupcial), face à presença de maior volume de mulheres que os homens.

O volume de mortalidade ocorrido no intervalo de tempo do nascimento à idade nupcial, indica que esta disparidade numérica entre os sexos, ampliou-se ainda mais em favor do sexo feminino, pois morreu maior volume de homens que de mulheres, tanto na faixa de mortalidade infantil<sup>66</sup>, quanto na faixa etária de 0 a 20 anos<sup>67</sup>.

Para o sexo masculino ocorreu maior presença numérica entre os nascidos nos anos de 1810, quando se registrou a forte tendência de masculinidade de 164 homens na razão de 100 mulheres nascidas<sup>68</sup>. É possível que tenha ocorrido entre estes nascidos quando atingiram a idade nupcial, um desequilíbrio em favor do sexo masculino muito mais acentuado do que o esperado em razão da mortalidade ter atingido com muito mais intensidade os nascidos do sexo feminino, tanto em relação à mortalidade infantil como na faixa etária de 0 a 20 anos<sup>69</sup>.

Fazendo-se algumas considerações sobre a distribuição dos nascimentos por sexo, em coortes demais, pode-se constatar que ocorreu maior presença de nascidos do sexo masculino nos decênios de 1808 a 1817 e 1838 a 1847; quando se registrou correspondência de masculinidade de 102 homens na razão de 100 mulheres nas

cidas<sup>70</sup>.

Tão irrisória maioria masculina, possivelmente não conseguiu manter-se até a idade adulta, face à presença já comum de maior mortalidade entre os nascidos do sexo masculino. Este fato ficou mais uma vez comprovado, pela presença de maior volume de mortos entre os nascidos do sexo masculino no primeiro ano de vida e na faixa etária de 0 a 20 anos<sup>71</sup>. Em decorrência disto as mulheres atingiram a idade nupcial em maior número que os homens, causando uma flutuação entre os sexos.

É possível que a taxa de fertilidade bruta da mulher para o período não correspondeu ao esperado, em face da presença de grande número de mulheres jovens em idade de gerar filhos. Assim a taxa de fertilidade de 93 por mil mulheres<sup>72</sup>, para o período, pode sugerir que muitas mulheres em idade de procriar não o estavam fazendo, possivelmente por se encontrarem solteiras, devido à ausência de elementos do sexo masculino em idade de casar.

Os dois outros decênios, de 1818 a 1827 e de 1828 a 1837, foram marcados pela presença de maior número de nascimentos do sexo feminino, com uma correspondência de masculinidade de 96,0 homens na razão de 100 mulheres nascidas<sup>73</sup>. Prenúncio de sérias dificuldades de equilíbrio entre os sexos quando esta população nascida atingisse a idade adulta.

A maioria feminina de nascidos vivos registrados, não só manteve-se percentualmente como ampliou-se no decorrer dos anos que antecederam a idade adulta; favorecido pela presença de maior mortalidade entre os homens, tanto na faixa de mortalidade infantil como na faixa etária de 0 a 20 anos. Assim os dados da mortalidade infantil acusavam as taxas de mortalidade específica por sexo de 271,4 por mil para o sexo masculino de 107,3 por mil para o feminino<sup>74</sup>. Enquanto na faixa etária de 0 a 20 anos o sexo masculino representou 56,1% dos mortos<sup>75</sup>.

As possibilidades de ter ocorrido uma aceleração das taxas de natalidade nos decênios seguintes em razão deste excesso de mulheres adultas tornou-se viável em face do fluxo de imigrantes para a área os quais procuraram tirar o máximo proveito da fertilidade da mulher, a fim de constituírem famílias de tamanho ideal; contribuindo na redução do desequilíbrio por sexo entre os adultos e na própria expansão populacional da freguesia, nos anos seguintes.

#### IV.3.c. MOVIMENTO SAZONAL DOS NASCIMENTOS:

No decorrer desta fase conjuntural, que durou 40 anos, registraram-se dois períodos vintenais, que poucas alterações apresentaram entre si; muito embora em relação à fase conjuntural anterior tenha sofrido alteração, em relação à distribuição do volume de concepções ao longo dos meses do ano<sup>76</sup>.

O coorte vintenal de 1808 a 1827<sup>77</sup>, caracterizou-se por apresentar tendências pouco significativas das concepções nos meses de março, abril e junho, cujas explicações sobre os fatores que as determinaram já foram apresentadas quando se explicou esta mesma ocorrência para fase histórica anterior. Para os meses que se apresentaram com tendências favoráveis a um volume de concepções superior à média para os meses, destacaram-se os de fevereiro, maio e dezembro, cujas justificativas são as seguintes. O mês de fevereiro, tradicionalmente de nível médio de concepções, possivelmente refletiu uma aceleração de concepções durante este vintênio, por influência de registros efetuados durante a época, no decorrer deste mês, nos quais não constavam a data de nascimento da criança. Quanto ao mês de maio, possivelmente foi fruto da influência religiosa, que funcionou de maneira a estimular as concepções durante este mês, uma vez que segundo o calendário religioso cristão é "o mês de Maria" (mãe



das mães), durante o qual ocorriam novenas e visitas do "espírito santo" aos lares; fatores bastante fortes para influenciar o aumento do nível de concepções, uma vez que era um período de bençãos a geração de filhos. O mês de dezembro despontou neste vintênio e nos demais que o sucederam como sendo o mês mais positivo às concepções ao longo do ano, atribuindo-se este fato à influência climática e religiosa. A climática, resultante do verão, em cujas noites agradáveis, favorecidos pelas festas natalinas, engedravam-se relações conjugais com mais intensidade que nos demais meses do ano; a religiosa resultante do natal, cuja ação sobre os cristãos era muito forte, face ao júbilo da Igreja pela ocorrência do nascimento de Cristo, cujas conseqüências provavelmente foram o aumento do volume de concepções nestes meses.

O vintênio de 1828 a 1847<sup>78</sup>, manteve a mesma linha de distribuição de concepções registradas no coorte vintenal anterior, desta mesma fase histórica, muito embora o nível do volume das concepções oscilasse com mais intensidade para alguns meses. Os meses que apresentaram maior volume de concepções foram os registrados anteriormente, enquanto que os meses de pequena participação das concepções, além dos tradicionais, acrescentou-se o de novembro, que a partir deste coorte vintenal passou a comportar-se como de pequeno volume de concepções<sup>79</sup>. Esta tendência de longo prazo, exigiu a investigação das diferentes possibilidades explicativas, uma vez que nem no calendário religioso, nem nas atividades econômicas encontraram-se explicações plausíveis para a presença de uma queda no volume de concepções durante este mês. Assim, procurou-se verificar se esta retenção no nível das concepções era gerado por fatores de ordem climática; e é exatamente neste ponto do enfoque que parece ter-se encontrado a explicação para a presença deste comportamento na geração de filhos. Pois, as crianças geradas durante este mês, nasceriam em junho ou julho, meses em que ocorrem as mais baixas temperaturas nesta área do Bra

sil. Diante desta situação levanta-se a possibilidade de ter sido intencional a redução das concepções no mês de novembro, para evitar que as crianças não viessem a nascer no rigor do inverno, quando as possibilidades de sobrevivência eram bem menores, face à pobreza de grande número de famílias. Considerando-se o fato deste ângulo, teria o clima influenciado no nível de concepções de maneira intencional, interferindo positivamente no comportamento da natalidade; ao mesmo tempo que reduzia o volume de concepções no mês de novembro, aumentava a probabilidade de sobrevivência de muitas crianças geradas posteriormente, que se fossem geradas neste mês, correriam a possibilidade de morrerem nos primeiros dois meses de vida.

Em síntese, não registraram-se alterações significativas ao longo de 40 anos, o que sugere que foram incorporados pela população padrões de concepções que se delinearam como de longa duração.

#### IV.4. CONJUNTURA HISTÓRICA DE 1848 a 1867

##### IV.4.A. EVOLUÇÃO QUANTITATIVA

Nesta conjuntura histórica registram-se as maiores flutuações populacionais no tocante ao número de habitantes da freguesia, que se ressentiu ao longo destes anos, dos desmembramentos de Garopaba (1846), e de Santo Amaro do Cubatão em meados deste período (1856) que reduziram a população de Enseada de Brito de 2731<sup>80</sup> habitantes em 1840 para 2338 em 1866<sup>81</sup>.

Tais acontecimentos influenciaram no comportamento da natalidade, nos anos próximos a eles que comportou-se com reduzidas taxas; ainda que o período como um todo fosse profícuo ao aumento

da população.

Analisando-se a evolução da natalidade por anos, para esta fase conjuntural, constatou-se que os níveis das taxas de natalidade foram superiores às apresentadas para o período conjuntural anterior, situando-se numa média de 37,0 por mil, enquanto naquela tinha sido de 29 por mil<sup>82</sup>.

Destinguiram-se neste conjunto de anos, várias etapas com características próprias, resultantes dos reflexos político-sociais e demográficos acontecidos durante estes anos.

Os primeiros 7 anos foram marcados por oscilações bem acentuadas nas taxas de natalidade, que variaram entre 15 e 37 por mil<sup>83</sup>. Portanto nos mesmos níveis do período conjuntural anterior. Atribuíram-se estas variações à desorientação dos moradores residentes nos limites da freguesia no tocante ao local onde deveriam efetuar os registros de nascimento de seus filhos, especialmente aqueles que habitavam no vale do Rio Cubatão, onde a imprecisão dos limites entre Santo Amaro e Enseada de Brito só foi resolvida com a intervenção do Presidente da Província<sup>84</sup>; facilitados pela indecisão de limites, registraram muitos de seus filhos em Santo Amaro por ser mais próximo, conseqüentemente diminuindo os registros da Paróquia da Enseada. O segundo aspecto diz respeito ao deslocamento da população jovem, para estas novas paróquias, para onde vinham emigrando desde a fase histórica anterior, em busca de novas oportunidades, nas terras virgens aí existentes.

A segunda fase compõem-se de 6 anos (1855 a 1860), durante os quais teve-se taxa de natalidade apenas para o ano de 1856, de 24 por mil; como já se explanou no Iº capítulo, quando se tratou dos problemas das fontes, devido à ausência de registros de nascimentos para estes anos, tendo os dados de nascimentos de 1856 sido extraídos de documento oficial. O que torna desaconselhável qualquer análise sobre o comportamento da natalidade durante estes anos<sup>85</sup>.

Os 7 anos posteriores (1861 a 1867) caracterizaram-se por fortes tendências positivas da natalidade, tendo-se registrado uma taxa média de 43,2 por mil<sup>86</sup>. Tal fato gerou indagações, uma vez que as taxas de natalidade permaneceram constantemente altas, numa época em que a mortalidade paralela era igualmente elevada. Um aprofundamento nos registros de nascimento mostrou estar se colhendo durante estes anos os frutos da grande natalidade ocorrida na década de 40<sup>87</sup>, cujos nascidos na época sobreviveram em grande número face à normal mortalidade registrada nos anos de 1843 a 1863<sup>88</sup>. Desta forma chegou à idade de casar e gerar filhos um bom número de jovens nascidos no decorrer dos anos de 1940 a 1945.

Levando-se em conta que entre esta população os casamentos ocorriam normalmente para as mulheres entre 19 e 22 anos para os homens de 22 a 25 anos<sup>89</sup>, associa-se a grande nupcialidade dos anos de 1861 a 1867<sup>90</sup>, com a forte natalidade dos anos de 40, dos quais se deduz que a grande nupcialidade e natalidade dos 7 anos em análise, foram fruto de um rejuvenecimento da população reprodutora. Constatou-se que nos anos em apreciação foram efetuados 115 casamentos contra 86 em igual período de anos imediatamente anterior<sup>91</sup>.

A importância deste fato foi sentido tanto através das altas taxas de natalidade para o período<sup>92</sup>, como do volume da população no ano de 1872<sup>93</sup>.

Para este período vintenal foram anos de baixa taxa de natalidade os de 1852 e 1856, com taxas respectivas de 15 e 24 por mil<sup>94</sup>. A baixa taxa de natalidade acusada pelo ano de 1852 atribuiu-se à ausência de registros de nascimentos para os quatro anos seguintes, pois as crianças eram frequentemente registradas no ano seguinte ao nascimento. Sendo assim, a ausência de registros para aqueles anos posteriores, influiu no reduzido número de nascimento no ano em questão.

Outro fator que pode ser apontado como gerador deste quadro de nascimento foi o reduzido número de casamentos efetuados no ano anterior, os quais implicavam quase sempre, no aumento do número de filhos gerados no ano posterior a sua realização. Uma vez, que a grande maioria dos casamentos eram realizados entre populações jovens, potencialmente férteis, que procuravam logo no primeiro ano de casado gerar filhos.

Quanto à taxa de natalidade de 24 por mil registrada no ano de 1856, possivelmente foi resultante da omissão de muitos registros de nascimentos ocorridos na paróquia, não registrados na mesma, ou se o foram, tal fato se deu mais tarde. Este fato atribuiu-se principalmente aos moradores da área do rio Cubatão, cujos habitantes, diante da criação da paróquia de Santo Amaro do Cubatão, mais próxima e de fácil acesso, procuraram a mesma para registrar seus filhos em vez de fazê-lo na Enseada de Brito, local de direito.

O número de nascimentos relativos a este ano é proveniente de documento oficial<sup>95</sup>, creditando-se ao mesmo veracidade quanto aos números apresentados, mas que, possivelmente não refletem o real volume de nascimentos ocorridos na paróquia, face ao já exposto.

Os anos de mais fortes taxas de natalidade foram os de 1862 e 1865, quando se registraram respectivamente as taxas de 46,1 e 46,3 por mil<sup>96</sup>.

Em relação a estes dois anos de elevadas taxas de natalidade consideram-se explicações dadas para ocorrência das fortes taxas de natalidades para os períodos de 1861 a 1867, adequadas e muito peculiares a estes dois anos.

No que se refere à evolução da natalidade por coortes decenais, constatou-se que a mesma apresentou para esta conjuntura histórica duas fases particulares. Uma envolvendo o decênio de 1848 a 1857, marcada por fraca taxa média de natalidade, e a outra

representada pelo decênio seguinte, de 1858 a 1867, em que a natalidade se comportou com uma taxa média superior a 40 por mil. Assim, tirando-se uma média entre estas duas tendências, obtem-se uma taxa de natalidade para o período de 36,5 por mil<sup>97</sup>.

A elevação da taxa média de natalidade para esta conjuntura histórica, está a refletir a lenta recuperação do potencial demográfico na faixa etária de gerar filhos, iniciada após a grande mortalidade do decênio de 1818 a 1827, que repercutiu de maneira favorável no crescimento vegetativo da população durante este período histórico, quando se registrou uma taxa bruta de crescimento populacional de 2,1 por cento<sup>98</sup>.

Quanto aos efeitos da mortalidade sobre o potencial demográfico da população, será focalizado por decênios, em face da grande divergência entre eles, tanto no volume dos eventos, como em sua caracterização por faixas etárias.

Constatou-se que no decênio de 1848 a 1857, a natalidade apresentou-se ligeiramente retraída em sua taxa média, que foi de 29,8 por mil<sup>99</sup>; portanto, muito inferior a registrada para o decênio anterior. Em face disto era esperado uma desaceleração na taxa de crescimento bruto. Esta só não ocorreu em face da mortalidade de reduzir seu impacto sobre a população; tendo-se registrado a reduzida taxa média de 8,0 por mil<sup>100</sup>. Accelerou-se, ao contrário do esperado, o crescimento vegetativo da população que apresentou características de "explosão demográfica", registrando uma taxa de crescimento bruto de 2,1 por cento<sup>101</sup>.

A presença de taxa de natalidade tão positiva, aliada a uma marcante desaceleração das altas taxas de mortalidade nas faixas de 0 a 50 anos<sup>102</sup>, caracterizou este decênio como de grande regularidade populacional. Em decorrência disto cresceram as possibilidades de sobrevivência da população em faixas etárias mais jovens, que possivelmente gerariam nos decênios seguintes grande

incremento à natalidade, quando se transformasse em força reprodutora.

A diminuição da mortalidade infantil, que caiu para 19,3 por mil nascimentos vivos<sup>103</sup>, e igualmente a diminuição da mortalidade na faixa etária de 0 a 20 anos, reduziu-se para 47,3 por cento óbitos ocorridos<sup>104</sup>, contribuíram de forma significativa na restauração do potencial de geração de filhos, aos níveis registrados antes da grande mortalidade do início do século (1818 a 1827).

O decênio seguinte, de 1858 a 1867, foi marcado por fortes taxas de natalidades que situou-se em 43,2 por mil<sup>105</sup>. Assim as expectativas com relação a este decênio foram muito boas; a mortalidade apresentou-se com uma taxa de 23,4 por mil<sup>106</sup>, superior a esperada em face da forte mortalidade registrada entre a população reprodutora, que constituiu os 23% dos óbitos registrados<sup>107</sup>. Sendo esperado que ocorresse uma diminuição no volume de nascimentos no decorrer destes anos, e não houve alteração. A presença de uma taxa de crescimento bruto de 1,9 por cento<sup>108</sup>, pode ser considerada muito boa, face às circunstâncias apresentadas. Desta forma se não ocorreu fluxo de imigração para a área ou outros fatores não calculados, que renovaram o potencial da população em idade de reprodução, seria normal a ocorrência de uma redução na taxa de natalidade, podendo inclusive gerar queda acentuada no crescimento da população, especialmente se a mortalidade se manteve com taxa média superior a 14 por mil.

#### IV.4.b. NATALIDADE POR SEXO

A evolução da natalidade por sexo, neste período histórico, comportou-se favoravelmente ao sexo masculino, com uma correspondência de masculinidade de 114 homens na razão de 100 mulheres nascidas<sup>109</sup>. Mesmo mantendo-se a taxa de mortalidade infantil e na

faixa etária de 0 a 20 anos, mais forte entre os nascidos do sexo masculino<sup>110</sup>, conclui-se que as mesmas não foram suficientes para reduzir o equilíbrio, a marcante maioria masculina entre os nascidos, quando esta população jovem atingiu a idade nupcial. Ao contrário contribuíram na redução da desproporção até então acusada em favor do sexo feminino conforme retratam dados estatísticos da população por sexo desta freguesia na época; que acusaram para o ano de 1840 entre a população livre 47,9% de homens, enquanto em 1855 esta proporção havia se elevado para 51,1% da população livre<sup>111</sup>.

Sugerem os dados acima que o sexo feminino estava caindo percentualmente em participação entre a população total livre (os escravos não podiam ser tomados como elementos de computação por serem muito flutuantes em número neste período, devido à importação e comercialização dos mesmos), no decorrer desta fase conjuntural. Constituindo esta maioria masculina em elemento de equilíbrio entre a população adulta por sexo, que até então havia se mantido permanente favorável numericamente ao sexo feminino.

O fato desta população nascida atingir a idade adulta em equilíbrio por sexo, provavelmente favoreceu no período, o processo de organização de novas famílias, que até então sofria a influência de contingentes imigratórios masculinos por falta de número suficiente de homens nascidos na comunidade.

Testemunhando o aumento da participação dos homens nascidos na própria comunidade, na organização de novas famílias no período, constatou-se que entre os nubentes do sexo masculino mais de 80% eram nascidos na própria comunidade; quando anteriormente, esta proporção era muito menor<sup>112</sup>. Possivelmente esta nova condição de equilíbrio entre a população por sexo, aliada a outras condições, desestimulou a imigração para a área de Enseada de Brito, exigindo da população masculina local, um desenvolvimento maior nas uniões matrimoniais e uma maior responsabilidade na geração dos filhos. Esta im



portância cresceu ainda mais nos anos seguintes face à desaceleração da imigração para a área.

A manutenção de altas taxas brutas de fertilidade da mulher<sup>113</sup>, evidencia que a comunidade procurou explorar o grande potencial de fertilidade de suas mulheres, favorecido pelo aumento do número de homens no total da população livre, e possivelmente pela presença de grande contingente de população adulta de média idade gerando filhos.

Os anos que se apresentaram com picos acentuados de nascimentos do sexo masculino entre as crianças nascidas, foram os de 1848 a 1850, que registraram correspondência de masculinidade respectivas de 160 e 145 homens na razão de 100 mulheres nascidas<sup>114</sup>.

A possibilidade de terem os nascidos do sexo masculino no chegado à idade adulta com ampla maioria numérica sobre o sexo feminino, concretizou-se uma vez que a mortalidade infantil nestes anos, e a mortalidade na faixa etária de 0 a 20 anos, nos anos seguintes foi muito mais intensa entre a população feminina<sup>115</sup>. Desta forma não houve redução da superioridade numérica dos homens, que haviam nascido nestes dois anos. Estes passaram a constituir o excedente masculino, elemento de pressão e desequilíbrio entre os sexos na idade nupcial, uma vez que um volume maior de homens se fez presente, levando a concorrência pelas mulheres em idade de contrair núpcias.

Para o sexo feminino registrou-se acentuada maioria entre os nascimentos ocorridos, no ano de 1854, quando a correspondência de masculinidade registrou 85 homens na razão de 100 mulheres nascidas<sup>116</sup>. Em decorrência da ausência de dados sobre a mortalidade infantil específica para o período, teve-se dificuldade de saber se esta população nascida, chegou à idade adulta mantendo a mesma proporção por sexo.

Fazendo-se algumas considerações sobre este mesmo assunto em coortes decenais, constatou-se que no decênio de 1848 a

1857 , ocorreu um predomínio de homens entre os nascimentos ocorridos, com a forte correspondência de masculinidade de 122 homens na razão de 100 mulheres nascidas<sup>117</sup>. Tal quadro de nascimentos por sexo, possivelmente resultou numa ampla maioria masculina quando estes nascidos atingiram a idade adulta. Pois, maioria tão acentuada dificilmente foi eliminada pela mortalidade, antes que estes atingissem a idade de 20 anos.

Constatou-se inclusive a partir da observação da mortalidade ocorrida paralelamente<sup>118</sup>, que a diferença percentual de homens entre os nascidos, manteve-se nos mesmos níveis até atingir a idade adulta. Gerando, conseqüentemente um melhor equilíbrio entre os sexos na idade adulta, que até então era favorável ao sexo feminino; minimizando em parte, durante a segunda metade do século XIX, pela imigração permanente de elementos adultos, do sexo masculino, que casavam na área.

Marcou este decênio o início de uma lenta, mas segura acentuação dos casamentos endógenos<sup>119</sup>, que transferiu a responsabilidade de manter o ritmo de crescimento da população, quase que na totalidade para a população local. Esta transferência tornou a população nos anos seguintes, mais vulnerável aos efeitos das fortes mortalidades, ao mesmo tempo que passou a depender menos da presença de elementos exógenos para a organização das famílias na comunidade.

A presença desta maioria significativa de homens entre os nascimentos ocorridos neste decênio e seguinte, teve maior importância em face da imigração estar se deslocando em novas direções, o que exigiu uma maior participação da população masculina local na manutenção do ritmo de crescimento da população local.

O decênio de 1858 a 1867 ainda que apresentando-se com uma correspondência de masculinidade menor que a registrada para o decênio anterior, mostrou-se favorável ao sexo masculino na razão

de 106 homens para 100 mulheres nascidas<sup>120</sup>. Possivelmente manteve-se entre estes nascidos quando atingiram adulta um desequilíbrio mais acentuado ainda entre os sexos; uma vez que a mortalidade tanto infantil quando na faixa etária de 0 a 20 anos atingiu com mais intensidade o sexo feminino<sup>121</sup>.

O domínio de nascimentos masculino durante dois decênios seguintes, com a manutenção destes em maioria até a idade adulta (nupcial), parece que consolidou em definitivo a estabilidade entre a população adulta livre, em sua distribuição por sexo, com repercussões positivas sobre a organização de novas famílias.

#### IV.4.c. MOVIMENTO SAZONAL DOS NASCIMENTOS

Com relação ao comportamento do movimento sazonal das concepções, ao longo desta fase conjuntural, constatou-se que no único coorte vintenal (1848 a 1867), ocorreram as mesmas tendências da distribuição das concepções ao longo dos meses do ano, acusadas para a fase conjuntural anterior<sup>122</sup>.

Com relação aos meses que se apresentaram com restrições ao volume das concepções, houve uma presença muito forte no de junho, quando se registrou 70 eventos no Universo de 1200. No pólo oposto, destacou-se como fato novo o mês de março, que se apresentou com forte presença de concepções, ao contrário do que vinha retratando normalmente nos outros coortes vintenais. Sugere-se que este fato foi determinado pela ocorrência da quaresma durante estes anos, no mês de abril.

Em síntese não ocorreu nesta fase conjuntural a presença de um quadro de concepções que demonstrasse alterações permanentes no comportamento da natalidade. Podendo-se destacar como elemento influenciador de mudança, no volume de concepções durante o mês

de março a quaresma, por ocorrer possivelmente mais tarde durante estes anos (mês de abril).

#### IV.5. CONJUNTURA HISTÓRICA DE 1868 a 1907

##### IV.5.1. EVOLUÇÃO QUANTITATIVA

A quarta conjuntura histórica caracterizou-se pela recomposição da população desta freguesia aos níveis anteriores aos desmembramentos territoriais desta.

Embora tenha algumas lacunas de registros, consta tou-se que a população cresceu regularmente, nos primeiros anos, passando posteriormente a apresentar ritmo bastante lento de crescimento resultante da grande mortalidade ocorrida paralelamente. Tal crescimento só foi possível graças ao rejuvenescimento da população reprodutiva nos primeiros anos desta conjuntura histórica, que mesmo sofrendo os efeitos de intensa mortalidade nos anos subsequentes, conseguiu manter a expansão positiva da população, com uma taxa de natalidade média de 31,5 por mil para o período<sup>123</sup>. Desta forma só não ocorreu uma explosão demográfica neste período, face à presença de elevada mortalidade<sup>124</sup>, denotando que ocorreu graves epidemias, as quais mantiveram o equilíbrio do crescimento da população, que em outras áreas começam a disparar por esta época.

A natalidade ao longo destes 40 anos em sua evolução anual, retratou, como nas Conjunturas Históricas anteriores, a influência de fatores tanto de ordem política como demográfica os quais determinaram a caracterização de quatro fases.

A primeira fase compreendeu os dois primeiros anos (1868/1869), que apresentaram fortes taxas de natalidade; numa

média de 45,9 por mil<sup>125</sup>. Tais cifras se identificam com as apresentadas pelos sete últimos anos da Conjuntura Histórica anterior. Desta forma teve-se nestes dois anos, o final de um ciclo de nove anos, de tendências altamente positivas da natalidade, que facilitaram o processo de recomposição das perdas populacionais sofridas com os desmembramentos. As explicações destas ocorrências já foram dadas quando se tratou da última fase do período conjuntural anterior.

A fase, que envolveu os anos de 1870 a 1884, é marcada por baixa taxa de natalidade, para os anos em que é possível calculá-las, pois na maior parte destes anos, se têm dados de nascimentos que inspiram confiança. Aponta-se como geradores desta defazagem nos registros de nascimentos, e conseqüentemente nas baixas taxas de natalidade, tanto fatores de ordem político-social como demográfico. Os primeiros representados pela instabilidade de vigários na paróquia, que gerava o aumento dos sub-registros de nascimentos, seja pela omissão dos pais ou por efetuá-los em outras paróquias próximas, melhores servidas de vigário. O segundo resulta da grande mortalidade ocorrida entre os anos de 1864 a 1869, que atingiu a população em idade reprodutora, cujos efeitos possivelmente foram sentidos nos anos seguintes sobre o volume de nascimentos ocorridos. Tendo-se registrado nestes anos, entre a população em idade de 21 a 50 anos, o dobro de mortes ocorridas em igual número de anos imediatamente anteriores<sup>126</sup>. Desta forma, mesmo tendo-se grandes taxas de natalidades paralelas<sup>127</sup>, o incremento populacional não atinge o esperado, principalmente nos anos posteriores; pois o número de casamentos efetuados entre indivíduos nesta faixa de idade<sup>128</sup>, quase se equilibra com o número de óbitos<sup>129</sup>, o que repercutiu certamente nos anos seguintes sobre o volume de filhos gerados.

Para os anos cujos dados de nascimentos são possíveis de investigação, registrou-se uma taxa média de natalidade de

23,6 por mil<sup>130</sup>, portanto abaixo da expectativa para esta população. Deduz-se estarem tais taxas a confirmarem as justificativas sobre esta fase,

Nos quatorze anos seguintes registrou-se a presença de um novo ciclo de revitalização da população, nos mesmos moldes do acontecimento nos anos de 1861 a 1869, pois ocorreram altas taxas de natalidades durante estes anos<sup>131</sup>, que só não geraram "explosão demográfica" face à alta mortalidade paralela<sup>132</sup>.

A presença de cifras tão altas de natalidade foram possivelmente consequência de tres fatores, um deles devido a presença de um vigário dinâmico o Padre Arcanjo Ganarini, que de 1883 a 1900 paroquiou na área e procurou integrar a população que morava nos lugarejos mais afastados ao seio da comunidade religiosa, que já a algum tempo centralizava-se quase que exclusivamente em torno dos moradores mais próximos do ARRAIAL SEDE. Tendo assim contribuído de maneira significativa a redução do número de sub-registros de nascimentos. O outro, a emancipação dos escravos, que livrou a partir de 1888, um bom número de homens e mulheres em idades férteis, que se encontravam em sua grande maioria sem gerarem filhos, face à estrutura escravocrata em vigor, na área<sup>133</sup>. Eles representaram a partir de então, um regular contingente populacional a gerar filhos. O terceiro fator, por coincidir nestes anos, a transformação em adultos reprodutores, os filhos gerados na grande fase de nascimentos de 1864 e 1869, os quais constituíram numerosas famílias através dos casamentos. Tal derivação se faz a partir do fato de que nestes anos o número de casamentos efetuados atingiu o triplo do número de casamentos efetuados em igual número nos anos anteriores<sup>134</sup>.

A conjugação destes três fatores expostos acima resultaram, em altas taxas de natalidades para estes anos e só não apresentaram uma média mais acentuada, face à presença da reduzida taxa de natalidade de 1886; ainda assim, a mesma sitiou-se em 40,7 por mil<sup>135</sup>.

Os últimos 8 anos (1900-1907), foram marcados por uma desaceleração das taxas de natalidade, que se reduziu bruscamente em relação aos 14 anos anteriores, passando de 40,7 para 20,2 por mil<sup>136</sup>. Atribui-se tal baixa à ocorrência de intensa mortalidade que gerou o envelhecimento da população, e provocou o desaparecimento de grande número de habitantes, em todas as faixas de idades, resultando num redu zido acrescimo populacional para o período, numa razão inversa do acontecido com os anos imediatamente anteriores. Houve a presença de vários fatores que contribuíram para a caracterização de quadro de natalidade tão adverso. Como fator de ordem político-so cial aponta-se a subordinação definitiva da Paróquia de Enseada de Brito a de Santo Amaro do Cubatão, cujos vigários não continuaram, por longo tempo, com o trabalho de base iniciado pelo vigário Arcanjo Ganarini<sup>137</sup>, que contribuiu para a diminuição dos sub-re gistros de nascimentos, que voltou a se agravar em decorrência da pouca assistência religiosa às áreas mais afastadas da paró quia.

No campo demográfico atribui-se ter influenciado de forma marcante no volume de nascimento, a alta mortalidade que se registra entre a população reprodutora<sup>138</sup>, a partir de 1888, o que influi na diminuição dos casais geradores de filhos. Também estava se verificando no período, os efeitos da reduzida natalidade, e con sequentemente pequena quantidade de jovens em idade de contrair ma trimônio, nascidos nas décadas de 70 e 80, do século passado, os quais não conseguiram manter os mesmos níveis elevados de nascimentos registra dos nos anos imediatamente anteriores<sup>139</sup>, por terem reduzido o número de indivíduos em condições de gerar filhos. Assim estes a nos foram marcados por uma forte mortalidade<sup>140</sup>, que aparou os al tos picos de natalidade verificados nos anos anteriores, equilibran do a população, e exigindo da mesma que nos anos posteriores reto masse as altas tendências da natalidade, gerando novos picos de cres

cimentos populacionais, que foram equilibrados posteriormente por um novo ciclo de intensa mortalidade, no decorrer dos anos de 1914 a 1918, resultante da epidemia denominada febre Espanhola.

Durante este período conjuntural, os anos que apresentaram menores taxas de natalidade foram os de 1882, 1886, 1903, 1904 e 1905, com as taxas respectivas de 15,1; 19,4; 18,7; 18,5; 15,7 por mil<sup>141</sup>.

O primeiro destes anos, o de 1882, refletiu os efeitos dos extravios de registros de nascimentos que marcaram a época; além da grande mortalidade entre os indivíduos em faixa de idade de gerarem filhos, entre os quais a mortalidade chegou a representar 30% de todos os óbitos ocorridos no período<sup>142</sup>, nos mesmos níveis dos casamentos<sup>143</sup>, gerando conseqüentemente uma parada no potencial reprodutivo das famílias.

Quanto ao ano de 1886, parece refletir uma redução na taxa de natalidade, em decorrência da forte mortalidade registrada no ano anterior e no próprio ano em análise, que inibiu a geração de filhos, em decorrência dos efeitos da epidemia que possivelmente grassou na época<sup>144</sup> e que em decorrência da mesma, registrou-se um aumento do número de sub-registros de nascimentos; face ao normal aumento da mortalidade entre as crianças nos anos de epidemias. Como indicador aponta-se os registros de óbitos, onde se encontrou mais de 30% dos mortos, tendo menos de 1 ano de vida<sup>145</sup>.

Para os anos de 1903, 1904 e 1905, registrou-se uma parada no crescimento da população. Parte da razão deste estacionamento da expansão da população, atribui-se a forte mortalidade registrada no decorrer destes anos<sup>146</sup>; uma vez que a natalidade paralela foi igualmente forte. O que seria esperado um aumento acelerado da população da frequência. Enquanto o potencial reprodutivo não foi atingido com tanta intensidade, pela mortalidade como o que o



correu nestes três anos em questão, a natalidade manteve-se teimosamente com altas taxas, vindo a cair nestes anos, em decorrência de redução enfraquecimento da população na faixa de idade de reprodução<sup>148</sup>. A presença de grande volume de casamentos entre viúvos, durante os anos de 1888 e 1897<sup>149</sup>, parece confirmar o impacto da mortalidade sobre a população adulta que gerava filhos. Representam estas uniões conjugais, especialmente entre viúvos e jovens solteiras, um esforço de recompor as famílias no seu tamanho ideal. Consequentemente a recaída de grande mortalidade nestes anos finais, forçou a queda do volume de nascimentos, face as possibilidades de recomposição da população em idade de reprodução, depender de uma renovação da própria população da freguesia; uma vez que havia exaurido a capacidade de resposta por parte da população adulta que sofreu fortes perdas populacionais<sup>150</sup>.

A lenta recomposição dos níveis de nascimentos, teve início a partir de 1906, prosseguindo crescendo regularmente em volume numérico pelos 8 anos seguintes<sup>151</sup>, demonstrando um rejuvenescimento da população. Esta foi novamente atingida nos anos de 1914 a 1918, com novo surto epidêmico, desta feita da febre Espanhola, de consequências nefastas para esta população<sup>152</sup>.

A presença dos sub-registros de nascimentos nestes anos, considera-se como fato normal, face tanto à mortalidade elevada de crianças nos primeiros meses de vida, (que não foram registradas seus nascimentos pelos pais), como por serem enterrados muitas pessoas no cemitério da Passagem do Massiambu, sem o devido acento do óbito, conforme queixa-se o vigário Arcanjo Ganarini em 1900<sup>153</sup>.

Os anos de maiores taxas de natalidade foram os de 1868, 1869, 1889, 1890; os quais apresentaram respectivamente as taxas de natalidades de 48.8; 45.1; 60.8 e 42.2 por mil habitantes<sup>154</sup>; acusando portanto características próprias a período de "explosão demográfica", no que tange a natalidade.

No que diz respeito aos anos de 1868 e 1869, as elevadas taxas de natalidades parece que foram resultantes do conjunto de fatores favoráveis, que marcaram os nove anos que se estenderam de 1861 a 1869, já devidamente explicadas, mas que gostaria de evidenciar-se como elemento fundamental a presença de grande número de jovens gerando filhos, (fruto natalidade dos anos 40). Ainda que estivessem a morrer em grande número<sup>155</sup>, estes reprodutores, durante estes dois anos, a repercussão deste fato só foi sentida nos anos seguintes.

Quanto aos anos de 1889 e 1890, refletiu o impacto causado pela libertação dos escravos sobre o volume de nascimentos, uma vez que as fortes taxas de natalidade durante estes anos, foram acompanhadas de fortes impactos de mortalidades, por si só capazes de gerar uma brusca queda do volume de natalidade. Só a presença de um fator estimulante poderia manter altas as taxas de natalidade em condição tão adversa; atribui-se a não desaceleração da taxa de natalidade a menos de 40 por mil<sup>156</sup> à libertação do grande potencial reprodutor que representaram os ex-cativos. Estes tão logo obtiveram sua libertação procuraram organizar-se em famílias, ainda que na maioria dos casos através de uniões conjugais espúrias, gerando em consequência disto um aumento acentuado do número de filhos naturais, nos anos posteriores à libertação dos escravos<sup>157</sup>. Desta forma eles compensaram parte da grande perda populacional sofrida pela população adulta livre nos anos de 1888, 1889 e 1890. Contribuiu também para que a queda da taxa de natalidade fosse menos sofrida do que normalmente o seria, pois registraram-se fortes mortalidades entre a população adulta de ambos os sexos<sup>158</sup>, no decorrer deste anos.

A natalidade vista por coortes decenais ao longo destes 40 anos retratou características peculiares ao período de instabilidades político-sociais e ocorrência de epidemias. Os quais

possivelmente afetaram o comportamento demográfico da população, pois que principiou uma lenta baixa nas taxas de natalidade e de crescimento bruto <sup>159</sup>.

Com relação às taxas decenais de natalidade estas se apresentaram com oscilações numéricas entre 25,5 e 39,6 por mil, o que resultou numa média para o período de 31,7 por mil <sup>160</sup>. A presença de taxas de natalidades tão oscilatórias, sugere a existência de condicionantes próprios a cada decênio, uma vez que o crescimento bruto paralelo nem sempre correspondeu a mesma tendência registrada pela natalidade <sup>161</sup>. Em decorrência deste fato precisam ser vistos individualmente os decênios, a fim de delinear-se os fatores básicos que afetaram no decorrer destes, o comportamento demográfico da população.

Para o decênio de 1868 a 1877, face existirem dados de nascimentos interpretáveis apenas para 5 dos 10 anos, houve restrições na interpretação do mesmo, especialmente na tentativa de caracterizar o coorte decenal como um todo. Mesmo assim, procurou-se, fazê-lo uma vez que os dados de natalidade existentes eram amostras de anos iniciais e finais, diminuindo desta forma possíveis distorções muito acentuadas. Constatou-se que ao longo destes 10 anos a taxa de natalidade mostrou-se reduzida, em razão do reduzido número de nascimentos registrados <sup>162</sup>.

Assim estes dados de nascimentos registrados possivelmente não retrataram a verdade pois, era esperado um aumento significativo no número de casamentos, face à maioria dos nascidos nos anos de 40 terem atingido a idade nupcial sem sofrer os efeitos de fortes mortalidades. Em decorrência deste fato, a população em idade de gerar filhos, especialmente as de faixas etárias mais jovens, cresceu significativamente no decorrer deste coorte decenal, demonstrado pelo grande número de casamentos realizados <sup>163</sup>. Estes devem ter repercutido favoravelmente no aumento da natalidade durante

estes anos.

Embora com limitação de dados sugere-se que demonstrou esta população a capacidade de revitalização necessária a sua própria sobrevivência; reagindo ainda que de forma lenta, aos efeitos das epidemias e outros contratemplos que impunham constantemente perigos à sobrevivência da população, tão reduzida e em tais condições de sobrevivência. Tal fato foi constatado neste próprio decênio, quando a natalidade voltou a refletir altas taxas<sup>164</sup>, semelhantes às registradas nos 30 anos que antecederam as fortes mortalidades da década de 1818 a 1827.

Esperava-se que ocorresse uma revitalização da população, afim de garantir a sobrevivência de grupo, em face de estar desaparecendo a população mais velha, (que havia garantido nos anos críticos de fortes mortalidades entre a população mais jovem), a permanente recomposição do potencial demográfico. A revitalização da população parece que ocorreu, uma vez ocorreu um crescimento vegetativo explosivo, acima de 2,0 por cento<sup>165</sup>. A concorrência de crescimento vegetativo tão forte não impediu que ocorressem fatos interessantes durante este decênio com relação ao comportamento demográfico da população, cujos efeitos estiveram ligados à natalidade. Nos anos seguintes pois, embora a natalidade registrasse altas taxas, manteve-se latente o perigo de reduções futuras nas taxas de natalidades, face à presença paralela de grande mortalidade infantil<sup>166</sup>. Assim, caracterizou-se este decênio como um período de transição entre uma fase de elevação progressivo da taxa de natalidade, que havia predominado durante os 40 anos anteriores, para uma em que se registrou uma queda cada vez mais acentuada das taxas de natalidade, que se prolongou pelos 40 anos seguintes<sup>167</sup>. Em síntese, foi este o decênio intermediário entre duas fases distintas em relação ao comportamento da natalidade, cada qual envolvendo fases históricas de 40 anos.

O decênio seguinte, de 1878 a 1887 parece que manteve

a continuação da desaceleração tanto das taxas de crescimento bruto, quanto da natalidade, iniciada na fase decenal anterior, que passaram a refletir as taxas médias de 1,3 por cento e 27,6 por mil<sup>168</sup>.

Pelos dados de nascimentos e óbitos registrados<sup>169</sup>, confirmou-se o esperado para este decênio; ou seja que as taxas tanto de natalidade, quanto o crescimento bruto poderiam cair a níveis mais baixos que as do coorte decenal anterior, se não ocorresse um fluxo de imigração para a área; que compensasse as perdas sofridas entre a população de faixa etária mais jovem. Haja visto, que, nos dois decênios anteriores, esta população foi fortemente atingida pela mortalidade, com amplas possibilidades de refletir-se no potencial gerador de filhos, no decorrer deste decênio.

As previsões confirmaram-se, sugerindo que a ausência de registros de nascimentos para alguns anos, pouco alteraria este quadro; uma vez que as taxas de mortalidades existentes para anos em que não se tinha séries completas de eventos de nascimentos, refletiam os mesmos padrões dos demais anos. Sendo provável que a natalidade tenha-se comportado da mesma forma ao longo deste decênio.

As correntes imigratórias tomaram novas direções, abrindo inclusive possibilidades e atrativos à população mais jovem da paróquia, que passou a deslocar-se para fora do espaço territorial da mesma. Onde buscaram construir sua indepêndência econômica, especialmente na direção do Planalto Catarinense.

Admite-se que iniciou-se, nesta década, a decadência populacional da freguesia, face não só ao desaparecimento das correntes imigratórias para a área, como pelo próprio êxodo da população mais jovem da freguesia para novas áreas territoriais fora da jurisdição da mesma. Em consequência disto, o ritmo de expansão da população tornou-se mais vulnerável, surgindo a possibilidade de sofrer com

grande intensidade, os efeitos das fortes mortalidades, para a qual a recuperação seria extremamente lenta. Tais suposições parece foram em parte confirmados, pois constatou-se, a debilidade reprodutora desta população, no início do século XX, quando ocorreu a aceleração da mortalidade<sup>170</sup>, em relação ao que vinha se apresentando. Alterou-se perigosamente o crescimento bruto da população, após esta fase de forte mortalidade devido não ter ocorrido resposta da natalidade, nos níveis esperados; cujo motivo supõe-se ter sido, a redução do número de famílias em condições de gerar filhos. Este quadro sensível, deduz-se ser consequência tanto da grande mortalidade infantil registrada nos 3 decênios imediatamente anteriores<sup>171</sup>, como pela saída da comunidade de parte do contingente da população.

O decênio de 1888 a 1897 foi marcado por um conjunto de fatores favoráveis que possibilitaram a ocorrência de uma forte reação entre a população reprodutora, que possibilitou a elevação das taxas de natalidades; que só não foi mais expressiva, face à mortalidade paralela que continuava a dizimar ainda que em menor frequência, a população na idade de zero a cinquenta anos<sup>172</sup>. Mesmo assim, a taxa de natalidade acusou para o decênio a elevada taxa de 39,6 por mil<sup>173</sup>.

Um dos fatores que atribui maior peso nesta expansão da natalidade foi a libertação dos escravos, que liberou um potencial reprodutor considerável, que até então só mantido parcialmente ativo. Seus reflexos na natalidade foi sentido através do aumento do número de nascimentos entre os filhos naturais de cor preta e parda, a partir da libertação em 1888<sup>174</sup>.

Outro fator que muito somou na elevação desta taxa de natalidade foi a ação do vigário Arcanjo Ganarini(1883 a 1900), que procurou através de um trabalho de base, conscientizar seus paroquianos para a necessidade de efetuarem com regularidade o registro

de seus filhos nascidos; contribuindo, desta forma, na redução dos sub-registros de nascimentos. Somou-se a estes fatores expostos a passagem à idade de reprodução de grande número de nascidos nos fins da década de 60, do mesmo século, constatado pelo aumento no número de casamento<sup>175</sup>. Entre os nubentes predominavam pessoas nascidas na própria comunidade, com idade média de 20 a 26 anos<sup>176</sup>; portanto resultantes dos nascimentos ocorridos nos anos 60.

Não se esperava ocorrência neste decênio de aumento tão significativo na taxa de natalidade, uma vez que a mortalidade, nos anos intermediários entre as décadas de 60-70; e esta, havia atingido fortemente a população de 0 a 50 anos, em particular a mortalidade infantil, os quais deveriam responder pela geração dos filhos no decorrer deste decênio<sup>177</sup>. Em decorrência disto, admite-se que nos anos caracterizados como de instabilidade religiosa na paróquia, ocorreram muitos nascimentos que, ou foram registrados em outras paróquias, ou se estraviaram seus registros na mesma; tendo possivelmente estes indivíduos não registrados contribuído para a elevação do potencial reprodutivo da população neste decênio.

Conclui-se que a inversão da tendência decrescente da taxa de natalidade neste decênio, fugindo ao que se esperava, foi fruto de fatores imprevistos e desconhecidos nos dois decênios anteriores, sobre os quais não se poderia conjunturar. Ainda mais que a ocorrência destes representaram um grande acréscimo ao rejuvenescimento, ainda que parcial, de uma população cansada por fortes mortalidades nas faixas etárias mais jovens.

Por outro lado, constatou-se que a forte taxa de natalidade do decênio, não proporcionou o crescimento vegetativo espe

rado, em decorrência da forte mortalidade paralela que registrou para o período uma taxa de 25,4 por mil<sup>178</sup>. A qual reduziu os efeitos dos altos picos de natalidade sobre o crescimento bruto da população a 1,4 por cento<sup>179</sup>; quando o normal seria uma taxa superior a 2 por cento.

Com relação à caracterização de mortalidade, neste período decenal, registrou-se a manutenção das altas taxas de mortalidade infantil dos últimos 30 anos, situando-se a mesma em 243,8 por mil<sup>180</sup>; somando os mortos na faixa etária de 0 a 1 ano, 30,3% dos óbitos ocorridos<sup>181</sup>. Quanto à mortalidade nas faixas etárias de 1 a 20 anos, constatou-se uma redução, caindo para 10,9% dos óbitos ocorridos, quando anteriormente situava-se em torno de 20% dos mesmos<sup>182</sup>. Assim, é possível que a forte mortalidade infantil dos últimos 30 anos e neste próprio decênio reduziu a proporção de indivíduos, nesta faixa etária, diminuindo conseqüentemente as possibilidades destes, serem atingidos em grandes proporções, face outras faixas etárias serem mais numerosas e igualmente atingidas; daí caberem a esta o maior peso na proporção dos óbitos ocorridos. Por outro lado é possível que, no decorrer deste decênio, estivesse ocorrendo a formação de mecanismo de defesas contra estas doenças epidêmicas, contribuindo de forma marcante na desaceleração da mortalidade provocada por doenças epidêmicas, que grassavam regularmente na área. Para as quais, a população em faixa etária mais jovem, havia adquirido resistência orgânica, através possivelmente da vacinação.

A distribuição da mortalidade por faixas etárias sugere que ocorreu a elevação da idade média de vida da população no decorrer deste decênio, uma vez que os mortos com mais de 50 anos de idade representaram 37,7% de todos os óbitos ocorridos<sup>183</sup>. Expressão numérica tão acentuada, inclusive superior à da mortalidade infantil paralela, constitui-se em importante indicador de que algo novo estava acontecendo no padrão demográfico da população des



ta comunidade. Parece, que estava ocorrendo um envelhecimento da população, que nem mesmo a forte natalidade conseguiu rejuvenescer. A possibilidade maior de sobrevivência do próprio grupo, estava condicionada à redução da taxa de mortalidade afim de adequá-la à de saceleração paralela da taxa de natalidade, a níveis menores; uma vez que a mortalidade infantil continuava a limitar de forma drásti ca o número de crianças que atingiam a idade adulta.

O decênio de 1898 a 1907, refletiu uma taxa de nata lidade de 25,5 por mil<sup>184</sup>; que se considera muito fraca para uma po pulação sujeita a fortes mortalidades, e que normalmente se apresen tava com elevadas taxas de natalidades. O fato já era esperado uma vez que a forte mortalidade entre as faixas etárias mais jo vens, especialmente a infantil, aliada a emigração de parte da popu lação mais jovem, em idade de vir a reproduzir, nos dois decênios anteriores delineava sérias dificuldades para os contingentes popula cionais em idade de reprodução nos dois últimos decênios do século XIX. Tal fato só não ocorreria, se novos elementos estimuladores surgissem, capazes de modificar tal quadro tendencioso.

Parece que o impulso do decênio anterior, gerou res posta imediata no próprio decênio; não conseguindo seus reflêxos im pulsionar uma nova alta nas taxas de natalidade no decênio seguin te. Supõe-se ter sido substituída a população em faixa etária mais velha que havia gerado os filhos nos últimos 30 anos, por um contingente populacional mais jovem.

Em decorrência disto, apresen tou-se este decênio com um potencial reprodutivo limitado, que so freu ainda paralelamente a ação de epidemias, que estava atingindo a população da área, particularmente a infantil<sup>185</sup>. A capacidade de reprodução mostrava-se tão reduzida, que, nem mesmo a forte mortali dade entre a população infantil, por 4 anos seguidos (1901 a 1904), com taxa média de 352,3 por mil<sup>186</sup>, conseguira estimular uma rea

ção nas taxas de natalidades, como seria o esperado; haja visto que a tentativa de recompor a família a seu tamanho ideal era fator essencial para esta sociedade agrícola. Constatou-se sua prática ao longo dos 130 anos enfocados, nos anos imediatamente posteriores, deu-se a ocorrência de fortes mortalidades entre a população jovem.

Em decorrência desta incapacidade de esboçar uma reação às fortes mortalidades entre as crianças de menos de um ano de vida, sem que se tenha registrado fortes mortalidades entre a população em faixa etária de reprodução, sugere que o envelhecimento da população se estava delineando. Estando este a ocorrer possivelmente em face da limitação das áreas agrícolas a serem ocupadas, e do próprio enfraquecimento do solo, pela prática secular de técnicas rudimentares de cultivo, que não ofereciam possibilidades de atrair novas levas de imigrantes, nem segurar grande parte de sua própria população jovem, que fluía para fora da área da freguesia.

O delineamento de um declínio econômico, (ainda que com características de subsistência atendia às necessidades de sua população, como alguns excedentes comerciáveis), aliado a um igual declínio político, surge Palhoça como Município, refletiu-se sobre o comportamento demográfico da população; que perdeu grande parte de seu potencial populacional jovem. Iniciando-se assim, neste decênio, uma decadência no ritmo de expansão da população, que ficou reduzida em sua capacidade reprodutora, possivelmente em decorrência do envelhecimento da população como um todo. Tal tendência não sofreu alterações substanciais nos decênios seguintes, face ter sido a área atingida pela "gripe espanhola" nos anos de 1914 a 1918, que gerou possivelmente o agravamento desta situação<sup>187</sup>.

O que estava ocorrendo no decênio era a culminância de uma desaceleração tanto na natalidade, quanto do crescimento vegetativo, iniciada nos fins da década de 60 do Século XIX; que apre

sentou-se com baixas cada vez mais acentuadas, tanto na taxa de natalidade, quanto de crescimento bruto<sup>187</sup>. Atribuindo-se esta fraca taxa de crescimento populacional de 0,7 por cento, a incapacidade de resposta da população ao aumento da mortalidade<sup>188</sup>; por ter ocorrido uma redução muito grande da população em idade reproduzir, e não resultante de um controle intencional da natalidade.

#### IV.5.b. NATALIDADE POR SEXO

Para este período histórico, a evolução da natalidade por sexo mostrou-se caracterizada por maioria de nascimentos do sexo masculino, com uma correspondência de masculinidade de 105 homens na razão de 100 mulheres nascidas<sup>189</sup>. Mantendo-se consequentemente as tendências a este sexo registrado no período histórico imediatamente anterior.

O sexo masculino manteve-se majoritário quando estes nascidos atingiram a idade adulta, pois a mortalidade registrada paralelamente, especialmente a infantil, atingiram com maior intensidade a população feminina, que registrou uma taxa de mortalidade infantil específica de 223 por mil, enquanto para o sexo masculino a mesma situou-se em 215 por mil<sup>190</sup>.

A sobrevivência de maior contingente de homens que de mulheres entre estes nascidos quando atingiram a idade adulta, indica o delineamento de um quadro desfavorável ao equilíbrio por sexo entre a população em idade nupcial; uma vez que os homens mantiveram-se numericamente superiores. Caracterizando a inversão da tendência de flutuação na idade nupcial entre os sexos, que até meados do século XIX havia se mantido favorável ao sexo feminino.

Esta inversão maioritária entre a população em idade de casar, do feminino para o masculino, sugere a possibilidade

de ter ocorrido emigração de parte da população masculina jovem para fora da área paroquial; para que se mantivesse o equilíbrio entre os sexos.

Quanto aos anos que neste período histórico acusaram maiores picos de nascimentos do sexo masculino foram os de 1903 e 1904, quando a correspondência de masculinidade foi de 177 e 148 homens na razão de 100 mulheres nascidas, respectivamente<sup>191</sup>. Esta grande homogenia masculina nos nascimentos reduziu-se significativamente nos anos seguintes, devido o maior volume de mortalidade entre os homens; diminuindo conseqüentemente o desenquilíbrio entre estes nascidos quando atingiram a idade nupcial.

Os anos que o sexo feminino mostrou-se com grande maioria numérica sobre o masculino, foi nos anos de 1869 e 1902, quando se registraram respectivamente as correspondências de masculinidade de 76 e 77 homens na razão de 100 mulheres nascidas<sup>192</sup>. Esta maioria feminina atingiu a idade adulta, mantendo-se numericamente superior ao sexo masculino, devido à maior mortalidade infantil nos ditos anos; e a mortalidade na faixa etária de 0 a 20 anos, nos anos seguintes, com maior intensidade entre os nascidos do sexo masculino<sup>193</sup>. Representou esta homogenia feminina na idade adulta, importante contribuição ao equilíbrio por sexo, uma vez que para o conjunto dos anos mantinha-se largamente favorável ao sexo masculino; cujo desequilíbrio numérico gerava possivelmente competição na idade nupcial entre os homens, no intuito de organizar sua família, numa sociedade em que se delineavam sérias probabilidades de ficar solteiro.

Por coortes decenais a evolução da natalidade por sexo apresentou-se favorável para o sexo masculino em três dos quatro decênios envolvidos por este período conjuntural.

O decênio de 1868 a 1877, apresentou entre os nascimentos predomínio do sexo feminino, registrando uma correspondência

de masculinidade de 90 homens na razão de 100 mulheres nascidas<sup>194</sup>. A manutenção desta hegemonia do sexo feminino entre os nascidos parece que se manteve, mesmo quando estes atingiram a idade adulta; haja visto que a mortalidade infantil para este decênio foi mais forte entre os do sexo masculino, repetindo-se este quadro na mortalidade em faixa etária de 0 a 20 anos, neste e no decênio seguinte<sup>195</sup>. Quando indica que ocorreu desequilíbrio entre os nascidos quando atingiram a idade nupcial, face à presença de um maior número de mulheres que de homens; o qual foi benéfico para o equilíbrio entre os sexos na faixa etária de população adulta, uma vez que contrabalançou a hegemonia masculina registrada nos decênios imediatamente anteriores. Assim, esta maioria feminina veio equilibrar a distribuição da população adulta em faixas etárias mais jovens, favorecendo as uniões nupciais entre estes.

O decênio de 1878 a 1887, foi marcado por uma predominância de homens entre os nascimentos ocorridos; registrando-se uma correspondência de masculinidade de 106 homens na razão de 100 mulheres nascidas<sup>196</sup>. Esta maioria tendeu a torna-se mais ampla quando estes atingiram a idade adulta, uma vez que a mortalidade infantil e em faixa etária de 0 a 20 anos atingiu com mais intensidade a população feminina<sup>197</sup>. Em consequência disto ocorreu um desequilíbrio muito mais acentuado que o esperado, entre os sexos, quando estes nascidos atingiram a idade de nupcialidade. Acredita-se que este excesso de homens tenha sido reduzido pela emigrante de parte da população masculina jovem, para as áreas próximas; diminuindo as possibilidades de parte da população masculina em idade nupcial ficar sem constituir família por deficiência de mulheres na comunidade.

O coorte decenal de 1888 a 1897 marcado por uma maioria de nascimentos do sexo masculino, acusou uma correspondência de masculinidade de 116 homens na razão de 100 mulheres nascidas<sup>198</sup>.

Constatou-se que esta maioria masculina ampliou-se nos anos seguintes, favorecido pela maior intensidade da mortalidade entre a população do sexo feminino, seja infantil ou em faixa etária de 0 a 20 anos<sup>199</sup>. Assim quando estes atingiram a idade nupcial ocorreu uma flutuação entre os sexos, que dificultou a constituição de famílias para muitos jovens do sexo masculino, face serem estes em maior número. Manteve-se a idéia de que ocorreu possivelmente a emigração de parte destes jovens homens como solução ao desequilíbrio entre os sexos na idade nupcial.

No coorte decenal de 1898 a 1907, os homes continuaram a constituir maioria entre os nascidos, refletindo uma tendência favorável de 30 anos. A correspondência de masculinidade para este decênio, foi de 107 homens na razão de 100 mulheres nascidas<sup>200</sup>. As taxas registradas entre a mortalidade infantil no decorrer deste decênio, que foi de 254,1 por mil para o sexo masculino, e 199,9 por mil para o sexo feminino<sup>201</sup>; e da mortalidade em faixa etária de 0 a 20 anos, que mostrou-se mais forte para o sexo masculino<sup>202</sup>; fizeram com que esta maioria masculina chegasse à idade adulta (nupcial) equilibrada com a população feminina, que melhor sobreviveu no intervalo de anos que se estendeu do nascimento a idade de 20 anos. Ocorrendo conseqüentemente um equilíbrio por sexo na idade nupcial, que facilitou a organização das famílias, a até possivelmente a presença de um excedente feminino, pois que a emigração continuou a manter-se possivelmente com mais intensidade na entrada do século XX.

#### IV.5.c. MOVIMENTO SAZONAL DA NATALIDADE:

No decorrer desta quarta fase conjuntural voltou-se a registrar a presença de dois coortes vintenais, cujas caracterís

ticas da sazonalidade das concepções manteve-se com as mesmas ten dências registradas para as fases conjunturais anteriores; sendo pois compatíveis para estes vintênios em linhas gerais as mesmas explicações apresentadas os coortes vintenais anteriores; notada mente em relação ao primeiro vintênio.

Para o coorte vintenal de 1868 a 1887, registraram-se tendências compatíveis com o vintênio anterior<sup>203</sup>, cabendo as ex plicações já apresentadas para o mesmo e para os anteriores em sua maior extensão; apenas registraram-se oscilações um pouco mais acen tuadas nos picos de concepções por meses, sem no entanto fugirem da tradicional distribuição acusada nos dois vintênios anteriores.

Quanto ao coorte vintenal de 1888 a 1907, houve maior semelhança em seus dados, com os apresentados pelos dos coortes vintenais anteriores a 1847, que os posteriores a esta data<sup>204</sup>; ou seja caracterizando-se por meses de fortes concepções intercalados de alguns de fraco volume de concepções.

Diante desta situação levanta-se uma questão: que fatores teriam gerado no final do século XIX, características sazo nais das concepções semelhantes as que haviam desaparecido por mea dos do século XIX.

Investigando os dados estatísticos que se extende ram de 1851 a 1883, constatou-se a possibilidade de terem gerados estes, algumas alterações na caracterização dos picos ao longo dos meses, que embora tivessem se mantido constante (meses de menores e maiores volumes de concepções), reduziram-se estas em variações quantitativas, por apresentarem estas faltas estatísticas. Em de corrência do exposto sugere-se representarem estes coortes vinte nais, em que tendências de picos acentuados de concepções para os meses, caracterizarem mais de perto as tendências da sazonalidade das concepções, e conseqüentemente da natalidade, desta povoação. Onde a igreja e as atividades sazonais, marcaram com intensida

de o nível das concepções; evidenciando a presença de fatores que pressionavam o nível das concepções ao longo dos meses do ano. As justificativas apresentadas para explicar as tendências registradas nos outros coortes vintenais aplicam-se com toda ênfase a este coorte vintenal.

Em síntese as variações de intensidades registradas nos coortes vintenais desta fase histórica, tiveram que ser consideradas no que representavam estatisticamente, muito embora se acredite que, no período como todo, as flutuações mensais do movimento das concepções foram igualmente fortes para os dois decênios do período.



## Q U A D R O IV.1

EVENTOS VITAIS GLOBAIS DE ENSEADA DE BRITO POR FASES CONJUNTURAIS

FASES CONJUNT.	NASCIM.	ÓBITOS	CASAM.
1. <sup>a</sup> Fase	1298	517	229
2. <sup>a</sup> Fase	1736	1621	376
3. <sup>a</sup> Fase	1075	1139	258
4. <sup>a</sup> Fase	4100	1376	706
T O T A L	8209	4653	1569

FONTE: E. Brito, Batizados, Óbitos e Casamen-  
tos, 1778 - 1907, AHECMF.



Q U A D R O    I V . 3

MORTALIDADE PERCENTUAL POR SEXO ENTRE OS MORTOS DE MENOS  
DE 20 ANOS, DA POPULAÇÃO GLOBAL DE E. BRITO DE 1778-1907

DECÊNIO	MORTAL. DE 0 A 20 ANOS	MORTAL. MASCULINA	%	MORTAL. FEMININA	%
1778- 87	58	31	53,4	27	46,6
1788- 97	58	40	68,9	18	31,1
1798-1807	195	111	56,9	84	43,1
1808- 17	218	132	60,5	86	39,5
1818- 27	293	153	52,2	140	47,8
1828- 37	210	122	58	88	42
1838- 47	252	133	52,7	119	47,3
1848- 57	152	87	57,2	65	42,8
1858- 67	266	142	53,3	124	46,7
1868- 77	210	108	51,4	102	48,6
1878- 87	208	105	50,4	103	49,6
1888- 97	387	196	50,6	191	49,4
1898-1907	320	194	51,4	126	48,6
MÉDIA	2675	1554	58,0	1121	42,0

FONTE: E. Brito. Óbitos, 1778 - 1907, AHECMF.

## QUADRO IV.4

## MORTALIDADE POR SEXO NA FAIXA ETÁRIA

DE 0 A 20 ANOS, DA POPULAÇÃO GLOBAL DE E. BRITO DE 1778-1907

ANO	MORTOS MASC.	%	MORTOS FEM.	%	ANO	MORTOS MASC.	%	MORTOS FEM.	%
1778	-	-	-	-	1811	13	61,9	8	38,1
1779	2	50,0	2	50,0	1812	11	35,4	20	64,6
1780	5	71,4	2	28,6	1813	22	55,0	18	45,0
1781	2	50,0	2	50,0	1814	11	78,5	3	21,5
1782	6	66,6	3	33,4	1815	14	77,7	4	22,3
1783	2	33,3	4	66,7	1816	12	75,0	4	25,0
1784	10	50,0	10	50,0	1817	21	84,0	4	16,0
1785	-	-	-	-	1818	17	42,5	23	57,5
1786	-	-	-	-	1819	22	59,4	17	40,6
1787	4	50,0	4	50,0	1820	15	48,3	16	51,7
1788	-	-	-	-	1821	8	66,6	4	33,6
1789	-	-	-	-	1822	6	50,0	6	50,0
1790	-	-	2	100,0	1823	16	64,0	9	36,0
1791	1	50,0	1	50,0	1824	1	25,0	3	75,0
1792	2	100,0	-	-	1825	6	46,1	7	57,9
1793	2	66,6	1	33,4	1826	44	53,0	39	47,0
1794	6	85,7	1	14,3	1827	18	60,0	12	40,0
1795	11	73,3	4	26,7	1828	14	51,8	13	48,2
1796	5	83,3	1	16,7	1829	16	57,6	10	32,4
1797	13	61,9	8	38,1	1850	15	62,5	9	33,5
1798	14	66,6	7	33,4	1831	1	61,1	7	38,9
1799	6	85,7	1	14,3	1852	10	58,8	7	41,2
1800	8	80,0	2	20,0	1853	6	42,8	8	57,2
1801	-	-	-	-	1854	17	73,9	6	26,1
1802	26	61,9	16	38,1	1855	15	51,7	14	48,3
1803	18	66,6	9	33,4	1836	13	61,9	8	38,1
1804	5	35,7	9	64,3	1837	6	50,0	6	50,0
1805	16	44,4	20	55,6	1838	9	50,0	9	50,0
1806	21	51,2	20	48,8	1839	12	46,1	14	53,9
1807	4	57,1	3	42,9	1840	24	45,2	29	54,8
1808	4	57,1	3	42,9	1841	9	47,3	10	32,7
1809	12	70,5	5	29,5	1842	23	53,4	20	46,6
1810	12	41,3	17	58,7	1843	15	60,0	10	40,0

ANO	MORTOS		MORTOS	
	MASC.	%	FEM.	%
1844	15	55,5	12	44,5
1845	4	36,3	7	43,7
1846	12	80,0	3	20,0
1847	10	66,6	5	43,4
1848	7	41,1	10	58,9
1849	9	69,2	4	30,8
1850	12	48,0	13	52,0
1851	3	60,0	2	40,0
1852	17	62,9	10	37,1
1853	-	-	-	-
1854	6	66,6	3	33,4
1855	5	45,4	6	54,6
1856	10	62,5	6	37,5
1857	18	62,0	11	38,0
1858	12	44,4	17	55,6
1859	3	50,0	3	50,0
1860	-	-	-	-
1861	6	75,0	2	25,0
1862	14	46,6	16	53,4
1863	12	46,1	14	53,9
1864	22	50,0	22	50,0
1865	26	53,0	23	47,0
1866	25	52,0	23	48,0
1867	22	61,1	14	38,9
1868	23	56,0	18	44,0
1869	25	49,0	26	51,0
1870	9	33,3	18	64,7
1871	12	60,0	8	40,0
1872	14	60,8	9	39,2
1873	10	55,5	8	44,5
1874	4	33,3	8	64,7
1875	7	77,7	2	22,3
1876	4	80,0	1	20,0
1877	-	-	4	100,0
1878	1	50,0	1	50,0
1879	13	50,0		50,0
1880	7	35,0		65,0
1881	5	35,7		64,3

ANO	MORTOS		MORTOS	
	MASC.	%	FEM.	%
1882	10	50,0		50,0
1883	12	52,1		47,9
1884	10	71,4		28,6
1885	25	67,5		32,5
1886	12	44,4		55,6
1887	11	40,7		59,3
1888	37	53,6		46,4
1889	22	53,6		46,4
1890	21	58,3		41,7
1891	14	38,8		61,2
1892	32	50,7		49,3
1893	25	59,5		49,5
1894	17	47,2		52,8
1895	22	56,4		43,6
1896	14	46,6		53,4
1897	17	45,9		54,1
1898	12	44,4		55,6
1899	11	42,3		57,7
1900	12	50,0		50,0
1901	25	62,5		37,5
1902	28	65,1		34,9
1903	31	63,2		36,8
1904	37	72,5		27,5
1905	18	78,2		21,8
1906	13	50,0		50,0
1907	7	63,6		36,4

FONTE: E. Brito, Batizados, 1778 -  
1907, AHECMF.

## Q U A D R O IV.5

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL POR SEXO, DA  
POPULAÇÃO GLOBAL DE E. BRITO DE 1778 - 1907

COORTE	MASCULINO T.‰	FEMININO T.‰
1788- 87	78,0	97,0
1788- 97	122,1	113,4
1798- 807	170,1	95,8
1808- 17	210,3	129,7
1818- 27	323,6	273,8
1828- 37	219,2	140,8
1838- 47	159,9	109,0
1848- 57	90,9	89,5
1858- 67	197,3	229,7
1868- 77	230,4	175,0
1878- 87	191,2	217,5
1788- 97	184,6	204,0
1898-1907	254,1	199,9

FONTE: E. Brito, Óbitos, 1778 - 1907, AHECMF.

Q U A D R O    I V . 6

POPULAÇÃO LIVRE, POR SEXO DE ENSEADA DE BRITO  
PARA OS ANOS DE 1803, 1810, 1840, 1855.

ANO	TOTAL	HOMEM	%	MULHER	%
1803	990	471	47,5	519	52,5
1810	1124	555	49,3	569	50,7
1840	2141	1027	48,0	1114	52,0
1855	2277	1163	51,1	1114	48,9

FONTE:

1) CURADO, Joaquim Xavier. Ofício 20 de abril de 1804. Santa Catarina, caixa 7, documento 46, Arquivo Histórico Metropolitano.

2) BRITO, Paulo José Miguel de. Memória Política da Capitania de Santa Catarina. Lisboa, Typ. da mesma academia, 1929, reimpresso pela Sociedade Literaria Biblioteca Catarinense, Liv. Central, Florianópolis, 1932.

3) SANTA CATARINA. Presidente da Província, 1840-1848 (Ferreira de Brito). Falla que o Presidente da Província de Santa Catarina, o Brigadeiro Antero José Ferreira de Brito dirigiu à Assembléia Legislativa da mesma Província na Abertura de sua Sessão Ordinária em 1º de março de 1841. Desterro Typ. Provincial, 1841.

4) SANTA CATARINA. Presidente da Província, 1850 - 1859 (Coutinho). Falla que o Presidente da Província de Santa Catarina Dr. João José Coutinho dirigiu a Assembléia Legislativa Provincial, no acto de sua sessão ordinária, em 1º de março de 1856. Desterro, Typ. Catharinense, 1862.

**Q U A D R O    I V . 7**

MOVIMENTO SAZONAL DOS NASCIMENTOS DE ENSEADA DE BRITO DE 1778 - 1907 (UNIVERSO PADRÃO DE 1200)

ANOS	M O V I M E N T O												TOTAL
	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	
1788-1807	72	71	85	81	93	74	91	91	71	79	85	68	961
	89,9	88,7	106,0	101,1	116,1	92,4	113,6	113,6	88,6	98,7	106,1	84,9	1200
1808-1827	114	89	94	93	91	84	76	84	94	113	88	88	1108
	123,5	96,4	101,8	100,7	98,6	91,0	82,3	91,0	101,8	122,4	95,3	95,3	1200
1828-1847	157	129	131	130	122	135	122	147	152	162	132	132	1651
	114,0	93,6	94,8	94,4	88,7	98,2	88,7	106,8	110,5	117,7	95,9	95,9	1200
1848-1867	103	64	94	75	90	79	97	103	94	96	97	82	1074
	115,1	71,5	105,0	83,8	100,6	88,3	108,4	115,1	105,0	107,3	108,4	91,6	1200
1868-1887	81	67	89	79	90	88	70	100	97	92	94	80	1027
	94,6	78,3	104,0	92,3	105,2	102,8	81,8	116,8	115,3	107,5	109,8	93,5	1200
1888-1907	198	165	195	169	166	171	164	205	182	183	139	151	2088
	113,8	94,8	112,1	97,1	95,4	98,3	94,2	117,8	104,6	105,2	79,9	86,8	1200

FONTE: E. Brito, Batizados, 1778 - 1907, AHECMF.



## QUADRO IV.8

TAXAS DE FERTILIDADE FEMININA DA POPULAÇÃO GLOBAL DE E. BRITO DE 1803-1866

ANO	POP. FEM.	NASC.	TAXA FERT.‰
1803	580	44	75,9
1804	593	70	118,0
1805	606	52	85,8
1806	620	65	104,8
1807	634	79	124,6
1808	649	50	77,0
1809	667	73	109,4
1810	682	66	96,8
1811	697	90	129,4
1812	713	75	105,2
1813	729	71	97,4
1814	745	69	92,6
1815	762	59	77,4
1816	779	73	93,7
1817	797	80	100,4
181	815	34	41,7
1819	833	13	15,6
1820	852	47	55,2
1821	871	60	68,9
1822	891	52	58,4
1823	911	31	34,0
1824	932	37	39,7
1825	953	28	29,4
1826	975	27	27,7
1827	997	-	-
1828	1019	70	68,7
1829	1042	62	59,5
1830	1066	72	67,5
1831	1090	79	72,5
1832	1174	51	43,4
1833	1140	64	56,1
1834	1165	64	54,9
1835	1192	66	55,4
1836	1219	97	79,6
1837	1246	76	61,0

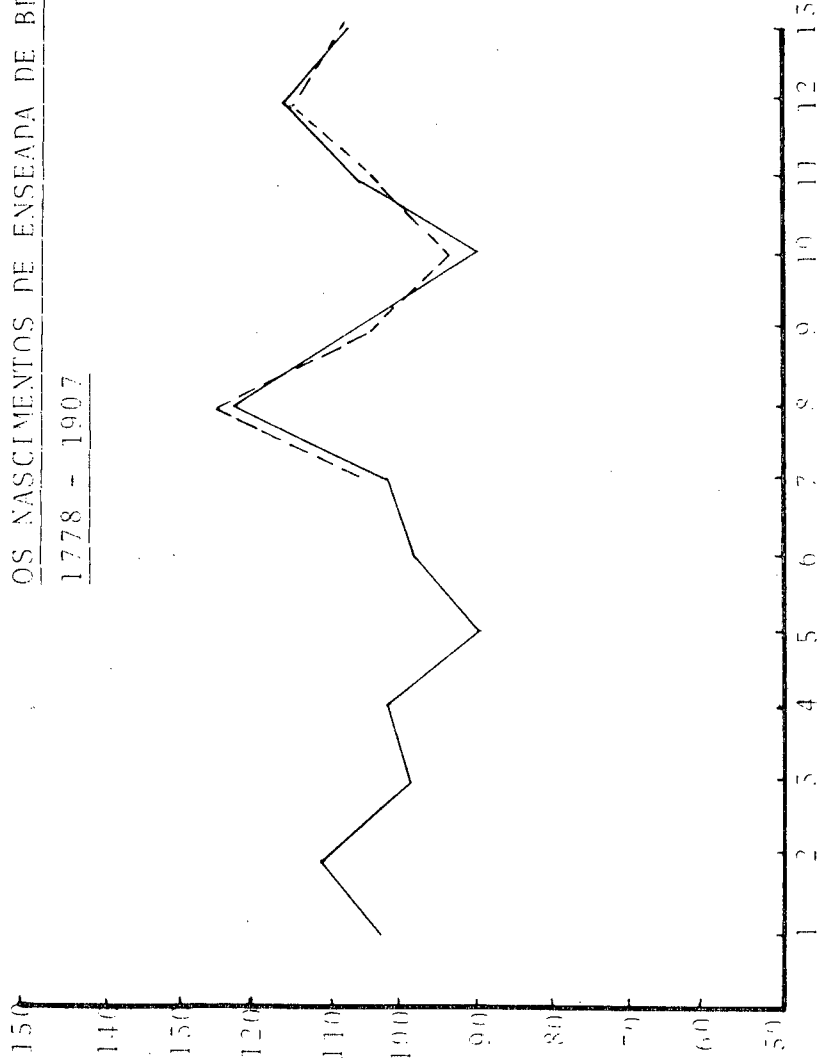
ANO	POP. FEM.	NASC.	TAXA FERT.‰
1838	1274	78	61,2
1839	1303	92	70,6
1840	1327	106	79,8
1841	1356	122	89,9
1842	1402	110	78,4
1843	1447	107	73,9
1844	1493	115	77,0
1845	1539	120	77,9
1846	1584	95	59,9
1847	1631	78	47,8
1848	1139	75	65,8
1849	1170	76	64,9
1850	1202	103	85,7
1851	1233	83	67,3
1852	1264	42	33,2
1853	1296	101	77,9
1854	1309	76	58,1
1855	1363	-	-
1856	1386	71	51,2
1857	1435	-	-
1858	936	-	-
1859	959	-	-
1860	982	-	-
1861	1006	78	77,5
1862	1029	99	96,2
1863	1052	93	88,4
1864	1075	102	94,9
1865	1098	106	96,5
1866	1122	98	87,3

FONTE: Documentos Oficiais Diversos, Censos e Relatórios, 1803 - 1866, APSC.

LEGENDA

- Nasc. Registrados
- Com sub-reg.

GRÁFICO IV.1  
CORRESPONDÊNCIA DE MASCULINIDADE ENTRE  
OS NASCIMENTOS DE ENSEADA DE BRITO DE  
1778 - 1907

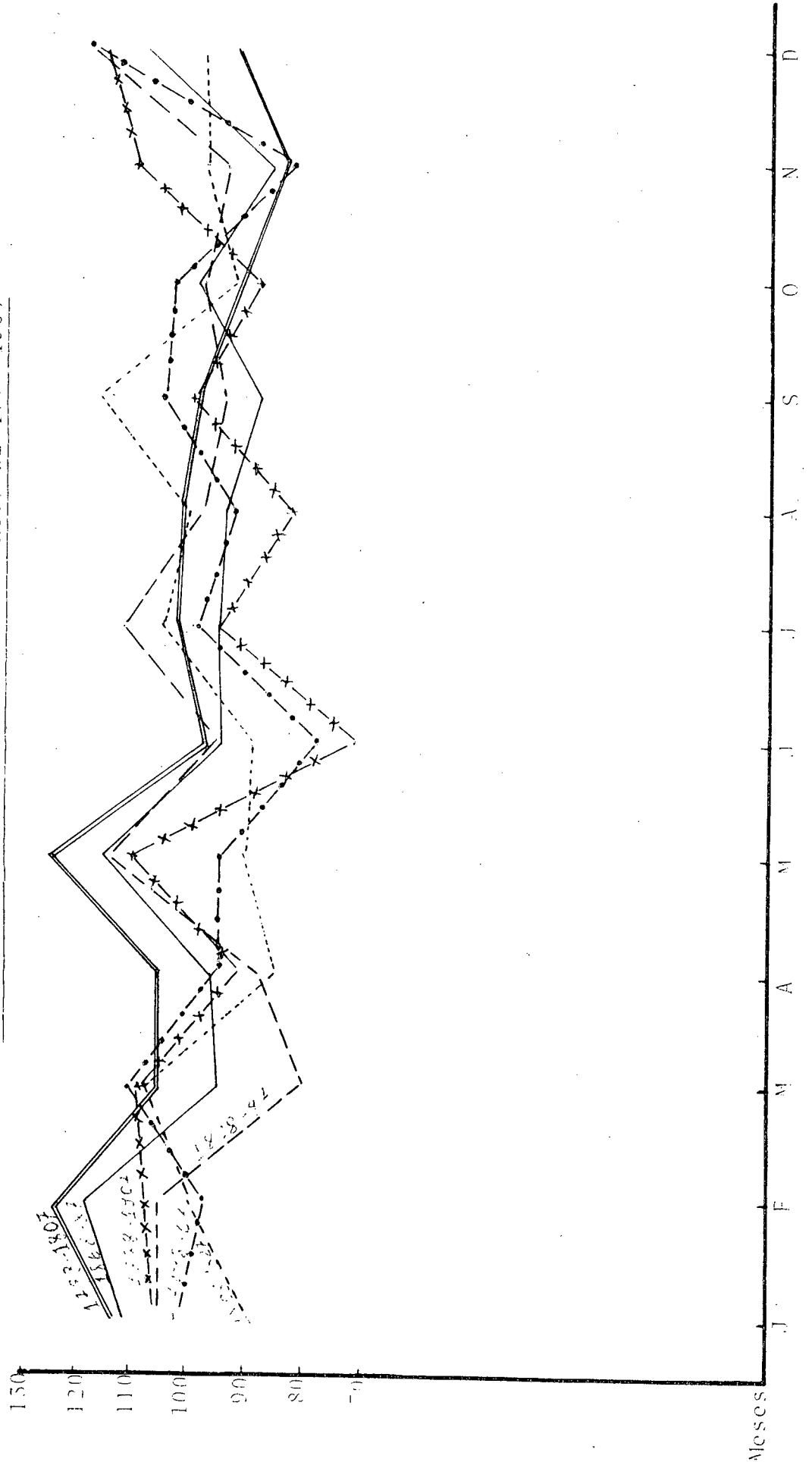


Fonte: E. Brito, batizados, 1778-1907, AHFCME

- 1 = 1778-87
- 2 = 1788-97
- 3 = 1798-1807
- 4 = 1808-17
- 5 = 1818-27
- 6 = 1828-37
- 7 = 1838-47
- 8 = 1848-57
- 9 = 1858-67
- 10 = 1868-77
- 11 = 1878-87
- 12 = 1888-97
- 13 = 1898-1907

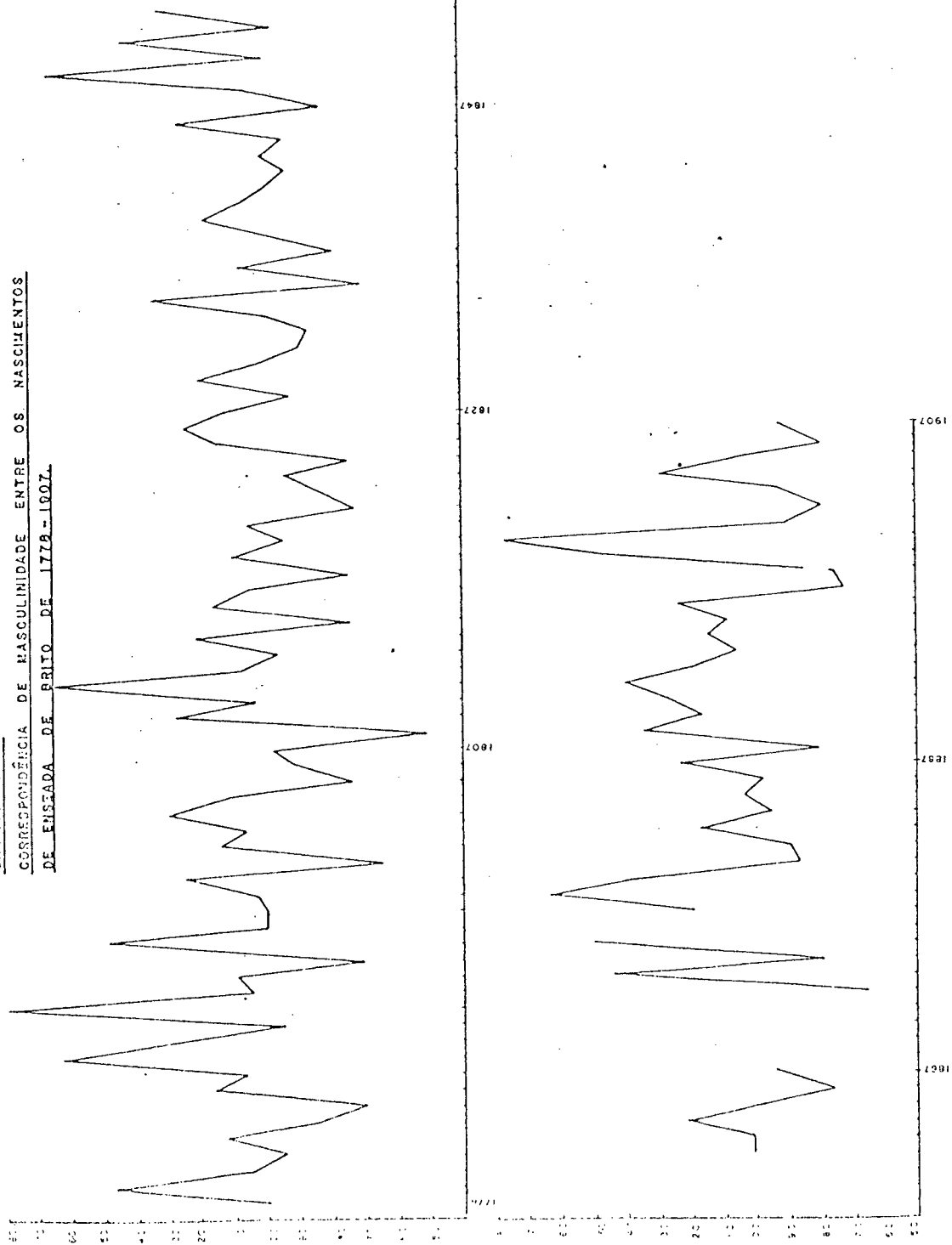
GRÁFICO IV.2

MOVIMENTO SOZONAL DOS NASCIMENTOS RELATIVO AOS  
MESES DE CONCEPCÃO DA ENSEADA DE BRITO DE 1778-1907



FONTE: P. R. ...

GRÁFICO IV.3  
CORRESPONDÊNCIA DE MASCULINIDADE ENTRE OS NASCIMENTOS  
DE ENSEADA DE BRITO DE 1778-1807.



FONTE: ENSEADA DE BRITO, batizados, 1778-1807. AHECJF.

#### IV.6. CONCLUSÕES.

No desenvolvimento deste capítulo pode-se constatar que a natalidade ao longo do período, refletiu a influência de condicionantes, que pressionaram e influenciaram no delineamento de tendências cíclicas. Assim, no aspecto da evolução quantitativa dos nascimentos, registrou-se a presença de fases de média duração, em que as taxas brutas de natalidade, se apresentaram ora com baixas frequências, ora com elevadas frequências. Contou-se ainda, que estas fases não foram limitadas pelas conjunturas históricas, evidenciando que nem sempre, os fatores considerados marcantes historicamente geraram mudanças no ritmo de crescimento da população. Ficou evidenciado isto sim, que as fortes mortalidades de origem epidêmicas e fatores de ordem político-social, exerceram em alguns momentos grandes influência no delineamento das tendências observadas para a natalidade.

Crê-se ainda, que as flutuações registradas no ritmo de expansão da população resultou em grande parte, da própria composição da população por sexo. Pois, quando registrou-se um equilíbrio entre os sexos na idade adulta, ou mesmo presença maior de mulheres, teve-se altas taxas de natalidade. Este fato foi particularmente observado até início do século XIX, quando um excesso de mulheres na comunidade favoreceu a que elementos externos a comunidade, e mesmo a viúvos, organizassem novas famílias. Posterior a esta época, notou-se a tendência de casamentos entre os elementos da própria comunidade: aumentando a importância do equilíbrio por sexo na idade adulta, para que continuasse a se organizar com regularidade, e atendendo as necessidades da comunidade, novas famílias capazes de garantir o crescimento da população.

A necessidade de equilíbrio entre os sêxos, na idade adulta, ou nupcial, ficou evidenciado, quando do estudo da distribuição dos nascimentos por sêxo. Neste enfoque identificou-se a presença de fases que indicam ter se registrado, na idade adulta, constantes desequilíbrios entre a população em idade de contrair matrimônio, que explicam em parte as razões das flutuações registradas no número de nascimentos anuais, ao longo dos 130 anos enfocados.

A manutenção do número médio de filhos por família, em torno de 4 indivíduos, durante todo o período enfocado, aliado ao fato de que a população normalmente casava após os 20 anos; indicam que a família ideal em torno de 6 pessoas, era meta a ser mantida ao longo do casamento. Atribui-se ter contribuido para esta constante familiar, a frequência da mortalidade, que constantemente eliminava parte da população, reduzindo a possibilidade de ocorrer uma explosão demográfica. Exigindo em consequência, a permanente utilização do potencial reprodutor familiar, para repor as perdas sofridas entre os membros da família.

Acredita-se que o perigo permanente de perdas familiares, aliado a necessidade da mão de obra familiar e a forte influência da Igreja Católica nos padrões morais - sociais da comunidade, foram fatores que influenciaram de forma decisiva na sobrevivência e expansão numérica deste reduzido grupo humano, nas condições de sobrevivência que os cercava.

A influência destes condicionantes, tanto econômico como religioso, influenciaram igualmente no ritmo das concepções ao longo dos meses do ano para todo o período; de forma constante; para cuja regularidade aceita-se como explicação a influência do calendário religioso e das atividades sazonais de

envolvidas na freguesia. No que concerne ao calendário religioso, aceita-se que este tenha influenciado nos meses de março-abril, gerando retração no volume das concepções; e nos meses de maio, outubro e dezembro como estimuladores do número de concepções. Em relação as atividades sazonais tiveram estas, influência no volume de concepções especialmente no mês de junho e meses de setembro, outubro e novembro. Para o mês de junho esta influência gerou redução no volume das concepções, resultante da pesca da tainha e farinhada; enquanto para o mes do segundo semestre admiti-se terem funcionado de forma a manter um nível regular de concepções devido as atividades de plantio.

Em síntese foram vários os fatores que contribuíram para que a freguesia de Enseada de Brito, sobrevivesse e se expandisse populacionalmente numa época em que as dificuldades eram imensas para as pequenas comunidades.

IV.7. NOTAS DO CAPÍTULO

<sup>1</sup>CIPOLA, Carlos M. História econômica da população mundial. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1977, p. 90.

<sup>2</sup>Quadro III. 2.

<sup>3</sup>Quadro IV. 2.

<sup>4</sup>ENSEADA DE BRITO. Batizados. Livro 4. p. 168, AHECMF.

<sup>5</sup>Quadro III. 2.

<sup>6</sup>CIPOLA. op. cit., p. 92.

<sup>7</sup>Quadro IV. 2.

<sup>8</sup>Quadro III. 5.

<sup>9</sup>Quadro III. 6.

<sup>10</sup>IBID.

<sup>11</sup>Quadro III. 6.

<sup>12</sup>Quadro IV. 2.

<sup>13</sup>Gráfico IV. 1 e Quadro III. 3.

<sup>14</sup>Quadro IV. 3 e Quadro IV. 4.

<sup>15</sup>ENSEADA DE BRITO. Casamentos. 1751-1810, AHECMF.

<sup>16</sup>Quadro IV. 6.

<sup>17</sup>Quadro III. 3.

<sup>18</sup>Quadro IV. 4 e Quadro IV. 5.

<sup>19</sup>Quadro IV. 2 e Gráfico IV. 3.

<sup>20</sup>Quadro IV. 4.

<sup>21</sup>Quadro IV. 2.

<sup>22</sup>Quadro III. 7.

<sup>23</sup>Quadro IV. 4.

<sup>24</sup>Gráfico IV. 1 e Quadro III. 3.

<sup>25</sup>IBID.

<sup>26</sup>Gráfico IV. 2 e Quadro IV. 7.

<sup>27</sup>IBID.

<sup>28</sup>IBID.



- 29 IBID.
- 30 IBID.
- 31 ENSEADA DE BRITO. Batizados. 1778-1907, AHECMF.
- 32 Quadro III. 5.
- 33 IBID.
- 34 Quadro II. 2.
- 35 IBID.
- 36 IBID.
- 37 Quadro III. 4.
- 38 ENSEADA DE BRITO. Batizados. 1778-1907, AHECMF.
- 39 Quadro III. 2.
- 40 IBID.
- 41 Quadro III. 1.
- 42 IBID.
- 43 ENSEADA DE BRITO. Óbitos. 1778-1848, AHECMF.
- 44 Quadro III. 6.
- 45 Quadro III. 2.
- 46 IBID.
- 47 ENSEADA DE BRITO. 1836-45, AHECMF.
- 48 Quadro III. 2.
- 49 Quadro III. 5.
- 50 IBID.
- 51 IBID.
- 52 Quadro III. 6.
- 53 Quadro III. 5.
- 54 Quadro III. 6.
- 55 Quadro III. 5.
- 56 IBID.
- 57 IBID.
- 58 IBID.
- 59 Quadro III. 6.

<sup>60</sup>Quadro III. 5.

<sup>61</sup>Quadro III. 3.

<sup>62</sup>Quadro III. 6.

<sup>63</sup>Quadro III. 8.

<sup>64</sup>Quadro IV. 6.

<sup>65</sup>Quadro IV. 2.

<sup>66</sup>Quadro VI. 8.

<sup>67</sup>Quadro IV. 4.

<sup>68</sup>Quadro IV. 2.

<sup>69</sup>Quadro III. 8 e Quadro IV. 5.

<sup>70</sup>Quadro IV. 2.

<sup>71</sup>Quadro III. 8 e Quadro IV. 4.

<sup>72</sup>Quadro IV. 8.

<sup>73</sup>Quadro III. 3 e Gráfico IV. 1.

<sup>74</sup>Quadro III. 8.

<sup>75</sup>Quadro IV. 4.

<sup>76</sup>Quadro IV. 2 e Quadro IV. 7.

<sup>77</sup>IBID.

<sup>78</sup>IBID.

<sup>79</sup>IBID.

<sup>80</sup>SANTA CATARINA. Presidente da província, 1840-1848 (Ferreira de Brito). Falla que o Presidente da Província de Santa Catharina, o Brigadeiro Antero José Ferreira de Brito dirigiu a Assembléia Legislativa da mesma província na abertura de sua sessão ordinária em 1º de março de 1841. Desterro, Typ. Provincial, 1841 p.

<sup>81</sup>SANTA CATARINA. Presidente da província, 1865-1867 (Albuquerque Lacerda). Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catharina em sua sessão ordinária, pelo Presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, no ano de 1867. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1867.

<sup>82</sup>Quadro III. 2.

<sup>83</sup>IBID.

<sup>84</sup>SANTA CATARINA. Leis, Decretos, etc... Lei nº 371, de 1856.

- <sup>85</sup>Quadro III. 5.
- <sup>86</sup>IBID.
- <sup>87</sup>Quadro III. 1.
- <sup>88</sup>IBID.
- <sup>89</sup>ENSEADA DE BRITO. Casamentos. 1751-1907, AHECMF.
- <sup>90</sup>Quadro III. 1.
- <sup>91</sup>IBID.
- <sup>92</sup>Quadro III. 2.
- <sup>93</sup>Dados do Censo Oficial de 1872, citado por José Lopes Lupério, em Monografia do Município de Palhoça, p. 126.
- <sup>94</sup>Quadro III. 2.
- <sup>95</sup>SANTA CATARINA. Presidente da província, 1850-1859 (Coutinho). Falla que o Presidente da Província de Santa Catharina Dr. João José Coutinho dirigiu a Assemblêia Legislativa Provincial, no acto de sua sessão ordinária, em 1º de março de 1852. Desterro, Typ. Catharinense, 1852.
- <sup>96</sup>Quadro III. 2.
- <sup>97</sup>IBID.
- <sup>98</sup>Quadro III. 5.
- <sup>99</sup>Quadro III. 2.
- <sup>100</sup>Quadro III. 5.
- <sup>101</sup>IBID.
- <sup>102</sup>Quadro III. 6.
- <sup>103</sup>Quadro III. 7.
- <sup>104</sup>Quadro III. 6.
- <sup>105</sup>Quadro III. 2.
- <sup>106</sup>Quadro III. 5.
- <sup>107</sup>Quadro III. 6.
- <sup>108</sup>Quadro III. 5.
- <sup>109</sup>Quadro III. 3 e Gráfico IV. 1.
- <sup>110</sup>Quadro III. 7 e Quadro IV. 6.
- <sup>111</sup>Quadro IV. 6.

- 112 ENSEADA DE BRITO. Casamentos. 1751-1907, AHECMF.
- 113 Quadro IV. 7.
- 114 Quadro IV. 2 e Gráfico IV. 3.
- 115 Quadro III. 7 e Quadro IV. 4.
- 116 Quadro III. 7.
- 117 Quadro III. 3 e Gráfico IV. 1.
- 118 Quadro IV. 4.
- 119 ENSEADA DE BRITO. Casamentos. 1751-1907, AHECMF.
- 120 Quadro III. 3 e Gráfico 1.
- 121 Quadro III. 7 e Quadro IV. 3.
- 122 Gráfico IV. 2 e Quadro IV. 7.
- 123 IBID.
- 124 Quadro III. 4.
- 125 Quadro III. 2.
- 126 Quadro III. 9.
- 127 Quadro III. 2.
- 128 ENSEADA DE BRITO. Casamentos. 1850-1907, AHECMF. e Quadro III. 1.
- 129 Quadro III. 1.
- 130 Quadro III. 2.
- 131 Quadro III. 5.
- 132 IBID.
- 133 Não ocorreram casamentos entre os escravos nos últimos 20 anos, sendo os filhos gerados por mães solteiras ou vivendo em concubinato, que limitava o número de escravas reprodutoras.
- 134 Quadro III. 1.
- 135 Quadro III. 2.
- 136 IBID.
- 137 Este vigário fez visitas a vários pontos da paróquia onde batizou e casou muitas pessoas que viviam sem estes sacramentos religiosos, conforme os registros eclesiásticos retratam.
- 138 Quadro III. 6.

- 139 Quadro III. 2.
- 140 Quadro III. 4.
- 141 Quadro III. 2.
- 142 Quadro III. 6.
- 143 Quadro III. 1.
- 144 IBID.
- 145 Quadro III. 6.
- 146 Quadro III. 4.
- 147 Quadro III. 5.
- 148 Quadro III. 6.
- 149 ENSEADA DE BRITO. Casamentos. 1888-1897, AHECMF.
- 150 Quadro III. 6.
- 151 Quadro III. 2.
- 152 Pelos registros de cartório de paz de EB. ocorreram mais mortes que nascimentos durante estes anos.
- 153 ENSEADA DE BRITO. Óbitos. 1890-1907, AHECMF.
- 154 Quadro III. 2.
- 155 ENSEADA DE BRITO. Óbitos. 1861-1870, AHECMF.
- 156 Quadro III. 2.
- 157 ENSEADA DE BRITO. Batizados. 1888-1900, AHECMF.
- 158 ENSEADA DE BRITO. Óbitos. 1888-1900, AHECMF.
- 159 Quadro III. 5.
- 160 IBID.
- 161 IBID.
- 162 Quadro III. 1.
- 163 IBID.
- 164 Quadro III. 2.
- 165 Quadro III. 5.
- 166 Quadro III. 7.
- 167 Quadro III. 2.
- 168 Quadro III. 5.

- 169 Quadro III. 1.  
170 IBID.  
171 Quadro III. 7.  
172 Quadro III. 6.  
173 Quadro III. 2.  
174 ENSEADA DE BRITO. Batizados. 1888-1907, AHECMF.  
175 Quadro III. 1.  
176 ENSEADA DE BRITO. Casamentos. 1880-1907.  
177 Quadro III. 6.  
178 Quadro III. 5.  
179 IBID.  
180 Quadro III. 7.  
181 Quadro III. 7.  
182 IBID.  
183 IBID.  
184 Quadro III. 2.  
185 Quadro III. 7.  
186 IBID.  
187 Quadro III. 5.  
188 IBID.  
189 Quadro III. 3 e Quadro IV. 1.  
190 Quadro III. 7.  
191 Quadro IV. 2 e Gráfico IV. 3.  
192 IBID.  
193 Quadro IV. 4 e Quadro III. 8.  
194 Quadro III. 3 e Gráfico IV. 1.  
195 Quadro III. 8 e Quadro IV. 4.  
196 Quadro III. 3 e Gráfico IV. 1.  
197 Quadro III. 8 e Quadro IV. 4.  
198 Quadro III. 3 e Gráfico IV. 1.  
199 Quadro III. 8 e Quadro IV. 4.

<sup>200</sup>Quadro III. 3 e Gráfico IV. 1.

<sup>201</sup>Quadro III. 8.

<sup>202</sup>Quadro IV. 4.

<sup>203</sup>Gráfico IV. 2 e Quadro IV. 7.

<sup>204</sup>IBID.

## Vº CAPÍTULO

### NATALIDADE ESPECÍFICA POR FILHOS LEGÍTIMOS E NATURAIS

#### V.1. INTRODUÇÃO

Ao desenvolver-se considerações sobre os eventos de nascimentos ocorridos em Enseada de Brito ao longo dos 130 anos enfocados, despertou-se a curiosidade de saber se houve particularidades no tocante ao comportamento dos eventos de nascimentos por filhos legítimos e naturais; uma vez que era esperado uma forte sansão da Igreja e da sociedade em extensão, a geração de filhos fora da instituição do casamento legal.

Para melhor focar esta questão, ainda que de forma superficial, procurar-se-á, focar os eventos de nascimentos específicos (legítimos e naturais), dentro da mesma linha interpretativa, usada no quarto capítulo, ou seja focado primeiramente a evolução quantitativa, depois a análise por sexo e por último o movimento sazonal dos eventos de nascimentos.



## V.2. EVOLUÇÃO QUANTITATIVA

O fato desta comunidade refletir em seu padrão de comportamento moral-social, a influência da poderosa Igreja Católica, bem indica o tipo de comportamento demográfico que poderia ser esperado desta população. Assim era esperado que as unidades geradoras de filhos fossem constituídas basicamente de famílias legalmente formadas; sendo qualquer outra forma de geração de filhos encarado com ressalva pelo grupo social; que o demonstrava através de sanções que impunham a seus praticantes.

O fato de mais de 70% de todos os nascimentos ocorridos nesta comunidade, serem permanentemente constituídos de filhos legítimos<sup>1</sup>, sugere a importância da "célula familiar legal", na geração de filhos na comunidade. Por outro lado a constatação de que houve numericamente um aumento dos filhos naturais entre os eventos de nascimentos, à medida que se sucederam os decênios<sup>2</sup>, parece sugerir que aos poucos estava reduzindo-se a influência da moral religiosa sobre o comportamento demográfico da população.

Possivelmente contribuíram no aumento progressivo de filhos naturais entre os nascidos, o pouco zelo de alguns párocos pela moral cristã, bem como fatores de ordem econômica, política e social, que passaram a ocorrer na comunidade a partir do terceiro decênio do século XIX. Neste sentido, a Igreja parece que refletiu em seu papel, dois momentos distintos, embora em ambas as épocas continuasse a combater a geração de filhos fora da instituição do casamento legal. Nos primeiros 50 anos, parece que foi mais fácil de impor a moral religiosa na comunidade, face serem os açorianos muito católicos; dificultando conseqüentemente a geração de filhos fora da instituição do casamento. Parece que impondo uma sanção tão forte, que restringia a geração de filhos naturais, notadamente entre a população livre<sup>3</sup>, a um nível ínfimo. Posteriormente ocorreu um incremento

numérico acentuado nos nascimentos de filhos naturais, notadamente dos gerados por mães livres<sup>4</sup>; que possivelmente resultou das crises político-social e econômica que marcou a área a partir desta época. Deve-se salientar contudo, que o aumento do número de eventos de filhos naturais, não resultou da desorganização das "células reprodutoras legais" que continuaram a comportar-se num ritmo de expansão regular<sup>5</sup>, mas em decorrência do aumento da geração de filhos através de uniões conjugais ilegais, ou seja não aliançadas pela igreja.

O fato de ter ocorrido uma presença oscilatória na proporção dos filhos legítimos entre os nascidos, não constitui-se em indicador de que a geração de filhos naturais chegassem a representar uma ameaça à organização familiar cristã, seja do ponto de vista moral, social ou demográfico; continuando as famílias com a responsabilidade de gerar os filhos na comunidade. Pois, o fato de ocorrer uma presença maciça de filhos legítimos, nos anos em que existem séries completas de nascimentos<sup>6</sup>, parece bem indicar o papel representado por estes na revitalização da população. Foram igualmente os responsáveis pelas tendências apresentadas no ritmo da natalidade ao longo dos anos enfocados. Em tais circunstâncias, as análises desenvolvidas sobre a evolução quantitativa da natalidade geral<sup>7</sup> são aplicáveis para os filhos legítimos, uma vez que demonstram a presença de "famílias legais" gerando filhos; com a mesma intensidade proporcional, tanto nos períodos em que os filhos naturais foram numericamente expressivos, como naqueles em que foram fracamente representados. Assim outras explicações, resultariam em redundância, no que se refere ao comportamento quantitativo da natalidade entre os filhos legítimos.

No que se refere a evolução quantitativa dos filhos naturais, se procurará desenvolver algumas considerações sobre o comportamento destes ao longo dos anos, por indicarem tentativas de ruptura nos padrões regularmente aceitos de geração de filhos, ainda que sua ocorrência na maioria das vezes resultassem de momentos de

crises, próprio ao rompimento de padrões tradicionais. Assim, procurar-se-á associar os momentos em que ocorreram maior volume numérico de nascimentos de filhos naturais, com os possíveis fatos geradores destes aumentos, conforme se exporá a seguir.

Nos primeiros 50 anos (1778-1827), os filhos naturais representaram menos de 10% dos nascimentos ocorridos<sup>7</sup>; cabendo a maior parte de geração destes filhos as mães escravas<sup>8</sup>. Tal participação percentual, notadamente entre a população livre, indica que havia grande sansão social a geração de filhos fora da instituição do casamento legal durante esta época; pois o número de filhos naturais nascidos por ano, não atingiu a 4 indivíduos, para uma população que no início do século situava-se em 1200 almas<sup>9</sup>. Tal volume numérico representava portanto, percentual insignificante, uma vez que os escravos responsáveis pela maior parte destes nascimentos, constituíam em torno de 30% da população da freguesia<sup>10</sup>. Assim pode-se considerar como normal o número de filhos naturais gerados, pois ocorriam estrupos, especialmente com as jovens mulheres escravas; repetindo-se nesta comunidade as mesmas mazelas sexuais que ocorriam em outras áreas do país na época<sup>11</sup>.

A partir da década de 30, do século XIX, começou a se modificar o quadro. Os filhos naturais de mães livres, aumentaram progressivamente sua participação percentual, nos eventos de filhos naturais; que estava elevando-se de forma significativa entre os nascimentos ocorridos; se tomar-se como referência os 50 anos anteriores.

Durante o vintênio de 1828-1847, o crescimento percentual dos filhos naturais, em relação ao vintênio anterior, foi da ordem de 374%<sup>12</sup>. Este crescimento foi mais acentuado ainda entre os filhos naturais de mães livres, tendo passado de 3 eventos no decênio anterior para 86 neste<sup>13</sup>. Assim sendo, teve-se a partir deste vintênio um aumento na participação dos filhos naturais de mães li

vres, e conseqüentemente um decréscimo da participação dos filhos de mães escravas, entre os filhos naturais gerados<sup>14</sup>. Percentualmente falando teve-se neste vintênio entre os filhos naturais, 74% de filhos de mães escravas e 26% de mães livres.

Os dois acontecimentos que se atribui terem provocado neste vintênio um impácto na mentalidade popular e religiosa, levando a uma maior tolerância com relação a geração dos filhos através de uniões sexuais espúrias; foram o combate ao tráfico negreiro (com a diminuição e encarecimento do escravo no mercado interno), e a guerra dos Farrapos em sua extensão, a República Lagunense; os quais atingiram com seus efeitos a vida demográfica desta comunidade.

A dedução de que as restrições impostas pelo combate ao tráfico negreiro atingiram esta área, no decorrer destes anos, especialmente nos de 1838-1847, deveu-se a dois problemas constatados. Um deles refere-se ao desaparecimento de referências a presença de escravos africanos nos registros eclesiásticos a partir de 1843; quando anteriormente, especialmente a Armação de Baleias de Garopaba retratava ter grande número deles, inclusive com diversidade de nações<sup>16</sup>; os quais após esta época deixaram praticamente de existir na relação tanto dos pais das crianças escravas batizadas, como nos ôbitos dos escravos adultos<sup>17</sup>. O outro problema foi a brusca aceleração do volume de nascimentos de filhos de escravos durante este vintênio, e sua manutenção ainda elevada nos seguintes. Possivelmente, os proprietários sentindo a ameaça que representava as dificuldades de importação de mão de obra, procuraram estimular entre seus escravos a geração de filhos para suprir suas necessidades futuras. Tais circunstâncias de fundo econômico estimularam estes proprietários a não respeitarem as determinações religiosas no sentido de que os filhos fossem gerados somente no seio de famílias de escravos legalmente constituídos. Esta exigência tornou-se quase im

possível de ser cumprida, em razão do profundo individualismo que caracterizava os senhores de escravos desta área, e o grande valor que passou a ter as crianças geradas entre os escravos.

O outro acontecimento que se considera ter influenciado o comportamento da natalidade, entre os filhos naturais durante este vintênio foi a guerra dos Farrapos, representado pela República Lagunense. Ainda que de difícil comprovação, do grau de influência sobre o comportamento demográfico da comunidade, não há qualquer dúvida quanto a presença de tropas na área durante estes anos (1839-40); que bem poderia ter sido responsável por estes acréscimos no volume de nascimentos de filhos naturais de mães livres<sup>18</sup>.

Em razão das circunstâncias sugere-se a possibilidade de ter a sociedade absolvido de forma quase natural estes nascidos "sem pai"; tendo contado neste aspecto com a benevolência do pároco local<sup>19</sup>, cujo envolvimento político com a revolução Farrapilha, demonstrava seu espírito liberal; capaz portanto de aceitar tais eventos de nascimentos. Favorecendo o aparecimento de uma posição mais tolerante na comunidade com relação aos filhos nascidos das uniões espúrias.

Os acontecimentos políticos que envolveram a comunidade nos anos seguintes, ou seja os desmembramentos territoriais para formar novas freguesias; e a instabilidade de vigários na paróquia; que deixa de ser fixo a partir de 1860; foram alguns fatores que contribuíram na manutenção, durante os decênios posteriores a 1842-1847, dos mesmos níveis percentuais de participação de filhos naturais entre os nascimentos ocorridos; o que alterou-se foi a participação dos filhos naturais de mães livres, entre os nascimentos de filhos naturais registrados. Assim teve-se no vintênio de 1848-1867, 59% dos filhos de mães escravas e 41% de mães livres; no vintênio seguinte (1868-1887), houve uma inversão desta tendência que registrou 59% de filhos de mães livres, contra 41% de filhos de mães

escravas. No último vintênio registrou-se apenas presença de filhos naturais de mães livres, face ter ocorrido a extinção da escravidão em 1888.

Crê-se que a não ocorrência de retrocesso, no volume de geração de filhos a partir de uniões conjugais espúrias, após cessar os fatores estimulantes da década de quarenta do século XIX, deveu-se em grande parte a instabilidade religiosa porque passou a paróquia nos anos seguintes; e a problemas de ordem econômica, que estimularam a geração de filhos naturais; face a pouca presença da ação da Igreja na área. Pois, durante mais de 20 anos, esta paróquia ficou sem vigário fíxo (1861-1883); em cujo período aumentou o número de registros de filhos naturais, notadamente de mães livres, entre os nascimentos registrados. Em síntese os filhos naturais, após 1827 passaram a representar um volume numérico bastante expressivo, que não mais retrocedeu aos níveis registrados anterior a esta data. O que indica ter ocorrido transformação na mentalidade popular com relação à geração de filhos fora da instituição do casamento legal.

### V.3. EVOLUÇÃO POR SEXO

Os nascimentos por sexo refletiram tendências diferentes entre filhos legítimos e naturais; que normalmente apresentaram-se com tendências inversas entre eles<sup>21</sup>; ou seja, quando ocorria a presença de uma maioria de nascidos do sexo masculino entre os filhos legítimos, ocorria uma maioria do sexo feminino entre os filhos naturais, e vice-versa.

Observando-se a distribuição dos nascimentos por paternidade, no que toca aos nascimentos por sexo, ao longo dos decênios, constatou-se que a correspondência de masculinidade entre os

filhos legítimos acompanhou a tendência registrada pela natalidade global<sup>22</sup>, muito embora com picos mais acentuados em face da tendência oposta registradas entre os filhos naturais<sup>23</sup>. Quanto aos filhos naturais, apresentaram picos de correspondência de masculinidade muito mais oscilatórios que os dos filhos legítimos, face a pouca expressão numérica destes, que fazia com que uma pequena maioria para um dos sexos gerasse uma forte correspondência de masculinidade<sup>24</sup>. Assim sendo, ocorreram muitos decênios, em que se evidenciou entre os filhos legítimos correspondências de masculinidade que possivelmente gerou na idade nupcial a necessidade de casarem-se estes com os filhos naturais, afim de melhor estabelecer o tão necessário equilíbrio por sexo entre a população em idade de reprodução.

Ao que tudo indica, não existia impedimentos aos casamentos entre filhos naturais e legítimos, uma vez que ocorriam regularmente uniões conjugais entre estes<sup>25</sup>. Este fato, e evidência que a sanção social não atingia os filhos naturais, seja homens ou mulheres, quando estes atingiam a idade adulta; pois que casavam-se na maioria das vezes com conjuges que eram filhos legítimos. Tal incorporação ao processo de reprodução, de forma tão regular, leva a supor-se que havia necessidade de aproveitar todo o potencial populacional em idade de gerar filhos, de ambos os sexos, independente da paternidade que tinham: afim de garantir o permanente crescimento positivo da população. Entende-se que a dispersão da população no espaço geográfico da paróquia, aliado as dificuldades de comunicações e transportes, possibilitou o aparecimento de "bolões de reprodução", mas ou menos estanques, que casavam entre si; os quais favoreceram a incorporação dos filhos naturais na estrutura de reprodução. O fato de nos dias de hoje registrar-se fortes rivalidades entre os diferentes lugarejos que compõem a freguesia, possivelmente é fruto de rivalidade que se acumularam desde a fase de introdução dos açorianos; pois os casamentos efetuados na paróquia desde

aquela época sugere a presença dos ditos "bolsões", seja pela constatação de casamentos entre habitantes da mesma ilha, seja pelos casamentos em consangüinidades que foram efetuados com frequência na freguesia, durante todo o período enfocado<sup>25</sup>.

Em síntese, a complementação que se efetivava entre filhos legítimos e naturais, quando atingiam a idade adulta, por problemas de presença de maior quantidade de um dos sexos, em polos opostos, foi benéfico, tanto a incorporação e aceitação dos filhos naturais na idade adulta, como a própria expansão desta população, que necessitava de seu próprio potencial reprodutor para gerar sua expansão populacional, face as condições de sobrevivência que cercavam esta população.

#### V.4. MOVIMENTO SAZONAL DOS NASCIMENTOS

Os nascimentos visto em sua distribuição pelos meses do ano, delincaram entre os filhos legítimos tendências que se identificaram com as apresentadas pela natalidade geral<sup>26</sup>. Este fato reforça a idéia que as famílias organizadas tiveram hábitos sexuais constantes<sup>27</sup>, resultantes de condicionamento muito fortes, que fizeram aparecer ao longo dos meses do ano, várias fazes de fortes e fracos volumes de nascimentos, que permaneceram praticamente com as mesmas tendências por mais de um século. Admite-se que a geração de filhos entre as famílias legalmente constituídas tinham a época de geração condicionada à forte influência exercida, tanto pelo calendário religioso, quanto pelas atividades econômicas sazonais. Este fato explica em parte as frequências de nascimentos registrados ao longo dos meses do ano.

Sugere-se a partir do exposto acima, que tanto o suporte moral-social, como reprodutor da comunidade, repousava nas famílias constituídas legalmente, que procuravam conciliar as necessi



dades de uma forte explosão demográfica, com uma moral conservadora altamente influenciada pela Igreja; e uma economia de subsistência que dependia de épocas próprias a prática tanto das atividades agrícolas como pesqueiras.

Quanto aos filhos naturais por seu pequeno volume percentual nos nascimentos tornou-se desaconselhável sua análise sazonal, pois os dados numéricos por estes apresentados eram pouco expressivos, de cuja análise pouco se poderia abstrair em informações. Contudo, sugere-se que em decorrência do tipo de paternidade que os caracterizava, indicava que eram gerados fora da instituição do casamento legal; de forma intermitente, sem respeitar na maioria das vezes os proibitivos que influíam na retração das concepções ao longo de certos meses do ano. Assim se deduz, que a geração destes filhos resultavam de relações conjugais espúrias.

A sansão social que existia em relação a geração de filhos naturais, especialmente entre a população livre, é possível que objetivasse punir a "mãe solteira", pelo ato praticado uma vez a característica patriarcal que imperava na sociedade, lançava ao "sexo fraco" a responsabilidade pelo "deslize" praticado. Houve contudo, filhos naturais que foram gerados no seio de famílias que viviam maritalmente, em estado de concubinato<sup>28</sup>; os quais parece que observavam as regras gerais da moral em vigor na comunidade.

Quanto a sansão social-religiosa parece que não fazia distinção entre estas duas categorias de filhos naturais, pelo menos é o que se deduz a partir dos eventos de nascimentos registrados<sup>29</sup>. Conseqüentemente, os meses em que os filhos naturais eram gerados possivelmente não influenciavam na intensidade da sansão social, seja entre nascidos de mães livres ou de mães escravas; uma vez que havia de qualquer forma, sido quebrado o padrão moral em vigor, com relação a geração de filhos.

Os fatos parecem sugerir que os filhos legítimos, pe

lo que representaram quantitativamente, e da forma que eram regularmente gerados, foi resultado de uma população que refletiu em seus padrões demográficos a influência de uma moral cristã; fortemente aliçada na mentalidade popular, através do delineamento de tendências quase fixa de geração de filhos. Quebrou-se este padrão momentos de crise político-econômico na comunidade, quando então, surgiam com mais intensidade a geração dos filhos naturais, notadamente de mães livres, que bem caracterizavam a "mazela social" que representavam estas gerações, através das uniões sexuais espúrias. Assim as sanções sociais impostas às mães solteiras eram fruto de uma natural resposta de uma moral conservadora.

**Q U A D R O   V.1**

EVENTOS VITAIS DE NASCIMENTOS DOS  
FILHOS LETÍTIMOS E NATURAIS DE  
ENSEADA DE BRITO DE 1778 - 1907

ANOS	NAT. GERAL	FILHOS LEGÍTIMOS	FILHOS NATURAIS
1778 - 87	325	302	23
1788 - 97	406	365	41
1799 - 1807	555	502	53
1808 - 17	706	658	48
1818 - 27	339	317	22
1828 - 37	701	554	147
1838 - 47	1010	825	185
1848 - 57	382	313	69
1858 - 67	683	570	113
1868 - 77	485	363	122
1878 - 87	542	413	129
1888 - 97	1240	1072	168
1898 - 1907	833	788	45
T O T A L	8209	7042	1157

FONTE: E. Brito. Batizados, 1778 - 1907, AHECMF.

Q U A D R O   V.2

NASCIMENTOS DOS FILHOS NATURAIS DE MÃES LIVRES E ESCRAVAS  
DE ENSEADA DE BRITO DE 1778 - 1907

ANOS	TOTAL	FILHOS MÃES ESC.	FILHOS MÃES LIVRES
1778-1787	23	18	-5
1788- 97	33	30	3
1798-1807	50	47	3
1808- 17	68	65	3
1818- 27	11	11	-
1828- 37	135	103	32
1838- 47	185	143	42
1848- 57	68	50	18
1858- 67	129	59	70
1868- 77	122	60	62
1878- 87	129	44	85
1888- 97	168	-	168
1898-1907	45	-	45
T O T A L	1157	730	427

FONTE: Enseada de Brito. Batizados, 1778 - 1907, AHECMF.

**Q U A D R O    V.3**

CORRESPONDÊNCIA DE MASCULINIDADE DOS NASCIMENTOS DE  
FILHOS LEGÍTIMOS EM ENSEADA DE BRITO DE 1778 - 1907

COORTE	TOTAL NASC.	TOTAL LEGÍTIMOS	HOMENS	RAZÃO	MULHER	RAZÃO
1778- 87	325	302	156	106,9	146	100
1788- 97	406	365	201	122,6	164	100
1798-1807	555	502	248	97,7	254	100
1808- 17	706	658	336	104,4	322	100
1828- 37	701	554	273	97,2	281	100
1838- 47	1010	825	420	103,7	405	100
1848- 57	382	313	177	130,2	136	100
1858- 67	683	570	303	113,5	267	100
1868- 77	485	363	179	97,3	184	100
1878- 87	542	413	210	103,5	203	100
1888- 97	1240	1072	588	121,5	484	100
1898-1907	833	788	406	106,3	382	100
T O T A L	8209	7042	3642	107,2	3400	100

FONTE: Enseada de Brito, batizados, 1778 - 1907, AHECMF.

## Q U A D R O V.4

CORRESPONDÊNCIA DE MASCULINIDADE DOS NASCIMENTOS DE  
FILHOS NATURAIS EM ENSEADA DE BRITO DE 1778 - 1907

COORTES DECENAIS	FILHOS NATURAIS				FILHOS NATUR. DE ESCRAVOS				FILHOS NATUR. DE LIVRES			
	HOMEM	RAZÃO	MULHER	RAZÃO	HOMEM	RAZÃO	MULHER	RAZÃO	HOMEM	RAZÃO	MULHER	RAZÃO
1778-1787	9	64,3	14	100	7	63,6	11	100	2	66,6	3	100
1788-1797	15	83,3	18	100	14	87,6	16	100	1	50,6	2	100
1798-1807	41	455,0	9	100	40	571,0	7	100	1	50,0	2	100
1808-1817	27	65,8	41	100	26	66,6	39	100	1	50,0	2	100
1818-1827	7	175,0	4	100	7	175,0	4	100	-	-	-	100
1828-1837	70	107,6	65	100	52	101,3	51	100	18	128,5	14	100
1838-1847	98	112,0	87	100	76	113,4	67	100	22	110,0	20	100
1848-1857	36	112,5	32	100	26	106,3	24	100	10	125,0	8	100
1858-1867	77	148,0	52	100	33	126,9	26	100	34	130,7	26	100
1868-1877	50	69,4	72	100	23	62,1	37	100	27	77,1	35	100
1877-1887	70	118,6	59	100	25	131,5	19	100	45	112,5	40	100
1888-1897	79	87,7	89	100	-	-	-	100	79	88,7	59	100
1898-1907	25	125,0	20	100	-	-	-	100	25	125,0	20	100

FONTE: E. Brito. Batizados, 1778 - 1907, AHECMF.

Q U A D R O V.5

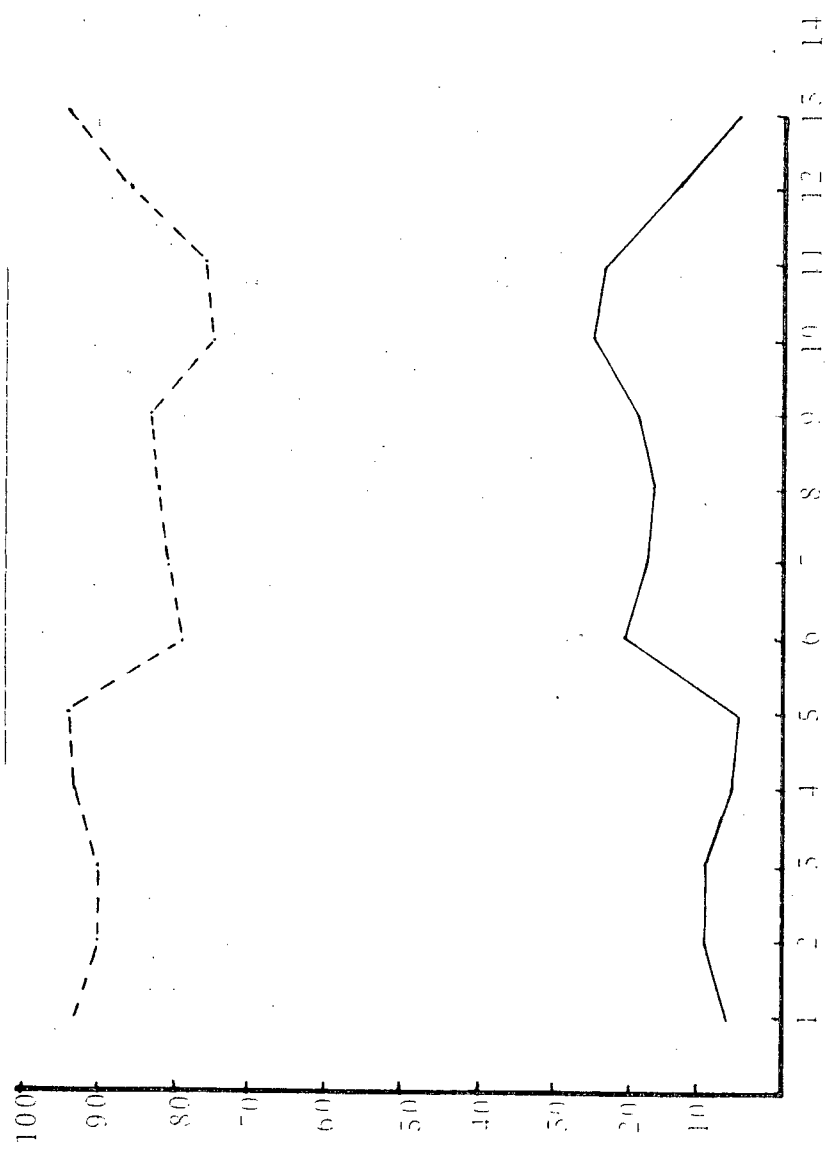
MOVIMENTO QUANTITATIVO GLOBAL DA SAZONALIDADE DA NATALIDADE

DADOS	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	TOTAL
NAT. GERAL	1025	585	688	627	652	631	630	730	690	735	635	581	8209
FILHOS LEGÍTIMOS	917	501	587	545	554	540	522	611	597	641	545	482	7042
FILHOS NATURAIS	108	84	101	82	98	91	108	119	93	94	90	99	1167

LEGENDA

- [---] - Legítimos
- [—] - Naturais
- 1 = 1778-1787
- 2 = 1788-1797
- 3 = 1798-1807
- 4 = 1808-1817
- 5 = 1818-1827
- 6 = 1828-1837
- 7 = 1838-1847
- 8 = 1848-1857
- 9 = 1858-1867
- 10 = 1868-1877
- 11 = 1878-1887
- 12 = 1888-1897
- 13 = 1898-1907

GRÁFICO V.1  
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS FILHOS LEGÍTIMOS  
E NATURAIS NOS NASCIMENTOS



FONTE: E. Brito, batizados, 1778-1907, AHECME.

14 = Média

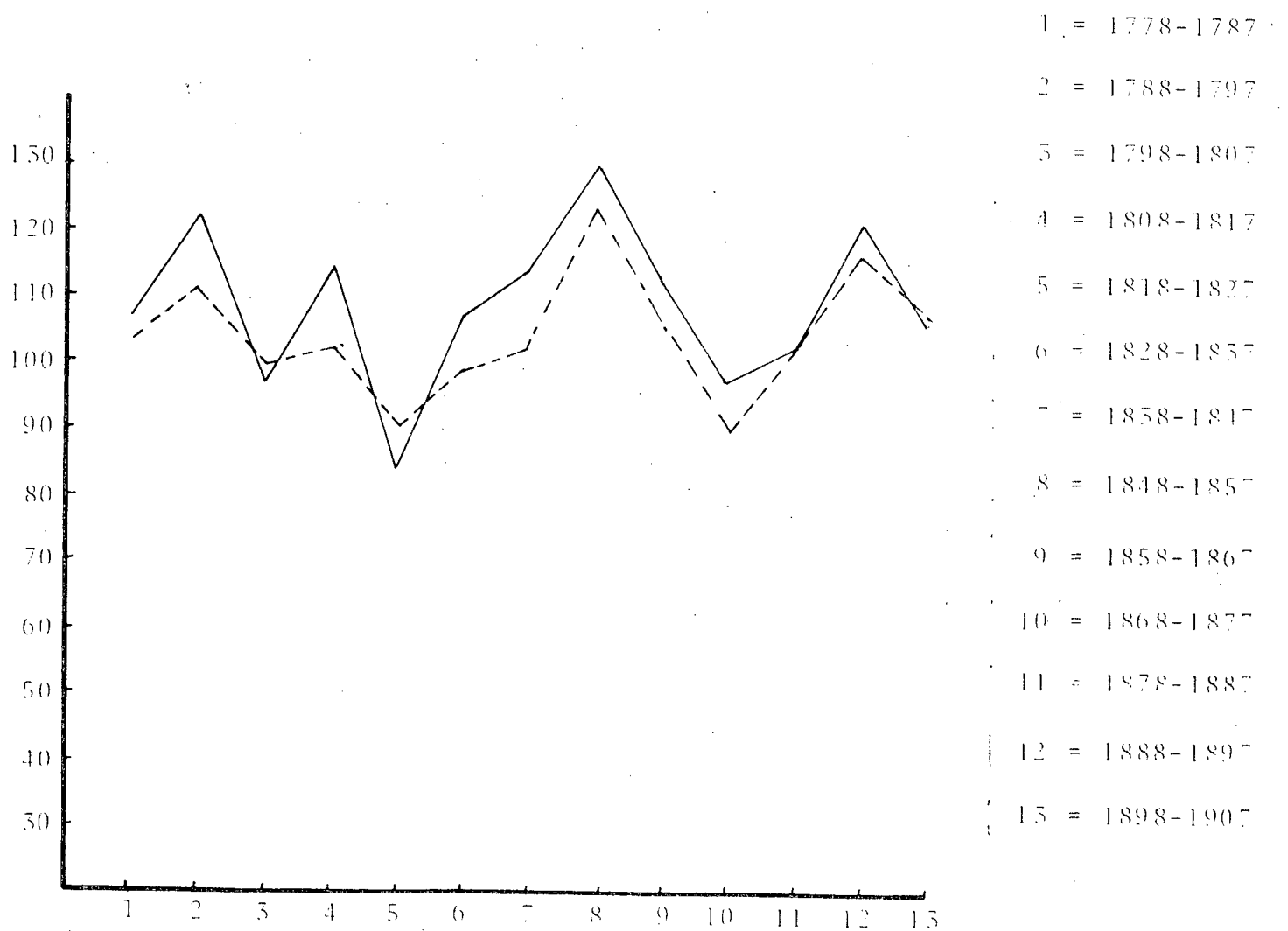


## GRÁFICO V.2

CORRESPONDÊNCIA DE MASCULINIDADE  
DOS NASCIMENTOS DOS FILHOS LEGÍ-  
MO DE ENSEADA DE BRITO DE 1778-  
1907

## LEGENDA

Filhos  
 - Legítimos  
 - Nascimento  
 Gerais

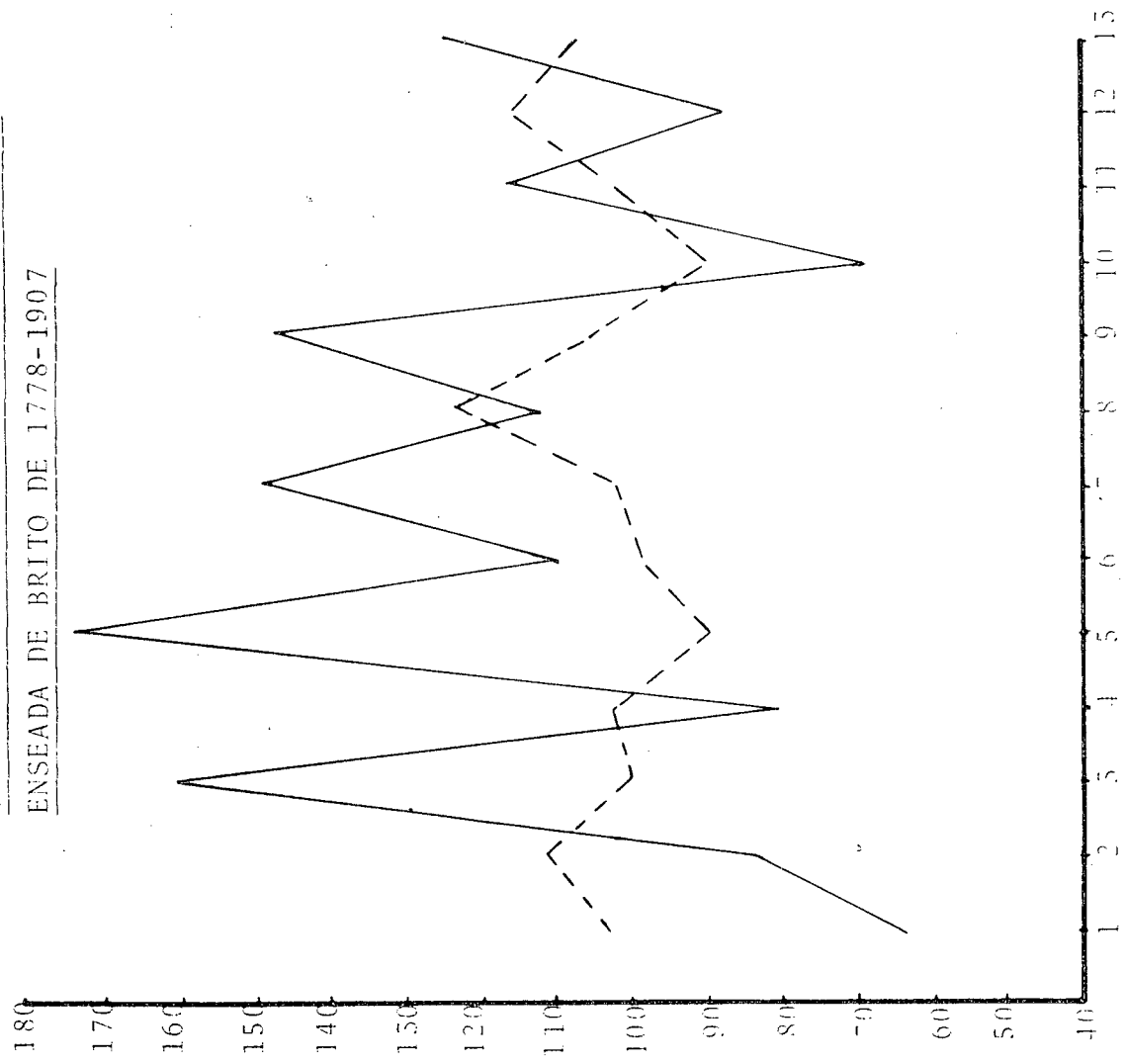


FONTE: E. Brito, batizados, 1778-1907, AHECMF.

CORRESPONDÊNCIA DE FILHOS NATURAIS DE  
ENSEADA DE BRITO DE 1778-1907

LEGENDA

---	- Nascimentos totais
---	- Filhos naturais
1 =	1778-1787
2 =	1788-1797
3 =	1798-1807
4 =	1808-1817
5 =	1818-1827
6 =	1828-1837
7 =	1838-1847
8 =	1848-1857
9 =	1858-1867
10 =	1868-1877
11 =	1878-1887
12 =	1888-1897
13 =	1898-1907



FORTE: E. Brito, batizados, 1778-1907. AHECMF.

## V.5. CONCLUSÕES:

A partir das análises processadas conclui-se que, a geração de filhos nesta comunidade esteve condicionado à estrutura moral religiosa seguida por seus habitantes, ao longo do período em estudo. Assim, nos primeiros 50 anos, parece que registrou-se a presença de uma sanção social muito mais intensa a geração de filhos naturais, que ocorrida posteriormente, tanto por parte da Igreja como da sociedade. Pois, o percentual de filhos gerados de fora das "famílias legalmente constituídas" foi muito pequeno, mesmo incluindo-se os escravos, que formavam 30% da população total da freguesia. Desta forma, tal restrição na geração de filhos fora de famílias constituídas, parece sugerir que a Igreja mostrava-se atenta a este tipo de eprobo religioso, punindo, ou mesmo negando-se a efetuar o batismo dessas crianças.

A partir da década de 30 do século XIX, parece que deu-se o rompimento, desta forte sanção social aos nascimentos das uniões conjugais espúrias; que se atribui muito mais à presença de acontecimentos marcantes na área política - econômica, que ao recolhimento e tolerância da Igreja e sociedade à este tipo de geração de filho. O fato é que registrou-se a partir daquele decênio um aumento progressivo do número de filhos naturais entre os filhos gerados. Ao que parece, este aumento registrado nos decênios seguintes, especialmente entre filhos naturais de mães livres, resultou da perda de qualidade do atendimento religioso dado à comunidade.

Sugere-se que a moral cristã condicionou na mentalidade popular um estado de repulsa às gerações de filhos fora da instituição legal do casamento. Assim se concluiu, pois a medida que diminuía a ação da Igreja sobre a área, aumentava o número de filhos naturais gerados, especialmente entre a população livre, que era a grande mantedora dos padrões morais-sociais observados na comunidade.

Quanto ao aspecto da distribuição dos nascimentos por sexo, os dados analisados sugerem que houve necessidade de incorporar ao processo de reprodução, todos os habitantes áptos a gerarem filhos; devido o pequeno tamanho da população, e aos perigos que esta estava exposta. Assim, constatou-se que a presença de maior número de nascimentos de determinado sexo entre os filhos legítimos, que facilmente geraria um forte desequilíbrio entre estes na idade de casar, era reduzido em intensidade pela presença entre os filhos naturais de maior volume de nascimentos do sexo aposto. Desta forma, esta polarização para sexos apostos, registrados entre os filhos legítimos e naturais, parece que favoreceu e estimulou as uniões conjugais entre filhos naturais e legítimos; contribuindo na redução da sanção social aos filhos naturais na idade adulta. Em decorrência das constantes uniões entre filhos naturais e legítimos, conclui-se que a sanção social imposta à geração de filhos fora da instituição do casamento legal, especialmente entre a população livre, era um ato reflexo da moral cristã, que vizava censurar a "mãe solteira", e não a seu filho; pois que se assim fosse, haveria possiivelmente barreiras aos casamentos destes com os filhos legítimos.

Conclui-se que, se não tivesse ocorrido uma incorporação e fusão dos filhos naturais com os legítimos na idade reprodução, teria se registrado desequilíbrio muito mais acentuado entre os sexos em idade adulta, aumentando consideravelmente as dificuldades de cres-cimento da população. Pois, muitas "unidades de reprodução" constituídas a partir de uniões conjugais entre estes, possivelmente não teriam ocorrido; reduzindo conseqüentemente o número de filhos gerados.

Em relação à intensidade dos nascimentos ao longo dos meses do ano, acredita-se que o padrão sazonal delineado resultou da profunda influência que exerceram as "famílias legalmente constituídas", pela bênção da Igreja, tanto por gerarem a maioria dos filhos nascidos, como por refletirem no seu dia a dia comportamentos

sexuais relativamente estáveis, resultantes da influência de condi  
cionantes tanto religiosos como econômicos, que não se registrou en  
tre os filhos naturais.

Entre os filhos legítimos ocorreu o delineamento de um comportamento sazonal nos nascimentos, que bem evidencia na concepção de vida das famílias constituídas, a presença de padrões morais-sociais conservadores, que se transmitiam por gerações sucessivas, face a economia semi-estagnada e a forte influência da Igreja sobre os padrões morais observados pela população. Constatu-se assim, que o calendário religioso e as atividades econômicas sazonais, influíram no ritmo dos nascimentos ao longo dos meses, de forma tão acentuada, que as tendências registradas para os meses, se mantiveram praticamente inalteradas para um período de mais de 100 a  
nos; numa época em que estavam ocorrendo sérias transformações so  
ciais e econômicas.

Conclui-se que a ação das transformações por que passava a sociedade brasileira urbana no século XIX, não chegou a repercutir de forma marcante nesta comunidade, que manteve-se firme em seus padrões morais-sociais; garantindo a manutenção de hábitos demográficos marcados pelo aproveitamento máximo do potencial reprodutivo da população. Acredita-se que os impactos sofridos no ritmo de expansão da natalidade no decorrer do século passado resultaram muito mais, de fortes mortalidades, que reduziam o volume da população geradora de filhos; que de mudanças estruturais no hábito demográfico desta comunidade; uma vez que não ocorreu modificação mais profunda no ritmo dos nascimentos ao longo dos meses do ano para to  
do o período enfocado. Possivelmente, a sanção social que existia para com os filhos gerados fora da instituição do casamento legal, e  
ra uma forma de punição às "mães solteiras"; por não respeitarem os princípios cristãos que norteavam o comportamento moral-social da co  
munidade. Pois, observou-se que estes ocorriam ao longo dos meses

do ano, sem respeitar, as tendências registradas entre os filhos legítimos, variando sua intensidade possivelmente, em função de "acontecimentos impactos", que favoreciam a geração de filhos fora da instituição do casamento.

V.6.~ NOTAS DO CAPÍTULO

<sup>1</sup>Quadro V. 1 e Gráfico V. 1.

<sup>2</sup>IBID.

<sup>3</sup>Quadro V. 2.

<sup>4</sup>Quadro V. 2.

<sup>5</sup>Quadro V. 1 e Gráfico V. 1.

<sup>6</sup>Excessão feita aos anos de 1853-1882 quando ocorreram intermitentemente falhas nos registros eclesiásticos de nascimentos.

<sup>7</sup>Quadro V. 1 e Gráfico V. 1.

<sup>8</sup>Quadro V. 2.

<sup>9</sup>TOLEDO, Bento Cortes de. Termo de visita, 1799. Arquivo da Arquidiocese do Rio de Janeiro.

<sup>10</sup>IBID.

<sup>11</sup>FREIRE, Gilberto. Casa grande e senzala. Brasília, ed. Universitária, 13 ed. 1963, p. 185.

<sup>12</sup>Quadro V. 2.

<sup>13</sup>IBID.

<sup>14</sup>IBID.

<sup>15</sup>IBID.

<sup>16</sup>Registrou-se presença de escravos das nações Calundã, Cabinda, Angola, Paçã, Cazanssa, Mina, Munillo, Sabaço, Marimbeiro, Banguella, Muriela, Xambã, Maviã e Butão.

<sup>17</sup>ENSEADA DE BRITO. Óbitos e batizados. 1778-1888, AHECMF.

<sup>18</sup>Quadro V. 2.

<sup>19</sup>Na época Pe. Vicente Ferreira dos Santos Cordeiro. (1826-1860).

<sup>20</sup>Com a morte do Padre Vicente Ferreira dos Santos Cordeiro a paróquia ficou por 23 anos sem vigário fixo. (1860-1883).

<sup>21</sup>Gráfico V. 2 e Gráfico V. 3.

<sup>22</sup>Gráfico V. 2.

<sup>23</sup>Gráfico V. 3.

<sup>24</sup>Quadro V. 4 e Gráfico V. 3.

<sup>25</sup>ENSEADA DE BRITO. Casamentos. 1751-1907, AHECMF.

<sup>26</sup>Quadro V. 4 e Gráfico IV.

<sup>27</sup>Gráfico IV. 2.

<sup>28</sup>ENSEADA DE BRITO. Batizados. 1778-1907, AHECMF.

<sup>29</sup>IBID.



## CONCLUSÕES FINAIS

Da análise sobre a EVOLUÇÃO HISTÓRICA - DEMOGRÁFICA DA FREGUESIA DE ENSEADA DE BRITO, conclui-se que a população fixada na área até meados do século XVIII, respondeu satisfatoriamente pelos anos seguintes, aos desafios impostos pelo meio; seja com relação ao crescimento populacional ou ocupação do espaço territorial da freguesia. As marcas da vitória deste empreendimento povoador, constituído em sua maioria por gente vinda dos Açores, encontra-se registrado na paisagem local, não só nas construções centenárias existentes, como nos traços culturais e hábitos demográficos refletidos por grande parte da população. Assim, o "modus vivend<sup>is</sup>", hoje observado entre a população menos atingida pela "cultura de massa", bem define o tipo de cultura que foi introduzida e conservada na área, por gerações sucessivas ao longo de mais de 200 anos.

Dentro de um contexto histórico regional, conclui-se que foi essa freguesia, significativo pólo de vanguarda no processo colonizador da região litorânea entre Garopaba e S. José, no decorrer da segunda metade do século XVIII e maior parte do século XIX; tendo contribuído de maneira significativa, no povoamento e ocupação econômica deste espaço territorial. Contribuiu conseqüentemente, com seu sucesso colonizador, na consolidação da posse definitiva destas terras do Brasil Meridional, para o domínio luso-brasileiro. Ainda no aspecto histórico conclui-se que a decorrência política da freguesia no cenário regional, ocorrida a partir de meados do século XIX, deveu-se à própria expansão da população original. Esta conseguiu dinamizar outros núcleos populacionais na periferia da freguesia, que passaram a desempenhar o mesmo papel que até então era exercido pela freguesia de Enseada de Brito (sede). Isto era esperado, uma vez que o tipo de atividade econômica desenvolvida, basicamente agrícola, fazia com que a população fosse se afastando progressivamen

te da sede, em busca de novos meios de subsistência, reduzindo seus contatos com a mesma, face às distâncias. Testemunhando este processo progressivo de afastamento da população em relação à sede da freguesia, registrou-se forte queda no volume populacional de Enseada de Brito quando dos desmembramentos territoriais ocorridos com a mesma em meados do século XIX, quando reduzido a quase 50% a população existente.

Conclui-se que a redução progressiva da importância da sede da freguesia no cenário regional, não é indicador do fracasso da frente colonizadora que polarizou, refletindo antes sim, uma transferência do centro de gerência das relações sócio econômicas na área. Pois, Garopaba, Santo Amaro do Cubatão, Palhoça e Paulo Lopes, tiveram em suas origens, a presença de terras e população originados desta freguesia.

No aspecto demográfico conclui-se que os ciclos de crescimentos populacionais apresentados, resultaram da presença de hábitos demográficos não malthusianos, que eram influenciados em suas oscilações, fortes mortalidades ocorridas de forma intermitente. Pois observou-se que o elevado número médio de filhos por famílias manteve-se constante para todo o período. Igualmente constatou-se que não ocorreu uma desaceleração das taxas de natalidade em direção a hábitos malthusianos, pois durante todo o período enfocado, registrou-se a presença, ainda que de forma cíclica, de fortes taxas de natalidade. É provável que os hábitos demográficos não sofreram modificações acentuadas por ser esta uma sociedade de padrões morais-sociais conservadores, cuja população desconhecia ou resistia, às transformações que estavam se processando em outras áreas do país. Assim agiam, tanto por influência da Igreja, como pela necessidade de manter "famílias ideais" numerosas, face aos perigos de vida a que estavam sujeitos, e as necessidades de uma mão de obra numerosa para garantir a sobrevivência da família.

Conclui-se que o delineamento de ciclos de reduzido crescimento populacional, resultaram tanto das fracas taxas de natalidade, como das fortes taxas de mortalidade. Pois, quando nasciam, ou sobreviviam poucas crianças, resultavam da ocorrência de fortes mortalidades, naqueles anos ou anteriores, que atingiam tanto os nascidos com a população responsável pela geração dos filhos. Quando eram atingidos a população reprodutora, a retomada das elevadas taxas de natalidade se processava mais rapidamente, se entre a população que chegava a idade de casar, registrava-se um equilíbrio entre os sexos; uma vez que isto favorecia a organização de novas famílias.

Quanto aos ciclos de elevado crescimento populacional, resultaram da presença de fortes taxas de natalidade e fracas taxas de mortalidade; que possibilitaram a geração e sobrevivência de grande número de crianças.

Conclui-se que, demograficamente esta população dependeu de seu próprio potencial demográfico para crescer numericamente; pois o crescimento vegetativo apresentado, correspondeu em linhas gerais ao crescimento da população no período, assim, as oscilações apresentadas no ritmo de expansão da população ocorreram independente da fase conjuntural em que estava inserido, sem apresentar mudanças significativas e duradouras no sentido de formar hábitos demográficos malthusianos. Assim, a população paulista-açoriana, que se estabeleceu nesta área geográfica, dando origem à Freguesia de Enseada de Brito, manteve-se demograficamente devido a manutenção de padrões demográficos marcados por forte taxas de natalidade, resultantes tanto da necessidade de manter-se famílias numerosas face os perigos de vida, como da influência moral da Igreja, amplamente favorável e defensora de uma expansão natural da população. Só não ocorreu a presença de uma explosão demográfica, foi devido a ocorrência das fortes mortalidades que reduziam os efeitos das fortes taxas de natalidade; gerando um aumento modesto da população nos momentos

fazia sentir seus efeitos.

Enseada de Brito, como outras povoações que foram p<sub>o</sub>los de povoamento, são o que são hoje, pelo que foram no passado, não muito distante.

A N E X O SANEXO I.

- A. - Fichas de Indexação
  - A 1. - Ficha de Batizados
  - A 2. - Ficha de Óbitos
  - A 3. - Ficha de Casamentos
  
- B. - Fichas de Entabulamento
  - B 1. - Anual de Batizados de livres
  - B 2. - Anual de Óbitos
  - B 3. - Anual de Mortalidade Infantil
  - B 4. - Anual de Casamentos
  - B 5. - Familiar de livres

ANEXO II.

A. Lista dos cidadãos votantes qualificados pela junta Municipal da cidade de São José - Parochia de Nossa Senhora do Rosário de Enseada de Brito, Distrito de São José, 1876.

B. Revisão do Alistamento Eleitoral da 3<sup>a</sup> secção da Parochia de Enseada de Brito para o ano de 1890.

## A.1. FICHA DE BATIZADO

DATA \_\_\_\_\_  
 LUGAR \_\_\_\_\_  
 OBS: \_\_\_\_\_  
 NOME \_\_\_\_\_  
 NASCEU \_\_\_\_\_  
 PAI: \_\_\_\_\_  
 ORIGEM \_\_\_\_\_  
 MÃE: \_\_\_\_\_  
 ORIGEM \_\_\_\_\_  
 AVÓS PATERNOS \_\_\_\_\_  
 AVÔ: \_\_\_\_\_  
 AVÓ: \_\_\_\_\_  
 AVÓS MATERNOS \_\_\_\_\_  
 AVÔ: \_\_\_\_\_  
 AVÓ: \_\_\_\_\_  
 PADRINHO: \_\_\_\_\_  
 MADRINHA \_\_\_\_\_  
 COMENTÁRIO: \_\_\_\_\_  
 LIVRO: \_\_\_\_\_

## A.2. FICHA DE ÓBITOS

DATA: .....  
 LUGAR: .....  
 NOME: .....  
 .....  
 IDADE: .....  
 FILHO: LEGIT. \_\_\_\_\_ NATURAL \_\_\_\_\_  
 PAI: .....  
 .....  
 MÃES: .....  
 .....  
 ESPOSO: .....  
 .....  
 CAUSA: .....

## A.3. FICHA DE CASAMENTOS

DATA: .....  
 LUGAR: .....  
 NOIVO  
 NOME: .....  
 ORIGEM: .....  
 PAI: .....  
 ORIGEM: .....  
 MÃE: .....  
 ORIGEM: .....  
 ASSINOU: SIM \_\_\_\_\_ NÃO \_\_\_\_\_  
 NOIVA  
 NOME: .....  
 ORIGEM: .....  
 PAI: .....  
 ORIGEM: .....  
 MÃE: .....  
 ORIGEM: .....  
 ASSINOU: SIM \_\_\_\_\_ NÃO \_\_\_\_\_  
 TESTEMUNHAS  
 1. ....  
 2. ....  
 ASSINARAM: 1. SIM \_\_\_\_\_ NÃO \_\_\_\_\_



B.2. ENTABULAMENTO ANUAL DE CRUIOS

ANOS :	PARCQUIA												COMENTARIO			
	j	f	m	a	m	j	j	a	s	o	n	d		TOTAL		
TOTAL																



B. 3. ENTABULAMENTO DA MORTALIDADE INFANTIL ANUAL

M E S E M Q U E N A S C E R A M	M E S E M Q U E M O R R E R A M												TOTAL QUE NASCEU NO ANO	TOTAL QUE MORREU COM - DE UM ANO	TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL
	jan.	fev.	mar.	abr.	mai.	jun.	jul.	ago.	set.	out.	nov.	dez.			
jan.															
fev.															
mar.															
abr.															
mai.															
jun.															
jul.															
ago.															
set.															
out.															
nov.															
dez.															
													TOTAL QUE NASCEU NO ANO		
													TOTAL QUE MORREU COM - DE UM ANO		
													TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL		



B.5. FICHA DE ENTABULAMENTO FAMILIAR DE LIVRES

Marido \_\_\_\_\_ filho de \_\_\_\_\_

Esposa \_\_\_\_\_ filha de \_\_\_\_\_

CAMAMENTO n° \_\_\_\_\_  
 DATA \_\_\_\_\_  
 LUGAR \_\_\_\_\_

	BATISMO		MORTE		ANOS DE CASA-MENTO	IDADE NA MORTE	CAUSA	OUTOS CASAMENTOS
	DATA	LUGAR	DATA	LUGAR				
MARIDO								
ESPOSA								

IDAD.	ANOS CASA-DIA	N° NASC.	IDADE MÃE	INTER VALO	BATISMOS		SÉPULTAMENTOS		CASAMENTO	NOME	CONJUGE
					SEXO	N°	DATA	DATA			
15-9						1					
20-4						2					
25-9						3					
30-4						4					
35-9						5					
40-4						6					
45-9						7					
TOTAL						8					
HOMEM						9					
MULHER											
COMENTÁRIO											

F I L H O S



NUMERO	NOME	ESTADO	PROFISSÃO	GRUPO	RENDA	CONSECIDA	ESTADO
20	Francisco José Botelho	34	viuvo Professor	Salic	300.000	300.000	viuvo
21	Francisco Gabriel de Vieira	56	casado Advogado	Salic	400.000	400.000	Salic
22	Francisco José de Almeida	55	Salic	Advogado	500.000	500.000	Salic
23	Francisco José de Almeida	57	Salic	Advogado	600.000	600.000	Salic
24	Francisco José de Almeida	27	Adv. Adv.	Salic	800.000	800.000	Salic
25	Francisco José de Almeida	28	Salic	Adv.	100.000	100.000	Salic
26	Francisco José de Almeida	61	viuvo Adv.	Salic	300.000	300.000	Salic
27	Francisco José de Almeida	35	Adv. Adv.	Salic	300.000	300.000	Salic
28	Francisco José de Almeida	33	Salic Adv.	Adv.	300.000	300.000	Salic
29	Francisco José de Almeida	57	Salic Adv.	Adv.	300.000	300.000	Salic
30	Francisco José de Almeida	57	Salic Adv.	Adv.	300.000	300.000	Salic
31	Francisco José de Almeida	37	Salic Adv.	Adv.	300.000	300.000	Salic
32	Francisco José de Almeida	55	Adv. Adv.	Adv.	300.000	300.000	Salic

NUMERO	NOME	ESTADO	PROFISSÃO	GRUPO	RENDA	CONSECIDA	ESTADO
33	Francisco José de Almeida	30	casado Adv.	Adv.	300.000	300.000	Salic
34	Francisco José de Almeida	33	Adv. Adv.	Adv.	300.000	300.000	Salic
35	Francisco José de Almeida	66	Salic Adv.	Adv.	300.000	300.000	Salic
36	Francisco José de Almeida	53	Salic Adv.	Adv.	300.000	300.000	Salic
37	Francisco José de Almeida	26	casado Adv.	Adv.	300.000	300.000	Salic
38	Francisco José de Almeida	58	Salic Adv.	Adv.	300.000	300.000	Salic
39	Francisco José de Almeida	34	Adv. Adv.	Adv.	300.000	300.000	Salic
40	Francisco José de Almeida	36	Salic Adv.	Adv.	300.000	300.000	Salic
41	Francisco José de Almeida	29	Adv. Adv.	Adv.	300.000	300.000	Salic
42	Francisco José de Almeida	28	Salic Adv.	Adv.	300.000	300.000	Salic
43	Francisco José de Almeida	65	viuvo Adv.	Adv.	300.000	300.000	Salic
44	Francisco José de Almeida	52	Adv. Adv.	Adv.	300.000	300.000	Salic
45	Francisco José de Almeida	33	Salic Adv.	Adv.	300.000	300.000	Salic
46	Francisco José de Almeida	33	Salic Adv.	Adv.	300.000	300.000	Salic
47	Francisco José de Almeida	57	Salic Adv.	Adv.	300.000	300.000	Salic
48	Francisco José de Almeida	38	Adv. Adv.	Adv.	300.000	300.000	Salic
49	Francisco José de Almeida	33	Salic Adv.	Adv.	300.000	300.000	Salic

Número	Nome	Idade	Estado Civil	Profissão	Qualificação	Saldo	Valor	Domício	Quantia	Receita
60	Jose Auto Gumbauer	61	Casado	Carreiro	Carreiro	100	100,000	Curitiba	100,000	100,000
61	Jose Pedro de Souza	58	Solteiro	Solteiro	Solteiro	100	300,000	Solteiro	300,000	300,000
62	Jose Antonio de Souza	32	Solteiro	Solteiro	Solteiro	100	300,000	Solteiro	300,000	300,000
63	Jose Antonio de Mattos	63	Solteiro	Carretero	Carretero	100	300,000	Solteiro	300,000	300,000
64	Jose Antonio de Miranda	45	Solteiro	Agente	Agente	100	300,000	Solteiro	300,000	300,000
65	Jose Antonio Estada	54	Solteiro	Carreiro	Carreiro	100	300,000	Solteiro	300,000	300,000
66	Jose Antonio Dias	53	União	Solteiro	Solteiro	100	300,000	Solteiro	300,000	300,000
67	Jose Pedro de Souza	66	Casado	Carreiro	Carreiro	100	300,000	Solteiro	300,000	300,000
68	Jose Antonio de Souza	31	Solteiro	Solteiro	Solteiro	100	300,000	Solteiro	300,000	300,000
69	Jose Antonio de Souza	33	Solteiro	Solteiro	Solteiro	100	300,000	Solteiro	300,000	300,000
70	Jose Antonio de Souza	53	Solteiro	Solteiro	Solteiro	100	300,000	Solteiro	300,000	300,000
71	Jose Antonio de Souza	43	Solteiro	Solteiro	Solteiro	100	300,000	Solteiro	300,000	300,000
72	Jose Antonio de Souza	32	Solteiro	Solteiro	Solteiro	100	300,000	Solteiro	300,000	300,000
73	Jose Antonio de Souza	46	Solteiro	Agente	Agente	100	300,000	Solteiro	300,000	300,000
74	Jose Antonio de Souza	48	Solteiro	Carreiro	Carreiro	100	300,000	Solteiro	300,000	300,000
75	Jose Antonio de Souza	32	Solteiro	Solteiro	Solteiro	100	300,000	Solteiro	300,000	300,000
CURITIBA										
76	Jose Antonio de Souza	35	Casado	Carreiro	Carreiro	100	300,000	Solteiro	300,000	300,000
77	Jose Antonio de Souza	46	Solteiro	Solteiro	Solteiro	100	300,000	Solteiro	300,000	300,000
78	Jose Antonio de Souza	38	Solteiro	Solteiro	Solteiro	100	300,000	Solteiro	300,000	300,000
79	Jose Antonio de Souza	61	Solteiro	Solteiro	Solteiro	100	300,000	Solteiro	300,000	300,000
80	Jose Antonio de Souza	41	Solteiro	Solteiro	Solteiro	100	300,000	Solteiro	300,000	300,000
81	Jose Antonio de Souza	47	Solteiro	Solteiro	Solteiro	100	300,000	Solteiro	300,000	300,000
82	Jose Antonio de Souza	30	Solteiro	Solteiro	Solteiro	100	300,000	Solteiro	300,000	300,000
83	Jose Antonio de Souza	25	Solteiro	Solteiro	Solteiro	100	300,000	Solteiro	300,000	300,000
84	Jose Antonio de Souza	30	Solteiro	Solteiro	Solteiro	100	300,000	Solteiro	300,000	300,000
85	Jose Antonio de Souza	30	Solteiro	Solteiro	Solteiro	100	300,000	Solteiro	300,000	300,000
86	Jose Antonio de Souza	34	Solteiro	Solteiro	Solteiro	100	300,000	Solteiro	300,000	300,000
87	Jose Antonio de Souza	29	Solteiro	Solteiro	Solteiro	100	300,000	Solteiro	300,000	300,000
88	Jose Antonio de Souza	68	Solteiro	Solteiro	Solteiro	100	300,000	Solteiro	300,000	300,000
89	Jose Antonio de Souza	54	Solteiro	Solteiro	Solteiro	100	300,000	Solteiro	300,000	300,000
90	Jose Antonio de Souza	59	Solteiro	Solteiro	Solteiro	100	300,000	Solteiro	300,000	300,000

Ordem	Nome	Modelo	Estado Civil	Profissão	Idade e Sexo	Endereço	Valor	Receita	Observações
91	Furtoso Lopes de Esp. Paulo	41	Casado	Sacerdote	Idade	Maurol Lopes do Esp. Paulo	200.000	200.000	Esposa
92	Freire de Sousa da Silva	61	viuvo	Sacerdote	Idade	João Augusto da Silva	200.000	200.000	Idade
93	Alves Pereira de Souza	28	Casado	Sacerdote	Idade	João de Souza Soares	200.000	200.000	Idade
94	Teófilo Francisco Ferreira	25	Idem	Sacerdote	Idade	Luizinho Ferreira	200.000	200.000	Idade
95	Alves Francisco da Silva	34	viuvo	Sacerdote	Idade	Plutarco Silva da Silva	200.000	200.000	Idade
96	Alves Francisco Pacheco	28	Casado	Sacerdote	Idade	Frederico Pacheco	200.000	200.000	Idade
97	Freire de Sousa da Silva	18	Idem	Sacerdote	Idade	Frederico da Silva	200.000	200.000	Idade
98	Alves Francisco da Silva	30	Idem	Sacerdote	Idade	Vicente Augusto da Silva	200.000	200.000	Idade
99	Freire de Sousa da Silva	31	viuvo	Sacerdote	Idade	João Pereira da Silva	100.000	100.000	Esposa
100	Alves Francisco da Silva	35	Casado	Sacerdote	Idade	Luizinho da Espindola	200.000	200.000	Idade
101	Alves Francisco Lopes	38	Idem	Sacerdote	Idade	Agostinho José Lopes	200.000	200.000	Idade
102	Freire de Sousa da Silva	30	Idem	Sacerdote	Idade	Luizinho José da Silva	200.000	200.000	Idade
103	Alves Francisco da Silva	33	Idem	Sacerdote	Idade	João Maria Soares	200.000	200.000	Idade
104	Freire de Sousa da Silva	31	viuvo	Sacerdote	Idade	Maurol Romero da Silva	200.000	200.000	Idade
105	Alves Francisco da Silva	41	Idem	Sacerdote	Idade	Luizinho - se	200.000	200.000	Idade
106	Freire de Sousa da Silva	25	Casado	Sacerdote	Idade	Maurol Freire da Silva	200.000	200.000	Idade
107	Alves Francisco da Silva	51	Idem	Sacerdote	Idade	João Pereira da Silva	200.000	200.000	Idade
108	Freire de Sousa da Silva	49	Idem	Sacerdote	Idade	Luizinho Luciano Cavalcante	200.000	200.000	Idade
109	Alves Francisco da Silva	73	Idem	Sacerdote	Idade	Maurol Pereira da Silva	200.000	200.000	Idade
110	Freire de Sousa da Silva	53	Idem	Sacerdote	Idade	João Pereira da Silva	200.000	200.000	Idade
111	Alves Francisco da Silva	27	Idem	Sacerdote	Idade	João Guilherme de Souza	200.000	200.000	Idade
112	Freire de Sousa da Silva	25	viuvo	Sacerdote	Idade	Frederico Guilherme de Souza	200.000	200.000	Idade
113	Alves Francisco da Silva	10	Casado	Sacerdote	Idade	Luizinho Alexandre de Campos	200.000	200.000	Idade
114	Freire de Sousa da Silva	51	Idem	Sacerdote	Idade	Luizinho Soares Pacheco	200.000	200.000	Idade
115	Alves Francisco da Silva	21	Idem	Sacerdote	Idade	Frederico Soares Pacheco	200.000	200.000	Idade
116	Freire de Sousa da Silva	41	Idem	Sacerdote	Idade	Luizinho Augusto de Almeida	200.000	200.000	Idade
117	Alves Francisco da Silva	43	Idem	Sacerdote	Idade	Maurol Soares Pacheco	200.000	200.000	Idade
118	Freire de Sousa da Silva	20	Casado	Sacerdote	Idade	Luizinho Augusto de Almeida	200.000	200.000	Idade
119	Alves Francisco Pacheco	43	Idem	Sacerdote	Idade	Maurol Pacheco	200.000	200.000	Idade
120	Freire de Sousa da Silva	43	Idem	Sacerdote	Idade	Maurol Soares Pacheco	200.000	200.000	Idade
121	Alves Francisco da Silva	52	Idem	Sacerdote	Idade	Frederico Soares Pacheco	200.000	200.000	Idade
122	Freire de Sousa da Silva	59	Idem	Sacerdote	Idade	João Pereira da Silva	200.000	200.000	Idade

NUMERO	NOME	DATA	VALOR	TIPO	DESCRICAO	VALOR	TIPO	RENTA CONHECIDA	DESCRICAO
153	Antonio de Jesus da Silva	15/05/1870	1000	Terreno	Terreno de casa da Silva	1000	Terreno	100000	Terreno
154	Antonio de Jesus da Silva	16/05/1870	1000	Terreno	Terreno de casa da Silva	1000	Terreno	200000	Terreno
155	Antonio de Jesus da Silva	17/05/1870	1000	Terreno	Terreno de casa da Silva	1000	Terreno	300000	Terreno
156	Antonio de Jesus da Silva	18/05/1870	1000	Terreno	Terreno de casa da Silva	1000	Terreno	400000	Terreno
157	Antonio de Jesus da Silva	19/05/1870	1000	Terreno	Terreno de casa da Silva	1000	Terreno	500000	Terreno
158	Antonio de Jesus da Silva	20/05/1870	1000	Terreno	Terreno de casa da Silva	1000	Terreno	600000	Terreno
159	Antonio de Jesus da Silva	21/05/1870	1000	Terreno	Terreno de casa da Silva	1000	Terreno	700000	Terreno
160	Antonio de Jesus da Silva	22/05/1870	1000	Terreno	Terreno de casa da Silva	1000	Terreno	800000	Terreno
161	Antonio de Jesus da Silva	23/05/1870	1000	Terreno	Terreno de casa da Silva	1000	Terreno	900000	Terreno
162	Antonio de Jesus da Silva	24/05/1870	1000	Terreno	Terreno de casa da Silva	1000	Terreno	1000000	Terreno
163	Antonio de Jesus da Silva	25/05/1870	1000	Terreno	Terreno de casa da Silva	1000	Terreno	1100000	Terreno
164	Antonio de Jesus da Silva	26/05/1870	1000	Terreno	Terreno de casa da Silva	1000	Terreno	1200000	Terreno
165	Antonio de Jesus da Silva	27/05/1870	1000	Terreno	Terreno de casa da Silva	1000	Terreno	1300000	Terreno
166	Antonio de Jesus da Silva	28/05/1870	1000	Terreno	Terreno de casa da Silva	1000	Terreno	1400000	Terreno
167	Antonio de Jesus da Silva	29/05/1870	1000	Terreno	Terreno de casa da Silva	1000	Terreno	1500000	Terreno
168	Antonio de Jesus da Silva	30/05/1870	1000	Terreno	Terreno de casa da Silva	1000	Terreno	1600000	Terreno
169	Antonio de Jesus da Silva	31/05/1870	1000	Terreno	Terreno de casa da Silva	1000	Terreno	1700000	Terreno
170	Antonio de Jesus da Silva	01/06/1870	1000	Terreno	Terreno de casa da Silva	1000	Terreno	1800000	Terreno
171	Antonio de Jesus da Silva	02/06/1870	1000	Terreno	Terreno de casa da Silva	1000	Terreno	1900000	Terreno
172	Antonio de Jesus da Silva	03/06/1870	1000	Terreno	Terreno de casa da Silva	1000	Terreno	2000000	Terreno
173	Antonio de Jesus da Silva	04/06/1870	1000	Terreno	Terreno de casa da Silva	1000	Terreno	2100000	Terreno
174	Antonio de Jesus da Silva	05/06/1870	1000	Terreno	Terreno de casa da Silva	1000	Terreno	2200000	Terreno
175	Antonio de Jesus da Silva	06/06/1870	1000	Terreno	Terreno de casa da Silva	1000	Terreno	2300000	Terreno



Ordem	Nome	Idade	Profissão	Estado Civil	Localidade	Valor	Observações	Assinatura	Assinatura
153	Francisco de Paula	28	Escrivão	solteiro	Ilhéus	100.000	Ilhéus	Francisco de Paula	100.000
154	Francisco de Paula	51	Advogado	casado	Ilhéus	100.000	Ilhéus	Francisco de Paula	100.000
155	Francisco de Paula	51	Advogado	solteiro	Ilhéus	300.000	Ilhéus	Francisco de Paula	300.000
156	Francisco de Paula	28	Advogado	solteiro	Ilhéus	100.000	Ilhéus	Francisco de Paula	100.000
157	Francisco de Paula	32	Advogado	solteiro	Ilhéus	100.000	Ilhéus	Francisco de Paula	100.000
158	Francisco de Paula	35	Advogado	solteiro	Ilhéus	100.000	Ilhéus	Francisco de Paula	100.000
159	Francisco de Paula	40	Advogado	solteiro	Ilhéus	100.000	Ilhéus	Francisco de Paula	100.000
<b>5090 CHARRERÃO</b>									
160	Francisco de Paula	55	Advogado	solteiro	Ilhéus	100.000	Ilhéus	Francisco de Paula	100.000
161	Francisco de Paula	41	Advogado	casado	Ilhéus	100.000	Ilhéus	Francisco de Paula	100.000
162	Francisco de Paula	43	Advogado	solteiro	Ilhéus	100.000	Ilhéus	Francisco de Paula	100.000
163	Francisco de Paula	32	Advogado	solteiro	Ilhéus	100.000	Ilhéus	Francisco de Paula	100.000
164	Francisco de Paula	27	Advogado	solteiro	Ilhéus	100.000	Ilhéus	Francisco de Paula	100.000
165	Francisco de Paula	45	Advogado	solteiro	Ilhéus	100.000	Ilhéus	Francisco de Paula	100.000
166	Francisco de Paula	26	Advogado	solteiro	Ilhéus	100.000	Ilhéus	Francisco de Paula	100.000
167	Francisco de Paula	51	Advogado	casado	Ilhéus	100.000	Ilhéus	Francisco de Paula	100.000
168	Francisco de Paula	49	Advogado	solteiro	Ilhéus	100.000	Ilhéus	Francisco de Paula	100.000
169	Francisco de Paula	53	Advogado	solteiro	Ilhéus	100.000	Ilhéus	Francisco de Paula	100.000
170	Francisco de Paula	29	Advogado	solteiro	Ilhéus	100.000	Ilhéus	Francisco de Paula	100.000
171	Francisco de Paula	62	Advogado	solteiro	Ilhéus	100.000	Ilhéus	Francisco de Paula	100.000
172	Francisco de Paula	29	Advogado	solteiro	Ilhéus	100.000	Ilhéus	Francisco de Paula	100.000
173	Francisco de Paula	45	Advogado	solteiro	Ilhéus	100.000	Ilhéus	Francisco de Paula	100.000
174	Francisco de Paula	28	Advogado	solteiro	Ilhéus	100.000	Ilhéus	Francisco de Paula	100.000
175	Francisco de Paula	63	Advogado	solteiro	Ilhéus	100.000	Ilhéus	Francisco de Paula	100.000
176	Francisco de Paula	43	Advogado	solteiro	Ilhéus	100.000	Ilhéus	Francisco de Paula	100.000
177	Francisco de Paula	38	Advogado	solteiro	Ilhéus	100.000	Ilhéus	Francisco de Paula	100.000
178	Francisco de Paula	45	Advogado	solteiro	Ilhéus	100.000	Ilhéus	Francisco de Paula	100.000
179	Francisco de Paula	34	Advogado	solteiro	Ilhéus	100.000	Ilhéus	Francisco de Paula	100.000
180	Francisco de Paula	33	Advogado	solteiro	Ilhéus	100.000	Ilhéus	Francisco de Paula	100.000
181	Francisco de Paula	58	Advogado	solteiro	Ilhéus	100.000	Ilhéus	Francisco de Paula	100.000
182	Francisco de Paula	38	Advogado	solteiro	Ilhéus	100.000	Ilhéus	Francisco de Paula	100.000



Matrícula	NOME	Vida	Estado Civil	Profissão	Escreva	Endereço	Renda	Debitos
213	Fco da Silva	10	solteiro	lavrador	mas	Quaresma de	200.000	200.000
214	Fco Jacintho da Silva	10	casado	pequeno fazendeiro	fazendeiro	Quaresma de	100.000	100.000
215	Francisco da Silva	29	solteiro	fazendeiro	fazendeiro	Quaresma de	200.000	200.000
216	Francisco da Silva	26	casado	fazendeiro	fazendeiro	Quaresma de	200.000	200.000
217	Francisco da Silva	17	solteiro	fazendeiro	fazendeiro	Quaresma de	200.000	200.000
218	Francisco da Silva	63	casado	fazendeiro	fazendeiro	Quaresma de	200.000	200.000
219	Francisco da Silva	60	casado	fazendeiro	fazendeiro	Quaresma de	200.000	200.000
220	Francisco da Silva	28	casado	fazendeiro	fazendeiro	Quaresma de	200.000	200.000
221	Francisco da Silva	35	casado	fazendeiro	fazendeiro	Quaresma de	200.000	200.000
222	Francisco da Silva	25	casado	fazendeiro	fazendeiro	Quaresma de	200.000	200.000

Matrícula	NOME	Vida	Estado Civil	Profissão	Escreva	Endereço	Renda	Debitos
223	Francisco da Silva	20	casado	fazendeiro	fazendeiro	Quaresma de	200.000	200.000
224	Francisco da Silva	20	casado	fazendeiro	fazendeiro	Quaresma de	200.000	200.000
225	Francisco da Silva	53	casado	fazendeiro	fazendeiro	Quaresma de	200.000	200.000
226	Francisco da Silva	32	casado	fazendeiro	fazendeiro	Quaresma de	200.000	200.000
227	Francisco da Silva	17	casado	fazendeiro	fazendeiro	Quaresma de	200.000	200.000
228	Francisco da Silva	28	casado	fazendeiro	fazendeiro	Quaresma de	200.000	200.000
229	Francisco da Silva	51	casado	fazendeiro	fazendeiro	Quaresma de	200.000	200.000
230	Francisco da Silva	53	casado	fazendeiro	fazendeiro	Quaresma de	200.000	200.000
231	Francisco da Silva	53	casado	fazendeiro	fazendeiro	Quaresma de	200.000	200.000
232	Francisco da Silva	28	casado	fazendeiro	fazendeiro	Quaresma de	200.000	200.000
233	Francisco da Silva	13	casado	fazendeiro	fazendeiro	Quaresma de	200.000	200.000
234	Francisco da Silva	63	casado	fazendeiro	fazendeiro	Quaresma de	200.000	200.000
235	Francisco da Silva	53	casado	fazendeiro	fazendeiro	Quaresma de	200.000	200.000
236	Francisco da Silva	48	casado	fazendeiro	fazendeiro	Quaresma de	200.000	200.000
237	Francisco da Silva	13	casado	fazendeiro	fazendeiro	Quaresma de	200.000	200.000
238	Francisco da Silva	53	casado	fazendeiro	fazendeiro	Quaresma de	200.000	200.000
239	Francisco da Silva	28	casado	fazendeiro	fazendeiro	Quaresma de	200.000	200.000
240	Francisco da Silva	35	casado	fazendeiro	fazendeiro	Quaresma de	200.000	200.000
241	Francisco da Silva	59	casado	fazendeiro	fazendeiro	Quaresma de	200.000	200.000
242	Francisco da Silva	20	casado	fazendeiro	fazendeiro	Quaresma de	200.000	200.000

№	Nome	Profissão	Idade	Sexo	Estado Civil	Religião	Valor	Valor	Valor	Valor
243	Francisco Pinheiro	Emprego	27	M	casado	católico	100.000	100.000	100.000	100.000
244	Francisco de Almeida	Emprego	53	M	solteiro	católico	100.000	100.000	100.000	100.000
245	Francisco de Almeida	Emprego	17	M	solteiro	católico	100.000	100.000	100.000	100.000
246	Francisco de Almeida	Emprego	28	M	solteiro	católico	100.000	100.000	100.000	100.000
247	Francisco de Almeida	Emprego	37	M	solteiro	católico	100.000	100.000	100.000	100.000
248	Francisco de Almeida	Emprego	43	M	solteiro	católico	100.000	100.000	100.000	100.000
249	Francisco de Almeida	Emprego	61	M	solteiro	católico	100.000	100.000	100.000	100.000
250	Francisco de Almeida	Emprego	25	M	solteiro	católico	100.000	100.000	100.000	100.000
251	Francisco de Almeida	Emprego	33	M	solteiro	católico	100.000	100.000	100.000	100.000
252	Francisco de Almeida	Emprego	34	M	solteiro	católico	100.000	100.000	100.000	100.000
253	Francisco de Almeida	Emprego	43	M	solteiro	católico	100.000	100.000	100.000	100.000
254	Francisco de Almeida	Emprego	29	M	solteiro	católico	100.000	100.000	100.000	100.000
FALACIA										
255	Francisco de Almeida	Emprego	25	M	casado	católico	100.000	100.000	100.000	100.000
256	Francisco de Almeida	Emprego	28	M	casado	católico	100.000	100.000	100.000	100.000
257	Francisco de Almeida	Emprego	41	M	casado	católico	100.000	100.000	100.000	100.000
258	Francisco de Almeida	Emprego	48	M	casado	católico	100.000	100.000	100.000	100.000
259	Francisco de Almeida	Emprego	63	M	casado	católico	100.000	100.000	100.000	100.000
260	Francisco de Almeida	Emprego	24	M	casado	católico	100.000	100.000	100.000	100.000
261	Francisco de Almeida	Emprego	41	M	casado	católico	100.000	100.000	100.000	100.000
262	Francisco de Almeida	Emprego	53	M	casado	católico	100.000	100.000	100.000	100.000
263	Francisco de Almeida	Emprego	62	M	casado	católico	100.000	100.000	100.000	100.000
264	Francisco de Almeida	Emprego	28	M	casado	católico	100.000	100.000	100.000	100.000
265	Francisco de Almeida	Emprego	30	M	casado	católico	100.000	100.000	100.000	100.000
266	Francisco de Almeida	Emprego	44	M	casado	católico	100.000	100.000	100.000	100.000
267	Francisco de Almeida	Emprego	59	M	casado	católico	100.000	100.000	100.000	100.000
268	Francisco de Almeida	Emprego	40	M	casado	católico	100.000	100.000	100.000	100.000
269	Francisco de Almeida	Emprego	24	M	casado	católico	100.000	100.000	100.000	100.000
270	Francisco de Almeida	Emprego	62	M	casado	católico	100.000	100.000	100.000	100.000
271	Francisco de Almeida	Emprego	26	M	casado	católico	100.000	100.000	100.000	100.000
272	Francisco de Almeida	Emprego	26	M	casado	católico	100.000	100.000	100.000	100.000



NUM	DESCR	ESPEC	VALOR	UNID	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR
200	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
201	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
202	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
203	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
204	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
205	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
206	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
207	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
208	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
209	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
210	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
211	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
212	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
213	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
214	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
215	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
216	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
217	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
218	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
219	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
220	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
221	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
222	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
223	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
224	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
225	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
226	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
227	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
228	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
229	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
230	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
231	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
232	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
233	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
234	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
235	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
236	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
237	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
238	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
239	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
240	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
241	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
242	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
243	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
244	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
245	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
246	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
247	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
248	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
249	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			
250	ALUMINIO	ALUMINIO	300.000	kg	300.000			

NOME	Idade	Estado Civil	Profissão	Cidade	Cargo	Filiação	Situação	Benefício	Observações
323 José Luiz de Almeida	39	Solteiro	Advogado	Lima	Advogado	Filiação	Beneficiário	Beneficiário	Beneficiário
324 José Luiz de Almeida	25	Solteiro	Advogado	Lima	Advogado	Filiação	Beneficiário	Beneficiário	Beneficiário
Rocio da Cunha						Cidade de São José, F. de Junho de 1876			
O. Pres. e José Maria da Cruz						(Assinava)			
D. Richard e Cas. Luiz						Fornal de São José (Assinava)			
" " "						Fornal de São José (Assinava)			
" " "						Fornal de São José (Assinava)			



16. LIMA, Heitor Ferreira. História político-econômica e industrial do Brasil. São Paulo, Comp. Ed. Nacional, 1970. 422 p.
17. MARCILIO, Maria Luiza. A cidade de São Paulo; povoamento e população, 1750-1850. São Paulo, Pioneira, 1974. 220 p.
18. MARCILIO, Maria Luiza. Demografia histórica. São Paulo, Novos Umbrais, 1977. 261 p.
19. MENEZES, Manoel de Souza. Os açorianos no povoamento de Santa Catarina. Angra do Heroísmo, Typ. Andrade, 1952, 65 p.
20. NIELSEN, Lawrence James. Mortalidade geral. Florianópolis, UFSC, Deptº de História, 1978.
21. NIELSEN, Lawrence James. Mortalidade na cidade de Desterro, 1804-1854: cifras, causas e conseqüências. Florianópolis, UFSC, Deptº de História, 1978.
22. NIELSEN, Lawrence James. Uma metodologia da pesquisa para a história demográfica. Florianópolis, UFSC, Deptº de História, 1978.
23. PIAZZA, Walter Fernando. A Igreja em Santa Catarina; notas para sua história. Florianópolis, Ed. do Governo do Estado de Santa Catarina, 1977. 313 p.
24. PIAZZA, Walter Fernando. O escravo numa economia minifundiária. São Paulo, Ed. Resenha Universitária; Florianópolis, UDESC, 1975. 232 p.
25. PIAZZA, Walter Fernando. Os açorianos em Santa Catarina. Re-



DA ENSEADA DE BRAYO PARA O ANO DE 1890

N.º	NOME	IDADE	1.º QUARTEIRÃO	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	DOMICÍLIO
1	Lesário Soares da Compa.	53	Muñoz José Rachadel	casado	lavrador	C. Bute
2	Dominges José Rachadel	46	Idem José Rachadel	"	"	"
3	Fco Soares dos Santos	50	Manoel Soares dos Santos	"	"	"
4	Fernão Soares Ramundo	69	M.º Capuina de Jesus	"	"	"
5	José Martins Neves	45	Fernão Martins Neves	viúvo	"	"
6	José Luciano Cardoso	44	Constantino José Cardoso	casado	"	"
7	Manoel José Rachadel	31	Fernão José Rachadel	"	"	"
8	Manoel Fernando Lourenço	50	Marta Lourenço de Aguiar	solteira	"	"
9	Manoel Constantino Cardoso	49	Constantino José Cardoso	casado	"	"
10	Fernão José Rachadel	44	Domingos José Rachadel	"	"	"
2.º QUARTEIRÃO						
11	Fco José de Assumpção	30	Fernão Vieira de Assumpção	solteira	"	"
12	Fco Manoel da Silva	30	Manoel Joaquim da Silva	casado	"	"
13	Marcelino José Cardoso	47	Constantino José Cardoso	"	"	"
3.º QUARTEIRÃO						
14	Ante Fco Soares	22	Fco Pedro Soares	solteira	"	"
15	Antônio Pedro Soares	48	Ante Pedro Soares	casado	"	"
16	Enyido, Fco da Silveira	29	Fco Luciano da Silveira	solteira	"	"
17	Elmerete Ante Gonsalves	50	Hipólito Ante Gonsalves	casado	"	"
18	Degêcio Aguiar dos Santos	46	Fco Vicente dos Santos	solteira	"	"
19	Fco Manoel da Silva	22	Manoel Ferreira da Silva	"	Agência	"
20	Fco Hipólito Gonsalves	25	Hipólito Ante Gonsalves	"	lavrador	( )
21	Fco da Silveira	24	Fco Luciano José da Silveira	"	"	"
22	Manoel Joaquim Amão	68	Joaquim	casado	negociante	"
4.º QUARTEIRÃO						
23	Ante Machado Valença	23	Fco Machado Valença	casado	Agência	"
24	Carla Ferreira de Souza	40	Luiz Ferreira de Souza	"	lavrador	"
25	Jose Claudio Ferreira	52	Claudio Ferreira	viúvo	"	"
26	Manoel Martins do Nascimento	25	Marcelino Martins do Nascimento	solteira	"	"

Nº	NOME	Idade	Filiação	como casado	Profissão	Residência
27	Manoel Xavier da Rosa	22	Joaquim Xavier da Rosa	Solt.	Labrador	E. Brito
28	Olimpio Carlos de Espindola	38	Florentino Jose de Espindola	Viuvo	Negociante	"
2º QUARTERÃO						
29	Augusto Fco Antunes	42	Maria Ferreira	Casado	Guarda Floresta	E. Brito
30	Domingos Jose de Costa Barros	46	Domingos Jose de Costa Barros	"	Laundr	"
31	Florentino Jose de Espindola	46	Fco Jose de Espindola	"	"	"
32	Joaquim Machado Pereira Junior	51	Joaquim Machado Pereira	"	Negociante	"
33	Petronio Francisco de Espindola	22	Florentino Jose de Espindola	Solt.	Labrador	"
34	Manoel Auto de Souza	22	Auto de Souza	"	"	"
35	Martinho Julio de Souza	32	Francisco	Casado	Sapateiro	"
36	Manoel Fco Lopes	62	Fco Lopes de Esp. etc	"	Laundr	"
6º QUARTERÃO						
37	Delfino Thomé Luchares	56	Thomé Luchares	"	"	"
38	Fco Pedro Cardoso	36	João Pedro Cardoso	Solt.	"	"
39	Francisco Jose de Silva	40	Jose Correa da Silva	Casado	Negociante	"
40	Jose Sebastião dos Santos	28	Manoel Sebastião dos Santos	"	Labrador	"
41	Manoel Pedro Cardoso	40	João Pedro Cardoso	Solt.	"	"
42	Enrique Manoel Lopes	56	Manoel Joaquim Lopes	"	"	"
2º QUARTERÃO						
43	Auto Jose da Amuniação	23	Jose Uiriva de Amuniação	Solt.	"	"
44	Thomaz Duarte da Silva	22	Joaquim Duarte da Silva	"	"	"
45	Francisco Fco de Salles	23	João Spavio da Silva	"	"	"
46	Israél Freira de Quadras	22	Jose Mera de Quadras	"	"	"
47	Julio Cavaleiro da Silva	29	Bernardino Estreito da Silva	Casado	"	"
48	João Cardoso Duarte	38	Manoel Duarte da Silva	"	"	"
49	Jose Carlos do Nascimento	29	Manoel Pereira do Nascimento	"	"	"
50	Joaquim Duarte da Silva	22	Francisco Duarte da Silva	Solt.	"	"
51	Manoel Auto de Souza	50	Auto Damim da Silva	Casado	"	"
52	Manoel Leopoldo da Silva	22	João Spavio da Silva	Solt.	"	"
53	Manoel Alves da Cruz	24	Franciscina Antônia de Jesus	Casado	"	"

N.º	NOME	Idade	FILIAÇÃO	Estado Civil	Profissão	Residência
54	Manoel Ferreira da Silveira	37	Manoel Vicente da Silveira	casado	lavrador	C. Bufo
9.º QUARTELÃO						
55	Antônio Manoel da Silveira	28	Manoel Vicente da Silveira	semt.	lavrador	"
56	Alfredo Magno da Silva	34	David de Fozte	"	locação	"
57	Alfredo José de Brito	23	Mel. José da Silveira Junior	"	Agência	"
58	Caetano Manoel da Silveira	30	Mel. Vicente da Silveira	casado	Direito	"
59	Durval Tobias de Espindola	22	João Aquilino de Espindola	semt.	lavrador	"
60	João Carlos Martins	41	João Joaquim Lopes Rodrigues	casado	Negociante	"
61	Fabio Eudício da Silveira	22	Mel. José da Silveira Junior	semt.	Agência	"
62	José Fco Garcia	43	Fco José Garcia	casado	Lavrador	"
63	João Brito da Silveira	23	Mel. José da Silveira Junior	semt.	Sapateiro	"
64	Marcelo José de Fozza	22	Dionísio José de Fozza	"	Agência	"
65	Marcelo Fco Ferdandz	23	Fco Ferdandz Pláida	casado	Ferreiro	"
66	Manoel José da Silveira	22	Mel. José da Silveira Junior	semt.	Agência	"
67	Manoel Luiz de Espindola	37	Luiz Luiz de Espindola	"	Lavrador	"
68	Manoel Pedro da Silva	34	Alípio Fco Ferreira	casado	Sapateiro	"
69	Manoel José da Silveira	41	Amplício José da Silveira	"	Agência	"
70	Luiz Roberto de Espindola	31	Luiz Luiz de Espindola	semt.	Lavrador	"
71	Leopoldo Ferreira de Matos	31	Mel. Pereira do Nascimento	casado	Negociante	"
72	Luiz Adriano Martins	26	Sil. Gonsalves Cardoso	"	"	"
10.º QUARTELÃO						
73	Antônio Ramos de Souza Mo-	22	José Ramos Moreira	semt.	Negociante	"
74	Estelino José da Silveira	46	Mel. José da Silveira	casado	"	"
75	Leopoldo Aguiar de Silva	30	Luiz Ferreira da Silva	"	"	"
76	Domingos Vicente da Silva	38	Manoel Vicente da Silveira	"	"	"
77	Luiz Fco Peres	40	Aquilino Peres	"	Lavrador	"
78	José Eudício Martins	52	Sebastião José Martins	"	Carpinteiro	"
79	Luiz Adriano Martins	23	José Adriano Martins	"	escrividor	"
80	Julia Domingos de Souza	42	Beatriz Rosa de Oco	casado	Sapateiro	"
81	José Manoel da Silva	22	Fco Manoel da Silva	semt.	Lavrador	"
82	Luiz Roberto de Souza	62	Luiz Roberto de Souza	casado	Professor	"

Nº	NOME	IDADE	FILIAÇÃO	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	RESIDÊNCIA
53	Jose Maria Frangoso	28	Luiza Maria do Espírito Santo	casado	Fiscal	E. Beito
54	Georgium Martes Martins	26	Edgemma Martes do Nascimento	solte	Lavadeira	"
55	Jose Fco Carlos	27	Isabel Hemdemelech	casado	Ferreiro	"
56	Jose Floriano da Silva	54	Flaviana Jose	"	Professora	"
57	Macario Fco de Faria	22	Fco Antonio de Faria	solte	Lavrador	"
58	Manuel Felipe Santiago	42	Lucognito	casado	Sapateiro	"
59	Manuel Luiz Martins	50	Isabelorado	"	Lavrador	"
60	Manuel Egidio de Figue	48	Operario Jose Martins	"	Sacristão	"
61	Met. Jose da Costa Barbosa	33	Lycurado	"	Lavrador	"
62	Pedro Jose Floriano da Silva	33	Domingos Jose da Costa Barbosa	solte	Emprestador	"
63	Pedro Floriano da Silva	22	Jose Floriano da Silva	"	comerciante	"
64	Alfredo Fco Martins	38	Valdecide Rosa de Figue	casado	Ferreiro	"
<b>11º QUARTERÃO</b>						
75	Antonio Pereira de Souza	24	Jose Pereira de Souza	solte	Lavrador	"
80	Paulo Floriano de Souza Junior	24	Auto Floriano da Silva	"	"	"
87	Estevanina Felice dos Reis	30	Pedro Fco dos Reis	casado	Negociante	"
88	Francisco Pereira Quintana	26	Jose da Cruz Quintana	"	Agencia	"
89	Frispar Jose do Nascimento	37	Luiz Vinç do Nascimento	"	Lavrador	"
100	Jose Brumundo Machado	22	Auto da Souza Machado	solte	"	"
<b>12º QUARTERÃO</b>						
101	Manoel do Nascimento	24	Fco Jose do Nascimento	casado	"	"
<b>13º QUARTERÃO</b>						
101	Jose Fco da Costa Fagundes	61	Fco da Costa Fagundes	"	"	"
103	Luiz Pereira da Silveira	62	Fco Pereira Jorge	casado	"	"
104	Luiz Correa de Mello	43	Valmeo Correa de Mello	casado	"	"
105	Manuel Jose de Figue	34	Luiz Eguinaldo de Figue	solte	"	"
106	Manuel Jose Roudulo	36	Jose Roudulo	casado	"	"
107	Francisco Cecilio do Nas.	39	Luiz Vega do Nascimento	"	"	"
108	Auto Jose Marques	44	Luiz Vega do Nascimento	"	"	"
109	Manoel Fco Pereira	58	Luiz Vega do Nascimento	"	"	"

Nº	NOME	idade	FILIAÇÃO	ESTADO CIVIL	Profissão	RESIDÊNCIAS
110	João Fco de Souza	52	incoquto	solt.	lavrador	E. Brito
111	José Joaquim da Silva Junior	62	João Flaquim da Rosa	"	"	"
112	Facinto Brito Marques	30	Facinto Brito Marques	coçado	"	"
113	João Brito da Silveira	22	Ademir do Exe	solt.	lavrador	"
114	Manoel José da Silva	38	José Joaquim da Rosa Junior	"	"	"
115	Manoel Laurindo da Silva	32	Laurindo José Monteiro	coçado	"	"
116	Manoel Pereira de Mello	56	Laurindo Pereira de Mello	"	"	"
117	Thomas Barbosa Duarte	46	Manoel Barbosa Duarte	"	"	"
15º QUARTELÃO						
118	Antonio Luciano Pereira	24	João Facinto da Silva	coçado	lavrador	E. Brito
119	Bernardo Facinto da Silva	31	João Facinto da Silva	"	negocante	"
120	Demétrio da Silva Magalhães	44	José da Silva Magalhães	"	professor	"
121	Ernesto José de Nascimento	24	Florencia Benedita de Jesus	"	negocante	"
122	José Brito Marques	34	Facinto Brito Marques	solt.	"	"
123	Guilherme Vital da Silva	22	Mathilde Rosa da Conceição	"	enfermeiro	"
124	João José da Costa	47	João Bastião da Costa	coçado	negocante	"
125	Joaquim Vicente de Espindola	25	Vicente José de Espindola	"	"	"
126	Sebastião Brito Marques	46	Facinto Brito Marques	"	lavrador	"
127	Francisco José de Souza	29	Domingos José de Souza	solt.	"	"
128	João José da Silva	33	José Silveira de Mattos	"	"	"
129	Francisco de Campos	22	Domingos da Silva Magalhães	"	aprecia	"
130	Luiz José da Silva	50	João Domingos	coçado	carpinteiro	"
131	Thibério Rafael Damasceno	22	Rafael João Damasceno	solt.	lavrador	"
16º QUARTELÃO						
132	Antônio José da Silva Barbosa	38	Domingos José da Costa Barbosa	coçado	lavrador	E. Brito
133	Ernesto Brito Barbosa	24	Miguel Brito Barbosa	"	negocante	"
134	Ernesto Fátima da Silva	33	Domingos José da Costa Barbosa	"	lavrador	"
135	Ernesto Martins da Silva	22	Manoel Martins da Silva	solt.	lavrador	"
136	José Silveira de Mattos	64	José Silveira de Mattos	coçado	"	"
137	João Expedito da Silva	22	José Expedito da Silva	solt.	"	"
138	João Beliquio de Moraes	25	Beliquio Martins de Moraes	coçado	"	"

Nº	NOME	IDADE	FILIAÇÃO	GRUPO CIVIL	PROFISSÃO	RESIDÊNCIAS
139	João Cândido de Brito Guilher	35	Domingos José da Costa, Barbosa	cozido	lavrador	E. Brito
140	Maurício José da Silveira	22	José Cândido da Silveira	alt.	"	"
141	Mauel Fco da Costa Fawares	24	Howay Fco da Costa Fawares	cozido	Negociante	"
142	Mauel Silveira de Mattos	61	Fco Silveira de Mattos	"	"	"
143	Cícero Silveira de Mattos	61	Mauel Silveira de Mattos	alt.	lavrador	"
17º QUARANTÃO						
144	Cândido José Pardinió	38	José Pardinió	cozido	lavrador	"
145	Epurício Martins Venâncio	56	Mauel Martins Venâncio	"	"	"
146	Luís Martins da Cruz Ve.	38	Mauel Martins Venâncio	"	"	"
147	José Fco Fawares	82	Fco Fawares Feire	viúvo	lavrador	"
18º QUARANTÃO						
149	Mauel Fawares de Freitas	29	Mauel José de Freitas	cozido	Negociante	"
149	Fernando Pereira de Souza	30	Fco Pereira da Cunha	"	lavrador	"
150	Guilherme da Silveira Fawares	69	Auto de Souza Fawares	"	Negociante	"
151	Epurício Cândido Martins	48	Mauel José Martins	"	lavrador	"
152	Leão Fco da Souza	35	Fco Guilherme	"	"	"
153	Vicente Fawares de Souza	32	Fco Pereira da Cunha	alt.	"	"
154	Leão Vicente de Espindola	39	Vicente José de Espindola	"	Negociante	"
155	João Guilherme de Souza	22	Pardinió de Souza Real	"	lavrador	"
156	Mauel Henrique de Mattó	50	Henrique de Mattó	viúvo	"	"
157	Mauel Henrique de Mattos	40	Luís José de Mattos	cozido	Negociante	"
158	Mauel Cândido Venâncio	30	Luís José de Mattos	"	lavrador	"
159	Mauel Henrique de Moraes	32	Henrique de Moraes	"	Negociante	"
160	Pardinió de Souza	45	João de Souza Real	"	"	"
Fonte: S. José. Livro de Câmara Municipal, 1890. RPSC.						

BIBLIOGRAFIA

1. FONTES MANUSCRITAS

1.1. DO ARQUIVO HISTÓRICO DA CURIA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS.

1.1.1. LIVROS DE BATIZADOS

1. ENSEADA DE BRITO. Batizados. Livro 2, de 14-6-1778 a 23-8-1782, 33 folhas.
2. ENSEADA DE BRITO. Batizados. Livro 3, de 9-8-1782 a 15-5-1798, 197 folhas.
3. ENSEADA DE BRITO. Batizados. Livro 4, de 15-2-1784 a 15-10-1815, 247 folhas.
4. ENSEADA DE BRITO. Batizados. Livro 5, de 8-6-1898 a 2-12-1898, 10 folhas.
5. ENSEADA DE BRITO. Batizados. Livro 6, de 13-11-1815 a 13-3-1836, 174 folhas.
6. ENSEADA DE BRITO. Batizados. Livro 7, de 18-9-1836 a 29-5-1844, 44 folhas.
7. ENSEADA DE BRITO. Batizados. Livro 8, de 21-8-1844 a 9-1-1853, 93 folhas.
8. ENSEADA DE BRITO. Batizados. Livro 9, de 22-9-1861 a 30-6-1864, 53 folhas.
9. ENSEADA DE BRITO. Batizados. Livro 10, de 7-7-1864 a 8-1-1868,

49 folhas.

10. ENSEADA DE BRITO. Batizados. Livro 11, de 14-1-1868 a 18-12-1870, 50 folhas.
11. ENSEADA DE BRITO. Batizados. Livro 12, de 7-1-1871 a 25-3-1876, 46 folhas.
12. ENSEADA DE BRITO. Batizados. Livro 13, de 26-8-1876 a 8-10-1882, 55 folhas.
13. ENSEADA DE BRITO. Batizados. Livro 14, de 27-5-1872 a 12-6-1903, 168 folhas.
14. ENSEADA DE BRITO. Batizados. Livro 15, de 19-11-1882 a 20-11-1888, 47 folhas.
15. ENSEADA DE BRITO. Batizados. Livro 16, de 13-9-1903 a 11-10-1909, 50 folhas.

#### 1.1.2. LIVROS DE ÓBITOS

1. ENSEADA DE BRITO. Óbitos. Livro 1, de 3-10-1771 a 25-4-1784, 50 folhas.
2. ENSEADA DE BRITO. Óbitos. Livro 2, de 11-6-1774 a 28-1-1803, 58 folhas.
3. ENSEADA DE BRITO. Óbitos. Livro 3, de 23-8-1803 a 9-11-1854,



192 folhas.

4. ENSEADA DE BRITO. Óbitos. Livro 4, de 14-9-1855 a 18-9-1884,  
100 folhas.
5. ENSEADA DE BRITO. Óbitos. Livro 5, de 22-9-1884 a 23-12-1893,  
50 folhas.
6. ENSEADA DE BRITO. Óbitos. Livro 6, de 26-2-1873 a 28-1-1925,  
153 folhas.

#### 1.1.3. LIVROS DE CASAMENTOS

1. ENSEADA DE BRITO. Casamentos. Livro 1, de 2-7-1751 a 12-8-1843,  
191 folhas.
2. ENSEADA DE BRITO. Casamentos. Livro 2, de 26-2-1843 a 5-11-  
1871, 153 folhas.
3. ENSEADA DE BRITO. Casamentos. Livro 3, de 3-2-1872 a 8-10-1887,  
50 folhas.
4. ENSEADA DE BRITO. Casamentos. Livro 4, de 13-11-1887 a 10-11-  
1893, 50 folhas.
5. ENSEADA DE BRITO. Casamentos. Livro 5, de 9-12-1893 a 11-10-  
1906, 50 folhas.
6. ENSEADA DE BRITO. Casamentos. Livro 6, de 11-10-1906 a 17-8-

1912, 25 folhas.

1.2. DO ARQUIVO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

1.2.1. LIVROS DE CÂMARAS MUNICIPAIS

1. DESTERRO. Câmara municipal, 1774-1810, s/n.
2. SÃO JOSÉ. Câmara municipal, 1833, vol. 737.
3. SÃO JOSÉ. Câmara municipal, 1835, s/n.
4. SÃO JOSÉ. Câmara municipal, 1837, s/n.
5. SÃO JOSÉ. Câmara municipal, 1839, s/n.
6. SÃO JOSÉ. Câmara municipal, 1844, vol. 743.
7. SÃO JOSÉ. Câmara municipal, 1845, vol. 751.
8. SÃO JOSÉ. Câmara municipal, 1846, vol. 752.
9. SÃO JOSÉ. Câmara municipal, 1847, vol. 753.
10. SÃO JOSÉ. Câmara municipal, 1849, vol. 755.
11. SÃO JOSÉ. Câmara municipal, 1851, vol. 757.

12. SÃO JOSÉ. Câmara municipal, 1852, vol. 758.
13. SÃO JOSÉ. Câmara municipal, 1853, vol. 759.
14. SÃO JOSÉ. Câmara municipal, 1856, vol. 762.
15. SÃO JOSÉ. Câmara municipal, 1857, vol. 763.
16. SÃO JOSÉ. Câmara municipal, 1870, s/n.
17. SÃO JOSÉ. Câmara municipal, 1892, vol. 820. APSC.

#### 1.2.2. LIVROS DE JUIZ DE PAZ

1. JUIZ DE PAZ. Tomo I, 1833.
2. JUIZ DE PAZ. Tomo I, 1831.
3. JUIZ DE PAZ. Tomo I, 1834.

#### 1.2.3. CORRESPONDÊNCIA DE MARINHA

1. CORRESPONDÊNCIA MINISTRO DA MARINHA. 1836-39, vol. 3012. APSC.
2. CORRESPONDÊNCIA MINISTRO DA MARINHA. 1839-42, vol. 3014. APSC.

### 1.3. DIVERSAS

1. CURADO, Joaquim Xavier. Ofício 20 de abril de 1804. Santa Catarina. Caixa 7, doc. 46, arquivo Hist. Metropolitano.
2. SOUZA, Cel. Manoel Escudeiro Ferreira de. Mappa de tudo que se acha nesta Ilha de Santa Catharina neste presente ano de 1750. Documentos catalogados, Rio de Janeiro, caixa 31, doc. 15200-11. Arquivo Histórico Metropolitano.
3. TOLEDO, Bento Cortes de. Termo de visita, 1799. Arquivo da Arquidiocese do Rio de Janeiro.

### 2. ENTREVISTAS

1. MARTINS, Pedro. Entrevista concedida a Vilson Francisco de Farias, em 24-4-79, no arquivo particular do autor.
2. FARIAS, Manoel Antônio de. Entrevista concedida a Vilson Francisco de Farias, em 20-4-1978, no arquivo particular do autor.
3. SILVA, Olegário da. Entrevista concedida a Vilson Francisco de Farias, em 25-11-1979, no arquivo particular do autor.

3. FONTES IMPRESSAS

1. SANTA CATARINA. Leis, decretos, etc... Coleção das leis da província de Santa Catarina, 1835-1840. Desterro, Typ. Catharinense, 1856.
2. SANTA CATARINA. Leis, decretos, etc... Coleção das leis da província de Santa Catarina, 1848-53. Desterro, Typ. Catharinense, 1860.
3. SANTA CATARINA. Leis, decretos, etc... Coleção das leis da província de Santa Catarina, 1854-62. Desterro, Typ. Catharinense, 1865.
4. SANTA CATARINA. Leis, decretos, etc... Decreto 184 de 24 de abril de 1894, do governador Cel. Moreira Cesar. Desterro, 1894.
5. SANTA CATARINA. Presidente da província, 1840-1848 (Ferreira de Brito). Falla que o Presidente da Província de Santa Catharina, o Brigadeiro Antero José Ferreira de Brito dirigiu à Assembléia Legislativa da mesma província na abertura de sua sessão ordinária em 1º de março de 1841. Desterro Typ. Provincial, 1841.
6. SANTA CATARINA. Presidente da província. 1850-1859 (Coutinho). Falla que o Presidente da Província de Santa Catharina Dr. João José Coutinho dirigiu a Assembléia Legislativa Provincial, no acto de sua sessão ordinária, em 1º de março de 1852. Desterro, Typ. Catharinense, 1852.

7. SANTA CATARINA. Presidente da província, 1865-1867 (Albuquerque Lacerda). Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catharina em sua sessão ordinária, pelo Presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, no ano de 1867. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1867.

### 3.1. LIVROS

1. BARROS, Edy Alvares Cabral de. A Freguesia de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio. 1841 a 1910, a sua transição demográfica, tese mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis 1979. 172 p.
2. BELTRÃO, Pedro Calderan. Demografia ciência da população: análise e teoria. Porto Alegre, liv. Sulina Ed. 1972. 355 p.
3. BRITTO, Paulo José Miguel de. Memória política da capitania de Santa Catarina. Lisboa, Typ. da mesma academia, 1829, reimpresso pela Sociedade Literaria Biblioteca Catarinense, liv. Central, Florianópolis, 1952. 111 p.
4. BOITEAUX, Henrique. Os nossos almirantes. Rio de Janeiro imp. Naval. 1917.
5. BOITEAUX, José A. Dicionário histórico e geográfico do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, imp. Oficial do Estado. 1940. 3 v.
6. BOITEAUX, Lucas A. Pequena história catarinense. Florianópolis

- lis, liv. Cysne, 1919. 344 p.
7. CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Os açorianos. 1º Congresso de História Catarinense, 1. Florianópolis, 1950. Anais... Florianópolis, imp. Oficial, 1950. V. 2. p. 509-97.
  8. CABRAL, Oswaldo Rodrigues. As defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil Colonial. Rio de Janeiro, CFC, Departamento de imp. Nacional, 1972. 137 p.
  9. CHAUNU, Pierre. A história como ciências sociais; a duração, o espaço e o homem na época moderna. Rio de Janeiro, Zahar, 1976. 320 p.
  10. CIPOLA, Carlos M. História econômica da população mundial. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. 142 p.
  11. FAORO, Raimundo. Os donos do poder; formação do patrimônio político brasileiro. São Paulo, Ed. Globo, 1975. V. 1. 397 p.
  12. FREIRE, Gilberto. Casa grande e senzala. Brasília, ed. Universitária, 13 ed. 2 V.
  13. HENRY, Louis. Técnicas de análise em demografia histórica. Curitiba, ed. UFP, 1977. 185 p.
  14. LUPÉRCIO, José Lopes. Monografia do Município de Palhoça. Florianópolis, liv. Cysne, 1919. 252 p.
  15. LUPÉRCIO, José Lopes. São José e Palhoça: seus antigos e atuais limites. Florianópolis, 1926. 158 p.

vista Genealógica Latina. São Paulo, (7): 79-89, 1955.

26. PIAZZA, Walter Fernando. Introdução ao estudo da propriedade rural em Santa Catarina. VIII Simpósio de História, Aracajú, 1976. V. II. p. 627-80.
27. PIAZZA, Walter Fernando. São Miguel e o seu patrimônio histórico. São Miguel, Santa Catarina, 1970. 40 p.
28. PICHAT, Jean Burgeon. Demografia. São Paulo, liv. Bethand, 1970. V. 4. 163 p.
29. SANMARTIN, Olyntho. Síntese histórica do arquipélago açoriano. 1º Congresso de História Catarinense, 1. Florianópolis, 1950. Anais... Florianópolis, imp. Oficial, 1950. V. 2. p. 485-502.
30. SIMONSEN, Roberto C. História econômica do Brasil: 1500-1820. 8 ed. São Paulo, Comp. Ed. Nac. 1978. 475 p.
31. SOUNIS, Emílio. Biostatística: princípios fundamentais, metodologia, estatística, aplicação as ciências biológicas. Porto Alegre, 2 ed. rev. McGraw-Hill do Brasil 1979. 230 p.